



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E ARTES

MARIA IRACILDA GOMES CAVALCANTE BONIFÁCIO

O DISCURSO NAS REDES DO PODER:
As vozes sociais nos editoriais dos jornais
“O Rio Branco” e “Varadouro” (1977-1981)

Rio Branco – Acre

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E ARTES

MARIA IRACILDA GOMES CAVALCANTE BONIFÁCIO

O DISCURSO NAS REDES DO PODER:
As vozes sociais nos editoriais dos jornais
“O Rio Branco” e “Varadouro” (1977-1981)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Educação, Letras e Artes da Universidade Federal do Acre, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras – Linguagem e Identidade, área de Estudos da Linguagem.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Olinda Batista Assmar.

Rio Branco – Acre

2008

MARIA IRACILDA GOMES CAVALCANTE BONIFÁCIO

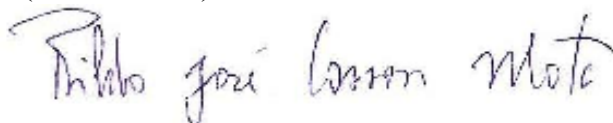
**O DISCURSO NAS REDES DO PODER:
As vozes sociais nos editoriais dos jornais
“O Rio Branco” e “Varadouro” (1977-1981)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Educação, Letras e Artes da Universidade Federal do Acre, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras – Linguagem e Identidade, área de atuação: Estudos da Linguagem.

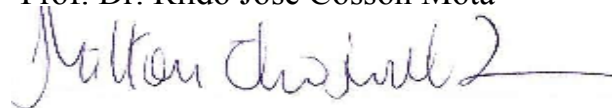
Banca Examinadora:



Prof.^a Dr.^a Olinda Batista Assmar
(Orientadora)



Prof. Dr. Rildo José Cosson Mota



Prof. Dr. Milton Chamarelli Filho

Prof.^a Dr.^a Margarete Edul Prado de Souza
Lopes

(suplente)

Rio Branco, janeiro de 2008.

A meu esposo Reginâmio Bonifácio, pelo apoio e dedicação constantes.

A meus pais, Selmo e Sebastiana, pela coragem de migrar para o desconhecido e protagonizar uma das páginas mais bonitas e sofridas da história acreana.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por Sua presença e ajuda constantes.

A minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Olinda Batista Assmar, pelo incentivo e preciosa atenção durante o decorrer desta pesquisa e de todas as demais que já realizamos juntas.

A meu esposo Reginâmio Bonifácio de Lima, pelo amor dedicado e por me fazer acreditar que é possível construir um mundo melhor para as gerações futuras;

Às Professoras Doutoras Margarete Lopes, Simone Lima e Luciana Marino, pelo empenho e ajuda que me proporcionaram na revisão do Projeto de Pesquisa e nas sugestões para os enfoques a serem efetuados na Dissertação;

A minha família, pelo apoio e incentivo em todos os momentos. Meus pais: Selmo e Sebastiana pelo carinho e apoio nos momentos difíceis, me ensinando a trabalhar com honestidade e a lutar pelas coisas nas quais acredito;

As minhas irmãs Edilene, Edileuza, Etilene, Irenilza, e Selyana, ao meu irmão Erivan e aos meus sobrinhos Thaylinne, João Marcos, Stive, Karoline, Kelven, Ester, Emanuelle, Allys e Gabriel que proporcionaram o suporte moral e emocional, e contribuíram diretamente para esta realização;

À amiga Paula Regina M. Leão da Silva, pelo apoio, companheirismo, bem como pela revisão do trabalho.

Aos servidores do Museu da Borracha, CDIH da UFAC e Biblioteca Central do Estado, pela disponibilização do material analisado e referências bibliográficas, bem como pela presteza no atendimento;

A todos que colaboraram direta ou indiretamente da elaboração deste trabalho, sem os quais não teria conseguido obter êxito.

Murmúrios e vozes

O tempo, guardião de murmúrios e silêncios, ecoa dos arquivos empoeirados que guardam fragmentos da história acreana em forma de páginas amarelecidas de jornais. O momento que evocam é a presentificação do passado que se caracteriza por prisões arbitrárias, perseguições, torturas, censura à imprensa e à produção intelectual.

Há não muito tempo, numa daquelas conversas de fim de expediente, os funcionários faziam incursões sobre a política acreana, criticavam as ações do PTB e do PSD, principais partidos da época, discutiam os atos da presidência da república. Um deles, aproveitando o ensejo, fez um discurso em forma de desabafo contra a nobre personalidade. Um outro que chegava naquele momento apavorou-se. “Era perigoso falar daquela forma sobre o presidente”. Outros, porém, menearam a cabeça e, em um leve sorriso, desconsideraram. “Como pode ser perigoso discutir política? Afinal, vivemos em um país livre!”.

No Acre, a Ditadura Militar revelou-se marcada por um contexto bem peculiar, em que “onças comiam presos”, seringueiros eram expulsos de suas terras, índios eram obrigados a virar peões em fazendas ou a migrar em busca de um futuro incerto, moradores dos bairros “periféricos” se “amontoavam” lutando pela perspectiva de dias melhores.

Um murmúrio secreto escapa de um arquivo já desgastado pelo tempo. Nas mãos da pesquisadora vai compondo freneticamente uma narrativa que busca remontar vozes, fazê-las sussurrar, gemer, ecoar, enfim, arfar. E vai soando o lamento das vozes que perderam a liberdade, ou dos que num repente se viram sem chão, migrantes e errantes por um mundo que não os aceitava.

Subitamente, alguém fala: “Lê mais alto, nós queremos ouvir o que esse jornal diz também!” E nesse caleidoscópio de vozes, outras vão se juntando e formando um coro. O coro que se instaura oscila entre notas graves e agudas, dissonantes e diminutas e entre silêncios e murmúrios. O som que emana das páginas amarelecidas dos jornais trazem ao cenário as vozes da resistência que lutam para sobreviver ao encurralamento imposto pelo silenciamento.

Nesse emaranhado de possibilidades apresentadas, a pesquisadora queria tão somente analisar, dissecar, questionar as vozes que eclodiam dos arquivos, apontar suas contradições, seus efeitos de sentido, perceber como se entrelaçavam com as redes de poder.

Entretanto, mesmo munida do instrumental teórico necessário para fazê-lo, ao final, percebe que ela mesma, acaba por se colocar dentro do cenário que buscava analisar.

Rio Branco-AC, 16 de janeiro de 2008.

Maria Iracilda G.C. Bonifácio

*Um galo sozinho não tece uma manhã: ele
precisará sempre de outros galos.*

*De um que apanhe esse grito que ele e o
lance a outro; de um outro galo que apanhe o
grito de um galo antes e o lance a outro; e de
outros galos que com muitos outros galos se
cruzem os fios de sol de seus gritos de galos,
para que a manhã, desde uma teia tênue, se vá
tecendo, entre todos os galos.*

*E se encorporando em tela, entre todos, se
erguendo tenda, onde entrem todos, se
entretendo para todos, no toldo (a manhã) que
plana livre de armação.*

*A manhã, toldo de um tecido tão aéreo que,
tecido, se eleva por si: luz balão.*

JOÃO CABRAL DE MELO NETO – *Tecendo
a manhã*

RESUMO

Neste trabalho, temos como proposta analisar a configuração dos discursos acerca das vozes sociais, manifestas através dos editoriais dos jornais *O Rio Branco* e *Varadouro*. O *corpus* é constituído por editoriais dos dois jornais pesquisados, gestados no período de 1977 a 1981, época em que se acentuava a luta pela liberdade de expressão e contra a Ditadura Militar. A escolha desse gênero jornalístico deve-se ao fato de que essa tipologia jornalística expressa a linha de conduta do jornal, atuando como forma de reescrita da história, sendo permeada por uma série de imagens e de símbolos, que podem ser percebidos pelas suas próprias estratégias persuasivas. Inscrito no quadro teórico da Análise do Discurso de linha Francesa, dialogamos com as concepções de Michel Foucault acerca do discurso e sua interpenetração com as relações de poder. Por essa vertente foucaultiana, o “discurso” é visto como uma prática que relaciona a língua com outras práticas no campo social, daí buscarmos perceber o jogo através do qual a mídia articula o lingüístico e o extralingüístico. O foco de análise no presente trabalho, assim, se aterá à apreensão do que foi “dito” em contraponto às condições de produção que possibilitaram o aparecimento desse discurso. O trabalho é composto por uma visão panorâmica da imprensa escrita riobranquense no contexto da Ditadura Militar, pela discussão das estratégias discursivas presentes nos editoriais dos jornais *O Rio Branco* e *Varadouro* e a configuração das vozes sociais nos jornais pesquisados. O eixo central são as vozes sociais, cuja abordagem foi delineada pela observação dos grupos temáticos mais recorrentes nos textos estudados. Dentre os sujeitos enfocados, trabalhamos principalmente com os envolvidos na luta pela posse da terra (seringueiros, posseiros, índios e os “paulistas”), buscando identificar os silenciamentos e a resistência, a identidade e alteridade na construção dos discursos. Outra preocupação que norteou a pesquisa foi perceber qual a posição dos jornais *Varadouro* e *O Rio Branco* frente aos movimentos sociais urbanos, e como a mídia escrita acreana construiu as representações da luta pela sobrevivência nas “periferias” de Rio Branco. Buscamos, portanto, contribuir para os estudos da linguagem no contexto acreano, trazendo à discussão várias formas de institucionalização do discurso jornalístico e o papel da mídia nesse processo de “discursivização” da memória coletiva, da produção da lembrança e do esquecimento.

Palavras-chave: Discurso, Redes de poder, Editorial.

RESUMEN

En este trabajo, tenemos como propuesta analizar la configuración de los discursos acerca de las voces sociales, manifestadas a través de los editoriales de los periódicos *O Rio Branco* y *Varadouro*. El corpus es constituido por editoriales de los dos periódicos pesquisados, gestados en el período de 1977 hasta 1981, época en que se acentuaba la lucha por la libertad de expresión y contra la Dictadura Militar. La elección de este género periodístico se debe al hecho de que esa tipología periodística expresa la línea de conducta del periódico, actuando como forma de reescrita de la historia, sendo permeado por una serie de imágenes y de símbolos, que pueden ser percibidos por sus propias estrategias persuasivas. Inscrito en el cuadro teórico de Análisis del Discurso de línea Francesa, dialogando con las concepciones de Michel Foucault acerca del discurso y su interpretación con las concepciones con las relaciones de poder. Por esa vertiente foucaultiana acerca del discurso, el “discurso” es visto como una práctica que relaciona la lengua con otras prácticas en el campo social, buscamos percibir el juego a través del cual los medios de comunicación articulan el lingüístico y el extralingüístico. El foco de análisis en el presente trabajo, así, se atendrá a aprehensión del que fue “dicho” en contrapunto a las condiciones de producción que posibilitan el aparecimiento de ese discurso. El trabajo es compuesto por una visión panorámica de la prensa escrita riobranquense en el contexto de la Dictadura Militar, por la discusión de las estrategias discursivas presentes en los editoriales de los periódicos *O Rio Branco* y *Varadouro* y la configuración de las voces sociales en los periódicos pesquisados. El eje central son las voces sociales, cuyo abordaje fue delineada por la observación de los equipos temáticos más recurrentes en los editoriales. De entre los sujetos enfocados, trabajamos principalmente con los envueltos en la lucha por la posee de la tierra (caucheros, ocupantes, indios y los “paulistas”), buscando percibir los silenciamientos y la resistencia, la identidad y alteridad en la construcción del discurso. Otra preocupación que norteó la pesquisa fue percibir cual la posición de los periódicos *Varadouro* y *O Rio Branco* frente a los movimientos sociales urbanos, y como los medios de comunicación escrito acreano construyó las representaciones de la lucha por la supervivencia en las “periferias” de Rio Branco. Buscamos, por tanto, contribuir para los estudios de lenguaje en el contexto acreano, trayendo a la discusión las formas de institucionalización del discurso periodístico y el papel de los medios de comunicación en ese proceso discursivo de construcción de la memoria colectiva, de la producción del recuerdo y del olvido.

Palabras – llave: Discurso, Redes de poder, Editorial.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA	TIPO	NOME DA FIGURA	PÁGINA
01	Foto I	Visita do Presidente Costa e Silva às redações do jornal <i>O Rio Branco</i> , em 1968.	34
02	Foto II	Foto da equipe de <i>Varadouro</i> : Elson Martins, Sílvio Martinello e Alberto Dantas.	2(39
03	Foto III	Capa do jornal <i>Varadouro</i> destacando as marcas da oralidade no texto escrito.	56
04	Foto IV	Capa do jornal <i>O Rio Branco</i> exemplificando a utilização do <i>lead</i> .	67
05	Foto V	Cupom para escolha do local mais adequado para a reconstrução do obelisco.	79
06	Foto VI	Praça Eurico Dutra, mostrando o monumento que seria demolido para que em seu lugar fosse reconstruído o obelisco.	80
07	Foto VII	Manchete de 1. ^a página indicando o editorial da 3. ^a página: “Seringueiros revoltam-se contra fazendeiro”. obelisco.	88
08	Foto VIII	Seringueiros que participaram da “Operação Pega Fazendeiro II”.	93
09	Foto IX	Seringueiros que resistiram às demarcações de terra empreendidas pela COAPAI.	101
10	Foto X	Colono transportando sua produção para vender em Rio Branco.	108
11	Foto XI	Caxinauás, índios seringueiros, desembarcando pélas de borracha.	112
12	Foto XII	Capa da edição n. 19 de <i>Varadouro</i> , cuja ênfase foi o grande número de propriedades compradas pelos “paulistas”, denominados “novos donos do Acre”.	124

13	Foto XIII	Ilustração do editorial “Paulistas acham o mapa da mina”.	126
14	Foto XIV	Exploração madeireira no Acre.	128
15	Foto XV	Estudantes em manifestação contra o autoritarismo na UFAC e pela readmissão do professor Rômulo Garcia.	143
16	Foto XVI	Estivadores trabalhando no porto de Rio Branco.	146
17	Foto XVII	Fotografia ilustrativa do editorial “Mulheres sem charme”	149
18	Gráfico I	Demonstrativo da proporção de espaço concedido às “mulheres bem sucedidas” e a “Mulher polivalente”, em entrevista constante no jornal <i>O Rio Branco</i> de 13 de março de 1981.	155

LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

ASPAC – Associação dos Professores do Acre

BASA – Banco da Amazônia

CDIH da UFAC – Centro de Documentação e Informação Histórica da Universidade Federal do Acre

CEB's – Comunidades Eclesiais de Base

CESEME – Complexo Escolar do Ensino Médio

COAPAI – Cooperativa Agropecuária do Alto Iaco

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

DERACRE – Departamento de Estradas e Rodagens do Acre

DCE – Diretório Central dos Estudantes

FUNAI – Fundação Nacional de Assistência ao Índio

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

MMA – Movimento das Mulheres Acreanas

MORHAN – Movimento de Reintegração do Hanseniano

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDHEVEA – Superintendência para Desenvolvimento da *Hevea Brasiliensis*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
 Capítulo I - A IMPRENSA ESCRITA E A DITADURA MILITAR	
1.1 A imprensa escrita: vozes sob a Ditadura	28
1.1.1 Jornal <i>O Rio Branco</i> : a imprensa acreana em busca de profissionalização.....	32
1.1.2 Jornal <i>Varadouro</i> : a imprensa alternativa na construção das vozes sociais.....	36
1.2 A construção discursiva das vozes sociais	42
1.2.1 O discurso	43
1.2.2 O Sujeito na perspectiva de Michel Foucault.....	44
1.2.3 Enunciado, formações discursivas e arquivo: funções “atravessadas” pela linguagem.....	46
1.3 O Editorial: construções e contradições no espaço dos jornais.....	46
 Capítulo II – ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DOS EDITORIAIS	
2.1. As marcas da oralidade em <i>Varadouro</i>.....	54
2.2 A padronização da linguagem em <i>O Rio Branco</i>.....	63
2.3 Forjando heróis: o passado “glorioso” reinventado.....	69
 Capítulo III – AS VOZES SOCIAIS NOS JORNAIS <i>O RIO BRANCO</i> E <i>VARADOURO</i>	
3.1 Silenciamentos e resistência em torno da luta pela terra.....	87
3.2 Identidade e alteridade na construção dos sujeitos habitantes das florestas	99
3.3 “Paulistas”: novos colonizadores do Acre ou arautos do Progresso?.....	116
3.4 O discurso da resistência e a resistência do discurso na representação dos habitantes da “periferia”.....	129
3.5 Na Teia dos Sentidos: o discurso em torno dos movimentos sociais urbanos.....	137
3.5.1 Estudantes e professores	139
3.5.2 Os estivadores.....	144

3.5.3 Mulheres acreanas: a luta para sair do anonimato.....	147
3.5.4 As mulheres trabalhadoras se unem: o movimento das empregadas domésticas e das lavadeiras.....	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	163

REFERÊNCIAS

ANEXOS

Anexo A	(Editoriais do jornal <i>O Rio Branco</i>)
Anexo B	(Editoriais do jornal <i>Varadouro</i>)
Anexo C	(Fotografias sobre a fundação do Jornal <i>O Rio Branco</i>)
Anexo D	(Fotografias do Jornal <i>Varadouro</i>)

Introdução

Ao propormos um trabalho de reflexão sobre a representação das vozes sociais nos jornais *O Rio Branco* e *Varadouro*, torna-se necessário expor o percurso e as motivações que nos levaram a escolher este tema. Na tentativa de recomposição do trajeto da memória que traduz a razão do encantamento com o período da Ditadura Militar, uma imagem vívida sempre vem à mente: as reuniões das Comunidades Eclesiais de Base na cidade de Tarauacá. Nessas reuniões, a lembrança mais instigante é da frequência com que era cantada a música “Para não dizer que não falei de flores”, de Geraldo Vandré.

Pensar nessa música e evocar seus versos – “Nas escolas, nas ruas, campos, construções/ Somos todos soldados, armados ou não/ Caminhando e cantando e seguindo a canção/ Somos todos iguais, braços dados ou não” – configura um canto de comoção à igualdade entre os homens, sejam eles quais forem. A evocação dessa luta pela “igualdade”, reconstruída no recorte da música, constituiu-se durante muito tempo em uma indagação constante para quem não viveu plenamente esse período, mas sofreu diretamente os reflexos do processo de “desenvolvimento” traçados pelos governos militares para a Amazônia.

A inquietação por conhecer melhor esse momento histórico despontou ainda durante o trabalho na Pesquisa de Iniciação Científica, no Projeto *Amazônia: os vários olhares*, no qual iniciamos a pesquisa com os editoriais e tivemos o primeiro contato com os dois jornais estudados. Desse trabalho, resultou a publicação do livro *O Imaginário Social: Estudo dos Editoriais nos Jornais de Rio Branco Séc. XX¹*, o qual versa sobre as mudanças identificadas nas tendências discursivas dos jornais de Rio Branco no período do Acre Território (1900-1962) e Acre Estado (1963-1999).

Com a possibilidade de continuar a pesquisa acerca da imprensa riobranquense, na Especialização em *Cultura, Natureza e Movimentos Sociais na Amazônia/UFAC*, trabalhamos com as relações de ideologia e poder através do discurso dos jornais *O Rio Branco* e *Varadouro* no período da Ditadura Militar. Nesse segundo momento, encaminhamos as discussões privilegiando a análise das condições de produção do discurso, a fim de compor o quadro histórico da Ditadura Militar no Acre. Dessa pesquisa resultou o livro *Ideologia e Poder: uma análise do discurso dos jornais “O Rio Branco” e “Varadouro” durante a*

¹ ASSMAR, Olinda B.; BONIFÁCIO, Maria Iracilda G. C.; LIMA, Gleyson M. *O Imaginário Social – Estudo dos Editoriais nos Jornais de Rio Branco Séc. XX*. João Pessoa: Editora Idéia, 2007.

*Ditadura Militar (1977 – 1981)*², o qual ensejou a continuação dos estudos no *Mestrado em Letras – Linguagem e Identidade*, ocasião em que primamos por observar a linguagem como componente capaz de esboçar as lutas e confrontos pelo poder.

No presente estudo, nosso objetivo é analisar o discurso dos editoriais, buscando desvelar como as vozes sociais se apresentam nos dois jornais pesquisados e qual a influência desses textos na construção de traços da memória que atuam na composição do imaginário social riobranquense. Partimos, pois, do pressuposto que o discurso jornalístico atua como mecanismo de disseminação e institucionalização das práticas discursivas de exercício do poder, dissimulando o modo como essas práticas se impõem e silenciando as práticas antagônicas ao poder dominante. Nessa direção, podemos considerar que essa modalidade discursiva encontra-se profundamente imersa nas relações de poder que operam os sentidos vigentes em determinada sociedade.

O repertório simbólico que unifica a sociedade e confere legitimação às instituições dominantes é produzido pelo discurso jornalístico, que pinta diariamente o quadro de uma sociedade em movimento. O discurso jornalístico monta e reconfigura várias leituras da história e da política, na busca de explicar e traduzir os acontecimentos.

O jornal, além de ser uma forma de mediação, tendo em vista que produz uma representação da realidade, constitui-se também em um agenciador do processo de formação de redes de poder. Nessa perspectiva de análise pautada no entremear de redes do poder, o jornal se torna o lugar de excelência de disseminação de “efeitos de verdade”. O enquadramento que o jornalista dá aos fatos noticiados formaliza comportamentos, pautando-se em um “contrato de leitura” que consagra o discurso jornalístico como capaz de fornecer a versão “mais legítima” dos fatos. A dinâmica do jogo discursivo que marca esse “contrato” baseia-se em fazer o leitor acreditar que o jornal é capaz de retratar fielmente a realidade.

Em busca da “verdade”, os jornalistas ocultam sua própria identidade. Esse jogo se justifica se considerarmos que a credibilidade é, nas palavras de Pierre Bourdieu (2000), o “capital simbólico” de maior valor no campo jornalístico. Na luta pelo “poder simbólico”, o objeto de disputa é o poder sobre um uso particular de uma categoria particular de sinais e, deste modo, sobre a visão e o sentido do mundo natural e social. O “capital simbólico”, é, pois, esse sentido que corresponde ao reconhecimento que determinado agente recebe de um grupo.

Entretanto, a informação veiculada no discurso jornalístico, margeada por toda a credibilidade que lhe é atribuída, não constitui um tipo corriqueiro de informação. Pelo

² BONIFÁCIO, Maria Iracilda G. C. *Ideologia e Poder: uma análise do discurso dos jornais “O Rio Branco” e “Varadouro” durante a Ditadura Militar (1977 – 1981)*. Rio Branco: Cida: 2007.

contrário, é uma voz autêntica, dotada de competência para desempenhar o papel de “interpretar” o mundo para o mundo. A função do jornalismo, nesse sentido, está envolta na disseminação de símbolos capazes de promover a integração da sociedade por meio do consenso acerca do sentido do mundo social, o que contribui para a reprodução da ordem social predominante. A autenticação do poder de fala dos sujeitos jornalistas diante da sociedade é feita mediante a inserção destes na “ordem do discurso”. Isso significa perpassar pelos diferentes tipos de interdições ou concessões impostas pelos discursos.

Nesse trabalho, a linguagem e as condições de produção do discurso constituem a base de sustentação para a análise das vozes sociais nos editoriais dos jornais *O Rio Branco* e *Varadouro*. Nesse sentido, para empreendermos esse estudo, partimos das concepções da Análise do Discurso, de vertente francesa, por considerarmos ser esta a mais adequada à presente proposta de investigação. Escolhemos, dessa corrente, para um diálogo mais estreito, as concepções do teórico Michel Foucault (1996) acerca do discurso enquanto constituinte das relações de poder.

A escolha dessa vertente se deu por ser ela a mais adequada à proposta do presente estudo, uma vez que possibilita perceber o discurso em contraponto com seu entorno histórico. Ao analisarmos a vertente anglo-saxã dessa área do saber, denominado Análise Crítica do Discurso, notamos que não se adequava com a proposta do trabalho de analisar as vozes sociais nos jornais *O Rio Branco* e *Varadouro*.

As duas correntes da Análise do Discurso pouco ou nada têm em comum, como destaca Dominique Maingueneau (1997). Enquanto a linha francesa prioriza o discurso escrito, o quadro institucional doutrinário, buscando os propósitos textuais, a explicação, a forma e a construção do objeto, balizando-se no método “estruturalista”, que agrega lingüística e história; a linha anglo-saxã, prioriza a conversação cotidiana, os propósitos comunicacionais pautados na descrição, no uso da imanência do objeto, adotando o método interacionista, baseado na psicologia e na sociologia.

Corrente teórica fundada por Michel Pêcheux, no final da década de 1960, a Análise do Discurso francesa tem como arcabouço a conjuntura política e intelectual da França pós 1968. Campo transdisciplinar, em sua constituição epistemológica, apresenta-se como uma disciplina heteróclita, que desempenha uma função de grande singularidade no campo das ciências humanas.

A Análise do Discurso surge, na proposta de Michel Pêcheux, inscrita na confluência de três regiões do conhecimento científico: a) **Na Lingüística:** Com a tentativa de colocar em suspenso a concepção instrumental da linguagem, problematizando o *corte*

saussureano, trabalhado no *Curso de Lingüística Geral*. Ao considerar Ferdinand de Saussure como o fundador da Lingüística, Pêcheux propôs um deslocamento conceitual, através do qual buscou separar a prática da teoria da linguagem. Sua proposta, portanto, tem como escopo deixar de estudar a língua como um meio de expressão de sentido para estudá-la como um sistema, assim, seu funcionamento é que deveria ser descrito; b) **No Materialismo Histórico:** O pensamento de Karl Marx, através da releitura de Louis Althusser, trouxe à Análise do Discurso como contribuição, a idéia de que o discurso resulta da articulação entre o lingüístico e o histórico. Assim, há um real da história, mas este real não é transparente para o sujeito, pois ele é atravessado pela ideologia; c) **Na Psicanálise:** Com base na releitura lacaniana de Sigmund Freud, a teoria do sujeito surge como contraponto entre o real e o simbólico, surgindo o deslocamento da noção de homem para a de sujeito, que se constitui na sua relação com o simbólico através da história. Por esse viés, o inconsciente deve ser pensado como estruturado pela linguagem.

Esse assentamento tríplice, entretanto, não torna a Análise do Discurso uma disciplina autônoma, tampouco uma disciplina auxiliar. O fato de estar no entremeio de outros saberes é um fato bastante positivo, pois proporciona o instrumental necessário para que o analista do discurso tematize o objeto discursivo como sendo um objeto situado em uma linha de fronteira. Ao trabalhar o discurso em suas várias faces, é possível perceber, nos limites das grandes áreas disciplinares, sua constituição lingüística e histórica, concomitantemente. Assim, os conceitos que a Análise do Discurso traz de outras áreas do saber, quando integrados à teoria do discurso, deixam de carregar os sentidos originais, passando a adquirir uma nova significação, ajustada à especificidade da emaranhada rede discursiva.

É preciso lembrar, entretanto, que essa corrente inscreve-se em um campo de ruptura, diferenciando-se tanto da lingüística imanente, centrada na visão da língua como autônoma, quanto das demais ciências humanas, que utilizam a língua como instrumental para a explicação de textos. A língua concebida por essa corrente teórica é marcada pela indefinição, pela opacidade, pelo dizer e pelo não-dizer.

Para a Análise do Discurso francesa, o discurso corresponde a uma materialização do processo enunciativo, que ocorre através da articulação entre a língua e a História. O sujeito, nessa perspectiva, apresenta-se como incompleto, necessitando, para completar-se da interação com o Outro. A concepção de linguagem, portanto, perpassa por sua relação com o social e com o contexto histórico.

Dentro dessa corrente teórica, escolhemos como base teórica as concepções de Michel Foucault³. Mas, por que trabalhar com um autor que não escreveu nenhum texto específico sobre a mídia e se referiu ao assunto apenas em alguns textos esparsos, como em *Vigiar e Punir* e em partes da *Microfísica do Poder*, sem necessariamente problematizá-la? A escolha não se fez de maneira despretensiosa, buscamos na teoria do discurso desse filósofo balizar nosso estudo sobre as vozes sociais em suas relações de poder. Seus escritos estão permeados de referências às relações entre o saber e o poder, nas quais, com certeza, a mídia se insere. Diante disso, não nos ativemos a uma obra específica de Foucault, mas trabalhamos com a noção de discurso dispersa em várias de suas obras, das quais as mais utilizadas são *A ordem do Discurso*, *Microfísica do Poder*, *Arqueologia do Saber*, *As Palavras e as Coisas* e *Vigiar e Punir*.

Na célebre aula inaugural no Collège de France, *A Ordem do discurso*, Foucault ressaltava a idéia de que o discurso sempre se produziria com base nas relações de poder. Dessa obra, escolhemos dialogar com a noção de que o discurso é regulado por uma ordem, ou seja, em todas as sociedades a produção de discursos é regulada, selecionada, organizada e redistribuída combinando *poderes* e *perigos*. Segundo o filósofo, o poder não é necessariamente repressivo uma vez que incita, induz, seduz, torna mais fácil ou mais difícil, amplia ou limita, torna mais provável ou menos provável. Além disso, o poder é exercido ou praticado e não algo que se pode possuir. Assim, circula, passando através de toda força a ele relacionada.

Em *Arqueologia do Saber*, Michel Foucault propõe seu método arqueológico, através do qual busca analisar o acontecimento discursivo e as condições de produção que o permitem emergir. Seu objetivo, porém, não é o estudo da linguagem de forma imanente, mas da análise do discurso em sua categoria de *arquivo*. Esse conceito corresponderia ao jogo das regras que, em uma cultura, determina o aparecimento e o desaparecimento de enunciados, sua permanência e seu apagamento, sua existência paradoxal de acontecimentos e de coisas. Essas regras, trazidas à tona por uma prática discursiva em um dado momento são responsáveis por explicar a manifestação ou o silenciamento de determinadas vozes.

³ Michel Foucault (França: Poitiers, 1926 – Paris, 1984) – Filósofo que revolucionou a história da ciência, com sua proposta de revisão de conceitos e métodos da disciplina histórica, através da noção da descontinuidade. Sua abordagem do discurso se dá principalmente nas obras *As Palavras e as Coisas* (1966), *Arqueologia do Saber* (1969) e *A Ordem do Discurso* (1972), de onde derivam vários de seus conceitos para a Análise do Discurso Francesa. Militante das bandeiras das “minorias” e intelectual polêmico, o pioneirismo de Foucault reside ainda em sua análise da *História da Loucura na Idade Clássica* (1962), *O Nascimento da Clínica* (1963), *História da Sexualidade* (1976) e do nascimento das prisões em *Vigiar e Punir* (1975).

Na obra *As Palavras e as Coisas*, as ciências humanas são entendidas como resultantes de uma série de discursos que lhes permitiram nascer. Dentro das análises feitas pelo filósofo nessa obra, dialogamos com a idéia de que as coisas são construídas pelas palavras e que o mundo é constituído pelos discursos. Nessa dimensão, tudo, inclusive os sujeitos, é constituído por meio de nossas práticas discursivas cotidianas, aqui entendidas como atos de linguagem impregnados de “verdades”, que se repetem e reatualizam no tempo e em espaços determinados, sendo manifestadas por uma pessoa ou uma instituição.

Com *Vigiar e Punir*, a genealogia dos poderes se torna mais explícita na obra de Foucault, demonstrando-se resultante da arqueologia dos saberes. Dessa obra, optamos por desenvolver uma das idéias defendidas por Foucault no tocante ao controle pela instituição do medo, do temor, da insegurança, elementos que marcaram de forma incisiva o contexto histórico brasileiro durante a Ditadura Militar pós 1964. Além disso, essa obra oferece base para uma discussão sobre a mídia como um poder disciplinar, uma vez que ao se referir aos rituais de suplícios realizados na Antiguidade, o autor aí inicia uma relação entre a instituição e a manutenção do poder e a mídia. Dela, Foucault toma emprestada a noção de “Panóptico”, inventado por Bentham (séc. XVIII), através do qual a prisão-modelo é vista como uma nova metodologia do poder. No Antigo Regime, o poder soberano que se instituía através do exército com a utilização das armas de fogo, na Modernidade dá lugar ao poder disciplinar, que passou a imperar nos hospitais, nas prisões, tribunais, fábricas, conventos e escolas, aprimorando de forma gradativa seu alcance.

Com esse deslocamento do poder, as punições deixavam a escuridão das masmorras, passando a ser transformadas em espetáculo. O filósofo destaca que o suplício, para ativar a política do medo, necessitava ferir mais a alma que o corpo, devendo agir profundamente sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições. A certeza de ser punido é que devia desviar o homem do crime e não mais a abominável teatralização do suplício.

Na obra *Microfísica do Poder*, Foucault traça uma nova trajetória investigativa, questionando a face repressiva do poder, para enfocá-lo sob a ótica da produção de saberes, prazeres e discursos. O convite feito é para imergir nas esferas mais íntimas do poder, a fim de apreender o funcionamento de suas estratégias e técnicas.

A obra de Foucault não está, entretanto, centrada na análise pura e simples desses micropoderes, mas fundamentalmente, na investigação das relações que se estabelecem entre eles. A discussão acerca do poder mereceu a consideração de Barthes, que também não o observou concentrado na mão de uma só pessoa, mas percebeu sua existência nos aparelhos, nas instituições e nas pessoas, envolvendo uma teia de relações. Nessa direção, o estudo

barthesiano permitiu uma reflexão significativa sobre o tema. Roland Barthes questiona o que viria a ser o poder, já que ele não é meramente um objeto político ou ideológico. Dialogando com esse questionamento barthesiano, Foucault aprofundou sua pergunta, construindo a concepção de um poder plural, que se dissemina por toda parte, através de uma rede infinitamente complexa de “micropoderes”, que permeiam todos os aspectos da vida social.

Ao afirmar que o poder precisa ser observado como algo que circula, Foucault ponderou que todos os indivíduos sofrem sua ação. Interpretando o pensamento foucaultiano, Deleuze e Guattari (1995) recolocam a questão do poder, explorando suas formas de exercício. Para esses autores, Michel Foucault busca uma instância capaz de dar conta das duas formas heterogêneas imbricadas uma na outra, e a encontra nos agenciamentos de poder ou micropoderes; mas igualmente a série desses agenciamentos coletivos (escola, exército, fábrica, asilo, prisão, etc.) consiste apenas em graus ou singularidades em um “diagrama” abstrato, que comporta unicamente por sua conta matéria e função (multiplicidade humana qualquer a ser controlada).

Na concepção foucaultiana, a questão do poder não se centraliza em seu aspecto negativo, uma vez que não interdita as possibilidades de ação e resistência do sujeito na interação. O poder, assim, só pode funcionar, onde há liberdade, tendo em vista que as relações de poder se manifestam como posicionamentos estratégicos assumidos pelos sujeitos em suas diferentes relações. Nessa perspectiva, não se pode conceber que o poder seja aplicável como uma obrigação ou uma proibição aos que não o detém, antes, os investe, passa por eles e os atravessa.

A contribuição desse autor se destaca pela apresentação da noção de “micropoderes”, através da qual é possível nos livrarmos de uma análise dicotômica, centrada na oposição opressor/oprimido. A ausência de um sujeito em específico que defina esse novo exercício de poder amplia a discussão em torno dos modos de operar dos discursos do poder. Outra contribuição desse estudioso é a relação que estabelece entre saber e poder, ao afirmar que a concepção de discurso transcende o sentido “literal” dos enunciados, buscando numa relação com a exterioridade, observar o não dito, as condições de produção, o funcionamento e o porquê de o que foi dito ter sido expresso de uma e não de outra forma. Para esse teórico, não se pode falar em qualquer época de qualquer coisa, assim, antes, de indagar as implicações quanto ao sentido, ao modo e às ações suscitadas pelo que foi dito, é conveniente refletir sobre o que possibilitou a existência desse discurso.

Conforme assevera Michel Foucault, não há lugar fora da linguagem. Isso equivale dizer que qualquer análise que pretendamos fazer acerca do “estar no mundo”, deve

perpassar pela mediação da linguagem, pois estamos intrinsecamente colados a ela para pensar nossa própria existência e situá-la no mundo. De igual forma, também não há lugar externo ao poder, pois a própria linguagem é uma forma de poder quando, por exemplo, somos obrigados a falar em uma língua. Os jogos de saber-poder são, assim, as próprias relações que se estabelecem entre o poder e as formas de apreensão do conhecimento.

Os discursos, conforme assevera esse teórico, são regulados por uma ordem, não sendo possível, portanto, dizer qualquer coisa em qualquer circunstância. Em uma sociedade, os discursos são alvos de classificação, alguns são tomados como mais “importantes”, como os dos médicos, enquanto outros são considerados “insignificantes”, como os dos loucos, por exemplo. O sujeito “qualificado” para pronunciar o discurso deve não apenas dominar técnicas e competências discursivas, mas principalmente ser dotado de uma posição institucional reconhecida.

A essa breve abordagem dos pressupostos teóricos básicos para nosso estudo, acrescentamos, de forma complementar, a noção de identidade de Stuart Hall (2000). Para esse autor, a identidade é definida pela relação do indivíduo com outros. Assim, não existem identidades fixas ou permanentes, antes, elas vão se construindo a partir de uma série de relações que se estabelecem entre gêneros, gerações, etnias, posições sociais. A junção de todas essas categorias, reunidas em um indivíduo, situam-no em diferentes relações com seus pares, tornando difícil definir uma identidade e levando-nos em busca de uma espécie de princípio capaz de reger a produção de subjetividade.

As concepções de identidade desses dois teóricos se aproximam, pois ambos consideram que a definição da(s) identidade(s) requer considerar que tal noção é um processo de produção e um efeito de discurso. Nessa direção, as identidades são construídas no/pelo discurso, sendo necessário compreendê-las como resultantes de lugares históricos e de instituições.

A identidade, portanto, é tecida a partir da memória que emerge em determinados momentos e a cada emergência ocorre a produção de um novo sentido. Nessa perspectiva, dialogamos, também de forma complementar, com a noção de memória de Michel Pollack (1992), que pensa a construção da memória como uma estratégia de agentes e agências sociais para ancorar identidades, pois há, segundo o autor, uma ligação muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Tendo essas noções por princípio, a identidade que é construída na prática discursiva da imprensa escrita é produto de uma relação sucessivamente descontínua entre o discurso e a História. Assim, não é possível concebermos uma identidade

una e acabada, o que existem, são práticas de subjetivação que produzem identidades em contínua transformação.

A partir do “poder simbólico”⁴ atribuído, no discurso jornalístico, à credibilidade, justifica-se a escolha do editorial como texto objeto para análise no presente trabalho. Apoiamo-nos na concepção de editorial de Gerard Imbert de que esse tipo de texto constitui um gênero híbrido no discurso jornalístico. Concordamos com esse autor, quando afirma que o editorial simultaneamente mascara e desmascara, exprimindo tanto o desejo do redator de revelar seu ponto de vista, quanto sua dificuldade de se ocultar dentro da escrita. Além disso, o editorial se apresenta como um discurso jornalístico de dupla competência, defendendo os interesses do jornal, ao mesmo tempo em que busca representar a ação coletiva.

Consideramos que o editorial constitui um espaço de dissimulação do real, de produção de “efeito de verdade”, tendo em vista que é escrito com a pretensão de representar a visão oficial dos responsáveis pelo jornal acerca dos fatos narrados. É este, pois, o lugar do jornal onde o poder simbólico encontra-se em posição mais incógnita, por isso, é justamente nessa ilusão de “verdade” e “isenção” que são potencializados o controle e a regulação da sociedade através do discurso jornalístico.

Nisto incide o capital simbólico agregado ao discurso jornalístico: a estruturação em torno de um saber que o habilita como “qualificado” para inserir-se na ordem do discurso e a chancela de outras instâncias de poder sobre o que profere. Assim, é imprescindível que outras formas de poder estejam atreladas ao discurso jornalístico para que o poder simbólico desse discurso se efetive.

No intuito de dissecar o *corpus* em suas possibilidades de análise, elaboramos um instrumental metodológico que permitisse a liberdade de movimentação para contemplar as especificidades de cada texto e sua relação direta com o contexto em que foi gestado. Não nos prendemos, portanto, a uma análise baseada em princípios fechados, mas buscamos construir uma leitura que agregasse a possibilidade de ajustamento da teoria ao plano discursivo presente em cada editorial. No decorrer do próprio processo de análise dos textos, portanto, fomos realizando os ajustes necessários, recorrendo a uma leitura contrastiva, muitas vezes

⁴ Empregamos a noção de “poder simbólico” no sentido de Pierre Bourdieu (2000) segundo o qual, os grupos dominantes são beneficiados por um capital simbólico, difundido e reproduzido por meio de instituições e práticas sociais, que lhes habilitam a exercer o poder. Assim, esses símbolos atuam de modo a possibilitar a integração da sociedade por meio do consenso acerca do sentido do mundo social, o que contribui para a reprodução da ordem social predominante. É necessário descobrir onde esse poder simbólico encontra-se completamente incógnito, pois é justamente esse poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que o exercem.

“intuitiva”, a fim de revelar as semelhanças, diferenças e singularidades, que aparecem no discurso veiculado nos dois jornais analisados.

A análise foi direcionada segundo uma linha metodológica qualitativa de avaliação, abordando a constitutividade dos processos e estratégias discursivas circunscritos na concepção teórica da Análise do Discurso francesa. Dentro dos procedimentos metodológicos utilizados, principiámos com uma leitura adejante, a fim de entrar em contato mais direto com os editoriais a serem analisados e detectar as primeiras impressões que eles nos ofereciam. Em seguida, elaboramos uma série de questionamentos que nos “equipavam” para entrar nos domínios da linguagem: Quem fala? Contra quem ou a favor de quem fala? De onde fala? Qual o lugar institucional que lhe permite falar? Quais as motivações que os levam a exercer esse discurso? Quais as estratégias discursivas que usam? Como se processa esse “falar”? Quais as vozes sociais que participam do processo de articulação do discurso? Há, nesse discurso, algum espaço para a expressão de vozes contrárias?

Nos manuais que normatizam a redação jornalística ao longo do tempo, convencionou-se que os editoriais constituem o espaço reservado, “por excelência”, à opinião dos grupos responsáveis pelo jornal, por isso, não devem ser assinados, mas ser sempre redigidos em terceira pessoa para reforçar a imparcialidade do veículo de comunicação. Esse arranjo do texto serve para consagrar o editorial enquanto espaço destinado a assegurar uma ilusão de isenção jornalística, numa tentativa de apagamento da subjetividade.

A concepção de que o editorial não deveria ser assinado, ditada pelos padrões da grande imprensa, entretanto, deve ser vista à luz do entorno histórico que a circunda. Durante todo o período da Ditadura Militar – e não apenas no recorte de tempo focado por essa pesquisa (1977-1981) – quase não havia textos intitulados “editoriais”, nos jornais riobranquenses. No decurso dos acontecimentos que intensificavam o estado de vigilância por parte dos militares, os jornais se reservavam a publicar textos essencialmente informativos.

Tendo em vista a reflexão do contexto histórico sobre a produção jornalística local, os editoriais apareciam de forma escamoteada, sem título que os identificasse, mas com alto teor ideológico. Vale ressaltar, porém, que, embora a escrita dos jornais do período ditatorial em questão se caracterizasse pela linguagem informativa, a direção do jornal veiculava sua opinião em todos os números, o que percebemos pelo tratamento dado às notícias, pela angulação empregada nos demais textos, o destaque de títulos, a argumentação e pelo modo como eram construídas as imagens dos opositores do regime.

Assim, a identificação dos textos foi realizada por meio da observação de características essenciais na produção dos editoriais: a estruturação com vistas à persuasão, a

busca de direcionar a opinião do público, a apresentação gráfica destacada, o fato de vir nas páginas iniciais, o destaque entre as demais notas e a escrita em terceira pessoa tentando demonstrar imparcialidade.

Além disso, buscamos levantar outras particularidades nesses textos: a abordagem do tema referente aos acontecimentos contemporâneos e a análise de algumas diretrizes usadas pelos jornais na diagramação e linguagem. Geralmente, no jornal *O Rio Branco*, os editoriais vinham na página de número um ou três, quase sempre na parte superior, destacando-se das demais notas. O teor predominante nesses textos era o informativo, o editorialista primava pela escrita baseada na objetividade. Com a distensão política do regime militar, a partir de 1980, o jornal *O Rio Branco* passou a veicular os editoriais de forma essencialmente opinativa, através da definição de seção específica, intitulada “Opinião”. Esse texto era disposto na parte inferior da primeira página do jornal, destacado por bordas que o circundavam totalmente.

No jornal *Varadouro*, entretanto, não se obedecia a uma regularidade na construção dos editoriais. A linha editorial do jornal não ficava restrita apenas ao editorial, mas era manifesta em todos os textos, conforme comenta Silvio Martinello, em entrevista a Diniz (1991). Para esse jornalista, que foi um dos principais responsáveis pelo jornal *Varadouro*, a linha política desse periódico não era marcada apenas pelo editorial, mas pelo conjunto das matérias. Complementa o jornalista que os editoriais eram mais uma apresentação do que seria abordado naquele número do jornal. Assim, tendo em vista a ausência de uma categoria específica para nomear esses textos, consideramos editoriais, todos aqueles carregados por um teor argumentativo mais profundo e que recebiam destaque especial em sua apresentação.

A adoção de todos esses critérios para identificar os editoriais justifica-se por partirmos do pressuposto de que é preciso recusar a ilusão da transparência do discurso, esquivar-se dos “perigos” da compreensão automática, desconfiar das pressuposições, recusar as “análises prontas” em favor da que é “construída”. Dada a natureza móvel do discurso e ao fato de ser atravessado pela fragmentariedade dos sujeitos, cremos que não exista um modelo fechado e restritivo para realizar sua análise. Portanto, baseamos a leitura dos editoriais em princípios básicos que podem ser utilizados de forma separada ou coletiva.

Após essa reflexão inicial, passamos a uma análise mais profunda dos editoriais, baseada na seleção temática dos textos e na postura dos editorialistas em relação a cada momento enfocado. Posteriormente, buscamos observar quais as temáticas mais recorrentes, para, então, selecionar que editoriais, de um e de outro jornal, eram passíveis de serem

contrastados. Essa seleção, entretanto, não se baseou em regras formais, mas de sentido, já que nosso intuito foi privilegiar uma abordagem pautada em “eixos temáticos”. Estes permitiram delinear as vozes sociais a partir dos grupos temáticos mais recorrentes nos editoriais. Dentre os sujeitos enfocados, trabalhamos principalmente com os envolvidos na luta pela posse da terra (seringueiros, posseiros, índios e os “paulistas”⁵), buscando levantar os silenciamentos e a resistência, a identidade e a alteridade na construção dos discursos. Outra preocupação que norteou a pesquisa foi definir qual a posição dos jornais *Varadouro* e *O Rio Branco* frente aos movimentos sociais urbanos, e como a mídia escrita acreana construiu as representações da luta pela sobrevivência nas “periferias” de Rio Branco.

O texto jornalístico, seja de que linha editorial for, apresenta-se baseado em um intrincado jogo de poder, em que o “estatuto de verdade” no qual está baseado, costuma encobrir a contrariedade do discurso. Na maioria das vezes, ao chegar ao leitor, o texto impresso nas páginas dos jornais passa a ser encarado como verdade, sem que se busque averiguar se o que está escrito é verdadeiro ou falso, a não ser que o leitor esteja envolvido diretamente com o teor do texto jornalístico. Conforme assinala Robert Darnton (1990), apenas as pessoas que protagonizam ou que são ligadas a instituições envolvidas na notícia, procuram os créditos no final das reportagens. Além desse tipo de leitor, somente a concorrência busca saber quem assina textos sobre determinado assunto, em outro jornal.

O trabalho foi dividido em três capítulos, sendo que o primeiro foi dedicado às relações entre a **Imprensa Escrita e a Ditadura Militar**, no qual foram discutidos os processos de silenciamento de vozes vigentes no regime militar – nos âmbitos nacional e local –, bem como a construção discursiva das vozes sociais a partir de conceitos básicos trabalhados por Michel Foucault. No capítulo seguinte, **Estratégias Discursivas dos Editoriais**, foram investigadas as marcas da oralidade no jornal *Varadouro*, a padronização da linguagem em *O Rio Branco* e a construção de formações discursivas através das quais o passado “glorioso” do Acre e do Brasil são reinventados. Por fim, no terceiro capítulo, **As Vozes Sociais Nos Jornais O Rio Branco e Varadouro**, buscamos analisar a construção das vozes sociais através da representação imagética dos sujeitos discursivos, a partir do contraste entre editoriais dos dois jornais pesquisados. Neste último capítulo, dividimos a análise em quatro temáticas que se repetiram constantemente nos jornais *Varadouro* e *O Rio Branco*: silenciamentos e resistência em torno da luta pela terra, a identidade e a alteridade na construção dos sujeitos habitantes das florestas, a representação dos “paulistas” como novos

⁵ Nome genérico dado pelos seringueiros aos investidores do Centro-Sul do país que compraram boa parte das terras do Acre para implantação da pecuária, principalmente nas décadas de 1970 e 1980.

colonizadores do Acre ou arautos do Progresso, a representação dos habitantes da “periferia” e o discurso em torno dos movimentos sociais urbanos.

A partir da análise dos editoriais, buscamos desvelar como se articulavam as relações de poder durante a Ditadura Militar e que influência tem esses textos na sociedade de hoje, tendo em vista que as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes constitutivas, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época.

Esperamos, dentro das particularidades apresentadas, que a análise proposta possa contribuir para a compreensão do processo de abertura do regime militar no Acre, trazendo à tona o emaranhado de vozes sociais, hegemônicas ou silenciadas, que circularam no espaço dos editoriais dos jornais *O Rio Branco* e *Varadouro*. Temos também a expectativa de que, a partir do instrumental utilizado, seja possível identificar o lugar que a imprensa ocupou na construção do imaginário social riobranquense, desvelando e/ou ocultando a participação de sujeitos sociais no processo de construção da história acreana. Buscamos, portanto, contribuir para os estudos da linguagem no contexto acreano, trazendo à discussão quais as formas de institucionalização do discurso jornalístico e qual o papel da mídia nesse processo de “discursivização” da memória coletiva.

Capítulo I

A IMPRENSA ESCRITA E A DITADURA MILITAR

1.1 A imprensa escrita: vozes sob a Ditadura

A Ditadura Militar que se instalou no Brasil após o golpe de 1964 representa um período marcado pelo autoritarismo político. Sob o pretexto de buscar conter o avanço dos “comunistas” e silenciar os setores sociais que não mais aceitavam a política entreguista que marcou sucessivos governos brasileiros, os militares instauraram no país os chamados “anos de chumbo”. Perseguições, torturas, assassinatos, exílios, seqüestros, censura à imprensa e à produção intelectual foram algumas das manifestações da repressão articulada para fazer calar as vozes dissonantes. Voltando os olhos para a turbidez que marca a Ditadura Militar, é preciso indagar como as relações entre a imprensa e as vozes sociais se estabelecem nesse período.

Na luta pela afirmação de seu poderio os militares precisavam contar com algo além da força, eles elegeram como sua arma mais poderosa o discurso. De acordo com **Freda Indursky (1997)**, é justamente por apoiar-se em uma pretensa “naturalidade” e “familiaridade” que uma ditadura se sustenta. É essa normalidade que representa a maior violência dos regimes ditatoriais, a violência “simbólica, representada em seu efeito de senso comum, de discurso social estável, e fato de opinião pública, não de alteração da vida comum”.

Os líderes militares necessitavam dialogar com as elites e as camadas médias da sociedade para reforçar estratégias de convencimento que validassem suas ações. Assim, foi necessário “conhecer” os valores tidos por válidos para esses grupos sociais para, então, criar estratégias de persuasão. Por estar essencialmente voltado para as elites e a classe média, o discurso dos jornais acabou incorporando valores indiscutivelmente aceitos por esses grupos sociais. Os jornais atuaram de forma decisiva no processo de desagregação do governo de João Goulart, partilhando praticamente os mesmos ideais dos ditadores militares.

O poder fundado exclusivamente sobre a força ou sobre a violência descontrolada teria uma existência constantemente ameaçada, por outro lado, se exposto debaixo unicamente da razão teria pouca credibilidade (BALANDIER: 1982). É preciso que esse poder se efetive de maneira simbólica, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro ritual.

Como estratégia para se manter no poder, os militares buscaram na imprensa a legitimação de seus atos. Justificados pela burguesia, que, contraditoriamente, via o regime como salvaguarda dos “direitos democráticos”, os militares deixaram a marca da arbitrariedade em suas ações. Os decretos-leis constituíram-se no mecanismo mais viável para driblar o poder legislativo, sendo possível por meio destes, expurgar políticos e servidores públicos que representassem ameaça para o regime.

A imprensa desempenhou uma função estratégica na disseminação do ideário do regime militar. Cabe questionar, entretanto, por que essa foi a instância escolhida para realizar essa incumbência e quais os interesses que a levaram a se prestar a tal encargo. A análise que Gérard Imbert (1988) realiza sobre a dupla competência do jornalismo lança luzes para a compreensão desses questionamentos. Para o autor, o jornalismo desempenha tanto é uma função social quanto política. Pela primeira, age como mediador de opiniões, levando ao governo as demandas da sociedade civil; pela segunda, atua exercendo seu poder discursivo de emitir e mediar opiniões, informando o poder sobre a opinião da sociedade civil e sobre o realinhamento político-ideológico.

Dessa forma, a manutenção de relativa liberdade de imprensa logo que o golpe militar foi deflagrado era estratégica para firmar alianças a fim de garantir a legitimação do poder oficial. A aliança entre mídia e política era duplamente vantajosa, de um lado, o controle do simbólico era alvo dos governos militares para aumentar seu poderio, de outro, os grupos que controlavam a grande imprensa se mostravam exultantes com a possibilidade de gozarem dos privilégios do regime.

Diante disso, as relações entre mídia e poder político durante a Ditadura Militar são pautadas, em linhas gerais, na contrariedade. A imprensa não era passiva diante dos interesses do governo, ela tinha também seus próprios interesses. Não podemos perder de vista os interesses corporativos em jogo para que o jornal se mantivesse em circulação. É evidente que a censura impunha uma ambiência de suspeição e temor não apenas do ponto de vista físico ou econômico, mas é preciso também lembrar que o apoio da mídia ao poder oficial, muitas vezes se dava numa relação consciente, baseada na permuta de favores.

A partir de 1968, porém, desencadeia-se um processo de intensificação da repressão, posto em prática pelo governo militar em resposta às várias manifestações encabeçadas pelo movimento estudantil, passeatas, oposição da guerrilha e insatisfação generalizada de vários setores sociais. Os militares se valiam, assim, de potente e vasta rede de informações e leis, a fim de manter os meios de comunicação sob vigilância freqüente, determinando de forma incisiva e direta os discursos que podiam ser ou não pronunciados.

O marco desse período de fechamento do regime foi o Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968. A censura, agora definitivamente instalada, mudaria ainda mais a rotina nas redações da grande imprensa, fosse pela vigilância dos censores ou pelo jogo de interesses que ditava a auto-censura das matérias. Este Ato Institucional afetava diretamente a legislação de imprensa, conferindo, em seu artigo nove, ao presidente da República, poderes para a imposição de censura prévia sobre os meios de comunicação, bastando-lhe para tanto que julgasse tal ato “necessário à defesa da Revolução”. Durante os anos seguintes, a vigilância e o controle foram largamente utilizados e todos os veículos de comunicação foram duramente censurados.

Havia também a censura ideológica no que concerne à manutenção de direitos ou *status quo* por parte dos donos de jornais ligados ao viés político dominante. De acordo com Beatriz Kushnir (2004), parte da imprensa não recebia censura pelo militares. A censura das notícias, muitas vezes, era feita pelo próprio dono do jornal, que censurava algumas notícias conforme seus interesses. Outra prática comum era a de publicar informes vindos do governo como se fossem produzidos pelos próprios jornalistas.

Conforme a divisão apresentada por Maria Aparecida Aquino (1999), os dez anos em que a repressão se demonstrou com maior força no Brasil podem ser divididos em três momentos principais. A primeira fase (1968-1972) é marcada pela estruturação da censura, atingindo todos os periódicos indistintamente. O segundo momento (1972-1975) é marcado pela institucionalização da censura prévia aos órgãos de divulgação que se opunham ao regime, proibindo-se a divulgação de qualquer material que se enquadrasse como um “plano subversivo” ou “atentasse” contra a segurança nacional. Na terceira fase (1975-1978), a censura se manifesta de forma mais seletiva, ocorrendo principalmente sobre a chamada imprensa alternativa.

Pelo quadro histórico acima, percebemos que a censura exerceu controle sobre uma diversidade de produção de vários órgãos de divulgação, raramente agindo de modo aleatório ao sabor das influências de caráter esporádico e individual (AQUINO, 1999, p. 249). Nessa perspectiva, a atuação da censura se processou de forma heterogênea, modificando suas formas de repressão de acordo com os interesses do regime.

Com a revogação do AI-5, em dezembro de 1975, a imprensa brasileira passaria a desempenhar uma nova configuração frente ao período de abertura política do regime militar. O governo do general Ernesto Geisel desencadeou o movimento dos militares no sentido de promover a abertura “lenta, gradual e segura”, marcando o fim de um turbulento período em que vigorou o esvaziamento do debate político no cenário da imprensa. Começava, porém, a

vigorar nos meios de comunicação um outro tipo de controle, marcado pela exacerbada valorização do mito da imparcialidade jornalística.

O recorte temporal escolhido como base para a presente pesquisa, que se estende desde 1977 a 1981, coincide com esse processo de distensão do regime militar. Nesse período em que coincide a circulação dos dois jornais pesquisados, *O Rio Branco* e *Varadouro*, o Acre atravessava um momento singular em sua história. Essas mudanças não se davam apenas no contexto econômico, através da substituição do sistema baseado no extrativismo da borracha pela agropecuária, mas também demonstravam uma série de transformações de ordem social e política.

O modelo de ocupação planejado pelos governos militares para a Amazônia, baseado na lógica de ocupar o “vazio demográfico” da região, incidia diretamente na configuração social do Acre nesse momento de transição. A venda das terras acreanas a preços irrisórios para vários pecuaristas, oriundos principalmente do Centro-Sul do país, retirava os trabalhadores da floresta e lhes negava as mínimas condições de sobrevivência. Os seringueiros, expulsos de suas terras foram obrigados a se dirigir à zona urbana, principalmente à cidade de Rio Branco, ocasionando o surgimento de várias “ocupações” na capital, que, posteriormente, constituiriam os bairros “periféricos”. Grande parte da população indígena que habitava esses seringais migrou para outras áreas; outros, porém permaneceram nas fazendas, tornando-se “peões”.

Diante desse quadro de efervescência social, a imprensa escrita riobranquense atuou na produção de sentidos que permeiam a memória social e viabilizam o registro de diferentes itinerários e arranjos relacionais. Para uma leitura mais efetiva acerca das interfaces da Ditadura Militar no Acre, portanto, é recomendável fazer um “passeio” pelos jornais mais atuantes nesse período de distensão do regime. Através da análise do entorno histórico que respalda esses periódicos, é possível mapear simbolicamente e discursivamente a complexidade e as tensões no campo das relações de poder.

1.1.1 Jornal *O Rio Branco*: a imprensa acreana em busca de profissionalização

O jornal *O Rio Branco*, Órgão dos Diários Associados de Assis Chateaubriand⁶, surgiu no cenário da imprensa acreana em 20 de abril de 1969. O periódico apresentava uma nova proposta jornalística pautada na especialização da imprensa nacional, que foi iniciada a partir da implantação de vários cursos de Comunicação Social. A inovação ficava por conta de seu pioneirismo na imprensa local, evidenciado em seu projeto gráfico, com a adoção de matérias mais curtas e diretas, colunas mais ilustradas, maior uso da fotografia como instrumento discursivo e a divisão dos assuntos em seções específicas.

Com a implantação do jornal *O Rio Branco* começava a ser esboçado o processo de profissionalização da imprensa local, através da regularização da atividade junto à Delegacia Regional do Trabalho. Nas redações dos jornais, aumentava o quadro de funcionários, figuras como o revisor de textos, o foto-jornalista e o diretor comercial passavam a atuar de maneira mais latente no processo de dinamização da apresentação gráfica e retórica dos jornais, contribuindo para a articulação entre o jornal, os interesses mercantis de seus mantenedores e o público leitor.

A divisão do trabalho nas redações acompanhou a divisão estrutural dos jornais com a criação das várias editorias temáticas, agrupando os assuntos mais comuns da publicação. Assim, as colunas foram se especializando e as áreas de interesse do público leitor foram sendo setorizadas. A tendência, então, passou a ser agrupar as colunas social, de esportes, policial, política, que foram sendo marcadas em um lugar específico do jornal, como forma de otimizar a leitura. A distribuição dos assuntos entre essas páginas de variedades também revela a influência do contexto do regime militar sobre os jornais, quando se observa, por exemplo, que os acontecimentos sobre os movimentos de “subversão” compunham a página policial e não a política.

A primeira equipe jornalística de *O Rio Branco* era composta pelo diretor superintendente Epaminondas Correia Barahuna, o redator-chefe Ubirajara Omena e o diretor Petrônio Gonçalves de Almeida. Faziam parte do corpo de redatores José Chalub Leite, José de Souza Lopes, Elzo Rodrigues, Francisco Cunha Filho e Edno Thadeu Cavalcante Monteiro.

⁶ Assis Chateaubriand (Umbuzeiro, 1891 – São Paulo, 1968), jornalista e empresário, fundou os Diários Associados, maior cadeia de imprensa do Brasil, sendo composta por 34 jornais, 36 emissoras de rádio e 18 de televisão, uma agência de notícias, uma revista semanal (*O Cruzeiro*), uma mensal (*A Cigarra*), várias revistas infantis e uma editora.

O público leitor do jornal era basicamente composto pelas elites acreanas e órgãos do poder. Entre os assinantes de *O Rio Branco*, logo no início de sua circulação, podem ser citados o Governo do Estado do Acre, Assembléia Legislativa Estadual, FADACRE (Faculdade de Direito do Acre), Departamento de Geografia e Estatística, Banco Real, SUNAB, Prelazia do Acre e Purus, Lourival Marques, Alberto Zaire, Áulio Gélío, Ferraz e Azevedo, Maria Strano, José Eugênio Bezerra de Araújo, Raimundo Escócio Faria, Tetsuo Kawada, Jorge Araken, Adonai Santos, Labib Murad e Boaventura Moreira⁷. Os exemplares podiam ser adquiridos em vários postos de vendas na cidade, sendo comuns anúncios de assinaturas mensal, anual e semestral.

A publicação de um jornal diário constituía um marco para a imprensa acreana. Os jornais riobranquenses que circulavam durante a Ditadura Militar eram caracteristicamente irregulares, com publicações ora mensais, ora semanais, ora quinzenais, variando conforme a disponibilidade de recursos para sua manutenção. Na imprensa acreana, até então, predominava um quadro de extrema dependência de incentivos financeiros do governo, constituindo uma produção oscilante e vulnerável.

Apesar de permanecer em circulação de forma contínua, a publicação de *O Rio Branco* esteve sujeita às adversidades que se demonstravam tanto do ponto de vista financeiro quanto ideológico. Conforme salienta Flávia Domingues (2002), a primeira edição de *O Rio Branco*, feita em linotipo à base de placas de chumbo, foi de 16 páginas, subdivididas em três cadernos, sendo, posteriormente, reduzida pela metade devido à grande dificuldade e custos de impressão.

Do ponto de vista ideológico, as sanções também eram freqüentes. Por ter surgido em plena vigência do AI-5, o jornal teve como marca a oscilação entre o desejo de informar e a necessidade de adequação dos textos que publicava aos ditames da censura. Assim, a tentativa de agregar esse duplo encargo fez com que o grupo de redatores, revisores e diretores estivessem atentos ao que podia ser ou não publicado. Conforme ressalta Ilson Lima do Nascimento, que trabalhou como revisor de *O Rio Branco* entre os anos de 1972 a 1977, nos primeiros anos em que o jornal circulou, foi preciso muita habilidade para lidar com a censura imposta pelos militares:

Eu entrei em 72 no *O Rio Branco* como revisor e tinha como obrigação acompanhar o texto dos repórteres e... era ainda no tempo da repressão e isso complicava de qualquer maneira o seu direito de liberdade. (...) A gente tinha que acender uma vela para o Diabo e outra pra Deus, essa era a realidade, pois nós tínhamos

⁷ Informação constante no jornal *O Rio Branco*, 31 de out. 1970, ano II, n. 399, p. 1.

que trabalhar. Com o golpe de 64 nós vivíamos em plena repressão e muitas vezes o Zé [José Chalub Leite] que já era o editor geral do jornal, tinha que recolher matérias, tirar, deixar de publicar, devido a pressão das Forças Armadas, o exército local. Eles fiscalizavam. Houve uma ou duas vezes que o exército chegou a cercar a sede do jornal *O Rio Branco*, ali no centro, na Avenida Ceará. (Ilson Nascimento *apud* DOMINGUES, 2002, p. 25).

A fala do revisor de *O Rio Branco* chama a atenção para a duplicidade inerente à atuação da imprensa nos anos de maior fechamento do regime. De um lado, era preciso dialogar com o público, levar a informação, de outro, era também necessário não despertar a cólera dos militares para poder continuar em circulação.

Desde sua fundação, o jornal já se encontrava inevitavelmente atrelado ao poder oficial. A visita do então Presidente da República, Artur da Costa e Silva⁸, à redação do jornal antes mesmo de sua fundação, em 08 de agosto de 1968, assinalava o aval do poder ditatorial ao mais novo “associado.

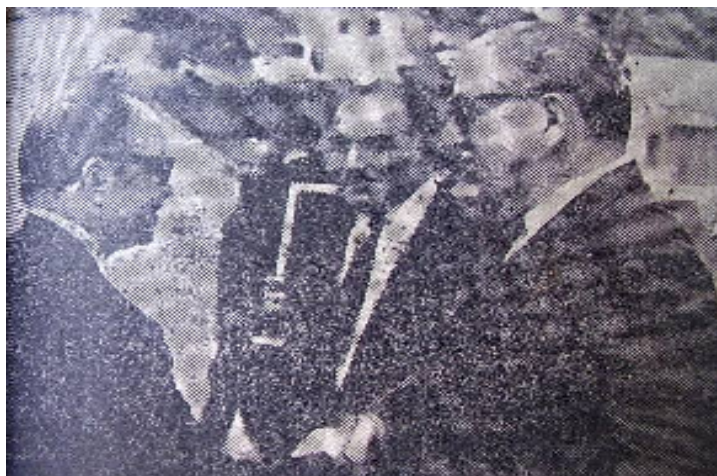


Figura 01: Foto registrando a visita do Presidente Costa e Silva às redações do jornal *O Rio Branco*, em 1968. À esquerda, Epaminondas Barahuna, cumprimentando o Presidente Costa e Silva. Ao centro o então governador Jorge Kalume. Fonte: Edição de n. 1926 do jornal *O Rio Branco*, publicada em 11 de fev. 1977, p. 5.

A visita presidencial ao Acre se deu pela preocupação dos militares em resguardar as áreas de fronteira. Uma outra preocupação era consolidar a cobertura ideológica em todo o país, daí a grande importância da visita às redações do jornal *O Rio Branco*, periódico que completava a cadeia dos “Diários Associados” em todo o território brasileiro.

Até o final da década de 1970, o jornal *O Rio Branco* permaneceu integrado à rede de Diários Associados, passando, a partir de então, a ser comandado pelo grupo de Luiz

⁸ Costa e Silva: em 1968 visitou “Associados”. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 11 fev. 1977, ano VIII, n. 1926, p. 5.

Tourinho, diretor do jornal *Alto Madeira*, que circulava em Porto Velho, Rondônia. Esse diretor deu o tom empresarial ao jornal, investindo na estruturação do quadro de funcionários e em uma maior articulação para a comercialização do jornal. Até o ano de 1981, período limite enfocado por essa pesquisa, *O Rio Branco* teve três diretores⁹. O primeiro foi Petrônio Gonçalves, que dirigiu o jornal até o início da década de 1970, sendo substituído pelo jornalista José Chalub Leite. Com a entrada deste jornalista, *O Rio Branco* ganhava um formato mais dinâmico, ajustando seu foco às questões acreanas. Ícone da história da imprensa acreana, Chalub Leite permaneceu até o dia 06 de janeiro de 1978, comandando durante quase oito anos o jornal. Eduardo Mansour, que trabalhou inicialmente como diretor de publicidade, foi o terceiro diretor de *O Rio Branco*. Assumiu o posto após o pedido de dispensa de Chalub Leite, que deixava o jornal para assumir a direção do *O Jornal*.

A interferência direta da censura exercida pelo Exército no jornal *O Rio Branco*, por vezes, impediu que o periódico circulasse. Conforme relata Ilson Nascimento, ao saber que alguma notícia desagradável aos militares estava para ser publicada, os censores entravam em ação:

De repente, se surgisse uma matéria que não fosse do agrado do pessoal do exército e eles ficassem sabendo antes da circulação da edição, eles chegavam simplesmente e *vup...* balançavam e caía toda a página. (...) Teria que começar tudo novamente. (...) Muitas vezes, quando ocorria esse tipo de acidente o jornal deixava de ir para as bancas no dia seguinte, porque não dava tempo de se montar novamente tudo. (Ilson Nascimento *apud* Domingues, 2002, p. 30).

A ocorrência desses “acidentes” se dava, vez por outra, sendo necessário publicar notas a fim de “esclarecer” o motivo da falta de circulação do jornal. As “justificativas” mais freqüentes nessas notas eram a “falta de energia elétrica”, que realmente era constante na década de 1970, ou problemas técnicos nas linotipos.

Aliado aos problemas dessa natureza, os responsáveis pelo jornal tinham no isolamento do Acre em relação ao resto do país um outro obstáculo para que o jornal pudesse estar nas bancas. Assim, não apenas as notícias nacionais eram publicadas com algumas semanas de atraso, mas também as que ocorriam no interior do Estado. As dificuldades que marcavam o sistema de comunicações podiam ser visualizadas na tardia disponibilização do serviço de discagem direta à distância – que apenas em 1977 foi colocado à disposição dos riobranquenses –, na precariedade das entregas feitas pelos Correios, no pequeno número de

⁹ Informações constantes nos editoriais: “Eduardo Mansour na direção de O RIO BRANCO” (*O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 07 jan. 1978, ano IX, n. 195, p. 1) e “O Rio Branco”: 09 anos a serviço do Acre (*O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 20 abr. 1978, ano IX, n. 273, p. 5).

aeronaves que atendiam o Estado e na intrafegabilidade das estradas que ligavam o Acre a outras regiões do país (NABOR JÚNIOR, 1977, p. 75).

Nessa direção, a periodicidade das notícias era baseada em relações sazonais: mais intensas durante o verão, quando o acesso era mais fácil, e mais raras durante o inverno. Mesmo quando não havia notícias suficientes para compor a edição, o espaço do jornal tinha de ser preenchido. Assim, um dos recursos mais utilizados em *O Rio Branco*, dado o isolamento geográfico, foi a matéria “gillete”, como foi apelidada por José Chalub Leite (DOMINGUES, 2002, p. 26). A técnica consistia em retirar com uma lâmina notícias dos jornais de maior circulação do país. Dentre essas manchetes “recortadas”, as mais frequentes giravam em torno dos atos dos governos militares.

Apesar das dificuldades, o jornal representou um divisor de águas na história da imprensa no Acre. Sua maior façanha foi conviver com a interferência direta da censura desde o início e habilmente conseguir permanecer em circulação. Há trinta e oito anos no cenário da imprensa escrita riobranquense, *O Rio Branco* constitui-se em um vasto material de pesquisa, através do qual é possível recompor os embates das vozes sociais e perceber a configuração das relações de poder nas últimas décadas.

Assim, voltar os olhos para perceber o que têm a dizer as páginas amareladas desse que foi um marco na história da imprensa acreana representa abandonar noções pré-concebidas. Perceber as regularidades e rupturas no discurso de *O Rio Branco* representa empreender uma viagem em que o debate entre a linguagem e a história é fundamental.

1.1.2 Jornal *Varadouro*: a imprensa alternativa na construção das vozes sociais

Quase oito anos após o surgimento do jornal *O Rio Branco* começava a circular *Varadouro*, “o jornal das selvas”, como se auto-intitulava. O recrudescimento do regime militar foi o pano de fundo que permitiu o aparecimento desse periódico. Inserido no que se convencionou chamar de “imprensa alternativa”, adotava uma linguagem combativa e projeto gráfico peculiar. A proposta principal era registrar as consequências da expansão agropecuária no Acre, dando voz a índios, posseiros, seringueiros e tantos outros excluídos socialmente. Era um jornal cuja criatividade diferia dos demais pertencentes a esta categoria, produzidos no restante do Brasil. Esse diferencial estava no fato de manifestar em suas páginas um “jeito acreano”, tanto do ponto de vista da linguagem quanto do próprio projeto gráfico, não

possuindo, como aponta Kucinski (1998), nenhum ranço da linguagem doutrinária dos demais alternativos nacionais.

Compreender o papel de *Varadouro* nesse momento de transição da história nacional requer, antes, uma discussão acerca do que representou a “imprensa alternativa”. O contexto da imprensa brasileira se apresentava marcado, na década de 1970, pela circulação de vários jornais de tamanho tablóide, que se caracterizaram pela linha editorial cáustica e de oposição ao regime militar. Esses jornais ficaram mais conhecidos como imprensa alternativa. Concordamos com Sérgio Caparelli (1986, p. 48-49), quando afirma que a imprensa alternativa, não se restringiu apenas ao período da Ditadura Militar, atuando em momentos decisivos da história do Brasil e de outros países. Entretanto, foi durante o regime militar que esses veículos de comunicação alcançaram maior expressividade.

Conforme assinala Bernardo Kucinski (1998, p. 178), ao final de 15 anos de Ditadura Militar no Brasil, nasceram cerca de 160 periódicos de vários tipos – satíricos políticos, feministas, ecológicos, culturais – que tinham como traço comum a intransigente oposição ao governo. Esses periódicos foram chamados, inicialmente, de “imprensa nanica”, tendo em vista o pequeno formato adotado pela maioria, como o dos tablóides. Posteriormente, adotou-se a expressão “imprensa alternativa” para designar os veículos de comunicação que se contrapunham à ideologia dominante veiculada pelos jornais da grande imprensa. A principal crítica da imprensa alternativa à chamada grande imprensa era devido ao fato de que esta adotava uma postura de apoio ao regime militar ou não o contestava claramente.

Nesse sentido, o termo “alternativo”, apresenta-se ligado à noção de “alterações”, “transformações” e “mudanças”. Conforme a definição constante na Enciclopédia Koogan-Houaiss (1999), significa escolha entre duas possibilidades ou algo que se pode escolher entre partes opostas. Essa maneira de efetivação do jornalismo surgia como contraponto à imprensa ligada ao poder oficial, atuando como uma voz insurgente que propunha debruçar-se sobre os conflitos humanos.

Em todo o país surgiram vários jornais alternativos, dentre os quais se destacaram os seguintes, que circularam nos grandes centros: *Pif-Paf*, *O Pasquim*, *Movimento*, *EX*, *Folha da Semana*, dirigida por Arthur Poener, *o Bondinho*, editado por Sérgio de Souza, *O Sol*, entre tantos outros.

No contexto acreano, a expressão maior da imprensa alternativa foi o jornal *Varadouro*, tablóide que se propunha a discutir os principais conflitos existentes no Acre na transição da década de 1970 para a de 1980. *Varadouro* desempenharia um papel fundamental

na ascensão dos movimentos sociais acreanos, servindo como órgão divulgador das principais lutas e bandeiras das camadas pobres da população.

A própria escolha do nome *Varadouro* - termo que designa pequena estrada aberta pelo seringueiro para ligar o barracão ao seu local de trabalho - revela a intenção dos responsáveis pelo jornal de dialogar sobre os principais conflitos existentes no Acre na passagem da década de 1970 para a de 1980. O nome do jornal suscitou curiosidade, principalmente por parte de leitores de outros estados brasileiros, como observamos na seguinte carta de um leitor do Ceará, comentando a propriedade do nome do jornal:

Recebi um exemplar do n. 4, no qual está minha entrevista. Devo dizer que sempre que dou uma divulgada no “Varadouro” é incrível a vibração. Se vocês não leram “Um Paraíso Perdido”, de Euclides da Cunha, leia a referência sobre “Varadouro”. Ali, eu descobri a propriedade do termo que escolheram para o jornal. (Cartas. *Varadouro*. Rio Branco-AC, nov. 1977, ano I, n. 05, p. 02).

A definição que Euclides da Cunha dá ao termo “varadouro” refere-se a “veredas ou trechos rapidamente abertos e que têm por objetivo passar de um rio para outro em curtíssimo tempo, às vezes encurtam grandes distâncias, comunicando seções de um mesmo rio” (CUNHA, 1999, p.254). No caso deste jornal, a escolha do nome não foi despretensiosa. A palavra “varadouro” remete à idéia de ruptura, sair impetuosamente, “encurtar as distâncias”. Era essa a proposta do grupo de redatores do jornal: romper com o modo servil de se fazer imprensa no Acre, o qual sempre privilegiou como sujeitos as elites, desconsiderando os trabalhadores acreanos, tanto da floresta quanto da cidade.

Uma outra definição do termo pode ser observada na Enciclopédia Koogan-Houaiss (1999), segundo a qual o verbete “varadouro” é descrito como “ponto onde várias pessoas conversam e descansam”. Por essa acepção, podemos perceber a estreita relação desse jornal como elemento agregador dos militantes dos movimentos sociais acreanos. O público leitor de *Varadouro* não estava restrito ao Acre, extrapolava as distâncias que separavam o isolamento do Estado em relação às discussões dos problemas nacionais.

Para que *Varadouro* adquirisse esse respaldo em vários lugares do Brasil e do mundo, a ligação com a Igreja Católica foi fundamental. A contribuição da Igreja não se deu apenas pela disponibilização de recursos financeiros para impressão das primeiras edições do jornal, mas principalmente pela influência na definição da linha editorial do periódico. O posicionamento preferencial pelos pobres, presente nas idéias defendidas pela Teologia da Libertação, são também latentes em *Varadouro*.

Tal influência é perfeitamente compreensível se considerarmos que os jornalistas que estavam à frente do jornal, Silvio Martinello e Elson Martins da Silveira, eram ex-freis, adeptos das idéias progressistas que se instauravam na Igreja através da Teologia da Libertação. A ligação dos responsáveis pelo jornal com os movimentos sociais foi responsável pela linha editorial mais “despojada” e ligada às lutas cotidianas dos grupos marginalizados. Essa descontração pode ser vista, a seguir, na apresentação da equipe do jornal:



Figura 02: Foto da equipe de *Varadouro*: Elson Martins, Sílvio Martinello e Alberto Dantas. Fonte: Jornal *Varadouro*. Rio Branco-AC, mai. 1978, Ano I, n. 09.

Além disso, o surgimento de *Varadouro*, como discute Costa-Sobrinho (2001, p. 153) foi gestado no próprio seio da Igreja Católica, devido à necessidade de outro periódico, com outro formato, que se encarregasse de veicular as questões sociais exigidas por aquele momento que o Acre atravessava. A referência do autor a “outro periódico” se dá por já existir em circulação, naquele período, um veículo de informações responsável pela denúncia contra a opressão sofrida pelos pobres: o Boletim Diocesano *Nós Irmãos*. Este, entretanto, não comportava mais o grande número de reivindicações que a população requeria, fazendo-se, assim, necessária a criação de um jornal específico para debater essas questões.

Em torno dessa idéia, reuniram-se o Bispo Dom Moacyr Grechi, José Mastrangelo, João Maia, Elson Martins, Silvio Martinello e Antônio Marmo (idem, p. 154). A Igreja buscava fortalecer a atuação das Comunidades Eclesiais de Base no trabalho de

conscientização, organização e mobilização, principalmente entre as camadas mais humildes das regiões rurais e “periferias” da cidade.

A primeira formação da equipe de *Varadouro* ficou assim definida: a direção ficou sob a responsabilidade de Elson Martins, a fotografia, ao encargo de Adalberto Dantas; a diretoria financeira, sob os cuidados de Abrahin Farhat Neto e a equipe de redação foi composta pelos redatores Célia Pedrina Rodrigues Alves, Elson Martins da Silveira, Luiz C. Carneiro, Rosa Maria Carcelen, Silvio Martinello e Terri Vale Aquino.

Sobre essa formação, é interessante notar o caráter polivalente da equipe, já que algumas funções são ocupadas pelas mesmas pessoas. Um outro aspecto que vale ressaltar é a inovação, revelada com a presença das mulheres na composição da equipe de redação do jornal, rompendo com uma tradição mantida em quase toda a existência da imprensa acreana, a qual vedava às mulheres o poder de manifestar livremente seu discurso através da escrita.

Em maio de 1977, *Varadouro* começou, então, a circular. Para garantir a confecção do primeiro número do jornal foi necessário importar 300 quilos de chumbo em barra para a composição das letras usadas para impressão do jornal. A necessidade de tal importação se deu em virtude de que, na época, a impressão dos jornais acreanos era feita nas velhas linotipos alimentadas por chumbo em barra (COSTA SOBRINHO, 2001, p. 160).

O jornal enfrentava dificuldades para garantir sua impressão. A primeira edição, que circulou em maio de 1977, foi composta e impressa nas oficinas do SERDA – Serviço de Divulgação do Estado do Acre), mais conhecida como Imprensa Oficial do Estado. O impacto causado pelo primeiro número do jornal abalou as estruturas do poder político acreano, tendo como consequência a recusa do SERDA para fazer a impressão do segundo exemplar.

Conforme informações constantes no jornal *O Rio Branco*¹⁰, para imprimir a primeira edição de *Varadouro*, o SERDA fez algumas exigências: os responsáveis pelo novo periódico tinham que adquirir no mínimo 200 quilos de chumbo para linotipo em São Paulo, a impressão só poderia ser feita em horários extras, e a máquina impressora tinha que ser uma das mais antigas da oficina, que estava “toda amarrada com envira e cada impressão que faz é um estremecimento expresso num ensurdecador *fulap*”.

A edição de número dois contou, então, com as oficinas do jornal *O Rio Branco*. Contudo não foi possível continuar imprimindo o alternativo nas oficinas desse jornal, uma vez que as divergências de posicionamento entre os dois periódicos eram latentes. Assim, a partir da terceira edição, os responsáveis por *Varadouro* enfrentaram uma verdadeira

¹⁰ “Varadouro” nas ruas. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 06 jun. 1977, ano IX, n. 0014, p. 3.

peregrinação a fim de disponibilizar o jornal para o público, passando a ser impresso em gráficas de São Paulo, Belém, Porto Velho e Manaus.

As dificuldades enfrentadas para imprimir as edições de *Varadouro* acabaram por influenciar no caráter irregular da periodicidade do jornal. Projetado inicialmente para circular quinzenalmente, o jornal passou a ter circulação mensal, estando sujeito ainda a atrasos consideráveis. Durante quase um ano, entre a edição de número 20 (maio de 1980) e a de número 21 (abril de 1981), o jornal esteve fora de circulação dada a falta de recursos para impressão.

Essa trajetória de recusas é compreensível se considerarmos que *Varadouro* compõe um espaço discursivo atravessado pela interdição. A não aceitação dos detentores do poder econômico e político em relação ao jornal era baseada em uma recusa ainda maior: a das vozes dos pobres.

A definição da linha de conduta do jornal, declarada no editorial da primeira edição, reforça o caráter insurrecional que marcava o periódico:

VARADOURO é, pois, um dever de consciência de quem acredita no papel do jornalista. É propositadamente feito aqui, na “terra”. Sai, portanto, de uma forma rude, cabocla, sem técnica, cheio de limitações e gerado pela necessidade de colocar em discussão os problemas de nossa região, do nosso tempo e principalmente de nossa gente.

É um desafio, até certo ponto, incômodo. Sabemos que seremos amados e mal-amados. Mas ainda achamos que vale a pena assumi-lo, porque acreditamos que o homem acreano e o da Amazônia em geral merecem muito mais do que simplesmente o “berro do boi”. (Aos Leitores. *Varadouro*. Rio Branco-AC, mai. 1977, ano I, n. 1, p.1).

No fragmento acima, o enunciador consegue reunir vários elementos informativos acerca do jornal. Em primeiro lugar, destaca-se o tom provocativo que permeia esse editorial de estréia e está presente em todos os demais números do jornal. Segundamente, é marcada a proposta de fazer um jornalismo com a “cara do Acre”, como percebemos pela referência à forma “rude” e “cabocla” que o periódico adotaria.

A linguagem coloquial é outra marca que o editorialista utiliza para caracterizar o jornal, recorrendo a termos como “feito”, em vez outros mais comuns na linguagem jornalística vigente, como “produzido” ou “editado”. A consciência de que seriam “amados” e “mal-amados” apontava para o caráter agregador e desagregador inerente à imprensa alternativa. Finalmente, a riqueza discursiva presente no trecho acima é revelada pela declaração de que o acreano e o amazônida merecem muito mais do que “berro do boi”. Por essa declaração, o jornal marcava seu posicionamento contrário aos efeitos da implantação da pecuária no Acre e as consequências desse processo para os habitantes das florestas.

Além dos editoriais, uma leitura da seção de Cartas de *Varadouro* auxiliou-nos a recompor um conjunto de informações sobre o alcance do jornal. Rapidamente o jornal passou a contar com leitores de Estados de todas as regiões do país, dentre os quais podemos citar: Manaus, Pará, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal, Paraíba, Pernambuco, Recife, Rio Grande do Sul. A circulação de *Varadouro* estendeu-se por universidades brasileiras, presídios em que se encontravam presos políticos e até por outros países como o México e Panamá, dos quais recebeu correspondência do *Comité Cristiano Mexicano de Apoyo a los Perseguidos en América Latina*, o que demonstra a larga aceitação do jornal e sua referência como periódico de linha editorial contrária à Ditadura Militar.

Ao acompanhar o fenômeno nacional de fortalecimento da imprensa alternativa, *Varadouro* recebeu apoio de outros jornais que também adotavam essa linha editorial contrária ao regime militar, dentre os quais estão *Opção*, editado em Alagoas; *Posição*, do Espírito Santo; de São Paulo, *Versus* e *Movimento*; do Rio de Janeiro, *Pasquim* e *Pingente*; de Minas Gerais, *Mutirão* e do Piauí, *Chapada do Corisco*.

No cenário da imprensa acreana, *Varadouro* constitui um instrumento de crítica e resistência, mostrando as vozes dos sujeitos sociais excluídos da ordem do discurso. No momento de ebulição político-social que viveu o Acre no final da década de 1970 e início da década de 1980, esse jornal alternativo representou um instrumento decisivo no apoio às lutas sociais que se articulavam contra a expulsão das populações tradicionais da floresta para que a pecuária fosse implantada.

1.2 O discurso e a construção das vozes sociais

Na tentativa de analisar o discurso em contraponto com as vozes sociais, nossa pretensão não é fazer uma discussão minuciosa sobre a periodização da Análise do Discurso ou de toda a teoria foucaultiana; mas, abordar os pressupostos teóricos nos quais nos apoiamos para estudar o *corpus* da pesquisa. Nesse contexto, trabalharemos com os conceitos que nos são pertinentes para a análise, a saber, **o discurso, o sujeito, o enunciado, as formações discursivas, o arquivo** e como estes transitam pela configuração das relações de poder.

1.2.1 O discurso

A singularidade da proposta de análise do discurso em Foucault reside no convite que esse autor faz para que recusemos, antes de tudo, as explicações unívocas e a busca do sentido imanente das coisas. Nos escorregadios domínios da linguagem, é preciso ficar, ou pelo menos tentar ficar, simplesmente no nível de existência das palavras, das “coisas ditas” (Foucault: 1996). Assim, não aportamos em uma análise sobre o que está “por trás” dos editoriais pesquisados, mas buscamos trabalhar arduamente com o próprio discurso, perquirindo-o, indagando-o, deixando-o aparecer em sua peculiar complexidade.

A proposta de Foucault, ao recomendar que fiquemos no nível das “coisas ditas”, entretanto, não representa que estamos declarando a completa autonomia do discurso ou afirmamos que este organizaria a si mesmo e as práticas sociais. Para Foucault, o discurso não é apenas uma “ordenação de objetos” ou grupo de signos, mas está centrado nas relações de poder. Assim, não existe discurso “neutro”, pois ele traduz as lutas ou sistemas de dominação. Nesse sentido, convém abandonar a visão triunfalista do significante, pois a palavra por si só não é capaz de dizer muito:

...gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. (...) Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. (Foucault, 2004, p. 56).

A afirmação inicial de que “o discurso não é uma estreita superfície de contato entre uma realidade e uma língua”, baseia-se na perspectiva de que ele extrapola a mera referência a “coisas”, existindo além do mero agrupamento de letras, palavras e frases. O autor sugere, então, que as relações de poder sejam vistas a partir do próprio discurso, pois, segundo ele, as regras de formação dos conceitos não se prendem à consciência dos indivíduos. Essas regras residem, antes, no próprio discurso, organizando os saberes e impondo-se a todos aqueles que falam ou tentam falar dentro de um determinado campo discursivo.

Pelo conceito foucaultiano, o “discurso” é visto como uma prática que relaciona a língua com outras práticas no campo social. Para Foucault, portanto, o discurso, designa um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diversos, mas que, apesar de tudo,

obedecem a regras de funcionamento comuns (REVEL, 2005, p. 37). Nesse sentido, a idéia de “discurso” remete a um jogo estratégico, em que as relações de saber e poder se articulam e se interpenetram. Sendo o discurso concebido, pois, como uma “prática”, um “processo”, o analista do discurso deve perceber o jogo que articula o lingüístico e o extralingüístico. Nossa análise, assim, se aterá à apreensão do que foi “dito” em contraponto às condições de produção que possibilitaram o aparecimento desse discurso.

1.2.2 O Sujeito na perspectiva de Michel Foucault

O conceito de “sujeito” constitui, no pensamento de Michel Foucault, um dos temas mais estratégicos e polêmicos. E esse aspecto desconcertante se revela na própria ambigüidade do termo; enquanto substantivo, “sujeito” serve para designar o indivíduo dotado de consciência e auto-determinação, como adjetivo, refere-se àquele que está submetido, assujeitado à ação de outros agentes. A formulação de Foucault acerca do “sujeito” se articula justamente nessa fragmentação do termo. Ele parte, pois, da noção de que todas as pessoas são ao mesmo tempo dotadas de poder e da capacidade de resistência.

Um dos grandes equívocos acerca da interpretação da noção de sujeito em Foucault é pensar que sua afirmação de que a sociedade é regida segundo regimes disciplinares representaria, por conseguinte, afirmar que os indivíduos são seres autômatos, que se resignam a aceitar passivamente todas as determinações do poder. O que Foucault quer enfatizar é que a sociedade buscou um ajustamento cada vez mais controlado entre as atividades produtivas, as redes de comunicação e as relações de poder (GREGOLIN, 2004 p. 136). Nesse caso, Foucault não inscreve o sujeito em uma posição “fundante”, mas como ser atravessado pelas relações de poder.

A análise do sujeito, nessa perspectiva, deve ser operada a partir das posições em que este se inscreve no discurso:

(...) as diversas modalidades de enunciação, em lugar de remeterem à síntese ou à função unificante de *um* sujeito, manifestam sua dispersão: nos diversos *status*, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala. Se esses planos estão ligados por um sistema de relações, este não é estabelecido pela atividade sintética de uma consciência idêntica a si, muda e anterior a qualquer palavra, mas pela especificidade de uma prática discursiva. (Foucault, 2004, p. 61).

A manifestação da dispersão do sujeito se dá a partir da descontinuidade dos planos de onde fala. Não é facultado a qualquer pessoa sustentar um discurso, é preciso antes, que lhe seja reconhecido o direito de falar, que fale de um determinado lugar reconhecido pelas instituições, que possua um estatuto tal para proferir discursos (NAVARRO-BARBOSA, 2004, p. 113).

Dessa forma, as posições de sujeito que se materializam no discurso, são definidas, conforme Foucault (2004, p. 59), “pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos”. É o discurso que constitui a fonte dos sentidos e o lugar da dispersão do sujeito e não a subjetividade dos indivíduos.

Na visão de Mikhail Bakhtin (1997), o sujeito é inseparável de seu meio social, sendo atravessado pelos discursos que o circundam. Mesmo sendo perceptível entre as obras de Bakhtin e de Foucault uma relação permeada por diálogos e enfrentamentos, o ponto de contato entre ambos situa-se na concepção do discurso como arena de conflitos, sendo a linguagem, assim, inseparável da noção de poder.

Foucault não discute a formação discursiva como fruto de uma criação intersubjetiva de enunciadores, ele considera o sujeito não como preexistente, mas como construído e reconstruído pelo discurso. Entretanto, ao afirmar que o sujeito é limitado pelo discurso, Foucault não preconiza sua inexistência, pelo contrário, o que o autor indica é o desaparecimento de uma subjetividade fundadora, em prol de um sujeito que é pluralidade de posições e uma descontinuidade de funções¹¹. A esse respeito, Gregolim (2003, p. 103) afirma que “longe de ser um autômato passivo, o sujeito vive numa constante tensão entre a aceitação e a recusa do poder, numa espécie de batalha entre a relutância do querer e a intransitividade da liberdade”.

A concepção de “sujeito” em Foucault encontra-se marcada por uma complexa relação entre o “Eu” e o “Outro”. Nessa dimensão, o sujeito é visto como uma dispersão, em que o “Eu” (de dentro) é apenas uma dobra do “Outro” (de fora). A compreensão do sujeito, por esse viés, deve perpassar pela análise do lugar institucional que ocupa e das práticas discursivas que definem as condições de produção que determinam o surgimento e a validação do enunciado.

O próprio sujeito constitui uma posição discursiva, uma função dos discursos. Foucault considera que “somos seres de linguagem e não seres que possuem linguagem”

¹¹ NAVARRO-BARBOSA, Pedro Luís. O Acontecimento Discursivo e a construção da identidade na História. In: _____. *M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder e subjetividade*. São Carlos: ClaraLuz, 2004, p. 97-132.

(Foucault, 2000, p. 20-21). Por esse viés, o sujeito é visto sempre como um efeito do discurso ou das formações discursivas que emergem em meio a um jogo de forças que se atualizam a cada nova relação, a cada momento, e não de maneira linearmente evolutiva ao longo do tempo.

Assim, quando falamos em “sujeito do discurso”, não nos referimos à pessoa que realiza um ato de fala, nem o autor do editorial ou qualquer outro tipo de texto. O sujeito é aquele que pode usar determinado enunciado por seu treinamento, em função da ocupação de um lugar institucional, de sua competência técnica. Nesse sentido, o enunciado pode ser usado ou reutilizado, entrar em tramas e circular conforme um interesse, uma prática.

1.2.3 Enunciado, formações discursivas e arquivo: funções “atravessadas” pela linguagem

Antes de adentrarmos na discussão propriamente dita sobre os conceitos formulados em Michel Foucault para analisar o discurso, é preciso considerar que estes são apresentados pelo autor em relação interativa, sendo preciso, portanto, concebê-los em uma visão de conjunto. Assim, ressaltamos que nossa abordagem não se propõe a dar conta de todos os conceitos trabalhados por Foucault acerca do funcionamento do discurso, mas a refletir sobre os conceitos que consideramos basilares para empreender a análise proposta nesse trabalho.

Começaremos nossa reflexão, portanto, a partir do enunciado, partícula menor de uma formação discursiva. O enunciado não é uma unidade definível com base em elementos puramente lingüísticos ou gramaticais. Para Foucault, o que torna passível de existência material desses elementos é a “função enunciativa”.

Segundo Gregolin, a função enunciativa designa o fato de o enunciado ser produzido por um sujeito, em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam que ele seja enunciado (2002, p. 02). Nessa dimensão, o enunciado corresponderia a um conjunto de signos em “função enunciativa”, isto é, a sua característica basilar é a de ser um elemento do nível do discurso.

A reflexão empreendida em torno do enunciado deve, pois, incidir sobre a descrição do exercício da função enunciativa que o determina. Isso corresponde a considerar o enunciado como um acontecimento:

(...) o enunciado, ao mesmo tempo em que surge em sua materialidade, aparece com um *status*, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado circula, serve, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade (FOUCAULT, 2004, p. 121).

Ao surgir “em sua materialidade” unidades diversas (frases, conjecturas, atos de fala, grupos de signos) o enunciado passa a figurar nas redes de poder, num processo vertiginoso que o fará participar do circular de dizeres em determinada sociedade. A função enunciativa, assim, não determina a identidade desses materiais, mas determina o regime de sua espessura, tornando possível a repetição, marcada pela volta do enunciado em outras condições de produção.

Tendo em vista que o enunciado é uma unidade lingüística repetível, é preciso considerar, em sua análise, a regularidade dos sentidos. Para definir essa “regularidade”, Foucault recorre ao conceito de “formação discursiva”:

(...) sempre que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações) entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, teremos uma formação discursiva (2004, p. 43).

Em Foucault, as regras que determinam uma formação discursiva apresentam-se, pois, como um sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias. Todos esses elementos caracterizam a formação discursiva em sua singularidade, possibilitando a passagem da dispersão para a regularidade.

A dispersão dos conceitos, objetos, enunciações e estratégias do discurso diferem em estruturas e regras de utilização, que são interligadas por possibilidades estratégicas diversas. O conceito de formação discursiva propõe a nominação de um potencial descritivo, portanto analítico, desses sistemas de dispersão:

(...) diremos, por convenção, que se trata de uma Formação Discursiva – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e conseqüências, [...] tais como ciência, ou ideologia, ou teoria, ou domínio de objetividade. Chamaremos de regras de formação as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidades de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva (Foucault, 2004, p. 44).

Quando ressalta que é lugar de existência, de manutenção e desaparecimento, esse filósofo indica que é importante pensar co-relações entre enunciados, conceitos, objetos, enfim, entre práticas discursivas. Assim, quando o autor fala de um sistema de formação, não se refere somente à justaposição, à coexistência ou à interação de elementos heterogêneos (instituições, técnicas, grupos sociais, organizações perceptivas, relações entre discursos diversos) mas também a seu relacionamento estabelecido pela prática discursiva (2004, p. 80).

Para Michel Foucault, os conceitos de discurso, enunciado e formações discursivas estão intrinsecamente relacionados à noção de arquivo, conceito mais amplo trabalhado na obra *Arqueologia do Saber*. A função do arquivo é definir o regime de possibilidade do enunciável, de definição do que pode ser dito ou escrito. Esse arquivo forma aquilo que a nossa sociedade pode dizer de si mesma, logo, está estreitamente ligado à questão da(s) identidade(s).

Chamarei de *arquivo* não a totalidade de textos que foram conservados por uma civilização, nem o conjunto de traços que puderam ser salvos de seu desastre, mas o jogo de regras que, numa cultura, determinam o aparecimento e o desaparecimento de enunciados, sua permanência e seu apagamento, sua existência paradoxal de *acontecimentos* e de *coisas*. (Foucault, 2004, p. 8).

Como não existe enunciado que não suponha outros, a memória exerce um papel fundamental na relação entre o enunciado e o arquivo, papel esse que pode ser pensado nos seguintes termos: em relação ao arquivo, o enunciado é aquilo que surge com valor de acontecimento em meio a um espaço colateral povoado de outros enunciados.

Nesse sentido, o arquivo corresponderia, para Foucault, ao conjunto de discursos efetivamente pronunciados numa época determinada e que continuam a existir através da história (REVEL, 2005, p. 18). A análise do arquivo de um dado momento histórico pressupõe a percepção dos “horizontes de expectativas” através dos quais os acontecimentos discursivos trazem à reflexão possibilidades temáticas.

Diante disso, nossa análise da produção discursiva da imprensa escrita riobranquense lança suas bases na busca da compreensão desses feixes de sentidos que se estabelecem nos grupos temáticos mais recorrentes. Buscaremos, portanto, perceber o discurso enquanto “prática” e observar as regularidades, tendo em vista que, como afirma Foucault (1996, p. 11), o “novo” não está naquilo que é dito, mas no acontecimento de seu retorno.

1.3 O Editorial: construções e contradições no espaço dos jornais

É comum entre grande parte dos teóricos da Comunicação Social a concepção de editorial como texto que condensa a opinião do jornal. Entretanto, o jornal não é uma entidade personificada, mas é uma produção atravessada por sujeitos em suas relações com o Outro. Por ser elaborado por pessoas concretas, implicadas em situações reais, o editorial não funciona como uma máquina, cujo acionamento é feito por procedimentos automáticos.

Acaso pode um homem confundir-se com um jornal, esvaziar-se totalmente de suas ideologias e incorporar uma entidade abstrata? É uma pretensão perigosa crer que alguém consiga tal façanha. Disso deduzimos que o conceito de editorial amplamente aceito no âmbito das teorias da Comunicação Social revela certa imprecisão quando afirma que esse tipo de texto deve pautar-se na objetividade por representar a opinião oficial do jornal, quando na verdade, o editorial representa os interesses dos grupos mantenedores desse veículo de comunicação.

Essas considerações são feitas no sentido de esclarecer que quando fazemos referência, no decorrer do presente trabalho, a uma “opinião do jornal”, “interesses do jornal” ou “aliança entre o jornal e grupos político-econômicos”, estamos nos referindo ao grupo de pessoas responsáveis pelo jornal e não a uma entidade abstrata. Diante disso, escolhemos como base para discutir o editorial, as concepções de Gerard Imbert (1988), que considera essa tipologia textual um discurso híbrido, oscilando entre a locução e a interlocução, tendendo a se identificar ao último comportamento, o que se traduz pelos fenômenos de deslocamento e rupturas.

Por não nos restringirmos à aceção de jornal enquanto entidade personificada, mas por considerar os grupos que atuam na produção jornalística, concordamos com Luiz Beltrão (1980, p. 19), quando afirma que o editorial caracteriza-se como a categoria do texto opinativo que expressa a opinião do editor, o qual representa o grupo mantenedor da empresa jornal. Logo, apresenta o julgamento do grupo de elite do jornal sobre o problema em questão. Incluso no gênero opinativo, o editorial teoricamente expressa a opinião dos grupos de interesse que administram o jornal.

É interessante notar que a opinião sempre existiu nos textos jornalísticos, pois faz parte da lógica dos meios de comunicação a defesa de seus interesses através do discurso persuasivo. Entretanto, durante a Ditadura Militar pós 1964, com a profissionalização da imprensa e a conseqüente reestruturação gráfica e retórica dos periódicos, os dirigentes dos

jornais intentaram restringir o espaço da opinião ao editorial. Com isso, buscavam criar a ilusão de que essa tipologia textual serviria prioritariamente para expressar a linha de conduta do jornal, cabendo às demais seções a responsabilidade de informar com isenção.

Lugar de discussão dos assuntos de relevância política, econômica e social, o editorial tem como função básica situar a posição corporificada dos grupos de interesse que regem o jornal em relação ao acontecimento que aborda, oferecendo a perspectiva de interpretação tida como a mais convincente pelos representantes do veículo de comunicação.

Por agregar em torno de si interesses diversos, o editorial representa a seção mais nobre do jornal, merecendo espaço privilegiado, geralmente na primeira ou segunda página. Essa tipologia textual é caracterizada pela busca de credibilidade junto ao público e de seriedade discursiva com vistas à valorização do jornal como um todo. A liberdade de estilo é quase inexistente, dado o alto grau de padronização.

Segundo os Manuais de Redação Jornalística, os editoriais não devem ser assinados, sendo sempre redigidos em terceira pessoa para reforçar a imparcialidade do veículo de comunicação (TEIXEIRA, 2004, p. 04). Este arranjo do texto serve para consagrar o editorial enquanto espaço destinado a assegurar uma ilusão de isenção jornalística, numa tentativa de apagamento da autoria.

Essa concepção de que o editorial não pode ser assinado, ditada pelos padrões da grande imprensa, requereu maior atenção no momento de identificarmos os textos nos jornais do período da Ditadura Militar. Nessa época, quase não havia textos intitulados “editoriais”. Durante acontecimentos que intensificavam o estado de vigilância por parte dos militares, os jornais se reservavam a publicar textos essencialmente informativos. Em vista da reflexão do contexto histórico sobre a produção jornalística local, os editoriais apareciam de forma camuflada. Mesmo redigidos de forma predominantemente informativa, a direção do jornal veiculava sua opinião em todos os números, de forma sutil, usando de subterfúgios, adotando uma linguagem mais sugerida que exposta.

Assim, a identificação dos textos foi procedida por meio da observação de características essenciais dos editoriais: a estruturação com vistas à persuasão, a abordagem de tema referente à realidade presente¹², a busca de direcionar a opinião do público, a

¹² Sobre este aspecto, é importante destacar que, mesmo quando fazem referência ao passado; como, por exemplo, aos combatentes da Revolução Acreana ou a personagens consagrados da história nacional; os editoriais dos jornais riobranquenses do período da Ditadura Militar (1964-1983) são construídos no sentido de presentificar ações pretéritas, por meio do resgate e mitificação de valores nacionalistas através da comparação dos feitos ilustres desses personagens ao “empreendedorismo” dos líderes militares.

apresentação gráfica destacada, o fato de vir nas páginas iniciais, o destaque entre as demais notas, a escrita em terceira pessoa tentando demonstrar imparcialidade.

Todos esses aspectos observados testificam que a opinião estava presente nos jornais, embora menos explícita como se tem nos editoriais de hoje, pois o contexto daquela época assim o requeria. A tentativa de separar a opinião oficial dos mantenedores do jornal da opinião dos jornalistas colaboradores evidenciava-se nos avisos freqüentes de que o jornal não se responsabilizava pelos comentários assinados. A censura imposta pelo regime militar requeria essas medidas, para não se comprometer, o jornal evitava se posicionar claramente sobre as questões políticas da época.

A linguagem desta tipologia textual é centrada em uma impossível imparcialidade, o que torna essa unidade discursiva fechada, oferecendo poucas inovações. A clareza deve estar expressa desde o título até as estruturas argumentativas mais complexas que utiliza, a abordagem inicial do fato deve ser comedida, abrindo a discussão para a exposição da tese maior defendida pelo editor. As informações são baseadas em pesquisa de dados reais, para garantir a irrefutabilidade dos argumentos, preparando o caminho para o veredito do editor (GRANDIM, 2005, p. 66).

A construção tanto estrutural quanto conteudística do editorial deve estar bem definida, para que o leitor perceba com nitidez a posição dos responsáveis pelo jornal. Isso porque a elaboração desta espécie textual envolve questões éticas muito sutis da parte de quem o redige, por mais que o editor tenha posições bem firmes e sólidas sobre o problema que analisa, tem que adequar seu texto aos valores defendidos pelo projeto editorial do jornal. A produção do editorial, portanto, é permeada pela opinião de, basicamente, três categorias “a do editor, a do jornalista e a do leitor, que juntas irão oferecer à comunidade a manifestação corporificada de tão discutido fenômeno social da opinião pública” (BELTRÃO, 1980, p. 19).

Com a modernização dos meios de comunicação surgiu, também, a necessidade de fazer chegar ao leitor o maior número de informações num menor espaço de tempo possível. O tamanho dos editoriais obedece a essa necessidade de velocidade na comunicação, sendo relativamente curto, com vistas a atingir um maior número de leitores.

A transformação dos jornais em empresas comerciais é responsável pelo caráter paradoxal dessa atividade, expresso, principalmente, na produção dos editoriais. Caracterizado como discurso de defesa de teses, o editorial esconde-se sob a capa de uma suposta neutralidade. Por representar interesses antagônicos, tanto busca defender os interesses mercantis da empresa quanto adquirir a credibilidade do leitor, pois seus autores também dependem do sancionamento do público para que o jornal continue em circulação,

não apenas pela compra de exemplares, mas, sobretudo, pela aceitação do discurso expresso em suas páginas.

Gerárd Imbert (1988, p. 98) frisa que o editorial pode assumir duas perspectivas: servindo como aparelho formal de representação da realidade ou como processo de narrativização. A representação é compreendida no sentido político (quando o jornal, como sujeito institucional, encara um sujeito coletivo representado pela classe de leitores inseridos no contexto do discurso social) e no sentido formal (quando o jornal é concebido sob uma perspectiva semiótica, constituindo-se em representação das diferentes classes de leitores). Quanto à narrativização, trata-se de um conceito que remete imediatamente ao editorial enquanto gênero jornalístico, dentro da “arquitetura” geral do periódico.

Concordamos com esse autor, quando afirma que o jornal funda os conhecimentos e produz as normas da convivência social, agindo sobre a competência cognitiva do leitor. Além disso, propicia a visualização dos atores sociais, investigando a ação do destinatário (a classe política, o público) que ele constrói dentro do discurso, ou seja, o jornal busca ser o veículo de exposição do desejo coletivo. Por conta dessa dualidade, Imbert (1988, p. 99) classifica o editorial como gênero híbrido, afirmando que esta peça jornalística oscila entre a locução e a interlocução, sendo identificada, principalmente, com seu poder enunciar e de se instaurar como voz mediadora entre os fatos que narra e o leitor.

O editorial, mediante estas considerações, constitui-se em uma categoria jornalística permeada por contradições, uma vez que simultaneamente mascara e desmascara, exprimindo tanto o desejo do redator de revelar seu ponto de vista, quanto à dificuldade de se ocultar dentro da escrita. Além disso, o editorial apresenta um discurso jornalístico confirmado como uma medida de dupla competência, defendendo os interesses do jornal, ao mesmo tempo em que busca representar a ação coletiva, erguendo-se como porta-voz da sociedade.

A este respeito, Gerárd Imbert acrescenta que o editor atua como uma espécie de legislador social, mediando a relação entre o público e a classe política. Assinala o autor que o editor representa o expoente sintático da ação social, posicionando-se como figura de lei, através da utilização do discurso institucional (representação das ações coletivas), do discurso interpretativo (que modaliza, avalia e aprecia o propósito e faz tornar a competência dos sujeitos falados) e do discurso comunicante (que exorta à ação interpretativamente, fazendo com que público e redatores participem do processo de comunicação).

Escolher partir do editorial jornalístico é lidar com o que há de mais refinado no discurso dos jornais. Não que as demais categorias jornalísticas sejam menos importantes,

mas o editorial é maquinalmente arquitetado, por estar a cargo de expressar a posição oficial dos grupos de interesses que comandam o jornal. Um editorial mal estruturado discursivamente pode comprometer gravemente a própria permanência do jornal nas bancas. A partir da pretensão de representar fielmente a vida social, esta modalidade textual permite uma apreciação específica dos acontecimentos, auxiliando na produção da realidade dentro do jornal através da criação dos sentidos.

A análise do editorial, enquanto elemento do gênero opinativo, oferece subsídios para uma reflexão acerca das problemáticas históricas, políticas, sociais e econômicas da sociedade riobranquense do período investigado. O contexto em que esses textos foram escritos auxilia na compreensão de como influenciavam a vida da sociedade de sua época.

Capítulo II

ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DOS EDITORIAIS

Os meios de comunicação de massa, como instrumento de exercício do poder, se valem de estratégias discursivas com a finalidade de “criar uma realidade” que, a partir do ponto de vista de quem os controla, supostamente, seria a realidade de todos, indistintamente da classe, gênero ou posição partidária. Um dos desafios aqui enfrentados foi buscar compreender como se forjam essas estratégias. Dada a diversidade de modos de operar que o poder emprega para disseminar seus discursos, tomaremos como foco de análise desse capítulo as estratégias discursivas identificadas nos jornais *Varadouro* e *O Rio Branco*.

Neste capítulo, trataremos do modo como se configuram os dizeres nos dois jornais estudados. Assim, pretendemos, através do contraste entre a linguagem empregada nesses dois jornais, discutir em que pontos estes se aproximam e se distanciam. Além disso, buscamos contrastar aspectos gráficos e retóricos e verificar como esses recursos são usados para reafirmar a linha editorial dos jornais em questão.

No jornal *Varadouro* observamos a recorrência de uma linguagem permeada por **marcas da oralidade**, reveladoras da tentativa de uma **comunicação simples**, em que o uso do **discurso direto** acentua o caráter opinativo dos textos veiculados.

Em *O Rio Branco*, enfatizamos o predomínio da **linguagem impessoal, com pretensão de neutralidade e informativa, uso da técnica do lead, concisão e economia de palavras e discurso indireto**, evidenciado pela fala do editor mediando a interpretação dos fatos narrados.

2.1 As marcas da oralidade em *Varadouro*

A linguagem predominante em *Varadouro* constituía um novo modo de expressão do jornalismo riobranquense, caracterizado por aproximar a escrita da oralidade. Dentre as estratégias presentes em *Varadouro*, trabalhamos, nesse subcapítulo com o uso da **linguagem simples, direta e opinativa**, das “**marcas da oralidade**”, da **imagem** e da **pontuação** como

uma forma de discurso, da **repetição**, da **ironia** e do **discurso direto**, evidenciado pelo uso da entrevista-depoimento.

Apresentada como marca que reforça a linha editorial desse jornal, o uso da **linguagem simples, direta e opinativa** e das “**marcas da oralidade**”, reflete a busca de estabelecer um diálogo mais estreito com as camadas mais pobres da população acreana, público alvo do jornal. Por ser este um jornal alternativo, cujo objetivo é trazer as vozes dissonantes do poder oficial, é compreensível a opção por uma linguagem mais próxima dos sujeitos considerados “à margem” do poder.

No contexto acreano dos anos 1970 e 1980, a preservação da linguagem do homem da floresta, que migrava para o ambiente urbano, constituía-se uma estratégia discursiva através da qual a equipe de *Varadouro* estabelecia uma interlocução com os grupos marginalizados. *Varadouro* foi um jornal essencialmente ligado à oralidade, sobretudo a partir da constituição do próprio público leitor, composto não apenas por aqueles que liam o jornal, mas também por aqueles que o ouviam. O jornal era lido nas reuniões dos Sindicatos Rurais, por grupos ligados à luta seringueira em seus empates, pelas populações das áreas “periféricas” de Rio Branco, tendo alcance extensivo não apenas ao público alfabetizado, mas também àqueles que não sabiam ler.

Escrever com clareza era uma estratégia útil para traduzir as reivindicações políticas dos movimentos sociais e sindicatos para uma linguagem acessível aos trabalhadores. Ao utilizar a **linguagem simples, direta e opinativa**, o jornal trazia para o cotidiano das discussões políticas de Rio Branco uma análise crítica dos fatos que norteavam as disputas entre o povo e o poder político.

O estilo adotado pela imprensa alternativa fazia frente ao preconceito enraizado na cultura ocidental de que a escritura seria a forma dominante e hegemônica da linguagem, em oposição a certas culturas “marginais” do mundo contemporâneo. A esse respeito, Paul Zhumtor declara que:

Apesar de ignorada durante longo tempo pelos historiadores – preocupados quase exclusivamente com os documentos escritos – a importância do papel da voz no que concerne à conservação das sociedades humanas é hoje ponto incontestado. O que se conhece por tradição oral de um grupo social é formado por um conjunto de intercâmbios orais ligado a comportamentos mais ou menos codificados, cuja finalidade básica é manter a continuidade de uma determinada concepção de vida e de uma experiência coletiva sem as quais o indivíduo estaria abandonado à solidão, talvez ao desespero. (Zumthor, 1985, p. 4).

Nesse sentido, a escritura (a presença do texto escrito e do livro) “freia o movimento dramático” da oralidade. Ainda que circunscritas ao campo da escrita, muitas inscrições ocupam o espaço do “popular”, entendido aqui como oposição a “erudito”, isto é, elas tendem a um alto grau de funcionalidade das formas, no interior de costumes ancorados na experiência cotidiana, com desígnios coletivos e em linguagem relativamente cristalizada. (ZUMTHOR: 1993, p. 119).

Os valores trazidos pela voz e aqueles que a escritura procura impor não conseguem deixar de causar um desequilíbrio, buscando, assim, apoio na força da imagem e da expressão. A cultura da imagem seria, portanto, o espaço em que transbordaria aquilo que Zumthor chama de “índices de oralidade”, ou seja, haveria a vibração de um discurso que fala a própria voz que o carrega. Temos, assim, a noção de que o texto escrito, em certo momento, existiu como elemento oral, ou seja, ele deveria ser lido em voz alta para dar conta de todos os seus elementos corpóreo-vocais. Daí a incorporação do coloquial no texto escrito, das formas orais na linguagem cristalizada pela palavra escrita.

A importância dada à voz fez de *Varadouro* um dos jornais mais inovadores da imprensa acreana, sobretudo do ponto de vista da estrutura da primeira página, que apresentava uma disposição que fugia aos padrões gráficos vigentes à época:



Figura 03: Foto da capa do jornal *Varadouro* destacando as marcas da oralidade no texto escrito (edição de n. 7, fev./1978, ano I, p. 01). Fonte: Museu da Borracha.

Em *Varadouro*, as **imagens**, principalmente as fotografias, são usadas como uma estratégia de persuasão tão eficaz quanto textos informativos bem elaborados. A importância dada a esse recurso pode ser visualizada na própria estrutura gráfica e retórica das capas desse jornal.

O modelo padronizado adotado na apresentação gráfica das capas da maioria dos jornais brasileiros e acreanos tinha como marca a busca da objetividade. A primeira página deveria conter o resumo das notícias abordadas nas páginas internas do jornal, com títulos concisos e redigidos de forma impessoal. Na capa de *Varadouro*, a imagem da mãe raquítica com a criança desnutrida no colo é impactante. O editor consegue traduzir em uma única imagem as idéias de fome, desamparo e abandono de um povo que não podia contar nem com aqueles que deveriam socorrê-los. No texto, o apelo máximo é à subjetividade e à reflexão.

A frase escrita abaixo da imagem é instigante. Nela, não se usam estruturas consagradas do jornalismo imparcial e objetivo em seus esquemas pautados na concisão e clareza, mas a transcrição da fala típica de gente humilde: **“Nóis queria um governador que olhasse prá nossa miséria...”** É mais que um apelo, é a declaração do estado de miséria e aviltamento por que passa o homem, representados pela imagem. Além disso, *Varadouro* atuava como um veículo que denuncia essa condição humana e como instrumento de poder que dá vez e voz a quem não tem.

A estratégia discursiva aqui usada busca a identificação do público alvo de *Varadouro* com a ideologia expressa no jornal. Através do reconhecimento e aceitação do modo de falar das camadas mais pobres da população, expresso no uso de palavras tal qual são faladas (“nóis”, “prá”), o efeito de sentido conferido ao texto é a interlocução direta com os anseios e bandeiras defendidos pela população pobre e pelos movimentos sociais acreanos. O aspecto gráfico também funciona como um identificador dos sujeitos a quem a matéria se destina, uma vez que o tipo de letra utilizada simula a escrita de uma pessoa semi-analfabeta.

Para Zumthor (1985), estaríamos aqui diante de uma configuração textual distinta, que une imagem, letra e voz. Os jornais escritos têm seus próprios valores, entretanto, o apelo à manifestação da voz engendra e revela outros valores que, na interpretação, integram-se ao sentido do texto transmitido, o enriquecem e o transformam, por vezes ao ponto de fazê-lo significar mais do que diz. A voz, de fato, vai além da palavra; sua função vai além de transmitir a língua. Ela não transmite a língua: antes se diria que a língua transita por ela, voz, cuja existência física se impõe a nós com a força de choque de um objeto material (idem, p. 7).

No trecho do editorial a seguir, percebemos que o uso da linguagem no jornalismo não é apenas referencial dos fatos que reporta, mas é também parte constitutiva deles:

O Papoco vive trepado ao longo de um barranco nas proximidades do rio Acre e no ponto mais alto da cidade. (...) Seu Antônio, o da vendinha de banana e carvão, disse que para fazer um aterro teve que pagar três mil cruzeiros à Prefeitura, pelo envio de uma máquina. Despesa esta que foi dividida com um vizinho. E explicou: “o barranco era mais adiante, ele foi quebrando e eu desmanchando a casa e construindo mais adiante. Na época do inverno a terra vai derretendo e a gente vai aprumando... vai derretendo a gente vai aprumando...”

“Umas torta, outras às avessas, outras dipinduradas, outras arriadas, outras balançando...”, assim um morador descreve o seu bairro de barracos enfileirados. (...)

(...) “a gente é pobre porque a condição não ajuda. Em todo canto tem o velho e o novo, o ladrão e o honesto, o bom e o ruim, o trabalhador e o preguiçoso. É, mas vai vivendo, vai se vivendo... que fazer?”. Dizem isso e acionam um olhar perturbador Quem quiser que o decifre. (O Siribolo do Papoco. *Varadouro*. Rio Branco-AC, jul. 1977, ano I, n. 02, p. 05).

Varadouro apresenta uma proposta de dessacralização da linguagem jornalística, pautando-se em um estilo de escrever voltado mais à oralidade que aos padrões vigentes da imprensa escrita da época. Como marca da oralidade presente na capa da edição n. 7, comentada anteriormente, podemos destacar o uso da **pontuação** para destacar o apelo da mulher que segura a criança no colo. O uso de **aspas e reticências**, bem como do recurso gráfico **negrito** reforça a incerteza a respeito do socorro do poder público.

O uso da **repetição** é também uma das estratégias discursivas usadas em *Varadouro*. No editorial “O Siribolo do Papôco”, esse recurso apresenta-se unido às marcas da oralidade, evidenciando a introdução da fala do entrevistado e seus comentários sobre a difícil vida nos barrancos do rio Acre. A repetição, nesse contexto, ajuda a reforçar a idéia do intenso vai-e-vem dos moradores, ao saírem repetidas vezes de suas casas quando ocorriam as enchentes e o retorno destes, quando as águas do rio baixavam. Ao lermos a repetição de palavras no trecho “**a terra vai derretendo e a gente vai aprumando... vai derretendo a gente vai aprumando...**”, é quase possível visualizar a terra caindo e, aos poucos, desabando com as casas.

A utilização do **discurso direto** constitui uma outra estratégia bastante usada em *Varadouro*, sendo evidenciada tanto nas intervenções e interpelações do editor quanto na inserção da fala dos sujeitos que protagonizavam os acontecimentos veiculados nos editoriais. No trecho “É, mas vai vivendo, vai se vivendo... que fazer?”. Dizem isso e acionam um olhar perturbador. Quem quiser que o decifre”, notamos a materialização desse recurso. O uso dessa estratégia caracteriza *Varadouro* como um jornal que fugia à standardização da notícia, vigente na maioria dos jornais riobranquenses da época.

Existem vários índices de oralidade nos editoriais de *Varadouro*. Na concepção de Paul Zhumtor, esses “índices de oralidade” correspondem a:

tudo o que, no interior de um texto, informa-nos sobre a intervenção da voz humana em sua publicação – quer dizer, na mutação pela qual o texto passou, uma ou mais vezes, de um estado virtual à atualidade e existiu na atenção e na memória de certo número de indivíduos. [...] o emprego da dupla dizer-ouvir tem por função manifesta promover (mesmo ficticiamente) o texto ao estatuto do falante e designar sua comunicação como uma situação de discurso *in praesentia*. (Zumthor, 1993, p. 35).

As marcas de oralidade manifestam-se, no jornal *Varadouro*, não apenas pelo estilo coloquial da linguagem, mas também pela composição híbrida do discurso. O processo de estilização da linguagem no jornal conjugava a fala das populações pobres e a fala idealista dos redatores, jovens recém-formados que através de um discurso combativo buscavam trazer à discussão temas referentes à realidade social acreana do período da Ditadura Militar. A opção por utilizar uma linguagem mais acessível e livre do ranço da padronização predominante nos jornais da época acabou estreitando as relações com seu público-leitor, tornando *Varadouro* um fenômeno de vendas, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pelos jornalistas responsáveis para colocá-lo em circulação.

De todos os recursos utilizados para marcar a oralidade em *Varadouro*, a **pontuação** encontra-se entre os mais utilizados. Na medida em que apontam para a escrita, os sinais de pontuação, por seu caráter enunciativo, apontam também para o oral. Como a escrita é feita com o propósito de ser lida com voz, a oralidade está subjacente já que a ação provocada no leitor, ao receber a produção escrita, será a de recuperar, pela leitura, a voz do escrevente transcodificada em caracteres gráficos. Escrevente e leitor constituem-se, assim, como seres atravessados pela escrita e pela oralidade.

As marcas da oralidade no jornal *Varadouro* apresentam-se, em muitos textos, através dos sinais de pontuação. Apesar de dialogar com a oralidade, a escrita constitui-se um código diversificado de expressão verbal, sendo dotada de relativa autonomia. Ao ser transposta para a linguagem escrita, a fala dos sujeitos marcada nos fragmentos verbais por meio da pontuação, com o uso de aspas, travessões, parênteses e vírgulas, indica quebras na continuidade da escrita. Não apenas isso, revela a própria fragmentação do sujeito que escreve.

No editorial a seguir, intitulado “Sem terras, sem estradas... (e os chamam de malandros)”, podemos perceber a interpelação do sujeito escrevente através do uso estratégico dos sinais de pontuação:

Colonos, pobres colonos! Iguais em toda parte, no Sul e no Norte: sem terra suficiente para muitos filhos, sem preços justos no mercado, sem assistência técnica e financeira, sem a saúde necessária para enfrentar o trabalho pesado da enxada, sem estradas para escoar seus produtos, sem perspectivas com apenas cinco, dez, cinquenta hectares de terra... (Sem terras, sem estradas... (e os chamam de malandros). *Varadouro*. Rio Branco-AC, mai. 1978, ano I, n. 09, p. 15).

No título do editorial, o uso dos parênteses serve para isolar o comentário irônico do enunciador “(e os chamam de malandros)”, atuando como elemento que marca a crítica em relação à falta de assistência do poder público aos pequenos produtores rurais. O emprego do ponto de exclamação na expressão: “Colonos, pobres colonos!”, marca a indignada afirmação do estado de exclusão a que eram submetidos esses colonos. As reticências – constantes no título: “Sem terras, sem estradas...”; e no final do trecho: “sem perspectivas com apenas cinco, dez, cinquenta hectares de terra...” – servem como forma de interação entre enunciador e leitor, sugerindo a este que complete o raciocínio contido no enunciado.

Ao utilizar conforme suas intenções enunciativas os sinais de pontuação, o sujeito escrevente modaliza e caracteriza, na produção gráfica, sua visão fragmentária de mundo e marca o lugar institucional de onde fala. A esse ajuste, Lourenço Chacon (1998) chama de *caráter rítmico da pontuação*, ou seja:

(...) aspectos rítmicos da atividade enunciativa estão subjacentes à seleção e à combinação que o sujeito faz de fragmentos na escrita, uma vez que, ao demarcá-los por meio de sinais de pontuação, o sujeito não apenas os individualiza, mas também (ou sobretudo) os alterna, estabelecendo, com eles, relações rítmicas. (Chacon, 1998, p. 143).

O emprego dos sinais de pontuação revela o que Lourenço Chacon denomina de “heterogeneidade do dizer” e a “emergência do Outro na escrita”. Não apenas a presença do Outro, mas também os lugares de onde o sujeito escrevente enuncia. No jornal *Varadouro*, escrevente e leitor constituem seres atravessados pela escrita e pela oralidade. E isso ocorre não apenas pelo fato de o jornal incorporar elementos de oralidade no texto escrito, mas também pelo fato de os textos do jornal já serem escritos com o propósito de serem lidos em voz alta. A oralidade, portanto, está subjacente uma vez que o efeito provocado no leitor, ao receber o jornal impresso, será a tentativa de recuperar, pela leitura, a voz do escrevente.

Outra estratégia discursiva presente em *Varadouro* é a inserção da fala dos sujeitos sociais nos editoriais através da **entrevista-depoimento**. A escritura dos editoriais em *Varadouro* apresenta-se de forma inovadora. Nele, a credibilidade não se apóia na palavra do editor, como acontece no jornal *O Rio Branco*, mas na fala dos sujeitos envolvidos nos fatos

narrados. Assim, o editor ratifica sua opinião pelo depoimento das partes envolvidas nos conflitos sociais noticiados pelo jornal.

Ao cultivar nos editoriais o depoimento de sujeitos das camadas pobres da população, o jornal *Varadouro* dialoga com a história oral, pois registra em suas páginas o produto dessa conversa, respeitando o jeito de ser e falar de cada um dos entrevistados. A transposição para os editoriais da fala desses sujeitos, principalmente índios, seringueiros e posseiros, ancora-se no registro de depoimentos sobre experiências dessas histórias vividas.

O seguinte depoimento de um índio Caxinauá, constante no editorial “Índios vivem acoxados”, demonstra o uso da fala como instrumento de luta:

(...) “Hoje em dia, faz de conta que nós não temos nada. Eu queria que fosse lá ao menos um empregado da Funai. Está cercando tudo onde nós mora, fazendo campo, botando roçado, onde nós mora. Nós estamos ficando sem terra prá fazê nada”. (Índios vivem acoxados. *Varadouro*. Rio Branco-AC, set. 1978, ano II, n. 12, p. 17).

Ao abrir a oportunidade para os índios manifestarem seu discurso, o jornal *Varadouro* constitui um espaço em que as lutas pelo poder de falar se tornam latentes. O uso do discurso direto, nesse editorial, funciona como estratégia para evidenciar a voz dos índios e enfatizar suas reivindicações. No enunciado: “Nós estamos ficando sem terra prá fazê nada”, observamos a valorização conferida à fala do sujeito tal qual foi pronunciada. A transcrição da fala nas palavras “nós” e “prá”, a ausência da desinência de plural no verbo “estamos” e da marcação da forma infinitiva em “fazê”, são estratégias que reforçam o modo de falar do sujeito que enuncia.

Como afirma Antônio Montenegro (2003, p. 38), “a fala é instrumento decisivo para as populações pobres, que vivem a radicalidade do ‘não ter’”. O discurso veiculado no jornal *Varadouro* mantém profundas relações com a literatura, através do emprego da oralidade na proporção que amplia os níveis de contextualização, apresentando o entrevistado como um sujeito de um mundo complexo e envolvido por diferentes forças e conflitos sociais.

O uso enfático de entrevistas em *Varadouro* reforça a proposta desse jornal em dialogar diretamente com os leitores, para tanto, a linguagem do jornal apresenta-se marcada pelo uso do **discurso direto**. A idéia era “dar a voz a quem não podia falar”, fazer ecoar as lutas cotidianas do povo. As populações pobres viviam e ainda vivem na periferia das cidades uma luta diária contra a falta de tudo, construindo suas representações e instituindo, através da fala, um imaginário perpassado por essas experiências cotidianas (idem, p. 38).

O jornal *O Rio Branco* seguia a padronização do modelo norte-americano, pautado na pretensa objetividade. A opinião existia, entretanto estava encoberta, tendo em vista que predominava o estilo informativo. Em *Varadouro* o uso de textos opinativos era a marca discursiva mais utilizada. O discurso é manifesto, recorre-se a uma linguagem aberta, sem subterfúgios. Todos os textos desse jornal alternativo são fortemente marcados pela opinião e pela tomada de posição frente aos fatos que narra.

A **ironia** é outra marca do discurso em *Varadouro*. Enquanto os jornalistas da imprensa ligada ao poder oficial buscavam a todo custo a “isenção”, evitavam o uso de adjetivos e abominavam a ironia, porque ela poderia ser mal interpretada e ser vista como ofensiva, os jornalistas da imprensa alternativa usavam e abusavam desse recurso. O jogo de palavras, buscando explorar seus vários sentidos, conferia o tom caústico do “nanico acreano”, como percebemos no trecho a seguir:

Em 1978, antes de ser ungido Presidente da República, o General Figueiredo esteve aqui pelo Acre e fez um discurso no auditório do INAMPS. Entre outras promessas que fez ao Acre, disse que iria “prender” e “arrebentar” os “grileiros de terras”.

Há poucos dias, os jornais divulgaram um “pacotão” de nomes de “grileiros” que estão agindo no Acre e Sul do Estado do Amazonas. Cerca de 3 milhões e 600 mil hectares estão sendo questionados, que correspondem a Cr\$ 18 bilhões. E outros “pacotes” ainda estão para vir por aí, o que não chega a ser novidade, uma vez que na Amazônia e, de modo particular, no Acre, o que mais dá é grilo em cima de grilo.

Portanto, General Figueiredo, pode começar a “prender” e “arrebentar” os “grileiros”, se fores valente como dizem. (Grileiros continuam soltos. *Varadouro*. Rio Branco-AC, mai. 1981, ano II, n. 21, p.25).

A ironia, como fenômeno marcado pela sutileza e lapidado pela inteligência, pressupõe a existência de um destinatário hábil em decifrá-la e de um enunciador capaz de perceber os sentidos encobertos pela argumentação. Definida por Sebastião Cherubim (1989, p. 41) como uma figura de linguagem “pela qual se diz o contrário do que se pensa, com intenção sarcástica”, a ironia é usada para produzir um jogo de sentidos entre o real e o sugerido.

Em um texto oral, a percepção da ironia se dá pela voz do enunciador, pela entonação, pelos gestos e expressões faciais. No discurso escrito, entretanto, o caráter irônico é transcrito com a utilização de recursos gráficos como as aspas, o negrito, o destaque no texto, a pontuação. Se os índices não forem claros e compreendidos pelo interlocutor, entretanto, a ironia não é constituída. Sendo assim, é imprescindível, para quem cria a ironia, apoiar-se em um conjunto de signos de domínio de seu interlocutor.

No trecho de *Varadouro*, a ironia é expressa principalmente através das aspas. Ao se referir ao “pacotão” de nomes de “grileiros” divulgados nos jornais, a crítica recai sobre a inércia do poder público que, mesmo com a ampla divulgação dos nomes dos grileiros no Acre e no Amazonas, continuavam sem tomar nenhuma providência para resolver o problema. Nesse caso, a ironia constitui-se em uma estratégia discursiva capaz de figurar como importante elemento de crítica política e social.

A ironia, apesar de ser percebida por algumas pistas que o enunciador vai deixando, só pode se estabelecer se puder contar com a cumplicidade do receptor. Assim, se analisarmos a forma irônica como o enunciador do texto em questão se refere ao Presidente Figueiredo, perceberemos mordaz crítica ao modo como os presidentes chegavam ao poder nos tempos da Ditadura. A denominação de “ungido” conferida ao Presidente Figueiredo concentra o sentido de alguém “investido de poder sagrado”.

A autoridade ilegítima é satirizada também com a afirmação de que o Presidente “ungido” havia declarado “prender” e “arrebentar” os grileiros. A declaração final do enunciador é que o General Figueiredo poderia “começar a prender” e “arrebentar os grileiros”, se fosse valente como diziam. O lugar institucional de onde fala o enunciador nesse texto aponta para a situação de extrema insatisfação com os governos militares. O contexto, neste caso, diz tanto quanto o texto, pois a formação dos sentidos depende do que constitui estes sujeitos, do imaginário que os permeia, de suas ideologias e sua inscrição histórica, cultural e social.

Enquanto na imprensa atrelada ao poder oficial da Ditadura as palavras são marcadas pela intenção de neutralidade, na imprensa alternativa são marcadas pelo envolvimento e tomada de posição dos sujeitos que enunciam. Adotando um discurso que focalizava como protagonistas os vários sujeitos sociais geralmente excluídos da “ordem do discurso”, *Varadouro* foi alvo de constantes ataques por parte dos líderes políticos da época, que não admitiam contestações ao regime militar.

É importante ressaltar que a composição de *Varadouro* não era peculiar apenas por seu projeto gráfico, mas principalmente pela abordagem incisiva dos temas e problemas acreanos. A opção pelo discurso ligado à oralidade representou mais que um estilo jornalístico, refletiu o diálogo que os jornalistas queriam estabelecer com a realidade dos diversos grupos de trabalhadores do Acre, principalmente aqueles que tiveram suas trajetórias marcadas pela expulsão de suas terras em decorrência da implantação da pecuária no Estado.

2.2 A padronização da linguagem em *O Rio Branco*

A informatividade e a pretensão de neutralidade no trato das notícias e demais matérias foram marcas do jornal *O Rio Branco*, desde seu surgimento, em 1969. Nascido sob a égide da vigilância e do domínio dos governos militares, não se poderia esperar que a liberdade e a opinião fossem marcas da linguagem em *O Rio Branco*, pelo contrário, o regime militar propiciou como características desse jornal o silêncio e o recuo no tom dos discursos.

Dentre as estratégias discursivas que analisamos no jornal *O Rio Branco*, enfatizamos, a seguir, **a linguagem impessoal, com pretensão de neutralidade e informativa, uso da técnica do lead, concisão e economia de palavras e discurso indireto**, evidenciado pela fala do editor mediando a interpretação dos fatos narrados.

O principal recurso utilizado nesse jornal é a padronização da linguagem, materializada na adoção de uma **linguagem impessoal e informativa**. As discussões políticas acaloradas presentes no jornalismo riobranquense da década de 1950 e início da década de 1960, com o golpe militar de 1964 foram praticamente retiradas dos jornais. O princípio da imparcialidade passava a construir, pretensamente, a verdade objetiva dos fatos. Assim sendo, o discurso jornalístico tinha que construir em torno de si a “ilusão de verdade”, pautando-se na construção de um discurso hegemônico baseado na neutralidade, na objetividade e na imparcialidade. O silêncio e a neutralidade passaram a ser sinônimos de bom jornalismo, trazendo transformações que marcariam de forma incisiva os padrões da imprensa dessa época, influenciando ainda hoje o fazer jornalístico.

Os jornalistas passaram, então, a desempenhar no âmbito das empresas, o seu papel de intelectuais orgânicos, uma vez que tinham como tarefa produzir, através do discurso veiculado nos jornais, um consenso entre as opiniões divergentes na sociedade, visando a atingir a hegemonia do modo de pensar dos donos do poder. Como afirma Gramsci (1999), o jornalismo é uma importante força da sociedade civil na reprodução da hegemonia dos grupos dominantes, não se limitando a satisfazer as necessidades de seu público, mas procurando criar essas mesmas expectativas, com dois objetivos básicos: expandir sua área de atuação e tornar-se, em consequência, mais lucrativo e ao mesmo tempo com o objetivo de doutrinar. Os leitores, nessa perspectiva, não seriam apenas elementos econômicos capazes de adquirir as publicações, mas elementos “transformáveis” filosoficamente, maleáveis a essa transformação.

A transformação filosófica do leitor, da qual fala Gramsci (idem), foi objetivo perseguido pela imprensa riobranquense do período da Ditadura Militar. Com a adoção das

técnicas vindas do jornalismo norte-americano, o discurso jornalístico local passou a se revestir de objetividade. Tomando para si uma aura de fidelidade aos fatos, o jornalismo riobranquense adquiriu considerável poder social principalmente por meio das suas novas operações discursivas.

Os Manuais de Redação consagravam a linguagem impessoal, ocultando o sujeito da enunciação, tendo como grande novidade a introdução da técnica do *lead*, na qual o jornalista elenca no primeiro parágrafo os cinco elementos da notícia: *o que, quem, quando, onde, como e por que* (LUSTOSA, 1996, p. 77). A adoção desta técnica norte-americana, inspirada no discurso telegráfico figura como uma tentativa de excluir de vez a subjetividade do espaço da imprensa. O modelo possuía outras exigências, que ainda perduram como requisito para a redação de um bom texto jornalístico: a ordem direta do discurso e o máximo de clareza possível.

A origem do *lead* é uma referência à dessacralização da linguagem, estando ligada à oralidade, é a manifestação do relato de alguém que assistiu o fato e possui, portanto, autoridade no assunto para falar:

Um jornalismo que fosse a um só tempo objetivo, imparcial e verdadeiro excluiria toda outra forma de conhecimento, criando o objeto mitológico da sabedoria absoluta. Não é por acaso que o jornalista do século XX mantém, às vezes, a ilusão de dominar o fluxo dos acontecimentos apenas porque os contempla, sob a forma de notícias, na batida mecânica e constante dos teletipos (...) (LAGE, 1987).

A lógica que passava a reger os textos jornalísticos era a da velocidade e da falta de tempo da sociedade industrial do século XX. O discurso da imprensa abandonava o caráter opinativo, deixando de ser espaço de experimentação literária e embates políticos para adotar um estilo pautado no caráter informativo. O mito da objetividade jornalística ganhava corpo a partir de então, pela pretensão de deixar clara a distinção entre opinião e informação. O editorial, neste contexto, surgia como forma de marcar esta distinção, o jornal informaria nas demais notas, cabendo à direção do jornal opinar no espaço dos editoriais. Evidentemente, isto nunca ocorreu, nem ocorre, já que os editores do jornal opinam desde a escolha da matéria central até as notas “puramente informativas”. Assim sendo, o discurso jornalístico não é e nem poderá ser neutro.

Segundo os Manuais de Redação Jornalística, que passaram a ser adotados na década de 1950 por jornais como o *Diário Carioca* e *Tribuna da Imprensa* e serviram para padronizar o discurso da maioria dos jornais brasileiros, os editoriais não devem ser assinados, sendo sempre redigidos em terceira pessoa para reforçar a imparcialidade do

veículo de comunicação. Este arranjo do texto serve para consagrar o editorial enquanto espaço destinado a assegurar uma ilusão de isenção jornalística, numa tentativa de apagamento da autoria.

Os editoriais do jornal *O Rio Branco*, veiculados no período de 1977 a 1981, por seguirem esse padrão, não eram assinados e, devido ao cerceamento vigente à época da Ditadura Militar, eram escritos com linguagem altamente informativa. Assim, a identificação dos textos foi realizada por meio da observação de características essenciais na produção dos editoriais: a estruturação com vistas à persuasão, a busca de direcionar a opinião do público, a apresentação gráfica destacada, o fato de vir nas páginas iniciais, o destaque entre as demais notas e a escrita em terceira pessoa tentando demonstrar imparcialidade. Além disso, buscamos perceber uma outra particularidade nesses textos: a abordagem do tema referente à realidade cotidiana. O responsável pelo editorial, em linhas gerais, privilegia fatos da realidade local ocorridos no contexto do tempo presente.

Com a objetividade, o jornalista tinha mais que um estilo de escrever, ele ganhava o *status* de “detentor da verdade”. O efeito da **ilusão de neutralidade** conferida ao jornalismo tornou o leitor mais passivo, sem questionar se o que estava sendo posto era verdade ou não. A reação do público leitor foi passar a acolher o jornalismo de forma diferenciada. Até então, o caráter panfletário do jornalismo demonstrava ao leitor seu lado essencialmente político. Com a adoção da objetividade como nova marca da linguagem dos jornais, os jornalistas ganhavam “super-poderes”, tudo o que publicavam passava a ter certa garantia de ser verdadeiro e de não estar sendo distorcido, logo, não haveria necessidade de buscar outras fontes de informações.

Assim, a imprensa se consagrava como instância produtora e desencadeadora de saberes. A ancoragem factual do novo jornalismo baseava-se em dados concretos, informações como nomes, endereços, dados estatísticos. Tudo isso fomentava ainda mais a veracidade do veículo de comunicação, proporcionando ao leitor a confiança e a idéia de credibilidade de que o jornalismo precisava para adquirir legitimidade. Há, nesse sentido, uma espécie de acordo subentendido entre mídia e leitor. Ocorre, entretanto, que esse contrato é extremamente vulnerável, uma vez que se baseia apenas na confiança do leitor.

A “impessoalidade” pode ser observada no jornal *O Rio Branco* na própria estrutura dos títulos de primeira página, nos quais era comum a utilização da identificação do sujeito de quem se falava através da designação genérica ou cargo exercido pela pessoa em vez do nome. O objetivo dessa estratégia era conferir um efeito de neutralidade e despertar

nos leitores a confiança de que o que estava sendo exposto era verdadeiro. Como exemplos de utilização desse recurso, podemos citar os seguintes títulos:

- Seringueiro espancado por não vender posse. (*O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 17 mai. 1977, ano IX, n. 23, p. 03);
- Posseiro saqueado pelos peões e pressionado pela polícia. (*O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 08 jun. 1977, ano IX, n. 42, p. 04);
- Proprietários rurais pressionam posseiros. (*O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 02 jul. 1977, ano IX, n. 61, p. 01);
- Posseiros presos em Tarauacá. (*O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 09 jul. 1977, ano IX, n. 65, p. 01);
- Repórter agredido na Cohab. (*O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 08 jan. 1978, ano IX, n. 196, p. 03);
- Onça comeu fugitivo da penal. (*O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 02 abr. 1978, ano IX, n. 258, p. 01).

O estilo de construção predominante nos títulos dos textos publicados em *O Rio Branco* privilegia a **concisão e a economia de palavras**. Quanto ao aspecto da linguagem, observamos que os textos desse jornal são escritos seguindo a **técnica do lead**, expressas nas informações de *com quem, quando, onde e porque* os fatos noticiados ocorreram.



Figura 04: Capa do jornal *O Rio Branco* (09 de jul. de 1977, Ano IX, n. 67, p. 01) exemplificando a utilização do *lead*. Fonte: Museu da Borracha.

Os títulos em destaque na capa do jornal exemplificam o uso dessas informações: “Posseiros matam nas terras do Nova Empresa”, “RBFC faturou o S. José em Macapá”, “Banco da Amazônia completa 35 anos”, “Embratel acerta transmissão dos jogos da Seleção do Brasil”, “Arqueólogos percorrem o Acre”.

A “impessoalidade” é evidente na série de títulos de editoriais elencados anteriormente e na capa da edição de 09 de julho de 1977. Nesses exemplos, o efeito de distanciamento e impessoalidade não se dá apenas do ponto de vista da linguagem de quem escrevia, mas também pela caracterização dos sujeitos envolvidos nos fatos noticiados pelo jornal. Assim, era comum, em vez de divulgar o nome das pessoas nos *leads*, o jornal publicar na manchete apenas sua atribuição ou cargo. Essa estratégia servia para construir a imagem da imprensa como um novo referencial, configurando-a como um lugar institucional autorizado a enunciar “oficialmente” as verdades dos acontecimentos e se estabelecer como o registro factual por excelência.

Um outro ponto a ser observado nos títulos e na capa do editorial acima diz respeito ao aspecto discursivo. Mesmo sendo *O Rio Branco* um jornal que manifestava na maioria de seus textos a ideologia ligada ao poder oficial, em muitos momentos veiculou em suas páginas também textos que rompem com esse caráter dominante. Em plena Ditadura Militar, publicar notícias a respeito de “onças que comem fugitivos da penal”, “espancamentos de seringueiros”, “pressão dos grandes proprietários rurais para que posseiros abandonem suas terras”, “prisão de posseiros”, “agressão de repórteres do jornal alternativo *Varadouro* sem explicação nenhuma quanto ao motivo” é realmente uma demonstração de que o discurso é artefato de manipulação e resistência. Por mais que no jornal *O Rio Branco* imperasse a linha editorial vinculada à ideologia dominante, alguns jornalistas não compactuavam com os cerceamentos impostos pelo regime militar.

Outra estratégia desse jornal é o uso do **discurso indireto**, em que o editor atuava como uma espécie de mediador dos fatos. Através desse recurso, o enunciador reproduz a fala dos sujeitos envolvidos nos fatos noticiados, usando uma oração subordinada a um verbo que possua o mesmo significado de “dizer”, “perguntar”, “responder” e introduzida por conjunção integrante ou pronome interrogativo. Assim, é comum, nesse jornal, expressões do tipo: “o seringueiro disse que”, “o delegado comentou que”, “o governador declarou que”.

Ao se observar as páginas amareladas pelo tempo, é possível entrever as rupturas, os movimentos de resistência e o modo singular com que vários jornalistas driblaram a censura, como por exemplo, no caso da divulgação de notas sobre torturas nas delegacias acreanas e da violência que imperava nos conflitos de terras ocorridos com a

implantação da pecuária na década de 1970. A hipótese de que os discursos dos jornais *O Rio Branco* e *Varadouro* representavam, respectivamente, o posicionamento de apoio e oposição ao poder oficial, ao longo da pesquisa foi sendo reestruturada, revelando que esta era apenas uma face do fragmentário espelho do discurso.

A pretensa neutralidade do discurso no jornal *O Rio Branco* serviu para alicerçar a estratégia discursiva da afirmação da imagem dos líderes militares como “defensores do povo brasileiro”. Nesse sentido, o discurso jornalístico apresentado pela imprensa oficial para se instituir e adquirir legitimidade teve como foco o recurso da **positividade dos enunciados**, articulando a linguagem a fim de disseminar as práticas discursivas de exercício do poder, impondo determinados procedimentos e silenciando os posicionamentos divergentes do poder político dominante.

O estilo adotado pelo jornal *O Rio Branco*, entretanto, privilegiava a “informação” e não a “opinião”. A partir da observação do tipo de linguagem utilizada na maioria dos textos do jornal, percebemos que a recorrência ao estilo “opinativo”, mesmo nos editoriais, era quase inexistente. Se tomarmos o caso dos editoriais publicados no jornal *O Rio Branco* no período de 1977 a 1981, perceberemos que esta peça jornalística, mesmo sendo caracterizada pelo uso da “opinião”, passou a ser estruturada com um estilo marcado pela busca da objetividade e da imparcialidade, o que significava mais informação e menos discussão e interpretação dos fatos.

Por influência do momento histórico, no qual prevalecia o arbítrio e os cerceamentos, não era interessante para os responsáveis pelo jornal, nem para os grupos de poder que influenciavam sua produção, o tratamento dos fatos mediante a reflexão e a confrontação de opiniões.

2.3 Forjando heróis: o passado “glorioso” reinventado

Os editoriais dos jornais *O Rio Branco* e *Varadouro* influenciaram diretamente na construção de traços da memória riobranquense. Dentre as contribuições que esses textos fornecem para a configuração do imaginário da sociedade acreana, a **mitificação de heróis** representa uma característica que perpassa toda a história da imprensa local, buscando, em diferentes épocas, criar uma unidade e definir uma identidade para o povo acreano. No

período da Ditadura Militar, o uso dessa estratégia figura como uma forma de reatualizar fatos passados, conferindo-lhes novos significados¹³.

As noções de “acontecimento discursivo” e “arquivo”, trabalhados por Michel Foucault (2004), constituem os princípios que nos instrumentalizam para abordar o retorno da mitificação dos heróis como estratégia discursiva dos dois jornais estudados. Para analisar os efeitos de reinvenção do passado glorioso, em que heróis são forjados para produzir a ilusão de unidade da sociedade acreana e brasileira, partimos da idéia de que esse imaginário é evocado sempre que os grupos dominantes precisam exercer o poder através da unificação dos anseios e vontades do povo. Através desse recurso de unificação do imaginário social, opressor e oprimido parecem compartilhar os mesmos ideais.

Nossa sociedade dispõe, ainda que de forma fragmentária, de um arquivo sobre o que é ser acreano. Esse arquivo é formado por aquilo que a nossa sociedade pode dizer de si mesma. Dentre as características que compõem o quadro do que é “ser acreano”, a imagem dos heróis figura como a representação de um povo aguerrido, valoroso e bravo, que foi capaz de conquistar com sangue o direito de ser brasileiro.

O discurso jornalístico, diante dessa peculiaridade que marca traços da memória acreana, atua como instância organizadora e reorganizadora desses discursos, servindo de suporte para que os chamados “discursos fundadores” sejam continuamente ressignificados e deslocados. Entretanto, como organizador dos demais discursos que circulam na sociedade, o discurso jornalístico não está imune ao intrincado jogo das relações de poder. Tomando como base as estratégias discursivas apresentadas nos jornais *O Rio Branco* e *Varadouro*, percebemos que embora adotando posicionamentos editoriais totalmente divergentes, ambos recorrem à construção da imagem de “heróis” como forma de congregar em torno de uma mesma ideologia grupos divergentes e legitimar seus dizeres.

No jornal *O Rio Branco*, os heróis são forjados com vistas a conferir legitimidade ao jornal, pela sua pretensa “vocação” emanada dos heróis da historiografia oficial acreana. Em *Varadouro*, entretanto, esse processo de mitificação ocorre de forma invertida, pois os

¹³ A mitificação dos heróis – dentre os quais podemos citar figuras como Plácido de Castro, os líderes combatentes da Revolução Acreana, Duque de Caxias, Tiradentes – aparece como aspecto recorrente na imprensa acreana, retornando em vários momentos históricos distintos. No início do século XX, é usada para fixar a força de trabalho no território acreano, defendendo os interesses do capital monopolista internacional da exportação e apropriação de matérias-primas. Na passagem da década de 1950 para a de 1960, essas figuras emblemáticas são retomadas para unificar os acreanos em torno da causa autonomista, que levaria o Acre a ser elevado à categoria de Estado. Na Ditadura Militar, a figura dos heróis é retomada para apresentar os governantes militares como investidos do poder de continuar as grandes revoluções. E, finalmente, na passagem do século XX para o XXI, no governo de Jorge Viana, as histórias dos heróis são revisitadas, reproduzindo, praticamente o mesmo efeito que almejavam os líderes do regime militar: afirmar-se como continuador das grandes revoluções.

heróis apresentados no jornal não são aquelas figuras emblemáticas ligadas ao poder oficial, mas pessoas do povo e líderes dos movimentos sociais.

O contraste entre os editoriais veiculados em *O Rio Branco* e *Varadouro* revela o confronto entre o passado e o presente. A escolha do nome “O Rio Branco” aponta para o fato de que o jornal vai buscar sua legitimidade no passado, junto às figuras célebres da história acreana, tomando emprestado do próprio nome da capital acreana e da referência ao Barão do Rio Branco a inspiração para servir de porta-voz dos “anseios do povo acreano”. Já *Varadouro* dialoga com o presente, retratando as lutas cotidianas dos seringueiros, índios, posseiros, moradores dos bairros “periféricos” da cidade no contexto de passagem da década de 1970 para 1980.

Nessa perspectiva, é comum verificarmos nos editoriais do jornal *O Rio Branco*, a ênfase às datas cívicas, aos personagens do “passado glorioso” da história acreana sobre as figuras relevantes para legitimação do poder oficial.

Já no editorial da primeira edição de *O Rio Branco* (1969), o editorialista buscava dialogar com valores tidos como primordiais para unificar o povo acreano e respaldar a grandeza que os responsáveis pelo periódico pretendiam impingir a sua publicação. O trecho do primeiro editorial desse periódico demonstrava a dimensão desse diálogo travado com os mitos e heróis acreanos:

Traduzimos com este acontecimento histórico no periodismo regional, a manifestação do nosso otimismo, nossa confiança no futuro deste Estado, na capacidade realizadora do seu povo, amalgamado em épicas pelejas de liberdade, pela sobrevivência e sobretudo pelo seu patriotismo, que teve em Plácido de Castro a mais alta concretização de seus ideais e de seus anseios de brasilidade. (*O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 20 abr.1969, ano I, n. 1, p. 1).

A estratégia utilizada no trecho acima é a evocação de um tempo remoto, apelando para a construção de um imaginário que recuperasse um equilíbrio perdido, através da agregação de anseios comuns. Tal ubiquidade das revoluções, marcadas pela união de elementos do futuro e do passado, tem se delineado de diferentes maneiras. Tradição e modernidade são palavras bem presentes na construção do imaginário expresso nos jornais riobranquenses do período da Ditadura Militar.

A memória, enquanto operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc.

(POLLACK, 1989). Diferentes grupos da sociedade constroem suas memórias coletivas a partir das quais é montada e organizada uma memória nacional dominante. Esses grupos constroem essa memória nacional, organizando as comemorações, as festas, definindo os heróis que merecem ser lembrados e os que devem ser esquecidos. Nessa dimensão, a evocação do passado serve para manter coesos grupos e instituições que compõem uma sociedade.

O insistente retorno e repetição das representações de fatos e datas históricos, tais como a Independência do Brasil, a Intentona Comunista, a Tomada do Monte Castelo pelas tropas brasileiras durante a Primeira Guerra Mundial, serviu para fomentar a imagem dos militares como redentores da nação. A imprensa tanto nacional como acreana, ao dar ênfase e projeção a essas peijas históricas participou da disseminação de uma ideologia de legitimação do poderio dos governos militares. O retorno das temáticas referentes à mitificação dos heróis nacionais e acreanos apresenta-se como estratégia usada nos jornais de linha oficial para construir uma imagem dos líderes militares como continuadores das “grandes revoluções”. Assim, datas, heróis e monumentos se conjugam na montagem da memória acreana, evocando a coesão social.

Ao produzir essas imagens de um civismo exacerbado, através da repetição, no presente, de fatos de um passado “glorioso”, os jornais “inventam” tradições¹⁴ que se ancoram em práticas repetitivas e fixas, determinadas por um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras implícitas ou abertamente aceitas, de natureza ritual ou simbólica, visando inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição. O conceito de “tradição inventada” representa um conjunto de práticas de natureza ritual ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado (HALL, 2000, p. 54).

O editorial a seguir traz o exemplo de como o discurso jornalístico do período da Ditadura Militar foi marcado pela repetição de imagens mitificadoras dos heróis da história oficial acreana e brasileira:

FAZ HOJE setenta e cinco anos que eclodiu, em Xapuri, a Revolução Acreana, sob a chefia e sustentação do intrépido e bravo caudilho José Plácido de Castro, comandante de denodados nordestinos de repente e de armas na mão a defender para o Brasil ricas e férteis terras, e a conquistaram com sangue e muita luta o direito de ser brasileiro.

¹⁴ HOBBSBAWN, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

ESTA DATA histórica, indelével e marcante de nossa História e de nossas vidas, se não tem mais a retumbância e a repercussão de outrora, nem por isso deve permanecer no olvido e no silêncio. Foi graças a Plácido de Castro que tudo foi possível para nós, a partir do início da Revolução Acreana de 6 de agosto de 1902, culminada com a assinatura do Tratado de Petrópolis em 17 de novembro de 1903, pelo Barão do Rio Branco.

REVERENCIEMOS por um instante o passado e pensemos nos heróis e nos guerreiros que permitiram aos acreanos o direito de viver o sentimento uno e indivisível de comungar do mesmo orgulho de brasilidade, ensejando ao Brasil uma das mais gloriosas e dramáticas epopéias, provando, inconteste e eternos, que o sangue derramado não foi em vão. Pois somos brasileiros por opção e por direito de conquista. (O 6 de Agosto. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 06 ago. 1977, ano IX, n. 091, p. 01.)

Este editorial foi escrito em um momento marcado por uma série de outros fatores que fomentavam a volta “a um passado glorioso” de lutas e vitórias. O ano de 1977 foi marcado sobremaneira pela eclosão de diversos focos de conflitos de terras, pelo aumento significativo do êxodo rural, pela luta em busca da sobrevivência empreendida por essa população migrante. Ao lado dessa crise social, o cenário histórico da cidade de Rio Branco parecia repetir o quadro de extrema carência que também enfrentaram os nordestinos que migraram para o Acre um século antes.

Aproveitando a ênfase dada às comemorações do Centenário da Imigração Nordestina pelo governo Geraldo Mesquita, em 1977, o jornal *O Rio Branco* apresenta, no editorial em questão, uma proposta de retorno do sentimento “acrianista” de culto às figuras e fatos da história oficial. O seis de agosto, data do início da chamada “Revolução Acreana”, é retomado como data marco do sentimento de resgate dos valores cívicos acreanos, por ter sido através desta efeméride conquistado, como está expresso no editorial em questão, “com sangue e muita luta o direito de ser brasileiro”.

A necessidade de legitimação do regime militar, no contexto acreano, ancorou-se na ênfase dada à figura de Plácido de Castro. Essa escolha possui dupla motivação: Plácido de Castro, além de ser também um militar, representa, segundo as narrativas da história oficial acreana, o “herói” que garantiu ao povo acreano o “direito de ser brasileiro”.

No editorial “O 6 de Agosto”, de *O Rio Branco*, a qualificação positiva de Plácido de Castro pode ser percebida pelo uso de termos como “intrépido” e “bravo caudilho”, “comandante de denodados nordestinos de repente e de armas na mão a defender para o Brasil ricas e férteis terras, e a conquistaram com sangue e muita luta o direito de ser brasileiro”. O *status* de “mito” e “herói” conferido a Plácido de Castro perpassou todos os momentos da produção jornalística riobranquense, sendo reatualizado em cada período, de acordo com os interesses daqueles que se apropriavam do caráter “insurrecional” e “revolucionário” inerentes à imagem do caudilho gaúcho para legitimar sua dominação.

Enquanto *O Rio Branco* enfatiza a figura de Plácido de Castro para comemorar o centenário da imigração nordestina, em 1977, o jornal *Varadouro* privilegia a atuação dos seringueiros no processo de anexação do Acre ao Brasil:

1877-1977 – CEM ANOS DE MIGRAÇÃO NORDESTINA PARA O ACRE – Esta história de milhares de nordestinos – 50, 60 mil ou mais – que foram tocados pela seca (ou pelo latifúndio?) de sua terra e vieram fazer o Acre com o ‘corte’ da seringa. 1877, a Primeira Migração; a seca assolava o Nordeste e a Amazônia era o deserto da esperança. 1943, a Segunda Migração, estava mais para Hitler do que para europeus e russos; os americanos entraram na guerra; mas precisavam de borracha, muita borracha; os nordestinos tinham fome. 1970, a Terceira Migração: as empresas agropecuárias precisam de muita terra; a Amazônia tem terra, muita terra; os nordestinos-acreanos têm que dar lugar ao boi. (Migração: uma história de cem anos. *Varadouro*. Rio Branco-AC, set.1977, ano I, n. 04, p. 07).

O diferencial da proposta do jornal *Varadouro* era buscar registrar as conseqüências da “segunda patada” do boi, ou seja, a entrada no Acre de grandes empresas agropecuárias, uma vez que a “primeira patada” aconteceu com o ciclo da borracha. Assim, o enunciador ao referir-se ao Centenário da Migração Nordestina escreve sob a perspectiva de quem conhece a luta dos seringueiros nordestinos-acreanos e sua vida sempre em trânsito, migrando de lugar em lugar.

A declaração de que os nordestinos-acreanos foram “tocados” pela seca caracteriza a existência destes como uma verdadeira “vida de gado”, vagando sempre de um lugar para outro. Ao usar a expressão “tocados pela seca (ou pelo latifúndio?)” o enunciador utiliza a pontuação para inserir uma crítica à historiografia oficial por culpar apenas a seca pela migração dos nordestinos, deixando de lado a concentração da terra nas mãos de poucos. Os parênteses e a interrogação, nesse caso, reforçam a intervenção do enunciador e a crítica à versão oficial da história da migração nordestina para o Acre.

Apesar da ênfase da história oficial assim como da produção escrita da imprensa local conferida à figura de Plácido de Castro, a anexação do Acre ao Brasil não pode ser atribuída apenas aos comandantes da “Revolução Acreana. Outros não menos importantes fizeram parte dessa história e deram a vida para que o Acre se tornasse brasileiro. Entretanto, por serem homens do povo, em sua maioria seringueiros, aparecem na historiografia oficial apenas como coadjuvantes da “Grande Revolução de Plácido de Castro”.

A história narrada oficialmente ao longo do tempo atende aos interesses dos grupos de poder. Logo, os seringueiros combatentes não são os personagens tidos como dignos de referência privilegiada nesta “gloriosa história do Acre”. Tendo em vista o silêncio não apenas da história oficial, como também do próprio discurso jornalístico, em torno desses

seringueiros, o jornal *Varadouro* trouxe no editorial que trata dos cem anos da imigração nordestina a história desses verdadeiros heróis que deixaram o Nordeste para tentar uma vida melhor no Acre:

Esta é a história de Antenor Pereira dos Santos, que começou em 1943, em Quixadá, no Ceará e termina no bairro do Papoco, em Rio Branco. “Seu” Antenor foi “soldado da Borracha”, colono, diarista,, limpador de quintal, vigia e atualmente candidato a uma aposentadoria pelo Funrural. Hoje ele é mais do que isso: é a própria encarnação do ciclo histórico da migração nordestina, atualmente cumprindo sua última etapa do êxodo rural. (...)

Antenor, a vítima:

“O senhor vê, agora estão acabando com os seringais. Como é que se pode viver só com criação de gado? Não vai ter pra esse povo todo, o governo também não tem. Como vão viver? Só Deus sabe. Eu gosto de dizer o que penso. Me admiro como os que vêm de fora tomam a terra dos filhos da terra. Eu sou mais acreano do que cearense e, agora, não tenho direito a nada. Homens de 30, 40 anos de “colocação” sendo expulso. É uma falta de justiça, sim senhor. Quantos anos trabalhando nesta terra, lutando, sofrendo e vem os de fora botar nós pra fora. A gente é expulso, chega aqui e fica com a cara pra cima, dormindo no chão, nu, sem fazer nada. Só penso duas coisas: nunca matar nem roubar. (...) E assim é todo esse povo pobre, povo sofredor. (Migração: uma história de cem anos. *Varadouro*. Rio Branco-AC, set. 1977, ano I, n. 04, p. 11).

O discurso enunciado nesse texto apresenta a fragmentariedade do sujeito que fala. Esse sujeito disperso fala por meio do que Foucault (2004) denominou de formações discursivas. Por ser constituído dialeticamente, o enunciado apresenta traços de singularidade e de repetição. Dessa forma, o discurso jornalístico, para manter seu papel de produtor e desencadeador de saberes, agrega elementos como a novidade e a repetição. A inovação, muitas vezes, está em reatualizar fatos passados com um novo sentido. No caso do Centenário da Migração Nordestina para o Acre, em 1977, é importante observar como os jornais *Varadouro* e *O Rio Branco* reatualizam esse fato e perceber de que posição os enunciadores falam.

A formação discursiva é circunscrita por Michel Foucault (idem) como o “lugar da construção do sentido”, definindo uma regularidade entre os tipos de enunciação. Por esse conceito, o sentido muda conforme a posição de quem o emprega, sendo determinado pelas posições ideológicas em que as palavras são produzidas ou reproduzidas. Diante disso, podemos notar que os posicionamentos enunciados nos jornais *Varadouro* e *O Rio Branco* divergem pelas formações ideológicas em que se inscrevem. As formações discursivas estão ancoradas nas formações ideológicas, assim, enquanto em *O Rio Branco*, a imigração nordestina é narrada do ponto de vista da história grandiloquente e dos ditos heróis oficiais, em *Varadouro*, é narrado sob a perspectiva de quem sempre esteve à margem dessa história, os seringueiros.

Para os donos do poder, retomar o mito de Plácido de Castro significava mais que apoiar-se em uma figura regional para unificar o imaginário social. Se uma das estratégias de dominação do poder oficial era a unificação dos anseios de grupos divergentes em torno de um único ideal, a figura de Plácido de Castro representava mais que um exemplo a ser seguido pelos demais, era a própria representação da “bravura e intrepidez” do povo acreano.

Era preciso falar não apenas ao intelecto, mas também às motivações mais profundas, capazes de “unir” os grupos de poder em torno de um mesmo ideário. Apelar para o sentimento “acreeanista” era uma estratégia discursiva que buscava respaldar o domínio dos grupos ditatoriais. Diante disso, a retórica dominante na imprensa escrita acreana do período da Ditadura Militar teve na mitificação dos heróis um elemento de sustentação.

A difusão da ideologia de que os governantes do regime militar eram os “continuadores da revolução” tornou-se o arcabouço do discurso oficial. Nesse aspecto, a palavra “revolução” foi usada tanto em âmbito estadual, para referir-se à insurreição que resultou na anexação do Acre ao Brasil, e em âmbito nacional para designar o golpe militar de 1964. A primeira “revolução” representava o desejo de cidadania brasileira e a segunda representava a mudança do regime político supostamente democrático para o autoritário, em que o poder do povo foi substituído pelo militar.

Revestir o golpe de 1964 com aspecto de “revolução” foi tarefa defendida pela mídia. Era necessário que naquele momento de crise e mudanças se construísse uma nova tradição, definindo que eventos e pessoas deveriam ser lembrados e quais deveriam ser esquecidos (POLLACK: 1989).

A imprensa teve um papel estratégico na incumbência de difundir o ideário do regime militar. O discurso jornalístico, segundo Luís Felipe Miguel (1999, p. 201), “desempenha um papel nada negligenciável na produção de capital simbólico, isto é, do *crédito social* que permite a certos indivíduos ocupar posições de autoridade em determinados campos”. Em termos mais específicos, a formação do capital político passa, cada vez mais, pela intermediação do jornalismo.

A disseminação de imagens positivas dos líderes do regime militar pelos “manipuladores de bens simbólicos” não estava limitada apenas ao conjunto de imagens produzidas no próprio regime militar. A repetição de imagens provindas de longas tradições, profundamente arraigadas no imaginário social acreano e brasileiro foi uma das formas mais eficazes encontradas pelos líderes do regime militar para agregar e, fazer convergir as vozes dissonantes. Para unir essas forças contrárias, os militares buscaram dialogar mais de perto

com o conceito de “nação”, enquanto dispositivo discursivo de unidade, retomando figuras icônicas na história nacional e local.

No editorial “O 6 de Agosto” em discussão neste subcapítulo, o trecho em que Plácido de Castro é qualificado como “intrépido e bravo caudilho”, apresenta-se marcado não apenas pela imagem estereotipada do combatente gaúcho, mas também do próprio povo nordestino, que “de repente e de armas na mão”, defenderam “para o Brasil ricas e férteis terras, e a conquistaram com sangue e muita luta o direito de ser brasileiro”.

Nesse editorial, a idéia do nordestino como um povo sofrido, porém, sempre alegre, é representada pela expressão “de repente e de armas na mão” traz à tona uma imagem quase que impossível de se conceber. A guerra traz semanticamente a idéia de lugar de sofrimento, de mortes, de angústias, não de alegria e festejos. Por que, então, neste editorial, o editor de *O Rio Branco*, recorre à tentativa de conciliar o irreconciliável, de unir paradoxalmente a guerra e a alegria? Uma dos elementos centrais de todo processo de invenção de tradições é justamente estabelecer continuidade com um passado histórico considerado como apropriado. A memória do “6 de Agosto”, portanto, deveria ser representada como marco da unidade do povo acreano, traduzida na imagem de descendentes de um povo “alegre por defender para o Brasil” o território do Acre.

O uso de adjetivismos para qualificar o povo nordestino, Plácido de Castro e a própria data, “seis de agosto”, remontam ao estilo jornalístico adotado pela imprensa acreana no início do século XX, época em que as fronteiras entre o discurso jornalístico e o literário eram muito tênues. Os excessos de comentários, qualificações, adjetivos, que tornavam os textos marcadamente persuasivos, matizados por um discurso mais livre e opinativo, são aspectos que estão presentes nos jornais riobranquenses do início do século XX.

No contexto da Ditadura Militar, o retorno às imagens dos mitos e heróis acreanos era imprescindível, pois, serviriam para congregar em torno de um mesmo ideal as possíveis opiniões dissonantes. Assim, ao alicerçar em torno de um único sentimento a construção da “comunidade imaginada do Acre”, tomando aqui emprestada a expressão de Benedict Anderson (1989) e Stuart Hall (2000), podemos perceber que os militares e seus representantes buscavam, através da reatualização desses mitos nos editoriais, produzir estratégias discursivas que fizessem com que os membros da “comunidade acreana” se reconhecessem nesses discursos e se sentissem pertencentes a um grupo com interesses e anseios comuns.

O regime militar era apresentado como o mais legítimo para conduzir o Brasil a uma situação de “normalidade” política, econômica e social, e essa era a formação discursiva

predominante não só no discurso jornalístico, mas, de maneira especial, no imaginário político e social tanto das elites e das camadas médias, assim como entre os ditadores militares. O sujeito nessa perspectiva pode ser encarado como uma invenção cultural, ou seja, ele é constituído na trama histórica. Como afirma Michel Foucault (2001, p. 12), a noção de poder se torna central, na medida em que “a verdade não existe fora do poder ou sem poder”.

A partir do discurso apresentado no editorial “O 6 de Agosto” e do pensamento de Stuart Hall (2000) acerca do mito fundador, percebemos que a narrativa relacionada a esta “Data histórica”, ou seja, a chamada “Revolução Acreana”, constitui-se nesta “estória que localiza” a origem do povo acreano.

O discurso enunciado no editorial em questão aponta essa efeméride como a representação da origem do “ser acreano”. Nesse sentido, o Seis de Agosto concentraria não apenas o valor de “data memorável” e “permanente”, mas também traduziria um modo particular de representar o sentimento acreanista, dado sua ênfase às origens, à continuidade, à tradição e à intemporalidade. Essa referência às origens, segundo Hall (2000), funciona como um dos meios de operar do mito fundacional, que através do retorno a uma tradição que remonta as origens de um povo, apela primordialmente para fatos gloriosos, datados de tempos imemoriais, que mesmo ficando às vezes adormecido, “no olvido” e no “silêncio”, sempre estão prestes a vir à tona quando forem evocados.

A referência à data “indelével”, “marcante de nossa História e de nossas vidas”, se faz com o fim de dar ao acontecimento histórico “a retumbância e a repercussão de outrora”. A intenção de elevar o “seis de agosto” ao *status* de um tempo glorioso aponta para a necessidade que os donos do poder têm de “inventar tradições” e mantê-las vivas, como percebemos na afirmação de que a data não deveria “permanecer no olvido e no silêncio”.

As descrições, presentes nos editoriais, remetem a uma teatralização do poder. A dramaticidade que recobria os eventos narrados sobre comemorações cívicas, que retomavam valores e mitos, nacionalistas ou acreanistas, era uma das estratégias usadas para construir a imagem dos militares como herdeiros das “Grandes Revoluções”.

O centenário da Imigração Nordestina em 1977 ensejou campanhas apaixonadas de políticos acreanos em defesa da preservação das tradições cívicas e retorno ao culto dos fatos e datas históricos através dos monumentos acreanos. O obelisco¹⁵, marco erguido em

¹⁵ O obelisco é um elemento originário da Antigüidade egípcia. Eram blocos monolíticos, com o sentido mitológico; a representação do primeiro raio de sol que desceu pela terra, fazendo a ligação entre o mundo celeste e o mundo dos homens. Mas, conforme Jacques Le Goff (1989, p. 431), o obelisco também foi o primeiro suporte da escrita, juntamente com as estelas. No Brasil, a admiração e respeito por todos os símbolos, monumentos, e pela cultura da civilização egípcia são manifestados pela freqüente utilização das imagens de

homenagem aos combatentes da chamada Revolução Acreana foi alvo de verdadeiras contendas políticas, para que fosse reconstruído, tendo em vista sua demolição durante a administração prefetural de Durval Dantas.

A reconstrução do obelisco foi motivo de verdadeira campanha do governo do Acre, veiculada no jornal *O Rio Branco*. Este periódico chegou a lançar uma pesquisa de opinião pública para verificar junto a seus leitores, qual o local em que deveria ser erguido novamente o obelisco, conforme observamos no encarte a seguir, publicado em diversos números desse jornal:



VAMOS RECONSTRUI-LO ?

Sim ()

Não ()

ONDE?

PRAÇA DO AEROPORTO ()

PRAÇA DA RODOVIARIA ()

PRAÇA EURICO DUTRA ()

Este Obelisco Simbolizava a Epopéia Acreana

O Governo quer sua opinião: devemos ou não reconstruí-lo?

[Revolte o cupão e deposite-o nas urnas colocadas nas seguintes locais: Palácio das Secretarias, Lanchonete Cinelândia e Posto Banacre/Bosque].

Figura 05: Cupom para votação de do local mais adequado para a reconstrução do obelisco.
Fonte: Museu da Borracha

Após inúmeros debates entre autoridades e a sociedade, bem como a votação desencadeada pelo jornal *O Rio Branco*, finalmente o governador Geraldo Mesquita resolveu reconstruir esse monumento na então denominada Praça Cívica, a qual, posteriormente, passou a ser chamada Praça Eurico Dutra e, em seguida, Praça Povos da Floresta, situada próximo ao Palácio Rio Branco. O editorial a seguir traz um comentário breve a respeito da polêmica em torno do monumento:

obeliscos para fins comemorativos. A introdução do gosto e apreço pelos estudos e objetos do Egito Antigo iniciou com os monarcas D. Pedro I e D. Pedro II, os quais nos deixaram um rico acervo de peças egípcias, adquiridas pelo próprio D. Pedro II, em 1845 (BAKOS, 2003, p. 231). No caso do Acre, a motivação da construção do obelisco foi homenagear os combatentes da “Revolução Acreana”.

O povo decidiu que o lugar do obelisco em homenagem à Revolução Acreana deve ficar onde era: na Praça Eurico Dutra, segundo os votos apurados pela Assessoria de Comunicação Social e com o apoio de O RIO BRANCO. Extra-oficialmente, o Governo do Estado pretende reerguer o obelisco, demolido na gestão do prefeito Durval Dantas, no local onde foi colocado o monumento ao desenvolvimento, produzido em 74 pelo escultor paulista Caciporé. A foto de Américo de Mello, mostra, à esquerda, numa vista da chamada Praça Cívica, o monumento atual que sairá para entrar o maior símbolo da bravura acreana-nordestina. (Obelisco será construído na Praça Cívica. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 25 ago. 1977, ano IX, n. 107, p. 01).

A estratégia discursiva utilizada nesse trecho ancora-se na construção de um “sujeito coletivo” a quem os líderes políticos consultavam para decidir onde deveria ficar o monumento. Ao enfatizar que “O povo decidiu que o lugar do obelisco em homenagem à Revolução Acreana” era “na Praça Eurico Dutra”, o enunciador cria uma ilusão de interlocução, de cumplicidade, de identificação com seu público leitor e entre o povo e o governo. Dessa forma, governo e povo passavam a “partilhar” de um mesmo imaginário favorável ao regime.

Diante do exposto no editorial em questão, é importante o destaque que o enunciador dá ao fato de que a demolição do Obelisco se deu “na gestão do prefeito Durval Dantas” e que em seu lugar “foi colocado o monumento ao desenvolvimento, produzido em 74 pelo escultor paulista Caciporé”. A ligação do Obelisco à tradição histórica dos desbravadores nordestinos foi substituída pela imagem do progresso, representada pela escultura a seguir:



Figura 06: Praça Eurico Dutra, mostrando o monumento que seria demolido para que em seu lugar fosse reconstruído o obelisco. (Jornal *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 25 ago. 1977, ano IX, n. 107, p. 01).
Fonte: Museu da Borracha

Não se tratava apenas da recondução de um monumento a seu local de origem, mas do retorno a uma formação discursiva adotada anteriormente. No Governo de Wanderley Dantas, o lema era trazer o progresso ao Acre através dos investimentos dos pecuaristas do Centro-Sul. O Governo de Geraldo Mesquita, entretanto, alicerçou-se no discurso de retorno às tradições históricas acreanas. Essa política de valorização do passado verificou-se não apenas no discurso veiculado na imprensa, mas também em ações como a recuperação de peças do Patrimônio Histórico Acreano, que foram colocadas à disposição da população no Museu da Borracha, inaugurado em 1978.

Além dos monumentos e das datas cívicas e personagens mitificadas da história oficial, as cerimônias de homenagens aos mortos são também fatos que compõem o mosaico de imagens utilizadas pelos “senhores dos bens simbólicos” para arraigar no imaginário social dos acreanos a tradição de culto à pátria e obediência aos líderes militares. Dois eventos são enfocados nos editoriais a seguir, publicados no jornal *O Rio Branco*, trazendo a dimensão desse aparato discursivo em torno de reforçar o poderio dos militares pelo culto aos eventos históricos.

O primeiro evento encontra-se no editorial intitulado “Geisel homenageia mortos da II Guerra” como destaque de primeira página de *O Rio Branco*.

Os mortos da Intentona Comunista do Brasil foram reverenciados ontem no comando do 4.º Batalhão Especial de Fronteiras de Rio Branco (...)

Em 1935, com o pretexto aparente de resistência democrática e de oposição ao facismo, então ameaçador, os agentes do comunismo, (...) formaram uma aliança política de amplitude excepcional, para onde arrastaram ingênuos e oportunistas. Era a cobertura que necessitavam para infiltrar-se em nossas instituições, criando, deste modo, condições favoráveis à implantação de um estado soviético no Brasil.

Julgando próximos os resultados almejados e obedientes à palavras de Lenin vinda do exterior, fizeram eclodir a sinistra intentona. De Natal, a rebelião propagou-se e, na madrugada de 27 de novembro atingiu o Rio de Janeiro, deixando para trás de si um repugnante rastro de sangue, terror e morte. Companheiros de farda, tomados de surpresa durante a noite escura, foram traiçoeiramente rendidos pelos supostos amigos do entardecer. Era uma nova forma de luta que descobriram; assentada na ação torpe, que na busca dos seus objetivos não desprezava o crime e a desonestidade, valendo-se da calúnia, da mentira, do covarde assassinio. (...) (Geisel homenageia mortos da II Guerra. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 21 fev. 1978, ano IX, n. 227, p. 01).

A data de publicação do editorial acima, 21 de fevereiro de 1978, por ser aniversário da tomada do Monte Castelo, tornava-se ocasião propícia para recordar a atuação da Força Expedicionária Brasileira nos campos da Itália e evocar o combate aos comunistas. A lembrança da “Intentona Comunista” neste editorial de *O Rio Branco* traduz o papel da mídia ligada ao poder oficial de amplificar a produção dos sentidos referentes ao espetáculo de ojeriza pelos comunistas. Nessa dimensão, era essencial que os símbolos e mitos contidos

no ritual de homenagem aos mortos aportassem como processos de interação que impulsionassem a reatualização a partir da repetição anual dos preitos.

No trecho: “Em 1935, com o pretexto aparente de resistência democrática e de oposição ao facismo, então ameaçador, os agentes do comunismo, (...) formaram uma aliança política de amplitude excepcional, para onde arrastaram ingênuos e oportunistas”, notamos a estratégia de desqualificação do opositor empreendida pelo enunciador do discurso. Outras expressões são usadas para desqualificar os comunistas e suas ações, entre as quais podemos citar a configuração da “sinistra intentona” como “ação torpe” pautadas no “crime e desonestidade”, “valendo-se da calúnia, da mentira, do covarde assassinio”.

A reatualização da Intentona de 1935 sob a perspectiva do poder oficial teve nos veículos de comunicação nacionais, e também riobranquenses, grandes aliados na propagação das idéias anti-comunistas. Os gestores dos bens simbólicos buscavam reiterar a idéia de continuidade na luta comum contra os “ardilosos inimigos” que “traíçoeiramente” haviam rendido os “defensores da Pátria”.

No trecho: “Companheiros de farda, tomados de surpresa durante a **noite escura**, foram traíçoeiramente rendidos pelos supostos amigos do entardecer”, é latente a imagem de obscuridade, aferida pelo enunciador do discurso aos comunistas. Como se depreende do texto acima, o mito político da conspiração é aqui representado pela escuridão e pela caracterização dos comunistas como “amigos do entardecer”, o que reveste a imagem destes como responsáveis por toda sorte de traição, segredos, aliciamentos, delações e sabotagens.

O editorial “Geisel homenageia mortos da II Guerra”, de 21 de fevereiro de 1978, faz parte de uma vasta produção discursiva veiculada nos jornais riobranquenses durante a Ditadura Militar, direcionada a combater os opositores do regime. A reatualização de fatos exemplares para a “boa-conduta” do cidadão brasileiro era imprescindível para os líderes militares, por isso, colocavam-se como herdeiros da luta contra os comunistas e pulverizadores da sociedade brasileira, conforme vemos no trecho a seguir:

Assim ocorreu nos primeiros anos da década de 60, quando aproveitando a complacência de um Governo omissor, se infiltrara na administração Pública e, após semearem o caos e a corrupção, julgaram chegada a hora da tomada de poder. Nesta nova investida, encontraram inexpugnáveis as muralhas dos nossos quartéis, então já edificadas sobre o sacrifício dos mártires de 1935. Dessa tentativa, resultou o memorável Movimento de 31 de março de 1964, quando, irmanados em causa comum, povo e Forças Armadas saíram às ruas para restabelecerem a ordem e a moralidade, repudiando de uma vez por todas, qualquer ideologia contrária à nossa índole e às nossas aspirações. (...).

Compreendam, no entanto, eles e os seus insanos sequazes – antes que se sintam tentados a uma nova aventura – que aqui encontrarão o exército com as mesmas convicções de 1935 e 1964. “Vigilante, coeso e identificado com seus irmãos da

Marinha e da Força Aérea e com a imensa maioria do povo brasileiro, que repele os pequenos grupos de radicais e extremados, incapazes de sobreviver fora da baderna ou do arbítrio”. (Geisel homenageia mortos da II Guerra. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 21 fev. 1978, ano IX, n. 227, p. 01).

Após a “Intentona Comunista” de novembro de 1935, o anticomunismo aperfeiçoou seu núcleo de representações e projetou-se como espetáculo cívico. O desdobramento do levante de 1935 configurou-se pela invenção de um dos temas mais potentes do imaginário anticomunista, a homenagem anual aos soldados mortos pelos comunistas.

O tema da homenagem aos mortos é particularmente caro ao imaginário social anticomunista. Geralmente, aparecia como um conjunto coordenado de representações pelo qual a coletividade que interagiu com ele distribuía identidades e estabelecia papéis, além de expressar necessidades coletivas.

A homenagem aos mortos da Segunda Guerra Mundial é tema debatido também no editorial “Vítimas da Intentona Comunista lembradas no 4.º BEsF, publicado no jornal *O Rio Branco*, de 28 de novembro de 1979:

A memória dos pracinhas da Força Expedicionária Brasileira falecidos na II Guerra Mundial, será reverenciada hoje em todo o Território Nacional, dentro das comemorações da tomada de Monte Castelo, La Serra, Castel Nuevo e Montese.

O ponto alto das comemorações ocorrerá no Rio de Janeiro, quando o Presidente Geisel acompanhado de altas autoridades prestará sua homenagem no monumento Nacional dos Mortos, depositando uma palma de flores no túmulo do soldado desconhecido. (Vítimas da Intentona Comunista lembradas no 4.º BEsF. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 28 nov. 1979, ano IX, n. 736, p. 1).

A invenção do soldado desconhecido reafirmava a ideologia de “lutar pela pátria” e dar por ela a própria vida. Era necessário um corpo para dar aos enlutados que não reencontraram seus mortos, uma sepultura em que pudessem ser recolhidos, porém, este corpo, escolhido entre tantos, é, antes, uma eloquente abstração. É um símbolo que reúne a rendição de homenagem a todos os corpos não identificados, imortalizando a bravura do soldado brasileiro e seu heroísmo.

O caráter apelativo da linguagem pode ser observado quando contrapomos a argumentação final dos dois textos já mencionados:

(I)

REVERENCIEMOS por um instante o passado e pensemos nos heróis e nos guerreiros que permitiram aos acreanos o direito de viver o sentimento uno e indivisível de comungar do mesmo orgulho de brasilidade, ensejando ao Brasil uma das mais gloriosas e dramáticas epopéias, provando, incontestemente e eternamente, que o sangue

derramado não foi em vão. Pois somos brasileiros por opção e por direito de conquista. (O 6 de Agosto. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 06 ago. 1977, ano IX, n. 091, p. 01).

(II)

Meus camaradas!

Nesta hora de reverência, com o pensamento voltado para os bravos companheiros tombados em 1935 e inspirados nos seus exemplos, renovamos o nosso juramento de soldados de oferecer a nossa vida, se necessário for, para que gerações futuras recebam de nossas mãos a Pátria livre, onde todos possam desfrutar de uma vida digna, em clima de paz, harmonia e justiça social. (Geisel homenageia mortos da II Guerra. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 21 fev. 1978, ano IX, n. 227, p. 01).

A partir da amostragem do discurso desses dois editoriais, podemos perceber que a linguagem utilizada caracteriza-se pela **repetição de esquemas sintáticos que privilegiam o “modo imperativo”**. O uso das palavras “reverenciemos” e “pensemos” confirmam esse caráter apelativo. Os textos são altamente apelativos, trava-se um diálogo com a intenção declarada de convencer o leitor acerca do que está sendo exposto e legitimar, assim, o poderio dos militares.

Outro dado interessante é a recorrência da idéia de reverência, presente nos dois textos acima. No texto I, o enunciador pede que “reverenciemos” e no texto II, evoca um momento de “reverência” para, então, conclamar o povo para que renove seus votos de “oferecer a vida” pela nação.

Enquanto o discurso de *O Rio Branco* lança suas bases no passado, *Varadouro* configura-se como um jornal do tempo presente, atento aos embates políticos e sociais da vivenciados pelos acreanos no final da década de 1970. A mitificação é também estratégia discursiva presente no discurso do *Jornal das Selvas*, na medida em que constrói as imagens dos líderes dos movimentos sociais e representantes das camadas pobres da população como heróis da resistência. Francisco Augusto Vieira Nunes¹⁶, o conhecido Bacurau, é um dos exemplos da construção dos heróis do contra-poder pelo jornal *Varadouro*.

Mesmo contraindo hanseníase, doença tida como maldição e responsável por, ainda na década de 1970, afastar acreanos do convívio social, Bacurau destacou-se por seu

¹⁶ Francisco Augusto Vieira Nunes nasceu em Manicoré, no Estado do Amazonas, no dia 09 de dezembro de 1939. Aos cinco anos de idade contraiu hanseníase, na década de 1940. Durante a infância conheceu de perto o preconceito em relação à doença, isolado do convívio social. Na adolescência, passou a viver no hospital colônia de Porto Velho, no qual recebeu o apelido de Bacurau e aprendeu a tocar e compor algumas músicas. No início da década de 1960 veio para o Acre e se internou na colônia Souza Araújo, onde passou a militar como monitor de grupos de evangelização, ligados à Igreja Católica. No final de década de 1970, deixou a colônia Souza Araújo e veio morar na cidade de Rio Branco. Ao viajar para São Paulo em busca de tratamento, conheceu amigos com os quais compartilhou a busca pela reintegração das pessoas atingidas pela hanseníase. Junto com eles, criou o Morham (Movimento de Reintegração do Hanseniano). Bacurau ganhou vários prêmios nacionais e internacionais e faleceu em 12 de janeiro de 1997, em Rio Branco. Na história dos hansenianos tornou-se um exemplo de luta, empreendendo uma verdadeira cruzada pelo Brasil para fundar núcleos pelo país. (REGINEISON LIMA *et al*, 2007, p. 05 e 06).

posicionamento crítico em relação aos embates político-sociais acreanos, transpondo-os para as peças de teatro que produziu:

Bacurau é um dos poucos que conseguiu superar a barreira da morte e fazer uma vida normal quanto lhe é possível. A experiência da doença aguçou-lhe o sentido crítico da consciência e o ensinou a ver a sociedade na sua real dimensão:

“Aos poucos fui observando que o mundo, a sociedade é cheia de contrastes: pessoas que tudo têm e pessoas que nada têm. (...)”

Aqui em nosso Estado esse contraste é visível demais. Pessoas com dinheiro compram imensas quantidades de terra sem se importar com a situação dos que estão por baixo, dos que estão ocupando essa terra há dezenas de anos. Cometem, assim, dois “crimes”, contra a natureza, com desmatamentos enormes e contra a população local. Os que fazem essa desumanidade ainda levam o nome de “progressistas”. Deveria haver desenvolvimento planejado. Os posseiros não deveriam ser tocados de suas terras. Essa terra é dos acreanos duas vezes: porque a conquistaram e porque são brasileiros. (À margem da vida. *Varadouro*. Rio Branco-AC, dez. 1977, ano I, n. 06, p. 5 e 6).

A escolha de Bacurau para tema desse editorial reflete a construção de um “herói do povo”, representante de todos aqueles que vivem “à margem da vida”. Como o discurso em *Varadouro* não tem como intuito informar, mas persuadir os leitores sobre a injustiça cometida contra os seringueiros ao serem expulsos de suas terras com a implantação da pecuária no Acre, a ênfase do editorial recai sobre a fala do próprio Bacurau. É interessante notar na fala de Bacurau a marcação da identidade do acreano em relação aos “forasteiros pecuaristas”. A oposição entre os “do Acre” e os “de fora” é alicerçada na reivindicação de duplo direito às terras acreanas: “porque a conquistaram e porque são brasileiros”.

A comunidade imaginada em torno da qual é tecido o discurso da identidade acreana resultou em matrizes de representação diversas dessa identidade, criadas em diferentes momentos históricos, a fim de responder às necessidades dos donos do poder. É importante destacar que junto com a tentativa de produção de uma “identidade nacional” ou uma “identidade local”, surgiram também as rupturas. Se por um lado, a produção discursiva dos jornais de Rio Branco durante a Ditadura Militar estava a serviço da ideologia dos ditadores, por outro, a resistência se manifestou no mesmo espaço, deixando patentes as fissuras do regime, sendo expressa através da “imprensa alternativa”.

Se analisarmos o discurso veiculado nos jornais *O Rio Branco* e *Varadouro*, perceberemos que em ambos estão presentes, praticamente, as mesmas estratégias discursivas. As diferenças entre os dois jornais analisados, portanto, residem mais em seu conteúdo ideológico que na estrutura formal das estratégias discursivas.

Capítulo III

AS VOZES SOCIAIS NOS JORNAIS *O RIO BRANCO* E *VARADOURO*

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela tentativa dos governos militares de empreender uma nova colonização da Amazônia. As políticas públicas definidas pelos militares para essa região estavam pautadas na incorporação dessa imensa faixa de terras ao conjunto da economia nacional, habilitando-a à exploração do capital forâneo (TOCANTINS: 2001). A idéia de “ocupar para desenvolver” trazia em seu bojo a construção da imagem da Amazônia com um “vazio demográfico”, que precisava ser “efetivamente” ocupado.

Para tanto, foram disponibilizados recursos através de crédito rápido e fácil nos estabelecimentos bancários públicos, bem como uma série de incentivos fiscais, objetivando promover o deslocamento de migrantes, capitalistas nacionais e estrangeiros, dispostos a contribuir com o projeto de ocupação fomentado na região (BONIFÁCIO, 2007, p. 40).

O discurso da imprensa escrita local incorporou o ideário de ocupação da Amazônia, última fronteira a ser e integrada ao resto do país. Numa bem arquitetada estrutura de *marketing*, a imagem da floresta amazônica aparece como um desafio a ser vencido e subjugado pelo homem “civilizado”. O sentido de “civilizar” a Amazônia, adotado pelos governos militares servia para justificar sua dominação na região, compreendendo “redimi-la” do isolamento que a separava das demais regiões do país.

A história que a mídia constrói é atravessada e entrelaçada por vozes que se cruzam, se juntam, se ajustam e se estilhaçam. Ao analisarmos a produção discursiva dos jornais que circularam durante a Ditadura Militar e seu posicionamento frente à colonização da Amazônia, notamos a intenção dos grupos dominantes de promover a legitimação do modelo de desenvolvimento elaborado pelos militares para a região.

Nesse entremear de vozes, as conexões que se apresentam circulam pela análise dos silenciamentos e resistências que se apresentam na luta pela terra, das relações de identidade e alteridade na construção dos sujeitos habitantes das florestas e dos “paulistas”, das representações dos moradores dos bairros “periféricos” e do discurso em torno dos movimentos sociais urbanos.

3.1 Silenciamentos e resistência em torno da luta pela terra

A forma violenta que marcou a colonização de diversas partes da Amazônia nas décadas de 1970 e 1980 deu origem a uma luta cada vez mais intensa pela posse da terra. Entre os atores desse processo estão indígenas, seringueiros, posseiros, latifundiários, empresários, o poder público, que, através de seus discursos e de uma série de interesses divergentes movimentaram os sentidos em torno da luta pela terra no Acre, no contexto da Ditadura Militar. Para os diferentes grupos sociais que juntam e separam pedaços de vida entre a esperança e o destino trágico, a luta e a solidariedade representam os elementos que movem posseiros, indígenas, missionários, colonos e capitalistas pela certeza do futuro ou pela certeza de uma derrota histórica (MARTINS: 1997).

A década de 1970 trouxe grandes mudanças nas atividades econômicas do Acre, que se refletiram de forma latente na organização social do Estado. Com o apoio do então governador Wanderley Dantas, os planos dos governos militares de transformar o Acre em uma grande fazenda agropecuária começavam a se firmar. Para tanto, a imprensa riobranquense de linha editorial vinculada ao poder oficial incorporou o ideário de ocupação da Amazônia. Enquanto na imprensa acreana imperava o silêncio a respeito dos violentos conflitos decorrentes da implantação da pecuária, na do Centro-Sul brasileiro se tornavam cada vez mais constantes as notícias a respeito das vantagens de se investir nas terras do Acre.

Esse complexo pano de fundo serviu para pôr em contraste opiniões divergentes acerca da luta pela terra no Acre, figurando nos editoriais dos jornais *O Rio Branco* e *Varadouro* como um dos assuntos mais polêmicos. A oscilação entre denúncias e silenciamentos tornou o discurso de *O Rio Branco* instrumento que ora veiculava a violência que marcava as lutas pela posse da terra, ora apresentava-se marcado pelo silenciamento, descrevendo seringueiros, posseiros e índios como sujeitos sem poder. A resistência e a ironia são usadas nos textos veiculados em *Varadouro* visando chamar a atenção da população e reivindicar ações concretas dos poderes públicos no sentido de intervirem nos conflitos de terras.

Mesmo antes da chegada dos grupos econômicos do Centro-Sul do país, grande parte das terras acreanas já se encontrava concentrada nas mãos de poucos, devido à decadência dos seringais nativos. Com a venda, ou, muitas vezes, grilagem¹⁷ dos antigos

¹⁷ O termo “grilagem” refere-se ao ato de tomar posse de terras mediante o uso de falsos títulos de propriedade.

seringais, na década de 1970, a quase totalidade das famílias que ali moravam não possuíam qualquer título de propriedade, não tinham, portanto, a posse legal da terra.

As opiniões circulantes na imprensa sobre os conflitos de terra no Acre sempre se apresentaram marcadas por divergências. No trecho do editorial do jornal *O Rio Branco* que temos a seguir, observamos na ênfase dada a uma denúncia de conflito de terras em que é feita quase uma condenação previa dos sujeitos apresentados como “invasores”:

Vinte e cinco seringueiros, armados de espingardas de caça, terçados, foices e outros objetos de uso na labuta diária, invadiram na manhã de sábado a sede da fazenda “Carão” (desmembrada do seringal Nova Empresa), a 60 quilômetros de Rio Branco. A finalidade da “missão” era matar o seu proprietário, Líbero Luchese e um jagunço por nome Eliseu. (...) Ontem, nas dependências do quartel da Polícia Militar, onde os 25 seringueiros encontram-se recolhidos à disposição do Delegado Farias, o sr. Vicente Ferreira da Silva, uma espécie de líder deles, disse que a invasão não partiu da idéia de ninguém e nem houve preparativos. (...)

Segundo o sr. Vicente Ferreira, o sr. Luchese tem a seu serviço aproximadamente 80 homens, todos em armas. “A maioria deles é estrangeira, eu acho que são paraguaios. Recentemente o sr. Luchese disse a um seringueiro que foi procurar trabalho na fazenda, que não empregava brasileiro, porque “são um bando de preguiçosos”. Esses jagunços estão acostumados a invadir propriedades dos seringueiros, destruir seus roçados e até matar a criação”. (Seringueiros revoltam-se contra fazendeiro. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 18 dez. 1979, ano X, n. 753, p. 03).

O jornal confere uma grande importância a esse editorial, à medida que traz para a na primeira página sua manchete. O destaque contido na manchete é expresso na escolha das letras grandes, chamativas, para atrair a atenção do leitor e dar conta de informar-lhe rapidamente sobre o fato noticiado. O destaque da primeira página anuncia que o assunto tratado requer muita atenção do leitor. O tratamento do editorial, destacando-o da grande quantidade de informação contida no jornal, revela a importância dada ao fato narrado. Além disso, atua como elemento de sedução, revelando o intuito de cativar a atenção do leitor para que este atente para o texto:



Figura 07: Manchete de 1.^a página indicando o editorial da 3.^a página: Seringueiros revoltam-se contra fazendeiro. (*O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 18 dez. 1979, ano X, n. 753, p. 03). Fonte: Museu da Borracha.

A seleção lexical apresentada no título da primeira página, “Revoltados, seringueiros tentam matar fazendeiro”, permite ler muito mais do que o que se encontra expresso na superfície do texto. A antecipação do adjetivo, separado pela vírgula, indica a importância dada à caracterização negativa dos seringueiros. Além disso, a escolha de determinadas palavras em detrimento de outras e a presença ou a ausência de outra podem tornar uma manchete mais ou menos agressiva, atenuando ou acentuando um sentido, à medida que encobrem certas informações ou revelam outras.

A escolha do adjetivo “revoltados” está imersa nas relações de poder vigentes na linha editorial do jornal *O Rio Branco*. De acordo com a Enciclopédia Koogan-Houaiss (1999), o termo “revoltado” pode ser entendido como “aquele que se revoltou; insubmisso; rebelde; amotinado; insurreto; revoltoso; inconformado”. Se apelarmos para o sentido predominante no texto, a escolha dessa palavra para designar os seringueiros, estaria mais próxima da indicação expressa no termo “rebeldes”, que designa “aqueles que se levantam contra autoridade legítima constituída”. Nesse sentido, a seleção deste termo indica a posição do sujeito que fala no editorial, cujo lugar institucional é marcado pela defesa dos interesses dominantes.

A caracterização dos seringueiros se faz de modo a conferir-lhes o *status* de criminosos que agem premeditadamente, como se pode observar tanto na manchete da primeira página – “Revoltados, seringueiros **tentam matar** fazendeiro” – quanto no próprio início do editorial – “A finalidade da ‘missão’ era **matar** o seu proprietário, Líbero Luchese e um jagunço por nome Eliseu”.

A pontuação, nesse editorial, não funciona como mero elemento textual, mas revela a intenção de marcar uma “vontade de verdade” por parte do sujeito que enuncia. O uso das aspas na palavra “missão” tanto serve para expressar a ironia em relação ao ato dos seringueiros quanto para reforçar o princípio de isenção jornalística. A “vontade de verdade”, conceito trabalhado por Michel Foucault (1996) como um dos procedimentos *exteriores* de controle e delimitação do discurso, apresenta-se nesse editorial através da adoção de uma linguagem que se estrutura com vistas à objetividade. Para esse teórico, a “verdade”, enquanto conceito uno e acabado não existe, o que existe é a “vontade de verdade”:

Ora esta vontade de verdade, tal como os outros sistemas de exclusão, apóia-se numa base institucional: ela é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por toda uma espessura de práticas como a pedagogia, claro, o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas é também reconduzida, e de um modo mais profundo sem dúvida, pela maneira como o saber é

disposto numa sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e, de certa forma, atribuído. (FOUCAULT, 1996, p. 07-08).

Foucault considera a noção de “vontade de verdade” o mais importante dos sistemas de exclusão. Essa concepção, entretanto, não é expressão do desejo do homem, uma vez que o discurso camufla a verdade, de tal maneira que o que sobressai sempre acaba sendo o discurso daqueles que detêm o saber/poder. Foucault considera que cada sociedade tem seus próprios “procedimentos gerais da verdade”. Dessa forma, os discursos políticos, educacionais, religiosos, terapêuticos não podem ser dissociados dessa prática que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis estabelecidos previamente.

Concordamos com esse filósofo quando afirma que a **verdade** e o **poder** se interligam mutuamente, por meio de práticas específicas. Com base na noção de “regimes de verdade”, convém, ao analisarmos o discurso de qualquer texto jornalístico, avaliar tanto a verdade existente no acordo íntimo entre o que é narrado e o que de fato ocorreu, quanto a outra verdade que está colocada no paradigma da escolha das palavras, da ordem e seleção dos acontecimentos - dos vazios existentes entre uma e outra informação e das sugestões que se deixam ao consumidor das notícias sobre como preenchê-los. Temos, nesse segundo caso, a verdade como configuração histórica, e aí aparecem os pressupostos e os subentendidos.

No caso do discurso jornalístico, ainda que se imagine ou se busque um discurso que se pretenda neutro e isento, tentando omitir ao máximo a presença do sujeito discursivo, mesmo assim a sua marca ideológica estará presente: a do silenciamento e da elisão. O procedimento de exclusão da voz do Outro se apresenta, portanto, no editorial “Seringueiros revoltam-se contra fazendeiro”, principalmente, na tentativa de destituir os seringueiros, sujeitos atores do acontecimento narrado, de toda e qualquer caracterização positiva.

O princípio de isenção jornalística no editorial em questão, apresenta-se, também, na escolha do **discurso indireto**. O editor apenas menciona o que os seringueiros falaram, atuando como seu porta-voz. É interessante notar que os seringueiros são apresentados como **sujeitos sem poder**. E o aspecto que melhor evidencia essa destituição de poder é o fato de não ser facultado a esses sujeitos o poder da palavra, suas falas não são apresentadas de forma direta, mas mediadas pelo discurso jornalístico.

No trecho a seguir, observamos o uso de verbos de elocução que demonstram a opção por um discurso marcado pela objetividade:

Vicente Ferreira é gaúcho, de São Leopoldo, ex-soldado da Borracha e está no Acre desde 1943. Ele confessa que está desanimado quanto à situação dos posseiros e seringueiros, que “não encontram lei que os ampare, vivendo sobressaltados, com medo dos fazendeiros que têm a seu lado jagunços treinados para matar e morrer”. Afirmou a O RIO BRANCO que a fazenda “Carão” é hoje “um barril de pólvora”, de tão confusa e perigosa a situação entre fazendeiros e seringueiros.

José de Souza Matos, um dos seringueiros que participou da invasão da fazenda chorou copiosamente ao tentar conversar com os jornalistas. Disse que ao ser preso levou dois tapas na cara por um jagunço conhecido por Camargo. Ainda chorando afirmou que participou da revolta por achar que, se ficasse calado, iria ser despejado ou “então morto”. Contou que há coisa de dois anos o fazendeiro mandou amarrar e trazer para Rio Branco um posseiro que não queria entrar em “acordo” para sair da fazenda. (Seringueiros revoltam-se contra fazendeiro. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 18 dez. 1979, ano X, n. 753, p. 03).

O uso de expressões como “confessa que”; “Afirmou a”; “Disse que” “afirmou que”; “contou que” indicam o processo de mediação da palavra realizado pelo sujeito que narra a história do conflito de terra nesse jornal. Para ser investido de legitimidade, o discurso precisa ser proferido por pessoas que detêm o saber/poder em uma sociedade. Nesse caso, o discurso é proferido por um sujeito institucional que fala de um lugar de autoridade, como representante da linha editorial desse jornal, tendo, portanto, a chancela para manifestar seus posicionamentos frente aos fatos.

Os seringueiros são apresentados, nesse editorial, como **sujeitos sem poder** e essa caracterização é reforçada por meio da utilização de expressões como “desanimado”, “não encontram lei que os ampare”, “vivendo sobressaltados”, “com medo” de que resultam a construção de imagens desses trabalhadores como pessoas mansas e pacatas. Além disso, a ação dos seringueiros é configurada como um ato de covardia enfatizada por expressões como “chorou copiosamente”, “levou dois tapas na cara por um jagunço”, “Ainda chorando”. Por meio desses termos, o discurso apresentado inverte a imagem dos seringueiros amplamente difundida em toda a história do Acre como bravos combatentes das selvas. A afirmação reiterada de que os seringueiros são “fracos” e “conformados” acentua a concepção de seres dominados e submissos.

Ao abordar a relação entre o discurso e o poder, Michel Foucault propõe que se analisem também as formas de resistência. Nessa direção, apontamos, a seguir, um trecho do editorial “Operação Pega Fazendeiro II”¹⁸, publicado no jornal *Varadouro*, que traz uma outra interpretação para o mesmo acontecimento narrado no editorial do jornal *O Rio Branco*, anteriormente comentado:

¹⁸ O título “Operação Pega Fazendeiro II” apresenta a continuação de um debate suscitado no editorial “Operação Pega Fazendeiro I”, que trata do movimento de resistência dos seringueiros do Seringal Guanabara, situado no Alto Iaco. O texto inicial encontra-se na edição n. 02 de *Varadouro*, publicada em dezembro de 1979.

O paulista Líbero Luchese, um advogado-fazendeiro ou fazendeiro-advogado, pertence a mais fina-flor dos compradores de terras no Acre. É reverenciado, inclusive como uma espécie de “guru” ou “mestre” pela facilidade com que manipula as leis para satisfazer os interesses do grupo. Chegado ao Acre com as primeiras “revoadas dos jacus”, tornou-se extremamente “popular”, pela sua ação implacável contra seringueiros e posseiros. Perfeitamente enquadrado na mentalidade, segundo a qual o homem da Amazônia é um “incapaz”, um “preguiçoso”, um “frouxo”, usando a lei e a força ou a força e a lei sempre fez e conseguiu o que quis. Advogado brilhante, fazendeiro temido, um “paulista-modelo”, Luchese falhou, porém, numa previsão: por certo: jamais admitiu que um posseiro poderia se juntar a outro posseiro, a três, a dez, a vinte, a cinquenta, duzentos, mil posseiros e chegar à conclusão de que, juntos, unidos, organizados em sindicatos, podem enfrentar qualquer fazendeiro e defender suas posses até às últimas conseqüências.

E foi exatamente isso que aconteceu: no último dia 15 de dezembro, um grupo de 25 seringueiros, armados de espingarda de caça, calibres 12 e 16, facas, terçados de bainha e muita decisão, surgiram dentro da mata, cercaram o acampamento da Fazenda Carão, no seringal Nova Empresa, derrubaram os barracos e botaram os fazendeiros e seus capangas prá correr.

Adivinhem quem era o fazendeiro?

Ele mesmo – Líbero Luchesi, o temível Luchesi, que, conseguiu escapar por muito pouco de ser abatido pelos mesmos posseiros que ele humilhou durante muito tempo e jamais admitiu serem capazes de qualquer coisa. (Operação Pega Fazendeiro II. *Varadouro*. Rio Branco-AC, dez. 1979, ano II, n. 17, p. 10-11).

A tônica das edições de *Varadouro* foi o discurso da resistência ao regime militar e a luta das populações locais pela sobrevivência e por melhores condições de vida. Na discursividade que resiste à opressão da Ditadura Militar, o tema dos conflitos de terras teve grande destaque, figurando em textos marcados pelo tom didático, próprio da linguagem utilizada em *Varadouro*, que buscava aproximar-se de maneira mais direta do seu público alvo.

De início, percebemos que a estratégia discursiva presente no título do texto, por si só, já remete a uma ação organizada por parte dos seringueiros. Ao contrário do exposto no editorial do jornal *O Rio Branco*, em que essa ação é mostrada como um ato covarde e uma “missão” fadada ao insucesso, em *Varadouro*, fala-se de um ato ordenado, calculado com precisão, uma “operação” que já ia para sua segunda edição. A escolha do termo “operação” não se fez de maneira despretensiosa, essa palavra é usada no meio militar para designar um conjunto de combates e manobras de todas as espécies, tendo em vista um objetivo preciso. Assim, denota a ação de um sujeito agente, que exerce poder; diferente do termo “missão”, presente no editorial do jornal *O Rio Branco*, que demonstra uma ação executada por sujeitos investidos de um poder externo, que lhe foi conferido por concessão, durante um determinado tempo.



Figura 08: Destaque do editorial: “Operação Pega Fazendeiro II” (*Varadouro*. Rio Branco-AC, dez. 1979, ano II, n. 17, p. 10-11). Fonte: Museu da Borracha

Em segundo lugar, pelo que o título do editorial denota, o objetivo da “operação”, não era o de “matar”, mas de “pegar” o fazendeiro. O sentido de “pegar” não é usado para indicar o simples gesto de tocar, mas para sugerir uma luta que se dá até a morte. A ironia está presente no editorial, através de expressões como: fina-flor, “guru” ou “mestre”, “revoadas dos jacus”, “paulista-modelo”. O uso das aspas nesse editorial serve para acentuar o discurso jornalístico de oposição ferrenha através da linguagem irônica.

No enunciado **“O paulista Líbero Luchese, um advogado-fazendeiro ou fazendeiro-advogado, pertence a mais fina-flor dos compradores de terras no Acre”** é visível o uso da repetição, usada como recurso de ironia. A respeito desse recurso, Sodré (1996, p. 64) assinala que “a organização da repetição é absolutamente necessária a um sistema que precise estabilizar o discurso social, a fim de poder prevê-lo com relativa exatidão”.

A repetição aparece em forma de trocadilho, nas expressões **advogado-fazendeiro** e **fazendeiro-advogado**, nas quais a mudança na ordem das designações do sujeito representa também mudança de sentido. No primeiro caso, ressalta-se a função do sujeito que advoga as causas do grupo de fazendeiros sulistas no Acre, no segundo, a ênfase é dada à função de fazendeiro, grande proprietário de terras. A enunciação de que o sujeito mencionado **pertence**

a mais fina-flor dos compradores de terras no Acre é marcada pela ironia. O locutor ironicamente atribui ao fazendeiro, sujeito que durante todo o texto é caracterizado pela truculência, o sentido de “delicadeza”, “fineza”, “suavidade”.

A ironia se estrutura na relação entre a subjetividade e a alteridade no discurso, dependendo dessa dualidade para a obtenção de seu efeito de sentido. É através da ironia que podemos vislumbrar as práticas discursivas que geram arenas de disputas dos sentidos. Conforme frisa Brait (1999), a força argumentativa da construção irônica, indiretamente indiciada, mas obrigatoriamente partilhada pelas instâncias de produção e recepção, parece ser um dado incontestável na construção dos efeitos irônicos de sentido.

As designações “guru” e “mestre” ressaltam a força argumentativa da construção irônica e a grande influência do sujeito Libero Luchese em relação aos demais fazendeiros. A palavra guru serve para designar um “guia intelectual”, uma espécie de modelo para os outros, versado em matéria fundamental a um determinado grupo de pessoas. Assim, ao se referir ao fazendeiro como um verdadeiro “guru”, o enunciador ironiza “autoridade” deste em relação ao seu grupo. As artimanhas do fazendeiro são questionadas através do uso das designações “mestre” – aquele que é perito ou versado em alguma arte – e “paulista-modelo” – ou seja, o exemplo de como espoliar uma terra e auferir altos lucros de sua especulação.

Na expressão “chegado ao Acre com as primeiras revoadas dos jacus”, a comparação dos compradores das terras do Acre com a ave “jacu” acentua a crítica à forma como foi implantada a pecuária no Acre, nas décadas de 1960 e 1970. O “jacu” é uma ave que se assemelha à galinha, porém, ao contrário desta, vive em bandos, mais ou menos numerosos, sendo que, às vezes, descem ao chão. Por essa comparação, percebemos que a crítica aos fazendeiros se dava pela falta de compromisso destes com a terra acreana. Para o enunciador, os compradores sulistas estavam passando apenas uma temporada no Acre, se instalaram com o fim de enriquecer ou aumentar suas fortunas através da especulação das terras.

O editorial de *Varadouro* apresenta uma forma peculiar de construção do discurso jornalístico: a ênfase dada às vozes dos sujeitos sociais. A estratégia inovadora consistia em “dar a palavra” aos próprios envolvidos nos conflitos noticiados, obedecendo à lógica de que “os fatos falavam por si”. O enunciado traz em sua materialidade três locutores: o sujeito redator, a palavra do líder da “operação” e um seringueiro que participou do movimento de resistência. O discurso direto materializa a fala do líder do movimento e do seringueiro, ao passo que a fala do redator se evidencia pelo discurso indireto, como se pode ver a seguir:

Detidos no Quartel da Polícia Militar, os 25 seringueiros que atacaram o acampamento da Fazenda Carão, ainda conservam o sentido de organização que os levou a tomar aquela atitude. Um deles, o mais velho, fala por todos e os demais só intervêm para confirmar suas palavras ou complementar. (...) Vicente Ferreira da Silva, ex-soldado da borracha, já idoso, por ser protestante, não aceitou colocar o calção que foi dado aos trabalhadores porque suas roupas estavam enlameadas e está vestido com uma farda da PM. Ele é o porta-voz do grupo e antes que os repórteres façam qualquer pergunta, ele começa a falar:

VICENTE: O que vou dizer nasce do peito que é o coração. Dando fê que, segundo a lei criada pelo presidente Castelo, o homem do campo, com um ano e um dia na terra, tem direito a uma glebinha para morar e trabalhar, no entanto, esse direito tem sido escusado, não é verdade? Nós temos de dizer e colocar cada palavra no seu lugar. Está aqui toda essa multidão esperando a mesma coisa: que tenhamos o despacho dessa lei. Sinto no peito que muitas famílias de acreanos partiram para países estrangeiros (Bolívia). Eu, não somente eu, mas todos os companheiros espalhados na região, estamos esperando pelas providências das autoridades... (Operação Pega Fazendeiro II. *Varadouro*. Rio Branco-AC, dez. 1979, ano II, n. 17, p. 10-11).

Em *Varadouro*, quando o assunto era considerado de grande importância, o discurso do jornalista aparecia apenas para mediar o fato narrado, a opinião vinha na abordagem privilegiada das falas dos sujeitos. Ao reformularem o processo da “Operação pega Fazendeiro II”, os seringueiros constroem sua identidade a partir da imagem que fazem de si próprios e dos valores que compartilham em oposição aos “outros” – os “fazendeiros”. Na perspectiva desses sujeitos, a luta pela terra no Acre se apresentava marcada pela dualidade violência/resistência, sendo representada pela rivalidade entre dois grupos – de um lado, os “fazendeiros”, os opressores; de outro, os “pequenos”, as vítimas da violência exercida pelos primeiros, mas atores de processos de resistência.

A correlação de forças no editorial anteriormente analisado deixa latente que a arma utilizada pelos seringueiros para afirmarem seu contra-poder era o discurso. O ir e vir das falas, as vozes dos personagens desse processo conflituoso emergem do silêncio, dando-nos a certeza de que os embates que trazem à tona são tão presentes quanto as lutas pela terra que temos hoje.

Ao reivindicar para si a autoridade por meio da tomada de palavra, os seringueiros usam como arma o próprio discurso. A esse respeito, Foucault (2002) afirma que o desejo de se apoderar do discurso é o elemento que move os sujeitos em suas lutas mais essenciais. Por apresentar-se como uma configuração de poderes e perigos, o discurso atua como importante elemento social, capaz de conferir voz aos sujeitos, sendo concomitantemente artefato de manipulação e resistência.

O poder do qual fala Foucault, entretanto, não é uma coisa, algo que se toma ou se dá, se ganha ou se perde. Pelo contrário, é uma relação de forças que circula em rede e perpassa por todos os indivíduos. Nessa perspectiva não existe o “fora” do poder, o jogo de

forças e interesses está presente em todas as relações da sociedade, seja seguindo estratégias de dominação ou de resistência.

Como afirma esse pensador, qualquer luta é envolvida sempre pela resistência dentro da própria rede de poder, pois onde há poder há resistência. Nessa perspectiva, o poder, provém de todas as partes, em cada relação entre partes divergentes. As relações de poder são dinâmicas, móveis, e sustentam ou destroem grandes esquemas de dominação, não existindo, portanto, um lugar propriamente de resistência, mas pontos móveis e transitórios que se distribuem por toda a estrutura social.

Ao mesmo tempo em que os seringueiros são descritos como **sujeitos sem poder** no editorial do jornal *O Rio Branco*, em *Varadouro*, são caracterizados como **sujeitos agentes**, capazes de resistir às pressões de seus opositores:

VARADOURO: TUA POSSE FICA PERTO DA SEDE?

JOSÉ: Eles não têm sede, eles têm só uns barracos cobertos de lona. Agora não têm mais (os posseiros derrubaram).

VARADOURO: E OS JAGUNÇOS?

JOSÉ: Também não tem mais, botamos tudo pra correr. Só trabalha com ele (Luchesi) os paraguaio. Ele diz que brasileiros são um bando de vagabundo...

VARADOURO: VOCÊS ESTAVAM ARMADOS?

VICENTE: Sim, com espingarda de caça e terçado de bainha.

VARADOURO: Eles enfrentaram vocês?

JOSÉ: Correram tudo. Diziam que eram valente e não sei o que mais, mas na hora correram tudo pras tabocas.

VARADOURO: Quantos vocês eram?

VICENTE: Uns 25, mas querendo nós ajunta duzentos, mil! (Operação Pega Fazendeiro II. *Varadouro*. Rio Branco-AC, dez. 1979, ano II, n. 17, p. 10-11).

O medo, marca predominante na caracterização dos seringueiros no primeiro editorial, dá lugar à intrepidez e valentia, no segundo editorial, como se observa no trecho: “Correram tudo. Diziam que eram valente e não sei o que mais, mas na hora correram tudo pras tabocas”.

Um outro aspecto que demonstra diferença quando contrapomos o editorial do jornal *O Rio Branco* ao de *Varadouro*, é a caracterização da “sede” da Fazenda Carão, local onde aconteceu o conflito. No primeiro editorial, encontramos a seguinte declaração: **“os dois barracões ficaram completamente destruídos, quebraram os móveis, rasgaram todos os documentos que encontraram no local”**. A imagem desenhada sobre a sede da fazenda estrutura-se no sentido de acentuar a ilegitimidade e a contravenção do ato dos seringueiros, tendo em vista que a descrição aponta para a “invasão” de uma sede devidamente construída. O emprego dos verbos **“quebraram”** e **“rasgaram”** reforça a criação de uma ambiência de destruição e vandalismo deliberado em torno das imagens dos seringueiros.

Quando contrastamos esse trecho ao constante em *Varadouro*, a imagem da sede da fazenda passa a ser outra: **“JOSÉ: Eles não têm sede, eles têm só uns barracos cobertos de lona. Agora não têm mais (os posseiros derrubaram)”**. A ação dos seringueiros, descrita em *O Rio Branco* como um ato criminoso, em *Varadouro* é apresentada simplesmente como a tentativa de defesa das terras diante da chegada dos “forasteiros”, que sequer haviam construído uma sede para a fazenda. O uso da expressão **“eles têm só uns barracos cobertos de lona”**, serve para suscitar um questionamento crucial na constituição dos dizeres presentes em *Varadouro*: Quem eram verdadeiramente os donos da terra: os sulistas que aqui haviam “pousado” como “jacus”, não demonstrando nenhum vínculo com a terra, já que sequer tinham construído uma sede para a fazenda; ou os seringueiros, que estavam defendendo com “valentia” seu “pedaço de chão”?

A ação dos seringueiros, de unirem forças a fim de lutar contra a demarcação das terras onde habitavam, é marcada pelo rápido poder de mobilização quando se tratava de defender seu direito a permanecer na terra. A pressão exercida por fazendeiros, jagunços e pela polícia começava a não amedrontar tanto esses trabalhadores, pois estes tinham na união a mais eficiente forma de resistência.

A questão identitária é outra marca encontrada tanto no discurso de *O Rio Branco* quanto de *Varadouro*. De acordo com Silva (2005, p. 82), a afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir; “o que somos” implica dizer também “o que não somos”.

Acerca da identidade, no enunciado do jornal *O Rio Branco* encontramos a seguinte declaração: **“A maioria deles é estrangeira, eu acho que são paraguaios. Recentemente o sr. Luchese disse a um seringueiro que foi procurar trabalho na fazenda, que não empregava brasileiro, porque “são um bando de preguiçosos”. Esses jagunços estão acostumados a invadir propriedades dos seringueiros, destruir seus roçados e até matar a criação”**. Nesse enunciado, notamos que o sujeito se dispersa no discurso e sua identidade flui e desliza para outras. A identidade do sujeito que fala, nesse caso, o seringueiro, flui para uma categoria de maior abrangência, a de brasileiro. Se a identidade é marcada pela diferença, ao mesmo tempo em que esse sujeito afirma sua identidade como brasileiro, opõe-se à identidade dos “paraguaios”. E essa oposição se dá pela declaração de que o paulista, o Outro, havia ultrajado o povo a que pertence tachando-o de “preguiçoso”. O termo “preguiçoso” indica aquele que não é afeito ao trabalho, que é avesso a qualquer tipo de esforço ou indolente. No contexto em que foi proferida, tal designação se

investe de valoração negativa, reforçando as disputas por sentidos que o grupo de paulistas introduziu na sociedade acreana.

Em *Varadouro*, o enunciado proferido pela voz do seringueiro se apresenta da seguinte forma: **“Só trabalha com ele (Luchesi) os paraguaio. Ele diz que brasileiros são um bando de vagabundo...”**. Nesse caso, a ênfase recai sobre o termo “vagabundo”, usado para designar tanto o sujeito errante, quanto o que não gosta de trabalhar, servindo ainda para nomear alguém reles, inferior. As identidades seringueiras, então, se construíam e se reforçavam pela indignação quanto ao aviltamento cometido pelo fazendeiro. Assim, as identidades dos seringueiros são acentuadas pelos laços de união e solidariedade, através da defesa dos mesmos interesses e da luta contra um inimigo comum, representado pelos fazendeiros e especuladores de terras vindos do Centro-Sul brasileiro.

A constituição das identidades dos sujeitos envolvidos nos conflitos de terras ocorridos no Acre, durante as décadas de 1970 e 1980, tornam-se mais claras se entendidas como um construto das relações de poder. Conforme assinala Silva (2005), a identidade não é apenas uma construção social e cultural, mas ela se dá lingüisticamente. O discurso da mídia constitui-se, por excelência, como um espaço no qual as relações de poder se encontram demasiadamente acentuadas. Dentre tantos outros recursos, esse espaço se apresenta como o lugar da ironia, dos juízos de valor, dos argumentos de autoridade, da oscilação e entrecruzamento dos discursos diretos e indiretos.

A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. (...) A identidade tem estreitas conexões com relações de poder (SILVA, 2005, p. 96-97).

O movimento dos empates representou, principalmente, a resistência das gentes da floresta contra a expansão capitalista agropecuária. Os seringueiros deixaram de representar a imagem de uma classe pobre e oprimida, para figurarem como agentes de resistência e transformação das relações sociais nas florestas acreanas. A busca pela organização em sindicatos fornece uma visão da luta pela autonomia do seringueiro.

Como percebemos nos dois editoriais analisados, que apresentam o posicionamento dos jornais *O Rio Branco* e *Varadouro* sobre o mesmo conflito pela posse da terra, o jogo de interesses determina ações contrárias e de apoio. As vozes que predominam no jornal *O Rio Branco* são as enunciadas pelos donos do poder, como percebemos através

do uso de várias estratégias discursivas para qualificar a ação dos seringueiros como um “ato criminoso”. Já *Varadouro*, enfatiza os discursos em defesa dos sujeitos que são “da terra”. Num contexto em que predominava as vozes dos fazendeiros e grandes proprietários de terra, esse jornal surgiu, construindo um discurso que se colocava na contramão do discurso oficial, apresentando os seringueiros e posseiros como os verdadeiros donos das terras, argumentando serem eles de fato quem as cultivavam durante anos.

3.2 Identidade e alteridade na construção dos sujeitos habitantes das florestas

A produção discursiva dos jornais que circularam em Rio Branco durante a Ditadura Militar oscilou entre o dizer e o não-dizer, entre a manifestação e o silenciamento das vozes dos sujeitos sociais que habitavam as florestas e sofriam de forma direta as consequências do processo de desativação dos seringais para a implantação da pecuária. A construção das identidades dos sujeitos que sofreram de forma mais latente os impactos desse processo – seringueiros, posseiros, colonos e índios – variou de acordo com o jogo de interesses defendidos pelos grupos que comandavam a imprensa escrita local.

A venda de grandes extensões de terras para a implantação da pecuária não significou, contudo, o fim da atividade extrativa da borracha. Ao adquirir essas terras, os investidores do Centro-Sul do país desconsideraram a presença de milhares de ocupantes que há décadas ali habitavam. Neste contexto, os “novos donos” passaram a adotar medidas violentas na tentativa de expulsão das famílias ocupantes, como, por exemplo, a obstrução de estradas, a proibição da extração do látex e do cultivo da terra, intimidações através de jagunços e da polícia.

O papel assumido por *Varadouro* na construção da identidade e da alteridade ¹⁹dos **seringueiros**, sujeitos articulados politicamente na luta contra os “paulistas”, foi fundamental para divulgação das idéias dos movimentos de resistência e de seus aliados, dentre os quais podemos citar setores progressistas da Igreja Católica e entidades como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

¹⁹ Usamos, neste subcapítulo, as noções de identidade descentrada de Stuart Hall (2000) e de alteridade de Jodelet (2000), que considera a construção desta como resultante do “estranhamento” ocorrido quando entra em cena o Outro.

A posição discursiva de *Varadouro*, nessa perspectiva, apóia-se em um processo de oposição pautado na construção positiva das identidades dos habitantes da floresta, baseando-se na oposição entre “os de fora” e os “de dentro”, entre os “da terra” e os “forasteiros”. *Varadouro* contribuiu para a afirmação e disseminação da identidade que os seringueiros passaram a encarnar para se defender das ações de expulsão de suas terras. Essa identidade se apoiava no reconhecimento desses atores sociais como integrantes de um grupo, partilhando laços de solidariedade a fim de produzir a união e identificação como seringueiro e sua diferenciação em relação aos “posseiros” e aos “paulistas”.

No editorial a seguir, podemos observar a construção das identidades dos seringueiros do discurso presente em *Varadouro*. O acontecimento discursivo gira em torno do movimento realizado por vários seringueiros que se insurgiram contra a tentativa da Coapai, Cooperativa Agropecuária do Alto Iaco, formada por 126 proprietários paranaenses, de dividir módulos familiares nos seringais Guanabara, Icurian e São Francisco, localizados na região do Alto Acre, a fim de vendê-los para colonos do Paraná. Nesse editorial, encontramos o seguinte enunciado:

Tentar resolver problema dos posseiros recorrendo a ameaças policiais, uma prática muito comum no Acre que, em tempos passados surtia bons resultados porque diante da força policial, costuma-se dizer, que o seringueiro perde a voz. Desta feita, porém, não funcionou, e neste ponto deixamos que os próprios seringueiros contem sua história de resistência contra a Coapai que pretendia desalojá-los de suas posses e contra a força policial que se colocou a serviço da primeira. (Vamos lutar pela terra, meu povo! *Varadouro*. Rio Branco-AC, dez. 1978, ano II, n. 13, p. 13-14).

Destaca-se, nessa construção, a seguinte afirmação: “**deixamos que os próprios seringueiros contem sua história de resistência...**” Nessa declaração, observamos que o enunciador enfatiza o lugar institucional do jornal enquanto instrumento de poder. A conotação, subjacente ao verbo utilizado no início da sentença, “**deixamos**”, indica uma estratégia discursiva muito freqüente em *Varadouro*: o uso do **discurso direto**. O princípio seguido era “**deixar que o sujeito falasse por si só**”. Assim, o editorialista não exercia a função de mediador entre os fatos e o público, mas atuava como alguém que oportunizava os meios necessários para que os sujeitos pudessem se manifestar.

A reunião de forças dos seringueiros e posseiros impediu a demarcação de seus lotes pelos empresários paranaenses. Um dos líderes do movimento, Antônio Jacinto, em depoimento a *Varadouro*, expôs os motivos da ação dos seringueiros:

...eu reuni seis amigos e fumus lá parar o serviço, humildes, na calma, sinceramente em união. Dissemos prá ele (o topógrafo): “queremos que o senhor pare o

serviço; vai dizer ao chefe prá ele vim dar uma decisão prá nós, que nós somo pobre, sacrificados, aqui tem mil e tantas crianças sofrendo à míngua; têm muitas mães de família, muitos pais de família e como é que o senhor vai “cortar” esse seringal, sem tomar nenhuma autorização de nós? Como é que os senhores compraram a terra sem nenhuma autorização com os posseiros? Então, nós queremos uma atitude prá nós vivê mais tranqüilo, mais sossegado”. (Vamos lutar pela terra, meu povo! *Varadouro*. Rio Branco-AC, dez. 1978, ano I, n. 13, p. 13-14).

A voz predominante neste trecho apóia-se na demarcação da identidade a partir do investimento de autoridade realizado pelo sujeito que fala. O questionamento de Jacinto ao topógrafo sobre como os empresários iriam demarcar o seringal “sem tomar nenhuma autorização” dos posseiros demonstra que a disputa entre as partes conflitantes se dava, primeiramente, na “ordem do discurso”.



Figura 09: Foto dos seringueiros que resistiram às demarcações de terra empreendidas pela COAPAI. (Vamos lutar pela terra, meu povo! *Varadouro*. Rio Branco-AC, dez. 1978, ano II, n. 13, p. 13-14).
Fonte: Museu da Borracha

Tanto os seringueiros quanto os cooperados da COAPAI utilizavam o discurso para afirmarem seu poderio. Em resposta às declarações de Antônio Jacinto, o topógrafo foi denunciá-lo na delegacia de Assis Brasil e ameaçar de espancamento todos quantos estivessem a seu lado. A impressão que temos ao ler o texto é que estamos realmente presenciando a conversa entre seringueiros e os compradores das terras, o ir e vir das falas. As vozes dos personagens desse processo conflituoso emergem do silêncio, dando-nos a certeza

de que os embates que trazem à tona são tão presentes quanto as lutas pela terra ainda hoje existentes.

O lugar institucional de onde falam os “posseiros” constitui um espaço legitimado socialmente pela união e pela idéia de que esta “faz a força”. Como afirma Fiorin (1988), o discurso é uma criação coletiva, e não individual, porque é a visão de uma classe vinculada a uma estrutura ideológica determinada e condicionada, em parte, pelo próprio auditório. A esse respeito, a fala do líder seringueiro demonstra-se reveladora, se observarmos o enunciado: “Eu que há tempo tinha pensado que não havia jeito no mundo de o pobre representar a situação que ele passa através de um só, **estudei** que o pobre só podia representar a situação dele se fosse **unindo os companheiros**, os amigos de trabalho...” (Vamos lutar pela terra, meu povo! *Varadouro*. Rio Branco-AC, dez. 1978, ano II, n. 13, p. 13-14).

É importante assinalar que o sujeito que aqui fala apresenta um posicionamento anterior que foi mudado através do “estudo”, ou seja, temos um saber modificando as relações de poder. A mudança de consciência apresentada na fala do seringueiro Jacinto, demonstra a proposta de libertação pelo saber. Mas que saber é este, o que esse sujeito “estudou” para que sua condição perante os desmandos dos “donos do poder” fosse modificada? A análise do entorno histórico em que foi produzido o editorial em questão aponta para um “saber” ou “estudo” advindo da atuação de sindicalistas e militantes de partidos de esquerda, com experiência de trabalho em outras regiões do país e membros de setores progressistas da Igreja Católica, bem como dos movimentos e organizações ambientalistas, que se tornaram aliados cruciais para algumas conquistas dos seringueiros.

Um outro fato importante a ser considerado no discurso do líder seringueiro, Jacinto, em seu depoimento a *Varadouro* é a recorrência da expressão “aqui dentro” para demarcar sua relação de posse com o lugar. A expressão serve para erguer uma barreira entre os “de fora” e os “de dentro”, demonstrando que a “união” dos seringueiros se apresentava legitimada simbolicamente pelas relações de pertencimento e exclusão.

As vozes que aparecem nesse editorial são trabalhadas através da dissolução das categorias seringueiros e posseiros em uma só, como se nota no fragmento anteriormente citado:

... vai dizer ao chefe prá ele vim dar uma decisão prá nós, que nós somo pobre, sacrificados, aqui tem mil e tantas crianças sofrendo à míngua; têm muitas mães de família, muitos pais de família e como é que o senhor vai “cortar” esse seringal, sem tomar nenhuma autorização de nós? Como é que os senhores compraram a terra sem nenhuma autorização com os posseiros? Então, nós queremos uma atitude prá nós vivê

mais tranqüilo, mais sossegado. (Vamos lutar pela terra, meu povo! *Varadouro*. Rio Branco-AC, dez. 1978, ano I, n. 13, p. 13-14).

Nesse fragmento, podemos observar dois dados interessantes. Em primeiro lugar, a superposição das identidades de seringueiros/posseiros, quando o enunciador declara: “Como é que os senhores compraram a terra sem nenhuma autorização com os **posseiros**?”. Em segundo, observamos como estratégia dos seringueiros, ao se dirigirem aos representantes dos responsáveis pelos conflitos, geralmente peões, trabalhadores como eles, a evocação do fato de serem “**pobres**” e “**sacrificados**”. Os seringueiros buscaram atingir o lado emocional do destinatário da mensagem, para tanto, apelaram para a condição “sofrida” comum, tanto aos trabalhadores das fazendas quanto a eles próprios, buscando, assim, mostrar que eram indiferenciados.

Ao se referir ao seringueiro, era comum *Varadouro* usar a identificação de “posseiro”, fazendo a sobreposição dessas duas identidades. Dessa forma, o discurso presente neste jornal aponta para a utilização de mecanismos de identificação entre seringueiros/posseiros, servindo para definir o inimigo comum às duas categorias: os “paulistas”.

Um dos mais importantes acontecimentos na luta pela permanência na floresta, ocorridos no Acre nas três últimas décadas do século XX, foi a formação e atuação do movimento sindical rural que, em um primeiro momento, articulado principalmente a militantes socialistas e a setores progressistas da Igreja Católica, desenvolveu um dos mais significativos movimentos sociais de resistência e luta pela terra na Amazônia e no Brasil: os “empates” (GOETTERT; ALBUQUERQUE: 2007).

Os “empates” representaram, sobretudo, a resistência das gentes da floresta contra a expansão do capital agropecuária que buscava se territorializar através do latifúndio pecuarista. Esses movimentos contaram com a maciça participação dos seringueiros que procuravam, ao mesmo tempo, se libertar do sistema do cativo e lutar contra os desmatamentos capitaneados pelos pecuaristas.

A identidade dos sujeitos habitantes das florestas passa pelo deslocamento que o discurso da imprensa realiza. Em uma primeira instância, o discurso jornalístico presente em *O Rio Branco* não recorre direto à homogeneização das identidades desses sujeitos, mas acentua a diferença, através da qual desenvolve o discurso pedagógico do Estado. Nesse sentido, a mídia trabalha com a diferença, enfatizando o que geralmente “falta” aos

seringueiros, posseiros e colonos para serem considerados “cidadãos de bem” e não transgressores: o direito representado em uma folha de papel, o título da terra que habitam.

A ênfase dada ao editorial a seguir, aparecendo em destaque na primeira página do jornal, e os sentidos que aportam no título “Posseiros matam nas terras do Nova Empresa, demonstram, por si só, a construção das imagens dos posseiros como criminosos, reforçando a distinção entre “posseiros” e “invasores”:

Os elementos considerados invasores, sem direito a permanecer na terra ou ser indenizado, relutaram em sair. E os admitidos como posseiros, recusam-se a deixar suas áreas já cultivadas e mudar-se para o loteamento oferecido pelo grupo porque, segundo alegam, o novo terreno não tem água e está situado em tabocal. Além disso, não havia um consenso quanto ao número de trabalhadores residindo na área. Enquanto os proprietários e a polícia falavam em 40 famílias, os posseiros diziam ser no mínimo 200. (Posseiros matam nas terras do Nova Empresa. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 09 jul.1977, ano IX, n. 67, p. 01).

A constituição das identidades de seringueiros confunde-se, nesse editorial, com as designações “posseiros” e “invasores”. A partir desse recurso, verifica-se que as adjetivações procuram apresentar os seringueiros como ilegítimos, habitantes de uma terra que não lhes pertence, mesmo tendo nelas vivido durante várias décadas. A divisão feita pelos fazendeiros sulistas entre “posseiros” e “invasores” já era uma medida que acentuava a crise no local, representando uma tentativa de desarticulação dos trabalhadores que resistiam através da estratégia de jogar uns contra os outros. Segundo essa lógica, quando é enfatizado no discurso do jornal *O Rio Branco* a desorganização desses grupos de trabalhadores, cria-se uma visão discursiva que parte do centro em direção à periferia, em que o sujeito é identificado, interpelado e interpretado pelo lugar social do qual fala.

As identidades circulantes no espaço dos editoriais dos jornais *O Rio Branco* e *Varadouro* não se restringiram apenas aos seringueiros que habitavam as terras acreanas. Laís Cardia (2004, p. 06) afirma que no mesmo período em que os seringueiros se deslocaram dos seringais para as cidades, começaram a chegar famílias migrantes, os chamados “colonos”, provenientes principalmente da Região Sul do país. Esses colonos foram expulsos de suas terras devido à construção da Hidrelétrica de Itaipu, sendo atraídos pelo propagandismo governamental divulgado pela mídia acerca da imagem do Acre como uma terra onde era possível um rápido enriquecimento, “um Nordeste sem secas, um Paraná sem geadas”.

Na edição n. 13 de *Varadouro*, encontramos um texto que aborda a problemática da imigração de colonos, vindos principalmente da Região Sul do Brasil, para as terras acreanas. O texto se apóia na veiculação da fala de “alguém de dentro do Incra”, que havia

sido demitido por ter querido “acertar demais” em suas propostas de respeitar as peculiaridades das populações residentes na floresta acreana. *Varadouro* critica a irresponsável política de colonização implantada no Acre pelo INCRA.

O depoimento do ex-servidor do órgão, o advogado Antônio Carlos Carbone, reitera a crítica feita por *Varadouro* a respeito do modelo de colonização implantado pelo INCRA:

Quando a colonização do Acre deveria ter uma peculiaridade toda especial, com a cultura do seringueiro, uma pessoa atípica em termos de colonização no mundo. De um seringueiro não se faz um colono paranaense ou gaúcho. Então, já peca por esse princípio. (Seringueiro não vira colono paranaense. *Varadouro*. Rio Branco-AC, dez. 1978, ano I, n. 13, p. 13 e 14).

Neste trecho, o foco é a crítica ao modo como foi conduzida a colonização no Acre. Diante do projeto dos governos militares de preenchimento dos “vazios urbanos”, a Amazônia foi apresentada como a saída para o grande número de famílias sem terras que habitavam as regiões Centro-Sul e Nordeste do país. Não era interessante para um governo que buscava manter a imagem de um país “ufanista” e “progressista” ter uma massa de pessoas desempregadas abarrotando as grandes cidades. Entretanto, a Amazônia, assim como o Acre, não eram “terra sem gente”, e foi esse o grande erro dos governos militares. Ao desconsiderar os sujeitos que habitavam os seringais, as áreas ribeirinhas e aldeias, o governo criou o cenário para aumentar ainda mais os choques de identidades nessa região.

Esse embate de identidades é transposto para o discurso jornalístico através da distinção entre as identidades do “seringueiro” e do colono que chegava de outras regiões do Brasil. O primeiro, é apontado no discurso de *Varadouro* como aquele que é “da terra”, que tem legitimidade para falar e agir, o segundo, é visto como o “de fora”, o intruso, que não possui posição institucional para manifestar seu discurso.

No jornal *O Rio Branco*, essa temática da imigração de colonos do Centro-Sul e do Nordeste brasileiro é marcada pela incerteza do governo estadual em relação aos impactos da chegada desse tão grande contingente de pessoas:

Dizendo que “Rondônia já encheu” e que “a tendência agora é iniciar a corrida para o Acre”, o governador Geraldo Mesquita admitiu no começo desta semana que os migrantes do sul do País – sobretudo colonos do Paraná e São Paulo – depois de ocuparem o Território de Rondônia, vão procurar fixar-se no Acre, nos projetos de assentamento dirigido que estariam em vias de serem instalados na região.

(...) O governador acha que 400 mil hectares não bastariam para assentar cerca de mil famílias que estão sem terra no Acre, entre pequenos agricultores e ex-seringueiros, e mais aquelas que naturalmente começarão a chegar do sul, com maior

freqüência. (Mesquita: “Depois de Rondônia a migração agora é para o Acre”. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 08 jan. 1978, ano IX, n. 196, p. 03).

A população tradicional habitante das florestas acreanas, que já vinha sentindo de forma latente as conseqüências do processo de expansão da pecuária, com a chegada dos novos migrantes colonos passou a sofrer mais uma vez com o descaso do governo em relação a suas demandas. De acordo com o enunciado mencionado, o problema da “corrida para o Acre” já estava previsto que aconteceria, entretanto, apenas naquele momento o governo havia “admitido” o fato.

Dois anos depois, já no governo de Joaquim Macedo, o jornal *O Rio Branco* veiculava o seguinte editorial:

Não adianta querer se botar pano quente nesta questão de incidentes por terras que ocorrem no Acre, especialmente abrangendo os municípios de Rio Branco, Xapuri e Basiléia, com acordos, radicalismos de ambas as partes engalfinhadas: empresários e homens do campo (seringueiros, colonos, etc.).

(...) Se maiores conflitos não tem havido, credite-se boa parte às medidas preventivas tomadas pelo Governo do Estado no campo fundiário. Entretanto, medida das mais fundamentais tomou agora o Governador Joaquim Macedo, em tocar o Projeto Redenção, que se propõe em assentar 500 parceiros em lotes rurais, ocupando por conseguinte a mão-de-obra oriunda dos seringais desativados, e que proporcionaram principalmente a “inchação” dos núcleos urbanos.

Mas, aspectos dos mais importantes a serem ressaltados nessa empreitada corajosa em que se lança o governador Joaquim Macedo e sua equipe, diz respeito a fixação do homem rural ao campo, evitando dessa maneira que se formem novos “cinturões de miséria”, bairros abortados e sem o mínimo planejamento, surgidos do nada pela incessante busca da legião dos homens sem terra, na cata de um pedacinho de chão para morar e cultivar (...). (Uma solução prática. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 26 jun. 1980, ano X, n. 933, p. 03).

O próprio nome do projeto, “Redenção” aponta para a representação do governo como o “redentor” do povo da floresta. As significações subjacentes ao nome do projeto encontram-se ligadas ao sentido de “redimir”, “resgatar”, “promover livramento”. Assim, o governador é apresentado como a pessoa capaz de resolver os problemas dos colonos. Um outro aspecto que deve ser observado nesse editorial é a segregação em relação aos migrantes que então chegavam à cidade. A presença desses novos atores em Rio Branco era marcada pela interdição, era conveniente mantê-los longe, afastados, “fixados na zona rural”, lançá-los de volta para o lugar de onde vieram.

O movimento significativo expresso no enunciado “legião dos homens sem terra” funda um efeito de “identidade” e uma memória a partir de ausências – os “sem terra”. Os seringueiros, posseiros e colonos são, assim, apresentados com uma categoria que carrega a

marca da “desposseção”. Prevalece, diante disso, no discurso jornalístico ligado aos interesses do poder oficial, uma interpretação da *ocupação* como *invasão*.

A lógica que rege a construção das imagens dos seringueiros, posseiros, colonos e índios, existentes nos editoriais do jornal *O Rio Branco* é a do silenciamento e da interdição. As vozes desses sujeitos raramente aparecem nesse periódico, pois ouvir o que eles tinham a dizer não era do interesse dos sujeitos que controlavam essa produção discursiva. Podemos, assim, afirmar que a representação desses sujeitos corresponde ao conceito de “loucos”, trabalhado por Michel Foucault. Conforme assinala o filósofo, o discurso do louco é regido por um princípio de exclusão, desde os arcanos da Idade Média o louco é aquele cujo discurso não pode transmitir-se como o dos outros: ou a sua palavra nada vale e não existe (Foucault, 1996). Ao longo da história, o discurso expresso pelo “louco” esteve marcado pela falta de importância que lhes atribuíam, pois o “louco”, como se acreditava, não era responsável por si.

As palavras com que nomeamos o que somos, o que fazemos, o que pensamos, o que percebemos ou o que sentimos são mais do que simplesmente um amontoado de fonemas e letras. E, por isso, as lutas pelas palavras, pelo seu significado e pelo seu controle, pela imposição de certas palavras e pelo silenciamento ou desativação de outras.

A contraposição entre as identidades dos colonos vindos do Centro-Sul e os colonos acreanos feita por *Varadouro* aparece de maneira distinta, dependendo do momento e da situação enunciativa. Quando colocados em contraposição aos seringueiros, a identidade dos colonos sulistas é construída de forma negativa, como “os outros”, os de “fora”. Mas quando comparados aos colonos acreanos, as vozes que circulam nesse jornal indicam os pontos semelhantes entre essas duas categorias.

Para ilustrar essa semelhança, tomamos como base dois editoriais do mesmo ano, 1978, a fim de perceber as nuances opinativas do jornal na constituição identitária desses sujeitos. Assim escolhemos os textos “Seringueiro não vira colono paranaense”, de dezembro de 1978, e “Sem terras, sem estradas ... (e os chamam de malandros)”, publicado na edição de *Varadouro*, em maio do mesmo ano.

No segundo texto, o discurso presente em *Varadouro* desconstrói a idéia de que os colonos acreanos eram “uns malandros”, esclarecendo as dificuldades pelas quais passavam para chegar à cidade e vender seus produtos:

É cedo ainda e eles já estão chegando. Silenciosos, vão surgindo de todas as entradas da cidade em direção ao mercado. (...) Geralmente são figuras cinzentas, maltratadas por dentro e por fora. (...)

Colonos, pobres colonos! Iguais em toda parte, no Sul e no Norte: sem terra suficiente para muitos filhos, sem preços justos no mercado, sem assistência técnica e financeira, sem a saúde necessária para enfrentar o trabalho pesado da enxada, sem estradas para escoar seus produtos, sem perspectivas com apenas cinco, dez, cinquenta hectares de terra... (Sem terras, sem estradas ... (e os chamam de malandros). *Varadouro*. Rio Branco-AC, mai.1978, ano I, n. 09, p. 15).

Ao enfatizar as condições de exploração vivenciadas tanto pelos colonos acreanos quanto pelos sulistas, através da afirmação de que os “pobres colonos” são “iguais em toda parte, no Sul e no Norte”, *Varadouro* produz um discurso que visa “irmanar” essas duas categorias identitárias, através da definição das mesmas lutas pelos mesmos objetivos e dos mesmos adversários.



Figura 10: Colono acreano transportando sua produção para vender em Rio Branco. (*Varadouro*. mai.1978. Ano I, n. 09, p. 15). Fonte: CDIH da UFAC.

A luta pela sobrevivência desencadeada por ambas as categorias se encontrava marcada pela ausência: não tinham “terra suficiente para muitos filhos”, não tinham “preços justos no mercado”, “sem assistência técnica e financeira”, “sem a saúde necessária para enfrentar o trabalho pesado da enxada”, “sem estradas para escoar seus produtos”, “sem perspectivas”. A repetição da preposição “sem” indica o completo estado de privação a que eram submetidos os colonos acreanos e sulistas e a ausência de benefícios por parte do governo.

Ao se referir especificamente sobre os colonos do Acre, o jornal *O Rio Branco* enfatiza o isolamento como marca identitária:

Só mesmo uma patrulha mecanizada e com muito boa vontade vai conseguir tirar a safra acreana do atoleiro. Milhares e milhares de agricultores, com lama pelas canelas e isolados pelos buracos das estradas vicinais, são impotentes para fazer chegar aos centros consumidores sua produção de milho e arroz.

Nesse aparato mecanizado que está sendo formado pelo governo do Estado, deveria entrar somente máquinas e pessoal do Deracre e Colonacre, como castigo pelo ano que passaram flauteando sem nada realizar em benefício das estradas rurais. E serviria também como experiência para os anos futuros. (Opinião. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 07 jan. 1981, ano XI, n. 1116, p. 01).

A caracterização dos colonos acreanos se faz com base em sua condição de “isolados”, separados dos benefícios que, apesar de bem escassos, ainda chegavam aos moradores da cidade. A zona rural é apresentada como um lugar onde não se podia contar com a ajuda do poder público. A crítica aos servidores da Colonacre e do Deracre, órgãos responsáveis por fazer chegar à cidade a produção agrícola, é marcada pelo verbo “flautear”, cujo sentido está ligado a “vadiar”, “não mostrar compromisso”, “agir de forma displicente”. Por essa caracterização, o editorial acima é um dos poucos em que se pode observar uma crítica direta aos órgãos do governo. Apesar de predominar no jornal *O Rio Branco* a linha editorial de defesa do poder oficial, é possível também, em alguns momentos, observar rupturas.

Observamos, assim, o papel dual do discurso jornalístico. De um lado, é instrumento de poder, portanto, lugar de afirmação e reafirmação de hegemonias, e de legitimação de outros discursos; de outra parte, é também, lugar de ruptura, resistências, contradições, disputas e conflitos. Mesmo seguindo formatações rígidas e definidas previamente, o discurso jornalístico não deixa de ser o registro de conflitos.

A crítica aos atos governamentais, apesar de não compor o arquivo de regularidades do jornal *O Rio Branco*, constitui elemento de ruptura. Conforme assevera esse filósofo, além de representar o sistema que rege os discursos que podem ser proferidos, baseando-se, portanto, na regularidade, o arquivo é também elemento responsável por fazer com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, ou seja, é também o elemento que garante as rupturas na linearidade (1996, p. 149).

Nos editoriais do jornal *O Rio Branco* sobre os índios, entretanto, prevalece a regularidade e o silenciamento. Geralmente, só apareciam em pequenas notícias de comemorações referentes à semana do índio, no mês de abril ou em notícias sobre conflitos de terras nos quais os índios estivessem envolvidos. A linguagem usada nesses raros textos

remete ao princípio de isenção jornalística que regia o periódico riobranquense. Por estar vinculado à ideologia dominante, não era interessante para esse jornal declarar-se a favor das lutas dos movimentos sociais. Dessa forma, adotava o discurso indireto, para expor as reivindicações dos grupos indígenas. A adoção de um discurso tendente a se manifestar como isento contribuía para que as opiniões se apresentassem, muitas vezes, escamoteadas.

No editorial intitulado “O índio no debate atual”, esse jornal apresenta o debate de diversas vozes acerca da questão indígena. Entre esses discursos que o jornal põe em movimento, apresenta-se a fala do Ministro do Interior, à época, em pronunciamento sobre as relações de choques entre índios e posseiros em Mato Grosso, que haviam vitimado um missionário e muitos indígenas:

Dizer que há hostilidade entre indígenas e brancos é uma bobagem. Não existe. Não se pode dar um tratamento ao colono diferente do dado ao índio, porque o índio não vai com isso deixar de preservar a sua cultura. Se desenvolvermos um trabalho intenso, daqui a dez anos os 220 mil índios estarão reduzidos a 20 mil, e daqui a 30 anos todo mundo integrado direitinho. O índio quase entendido como garoto peralta que precisa ser corrigido com severidade. Se as missões quiserem continuar colaborando para o processo de desenvolvimento do índio brasileiro, acrescentou o ministro, terão que adotar a política do Governo, que é a da emancipação progressiva das comunidades. (O índio no debate atual. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 20 abr. 1977, ano VIII, p. 3).

O apagamento da imagem dos indígenas do cenário midiático demonstra que o discurso jornalístico também é feito de silêncios. No caso do jornal *O Rio Branco*, esse silenciamento se apresenta mais revelador do que a fala evidente. Vasculhar os interstícios desse discurso marcado pela ausência, leva-nos a questionar por que esse interesse de manter certos sujeitos apagados, banidos dos debates sociais. Ao se excluir a possibilidade do exercício da “tomada de palavra” por esses sujeitos, o seletivo grupo de dominadores depõe contra si mesmo. Os discursos que apagaram são provas da violência simbólica que cometeram.

Em linhas gerais, os índios aparecem no discurso da imprensa quando protagonizam tragédias, massacres, crimes ou quando ameaçam a “comodidade” dos brancos. Assim, figuram no espaço da maioria dos jornais por serem “exóticos”. A respeito do silenciamento da voz do índio, Eni Orlandi (2002, p. 59) comenta que os sujeitos autorizados a falar sobre ele (missionários, cientistas, políticos) o fazem “para que ele não signifique fora de certos sentidos necessários para a construção de uma identidade brasileira determinada em que o índio não conta”.

A interdição dos discursos dos índios é latente no enunciado constante no editorial citado: **“Se desenvolvermos um trabalho intenso, daqui a dez anos os 220 mil índios**

estarão reduzidos a 20 mil, e daqui a 30 anos todo mundo integrado direitinho". A idéia de "integrar os índios direitinho" reforça a exclusão desses sujeitos da ordem do discurso. Por esse princípio, o índio é visto como um entrave ao desenvolvimento do Brasil, não pode vir à cidade, deve ficar na mata, onde não incomode ninguém, onde se torna possível condená-lo ao esquecimento.

A declaração de que os índios necessitavam passar por um "processo de desenvolvimento" estrutura-se no sentido de despojar esses sujeitos de qualquer sentido de humanidade. Assim, os índios são caracterizados como "recursos naturais", que deveriam ser utilizados em benefício da modernização brasileira. Por esse viés do discurso oficial, os índios deveriam ser "civilizados", uma vez que o discurso de domesticação da natureza incluía também os índios como parte dela.

Notamos, no discurso do jornal *O Rio Branco*, o silenciamento em relação à questão indígena, enquanto o jornal *Varadouro* dedica atenção especial a essa temática, enfatizando o processo de expulsão dos índios de suas terras com a chegada dos fazendeiros sulistas. Com a implantação da pecuária extensiva no Acre, os seringueiros e índios, expulsos de suas terras foram obrigados a se dirigir à zona urbana, principalmente à cidade de Rio Branco, ocasionando o surgimento de várias "ocupações" na capital, que, posteriormente, constituiriam os bairros "periféricos".

Desde a implantação da atividade extrativa da borracha no Acre, ainda no século XIX, muitos índios foram incorporados à atividade gumífera, vivendo debaixo do jugo dos patrões brancos. Com a transformação dos seringais acreanos em grandes fazendas pecuaristas nas décadas de 1960 e 1970, surgiram diversos problemas, que iam desde a grande degradação ambiental decorrente do desmatamento, até o choque dos índios e seringueiros nativos com os latifundiários que os expulsavam pela força.

A chegada dos "paulistas" e a "demarcação" das fronteiras ocasionaram um processo de readaptação das populações indígenas em sua relação com a terra. Tanto seringueiros como índios e seringalistas tinham uma relação de "posseiros" com a terra, com a regulamentação das posses, os primeiros foram obrigados a emigrar por não disporem de condições econômicas para comprar a área em que viveram durante vários anos.

A partir de então, alguns índios se mudaram para outras áreas; outros, porém, permaneceram nas fazendas, tornando-se "peões" e uma outra parte continuou se dedicando à atividade extrativa da borracha:



Figura 11: Índios Caxinauás desembarcando pélas de borracha (Caxinauás – índios seringueiros do Acre. *Varadouro*. Rio Branco-AC, ago./set. 1981, ano IV, n. 23, p. 02). Fonte: CDIH da UFAC.

O início da década de 1980 foi marcado pela organização dos índios na luta por seus direitos. Com a criação das reservas indígenas, os chamados índios seringueiros do Acre passaram a criar cooperativas de produção de borracha dentro das reservas. O fragmento de texto a seguir mostra bem esse momento:

Os Kaxinauás estão produzindo mais de 3 mil quilos de borracha por mês dentro das reservas indígenas dos rios Jordão e Humaitá, graças ao apoio do Centro de Trabalho Indigenista de São Paulo.

A Ajudância da FUNAI no Acre tem se omitido e, pior ainda, atrapalhado o movimento da cooperativa Kaxinauá de produção de borracha. (Caxinauás – índios seringueiros do Acre. *Varadouro*. Rio Branco-AC, ago./set. 1981, ano IV, n. 23, p. 02).

O discurso do jornal *Varadouro* está permeado de representações das imagens dos atores envolvidos no processo de chegada dos investidores do Centro-Sul do país e a instauração da era da pecuária no Acre, sendo os principais sujeitos envolvidos nas tramas discursivas: os “carius”, os “caboclos”, os “seringueiros” e os “paulistas”. Os jornais esboçam várias categorias identitárias e posicionamentos dos sujeitos discursivos acerca do Outro.

De acordo com Valle (1977, p.112), as identidades “cariu” e “cabocla” só podem ser definidas mutuamente, pois representam termos complementares quanto à significação. O termo “cariu” refere-se a todos os brasileiros que mantinham vínculo com a extração da borracha e o termo “caboclo” é usado para designar, indiscriminadamente, todos os indígenas.

Representados na história oficial como seringueiros, os índios do Acre se dissolvem na categoria genérica de “caboclo”, cuja identidade imposta pelo branco aos grupos indígenas que trabalham na extração da borracha, distingue-se do “brabo” - o índio “selvagem” com traços animais. O “caboclo” acreano é caracterizado por um conjunto de atributos negativos, apresentados nas designações “ladrão”, “preguiçoso”, “vagabundo”, “irresponsável” e “traidor”, que são usadas para marcar uma suposta inferioridade em relação ao branco (idem, p. 116).

O jornal *Varadouro*, em face do discurso oficial, que construiu a imagem dos índios de forma negativa e que os caracterizou ao longo do tempo como representantes de uma “cultura bárbara”, elegeu a questão indígena como um dos temas de maior presença em suas publicações. No editorial a seguir observamos como os índios eram tratados no percurso da história acreana:

Eles mudaram o nome segundo o grau e a qualidade da exploração. Até o final do século passado, eram simplesmente **Caxinauás**, uma das mais numerosas e valentes tribos da família dos Panos que habitava o Vale do Juruá. Depois, com a “corrida” da borracha e do caucho, passaram a ser chamados de “**caboclos**” ou “índios sujos, preguiçosos e cachaceiros”. Nos últimos anos, com a entrada da agropecuária, a dominação no seu último estágio, sofisticaram-se de vez: já começaram a ser denominados de “**bóias-fria**” ou num termo mais regional “**farofas-fria**”. (...) Queixam-se também de que as terras em que vivem já não lhes pertencem e sua permanência nelas assume sempre um caráter provisório e de insegurança. Dependem da vontade dos proprietários ou, para eles, usurpadores. (Caxinauás ou “farofas-frias”. *Varadouro*. Ano I, n. 4, set. 1977, p. 15).

É interessante notar, nesse fragmento, que a construção identitária do índio em sua relação com o branco é eivada de ironia no tocante à “sofisticação” das designações atribuídas aos indígenas. A desqualificação a que era comum estarem eles expostos, evidenciada pelos termos “índios sujos, preguiçosos e cachaceiros”, indica também a negação da condição de humanidade ao “caboclo”. O próprio uso dessa designação reveste-se de uma identidade situada no “não-lugar”, ele não estaria nem na natureza, nem na cultura, não é apresentado nem como “índio” nem como “civilizado”, mas na fronteira entre essas duas noções.

O editorial em questão informa, ainda, que segundo dados de um relatório entregue à Fundação Nacional do Índio – FUNAI – pelo Antropólogo Terri Valle Aquino, um dos repórteres de *Varadouro*, existiam, à época, cerca de 860 índios Caxinauás distribuídos e dispersos nos rios Tarauacá, Muru, Humaitá, Breu e Tejo, todos localizados no Vale do Juruá. Desse grupo de 860, 90 caxinauás viviam na periferia da cidade de Tarauacá. A sobrevivência desses índios, relata o antropólogo, vinha de “uma minguada agricultura de subsistência

voltada primordialmente para o consumo familiar” e muito raramente da venda de algum excedente na cidade. Como forma de complementar sua economia doméstica, os caxinauás urbanos eram forçados a trabalhar como “peões” para pequenos proprietários ou nos grandes desmatamentos dos “paulistas” que estavam implantando a pecuária extensiva na região.

Por aqui eu tenho serviço de banana, arroz, serviço de legume. Mas isso não dá prá botar o sal, o querosene, o fósforo, o peixe, a carne dentro de nossa casa. Vivo trabaiaando pros fazendeiro cariu da ‘rua’ e trabaio pros ‘paulista’ porque quéri é tirar saldo pra comprá panela, muda de roupa, prá mulher e pros filhos, perfume, uma eletrola, um rádio...

Prá botá coisas de valor dentro da casa é preciso trabaiaá em serviço de empeleitada. Trabaio mas é pros ‘paulista’ da Cinco Estrela. (Agropecuária Cinco Estrelas S.A. da Viação Aérea Cruzeiro do Sul). (Caxinauás ou “farofas-frias”. *Varadouro*. Rio Branco-AC, Ano I, n. 04, set. 1977, p. 15).

A aculturação dessas populações indígenas, nessa fala acima, expressa o desejo de adquirir o que o índio chama de “coisas de valor”, roupa, perfume, rádio, eletrola, necessidades geradas pelo contato com o homem branco. De acordo com o conceito de “identidade contrastiva” de Cardoso de Oliveira (1976), a afirmação da identidade de uma pessoa ou de um grupo se faz sempre por meio da diferenciação em relação ao outro. No fragmento a seguir, temos a fala de um índio que denuncia os problemas que sofriam e a falta de assistência da entidade que deveria assisti-los:

Hoje em dia, faz de conta que nós não temos nada. Eu queria que fosse lá ao menos um empregado da Funai. Está cercando tudo onde nós mora, fazendo campo, botando roçado, onde nós mora. Nós estamo ficando sem terra prá fazê nada. (Índios vivem acoxados. *Varadouro*. Rio Branco-AC, set. 1978, ano II, n. 12, p. 17).

No editorial acima, o ano de 1976 é apresentado como um marco que veio definir mudanças nas relações entre índios e seus empregadores, os chamados patrões. Essas transformações foram motivadas pelas andanças de equipes da FUNAI que percorreram o Acre e passaram a delimitar várias áreas para, posteriormente, fazer a demarcação das reservas indígenas. O texto dá conta de que, com a ameaça de demarcação das terras por essa entidade de assistência ao índio, imediatamente, seringalistas e fazendeiros perceberam que os grupos indígenas poderiam ameaçar parte de suas várias extensões de terra e passaram a usar várias estratégias para expulsá-los.

Conforme assinala José Pimenta (2007, p. 12), embora “civilizados” ou “amansados”, o que é expresso através da imagem do “caboclo”, os índios continuam considerados como representantes de uma sub-humanidade. Nos seringais, muitas populações

indígenas sobreviventes partilharam um destino funesto com os seringueiros nordestinos, seus inimigos históricos. Na condição de mão-de-obra servil no sistema escravista e paternalista da borracha, os índios acreanos reprimiram durante décadas sua identidade étnica e continuaram sofrendo os preconceitos da sociedade envolvente.

Acrescenta o autor que, de uma maneira geral, considerando o lugar atribuído ao índio pela historiografia acreana, podemos dizer que a “questão indígena” foi um detalhe na conquista e na integração do Acre ao Brasil. Exterminados, “civilizados” ou isolados em áreas remotas, cujas riquezas ainda não haviam sido cobiçadas, durante a maior parte do século XX, os povos indígenas acreanos desapareceram de uma história oficial que nunca os considerou como atores.

A invisibilidade da questão indígena foi, ao longo dos anos cultivada pela historiografia brasileira. A FUNAI, órgão responsável por cuidar dos interesses das populações indígenas, começou a atuar realmente na região apenas em 1975. Até essa data, as raras viagens de funcionários do Serviço de Proteção ao Índio – SPI –, ligados à Primeira Inspetoria Regional de Manaus, legitimaram os padrões seringalistas e alguns políticos locais como representantes do órgão. Até à intensificação das políticas desenvolvimentistas a partir da década de 1970, as instituições governamentais e importantes segmentos da sociedade acreana desconheciam a existência de populações indígenas no Estado (Aquino; Iglesias, 1999, p. 06).

Os índios em si não são vistos como sujeitos na “invenção” do Acre. Conforme assinala José Pimenta (2007), mesmo quando considerados humanos, os povos indígenas continuam sendo apresentados como fazendo parte da natureza. Com a chegada dos seringueiros, os povos “sem história” se tornaram apenas objeto de uma história que se constrói sem eles ou sobre eles, raramente com eles. O destino do índio, para Pimenta (2007) é a “civilização” ou o extermínio, se estabelecendo uma dicotomia entre o índio “civilizado” ou “manso” e o índio “brabo”. Assim, enquanto os “mansos” integram o cativeiro do seringal na categoria genérica de “caboclo”, os “brabos”, após serem massacrados e perderem suas terras são integrados à cultura local como folclore ou símbolo da gloriosa conquista do povo seringueiro.

A questão da identidade é política, na medida em que é atravessada pelas relações de poder entre os grupos sociais que disputam entre si. Nesta perspectiva, as relações de identidade/alteridade produzidas pelo discurso da mídia revelam construções simbólicas que correspondem às correlações de forças por parte dos sujeitos em suas relações de poder.

A imprensa busca, de maneira quase inconsciente, construir imagens capazes de estabelecer uma ordem, uma organização nos elementos que compõem o real em determinada sociedade. As representações produzidas pela mídia articulam-se no sentido de manipular o real. O contraditório, nessa relação, é que a mídia é também manipulada por esse real, na interpenetração das relações entre o real e o imaginário social. Assim, dominar o simbólico de uma sociedade é um dos caminhos para se chegar ao poder da mesma, sendo que, o simbólico é elemento de disputa entre os grupos rivais.

Ao tomarmos como base os editoriais dos jornais *Varadouro* acerca da construção dessas imagens, observamos que a postura do periódico difere daquela adotada pelos demais jornais existentes no Acre, que tinham nas figuras dos seringueiros, posseiros, índios, caboclos e colonos a representação de “invasores” e entraves à “modernidade”. *Varadouro* investiu em uma proposta que privilegiava a idéia de que os habitantes das florestas eram os legítimos donos das terras que ocupavam.

Diante das representações dos habitantes da floresta pelo discurso midiático, é interessante notar que os meios de comunicação conectam vários sujeitos ao construir uma cadeia de códigos compartilhados e reconhecidos que são constitutivos das representações sociais. Por isso, o conteúdo discursivo veiculado pela mídia constitui uma importante fonte de pesquisa.

3.3 “Paulistas”: novos colonizadores do Acre ou arautos do progresso?

Os discursos que os meios jornalísticos põem em circulação participam da configuração do espaço social, atuando tanto na atribuição de valores quanto na construção de sentidos que organizam as relações de poder existentes no corpo da sociedade. As lutas e tensões que através desses discursos são narradas explicitam maneiras diversificadas de perceber os sujeitos constituintes das relações discursivas. Nessa direção, os efeitos de sentido gestados por meio do discurso jornalístico estão intrinsecamente relacionados com as questões das identidades culturais, compreendidas como relações de poder.

Nesse subcapítulo, buscamos refletir acerca de como são gestados os efeitos de sentido para a construção das imagens dos “paulistas”, designação atribuída pelos seringueiros aos novos fazendeiros sulistas que participaram diretamente do processo de implantação da pecuária no Acre, durante as décadas de 1970 e 1980. A partir de uma análise

comparativa, buscamos perceber como as identidades desses sujeitos são esboçadas tanto no jornal *O Rio Branco* quanto em *Varadouro*.

Esclarecemos, de início, que a atribuição de valor a determinada posição do sujeito ocorre através da articulação entre várias outras identidades. É na articulação destas identidades por meio do processo discursivo que acontece a valorização de uma identidade em detrimento de outra. No caso dos “paulistas”, o processo de atribuição de valor mostrou-se oscilante, ora são apresentados como “arautos do progresso acreano” ora são vistos como “usurpadores”, “forasteiros”, responsáveis por grande parte das mazelas sofridas pelas populações da floresta durante as décadas de 1970 e 1980.

No jornal *O Rio Branco*, o discurso acerca dos “paulistas” variou conforme os interesses dos grupos de poder que influenciavam a produção do jornal. O entorno histórico que serve de cenário para a produção dos editoriais acerca desse assunto apresenta-se marcado por três momentos principais. O primeiro está situado na primeira metade da década de 1970, o segundo, na segunda metade e o terceiro, nos primeiros anos da década de 1980.

A etapa inicial corresponde à primeira metade da década de 1970, época em que, através do apoio do então governador Wanderley Dantas, os planos dos governos militares de transformar o Acre de um grande seringal em uma grande fazenda agropecuária começavam a se firmar.

Apesar do grandioso “boom” especulativo, ocorrido no início da década de 1970, através do qual as terras do Acre passaram a atrair os investidores do Centro-Sul do país, as notícias dos conflitos de terra nos jornais acreanos eram bastante escassas. Não era interessante para o governo Wanderley Dantas, em plena campanha para atrair compradores para as terras acreanas, que notícias dos jornais locais desvelassem a real situação conflituosa existente no Estado.

O então governo estadual tinha na imprensa verdadeira aliada para efetivar seu plano de atrair os interesses dos investidores sulistas, através do propagandeado progresso que “chegava” às terras acreanas. Havia um grande interesse em apresentar as ações do governo estadual em consonância com os desígnios do Governo federal, numa demonstração de que o respaldo para executar o processo de transformação que vinha ocorrendo no Acre era cumprimento dos objetivos nacionais para a região.

Nesse contexto, os “paulistas” são caracterizados como “arautos do progresso” acreano. No editorial a seguir, é possível observar como as relações de poder se entrelaçam para materializar as identidades desses sujeitos como ícones da modernidade que chegava ao Acre:

Muito se tem falado em terras e desenvolvimento da agropecuária do Acre, a partir dos novos investimentos aqui surgidos. Visando esclarecer aspectos dessa realidade, O RIO BRANCO visitou o Seringal Nictheroy, de propriedade dos agropecuaristas Flávio Maia Cardoso e João Avelar Ribeiro, do Paraná, e de João Batista Tezza Filho, advogado militante nesta capital.

(...) Vivendo anteriormente da simples extração da borracha e castanha, a presença de tratores pesados, de esteiras e de rodas, põe um ponto final na era do extrativismo, mecanizando enormes áreas para o cultivo de lavouras brancas e plantio sistemático de seringueiras. Mais de 80 homens trabalham diariamente na implantação dos projetos que incluem agricultura, a primeira mecanizada do Estado, e pecuária, com a formação de 250 alqueires de pastagens ainda este ano. Na sua pista de pouso recentemente concluída encontra-se parqueado um avião agrícola que iniciará esta semana o plantio nas áreas já separadas.

(...) Raimundo Nonato da Silva, o ex-arrendatário, é hoje um homem de empresa. Proprietário, empreiteiro, saldou suas dívidas e vive em paz numa casa onde existem os confortos da vida moderna. Os seringueiros da área foram todos indenizados, uns em terras, outros em dinheiro, mas a maioria permanece no local que será demarcado e posteriormente loteado em chácaras, de 10 a 50 hectares. O ambiente entre os seringueiros parece de paz e harmonia.

(...) Segundo declarou o administrador geral e um dos proprietários advogado João Batista Tezza Filho, “o relacionamento entre seringueiros e proprietários é dos melhores, além da vontade de trabalhar e progredir, experimentar com uma visão intensa dos problemas sociais e humanos”. (Seringal Nictheroy, Modelo do Novo Acre. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 19 set. 1974, ano VI, n. 1222, p. 02).

As categorias mais usadas no jornal *O Rio Branco* para fazer referência aos investidores sulistas: “agropecuaristas”, “proprietários de terras” e “empresários”. É interessante notar que a designação “paulista” aparece raríssimas vezes nos editoriais desse jornal. Isso se deve ao fato de que a expressão possui cunho pejorativo, tendo sido cunhada pelos seringueiros, que assim denominavam, de forma genérica, todos os migrantes vindos de outros estados do Brasil para explorar a pecuária. A escolha de uma designação em detrimento de outra não se faz despreziosamente, antes, revela quais sentidos o discurso presente no jornal quer afirmar e quais deles deseja silenciar.

Ao se optar pelas denominações “agropecuaristas”, “proprietários de terras” e “empresários”, dialoga-se com a idéia de que os fazendeiros sulistas constituem uma categoria que representa os “novos donos do Acre”. Por esse entendimento, os “paulistas” são apresentados como símbolos de “modernidade” e “progresso”.

A significação imaginária da modernidade, segundo Sant’Ana Júnior (2004, p. 69), tem como elementos fundamentais as idéias de “autonomia” e “liberdade”. Esse ideário, entretanto, ao espelhar os interesses e desejos concretos das elites que o formulam, traz consigo a marca da exclusão de grande parte das populações envolvidas em sua realização, uma vez que os benefícios dessa modernidade não chegarão a todos.

No enunciado **“Vivendo anteriormente da simples extração da borracha e castanha, a presença de tratores pesados, de esteiras e de rodas, põe um ponto final na era do extrativismo”** é perceptível a contraposição entre o “atraso da cultura extrativa” em relação à “modernidade trazida pelos fazendeiros sulistas”. Nessa perspectiva, a visão sobre os “paulistas” seria arquitetada como representação do “moderno” e do “novo”, enquanto que a antiga forma de viver nas florestas acreanas, baseada na atividade extrativa da borracha, representava um fardo que o Centro-Sul “moderno” precisava “destruir”, pôr “um ponto final”, para que surgisse uma “nova era” de progresso.

Nesse modelo de “novo Acre”, homens e mulheres que habitavam as florestas tornadas pastagens não têm lugar. A máquina é o principal agente de transformação, o “plantio sistemático de seringueiras”, “a agricultura mecanizada”, as grandes “pastagens” e a “moderna pista de pouso construída para o avião agrícola” são índices que apontam para a transformação que ocorria na floresta acreana.

A segunda etapa que marca o discurso do jornal *O Rio Branco* sobre os “paulistas” ocorre na segunda metade da década de 1970, sendo caracterizada por transformações. Nesse segundo momento, da produção discursiva do jornal acerca dos fazendeiros sulistas começava-se a utilizar, vez por outra, a designação “paulistas”. Entretanto, ainda prevaleciam as denominações “proprietários rurais, fazendeiros, empresários”.

Sendo essa uma época em que eclodiram com intensidade os conflitos pela posse da terra, a permanência dessas designações revelou-se estratégica. Era necessário afirmar quem eram os “verdadeiros donos” das terras que se tornaram objeto de disputa entre seringueiros, índios e fazendeiros. No editorial abaixo, o uso da materialidade “proprietários rurais” concorre para a caracterização dos fazendeiros como a parte legítima, investida dos recursos legais que lhes garantia o direito à posse da terra:

Dez famílias de posseiros que residem na área declarada de interesse social, para fins de desapropriação, procuraram o delegado sindical de sua entidade de classe, José Garcia Lacerda, para reclamar de dois proprietários rurais que estariam adotando práticas ilegais para ameaçá-los e dificultar suas atividades agrícolas e extrativistas. Um dos proprietários é Duarte do Couto, fazendeiro paulista, que possui terras à altura do KM 70 da BR-364, trecho entre Rio Branco e Porto Velho. (Proprietários rurais pressionam posseiros. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 02 jul. 1977, ano IX, n. 061, p. 01).

O título “Proprietários rurais pressionam posseiros” indica a tomada de posição do jornal em relação aos sujeitos envolvidos nos violentos conflitos de terras. Denominam-se, já no título do editorial, quais as posições ocupadas por esses sujeitos: os primeiros são

representados como os donos, aqueles que detêm o poder sobre as terras; os segundos são apenas “posseiros”, estão nas terras por concessão dos primeiros.

No terceiro momento de produção de *O Rio Branco* sobre os fazendeiros sulistas, já no início da década de 1980, o jornal apresenta uma nova faceta: a categoria “paulista” perde força e influência em detrimento do governo estadual. Essa mudança ocorreu em virtude de que, nesse terceiro momento, as relações de poder estavam sendo reajustadas. O problema dos conflitos de terras caminhava para uma tentativa de resolução através da desapropriação imposta pelas políticas capitaneadas pelo INCRA. Soma-se a esse quadro, o aumento ocorrido, nesse período, da influência do governo sobre a produção discursiva veiculada no jornal *O Rio Branco*. A seguir, temos um exemplo dessa transformação nas relações de poder:

A desapropriação de terras no Acre volta a azedar os meios dos grandes fazendeiros. A reação foi imediata e não se esperava outra coisa.

Ontem nos corredores do Palácio das Secretarias, um fazendeiro dizia cobras e lagartos do governador e do coordenador do INCRA. Sustentava que iria deixar morrer no local, em sinal de protesto, milhares de cabeças de gado.

Quem ouvia o homem, acreditava que a classe dos potentados rurais estava sendo extinta no Acre. Outros, mais céticos, perguntavam para seus botões: “E onde está esse gado, se ainda hoje importamos carne da Bolívia?” Ou não seria apenas o choro da carpideira valorizando o seu morto para obter melhores vantagens na hora das negociações? Os grandes latifúndios improdutivos só existem mesmo na região amazônica. Nos Estados desenvolvidos ou em desenvolvimento, foram considerados aberração econômica. O que não deu certo lá fora, não pode dar aqui no Acre, onde existem milhares de colonos sem terra e milhares de hectares nas mãos de poucas pessoas, muitas delas, que nem sequer conhecem o Estado. (Opinião. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 30 ago. 1980, ano X, n. 1015, p. 01).

A transformação evidenciada nesse editorial não diz respeito apenas ao entorno histórico que o respalda, mas também ao modo como as vozes sociais são representadas. O jornal *O Rio Branco* é caracterizado como um periódico que primava pela isenção e imparcialidade no uso da linguagem. Entretanto, nesse editorial chama a atenção a opção por uma linguagem mais irônica e voltada à coloquialidade.

Merece destaque o uso das interrogações: **“E onde está esse gado, se ainda hoje importamos carne da Bolívia?” Ou não seria apenas o choro da carpideira valorizando o seu morto para obter melhores vantagens na hora das negociações?”**. Através desses questionamentos levantados, podemos dizer que o discurso jornalístico está submetido ao jogo das relações de poder vigentes. Enquanto era conveniente para os grupos que ditavam as regras na produção discursiva do jornal que se caracterizassem os “paulistas” como os

legítimos donos das terras, o jornal construiu uma imagem de si mesmo como de quem se mantém numa posição imparcial em relação ao fato.

As marcas da oralidade podem ser observadas nas expressões **“choro da carpideira”**²⁰ e **“perguntavam para seus botões”**. A passagem do tom formal para o uso de marcas de oralidade ocorre com vistas a estabelecer um movimento de interação com o leitor. A partir do trecho em análise, podemos observar que o uso da linguagem irônica não corresponde apenas a uma estratégia para possibilitar a interatividade entre enunciador e leitor. Devemos atentar também para a maneira como o discurso argumentativo se situa em relação ao discurso do outro. Ao observarmos os recursos empregados no editorial em questão, percebemos que pela enunciação se busca a adesão a um ponto de vista, em estreita correlação com a construção dos sentidos.

Ao mudarem as contingências históricas, fez-se necessária também uma transformação na forma de pôr em circulação os dizeres. Assim foram agregados ao discurso do jornal estratégias como a ironia, o questionamento e as marcas de coloquialidade.

Se as imagens dos fazendeiros do Centro-Sul apresentam variantes através do tempo, em *Varadouro* são marcadas pela regularidade e constância. No discurso desse jornal alternativo, esses sujeitos são vistos sempre como os responsáveis pelos principais problemas sociais do Estado: a expulsão das populações tradicionais das florestas acreanas, o “inchamento populacional” das cidades e os problemas de precariedade na infra-estrutura dos bairros “periféricos”.

O problema habitacional de Rio Branco, a cada dia que passa tem se agravado mais. À medida que os seringais vão sendo ocupados pelos “paulistas” e transformados em pastagens para gado, seus habitantes vão sendo expulsos e obrigados a mudar para a cidade - à procura de outro meio de vida. (Bairros lutam para sair da miséria. *Varadouro*. Rio Branco-AC, abr. 1981, ano IV, n. 20, p. 08).

No fragmento acima, é perceptível a atribuição dos problemas de habitação em Rio Branco aos “paulistas”, que implantaram a pecuária sem atentar para as implicações sociais que sua ação acarretaria, ignorando a presença de milhares de pessoas que habitavam as áreas dos antigos seringais.

Enquanto na maioria dos jornais riobranquenses imperava o discurso do “Acre Novo”, segundo o qual a “modernidade” chegava ao Estado, construído no sentido de atrair investimentos do capital internacional e do Centro-Sul do Brasil para a região acreana, o

²⁰ O termo “carpideira” designa mulher a quem se pagava nos funerais para que chorasse o morto.

discurso de *Varadouro* rompe com as velhas representações da mídia, que valorizavam mais o “que vinha de fora”.

O discurso de *Varadouro* acerca do violento processo de transformações sociais pelo qual passou o Acre com a chegada dos “paulistas” e a implantação da pecuária extensiva buscava desconstruir a imagem estereotipada, produzida pela mídia que apoiava o poder oficial, segundo a qual o acreano constituía um povo “atrasado”, “preguiçoso” e “subalterno” em relação aos chamados “centros desenvolvidos do Brasil”. Essa noção estereotipada perpassante na mídia impressa riobranquense durante a Ditadura Militar, pautava-se na representação de uma relação de servilidade do acreano frente aos “paulistas”, fundamentando-se no argumento de que estes dispunham da “tecnologia necessária” para “desenvolver” o Acre e “integrar-nos ao resto do país”.

Diante do silenciamento da maioria dos jornais sobre as ações dos fazendeiros, convém questionar por que essas tensões sociais não eram explícitas nos jornais? Quais os reais objetivos dos grupos que comandavam a mídia escrita local ao promover essa homogeneização de discursos? Uma das possíveis justificativas estaria no que Foucault (1996) denomina o “desejo pelo poder”, que está intrinsecamente ligado ao domínio do discurso. Como salienta Foucault, o discurso situa-se na “ordem das leis” e está intimamente ligado com o desejo e com o poder. Por apresentar-se como uma configuração de poderes e perigos, o discurso atua como importante elemento social, capaz de conferir voz aos sujeitos, sendo concomitantemente artefato de manipulação e resistência.

Através da preservação de certos valores culturais, as elites dominantes procuram manter coesos grupos de interesses diversos. Convém, nesta questão, ressaltar que não se trata de uma visão fatalista e reducionista. O que estamos afirmando é que, as idéias dos grupos detentores do poder são as que têm estado em maior evidência através da história, justamente porque são essas elites que detêm os meios de comunicação de abrangência extensiva a um maior número de pessoas em termos de doutrinação. É certo que existem idéias múltiplas e diversas a essa dominação, mas acabam sendo sufocadas pela crueldade do discurso midiático homogeneizador. Mas, ao contrário do que muitos pensam, a resistência existe, embora não circule pelos espaços da grande elite.

A construção das representações dos sujeitos na mídia não é perene, e, com o passar do tempo, surgem vozes dissonantes. Com a inserção de um novo discurso acerca dos “paulistas”, produzido por *Varadouro*, e a construção de uma contra-imagem dos investidores do Centro-Sul, surge o elemento de resistência que se apegua aos valores locais para rebater a

imagem estereotipada do acreano. No trecho a seguir, observamos a fala de um Caxinauá que define bem a imagem dos “paulistas” como adversários:

[Os Caxinauás] Queixam-se também de que as terras em que vivem já não lhes pertencem e sua permanência nelas assume sempre um caráter provisório e de insegurança. Dependem da vontade dos proprietários ou, para eles, usurpadores.

Para complementar sua economia doméstica, os caxinauás urbanos são forçados a trabalhar como “peões” para pequenos proprietários ou nos grandes desmatamentos dos “paulistas” (nome genérico dado aos investidores do Sul ou estrangeiros), que estão implantando a pecuária extensiva na região. (Caxinauás ou “farofas-frias”. *Varadouro*. Rio Branco-AC, ano I, n. 04, set. 1977, p. 15).

Ao se referir aos novos proprietários das terras em que moravam, o Caxinauá usa a denominação “usurpadores”. Na concepção de índios, seringueiros, posseiros e agricultores que sofreram pressões para abandonar as terras em que habitavam, eram os paulistas os “invasores”, os “adversários”, exatamente o “oposto”, o “negativo”, o “incerto”, o “inimigo”, o “outro”, o “mal”.

A alteridade, conforme assinala Jodelet (2005), “é produto de duplo processo de construção e de exclusão social que, indissolivelmente ligados como os dois lados de uma folha, mantêm sua unidade por meio de um sistema de representações” (p. 47-48). Nesse sentido, há uma distinção entre a “alteridade de fora”, que encerra a noção do que é “distante”, “estrangeiro”, e a “alteridade de dentro”, no sentido das diferenças dentro de um mesmo conjunto cultural ou social.

Nessa mesma direção, Koltai (2000) descreve o “estrangeiro”, como um lugar fronteiro situado entre o singular subjetivo e o social, fronteira nomeada sempre na língua do outro. Nesta visão mais ampla, o estrangeiro seria “o que vem de fora”, o que é “incompreensível”, “fora do comum”, “o que não se conhece”, “que não é familiar”, o “estranho”.

Essas duas definições podem ser melhor compreendidas, quando as contrapomos à concepção foucaultiana de que a loucura constitui uma das faces da alteridade. Se tomarmos como base as relações de alteridade expressas nos editoriais dos jornais *O Rio Branco* e *Varadouro* sobre os “paulistas”, observaremos que no primeiro, esses sujeitos são mostrados de forma positiva, como “arautos do progresso acreano” e no segundo, são apresentados de forma negativa, como os “novos colonizadores do Acre”. No caso de *Varadouro*, os procedimentos de exclusão dos “paulistas” pautam-se na construção de uma atmosfera de descrédito.

Na tentativa de desacreditar as imagens dos investidores do Centro-Sul brasileiro, o discurso de *Varadouro* apela para a “interdição” das falas destes, apresentando-os como

aqueles cujo discurso não pode ser transmitido como o dos ditos “normais”, ou “da terra”, sua palavra não existe e de nada vale, não possui nem verdade nem importância (FOUCAULT, 1996).

A relação “invasiva” dos pecuaristas e investidores do Centro-Sul aparece no destaque da primeira página da edição n. 19 de *Varadouro*, publicada em maio de 1980. O jornal fez um apanhado da trajetória desses empresários no Acre desde o ano de 1972, ressaltando o clima de tensão e medo que se instalou nas terras que adquiriram.

Como notamos na manchete a seguir, a crítica dessa edição era direcionada aos empresários sulistas, que haviam adquirido imensas extensões de terras a preços irrisórios, tornando-se “donos” de grande parte das terras acreanas:



[

Figura 12: Capa da edição n. 19 de *Varadouro*, cuja ênfase foi o grande número de propriedades compradas pelos “paulistas”, denominados “novos donos do Acre”. (*Varadouro*. Rio Branco-AC, mai. 1980, ano II, n. 19, p. 27). Fonte: CDIH da UFAC.

No editorial intitulado “Os novos donos do Acre”, constante nessa edição, destaca-se a denúncia de que fartos “financiamentos da SUDAM, BASA e SUDHEVEA, que eram vergonhosamente liberados, operavam o milagre de transformar grileiros e jagunços em

empresários de boa fé”. O jornal elencou nesta edição o nome dos maiores proprietários de terras do Acre, sendo eles: H. Melo e Filho; Agropastoril Leal Indústria e Comércio Ltda.; Companhia de Desenvolvimento Novo Oeste e Fazenda Califórnia (Município de Feijó); Santana Empreendimentos Pastorais e Rômulo Bonalumez (Município de Cruzeiro do Sul); Cooperativa Alto Iaco, Fazenda Coloama, Nelson Taveira (Município de Sena Madureira); José Mário Junqueira, Ismerino Ribeiro do Vale, Libero Luchesi e outros, localizados em Rio Branco e Sena Madureira).

Entre estes, é importante destacar a existência de outras 06 empresas, concentradas apenas no Município de Tarauacá, perfazendo um total de 636.000 hectares de terras, são elas: a Agropecuária Cinco Estrelas, a Fazenda Boa Esperança, a Fazenda Morungaba, a Agronorte, o Condomínio Tarauacá e o Condomínio Acuraua.

A presença dos empresários “paulistas” em Tarauacá foi responsável pelo grande número de pessoas que migraram para Rio Branco nas décadas de 1970 e 1980. Em editorial publicado em abril de 1981, *Varadouro* enfatizou a ação “usurpadora” dos “paulistas” ao comprarem as terras acreanas recebendo, para isso, vários incentivos dos governos federal e estadual:

O Condomínio Tarauacá, do grupo Agapito Lemos, que possui mais de 300 mil hectares de terras no município de Tarauacá, descobriu o “mapa da mina” quando a Sudam passou a reconhecer o fracasso de sua política de implantação de fazendas agropecuárias na região do Juruá.

Animado com os vultosos financiamentos do primeiro e do segundo Probor, o grupo passou também a explorar o extrativismo da borracha em 65 seringais, entre os que Agapito Lemos adquiriu ou simplesmente arrendou. A partir daí, o grupo passou a ser duplamente favorecido pelos financiamentos da Sudhèvea, tanto para custeio anual da safra de borracha, como para reabertura de novas colocações e estradas de seringais.

Na safra do ano passado, de acordo com os financiamentos retirados na agência do Banco da Amazônia (BASA) de Tarauacá, a produção de borracha do Condomínio Tarauacá deveria ter sido de 300 toneladas, mas não conseguiram reunir nem 150 mil quilos de borracha. A principal razão desse fracasso, comenta-se em Tarauacá, foi a alta de mercadorias na grande maioria dos seringais sob o controle do grupo.

(...) Em Tarauacá, o povo pergunta: “E o que o Condomínio Tarauacá faz com o dinheiro dos financiamentos do Probor?”

Logo descobriu-se que da mesma forma que “os paulistas” fizeram com a maioria dos financiamentos agropecuários da Sudam, o dinheiro da Sudhèvea foi vergonhosamente desviado das atividades mais lucrativas na matriz de São Paulo. (Paulistas acham o mapa da mina. *Varadouro*. Rio Branco-AC, abr. 1981, ano IV, n. 20, p. 10).

A imagem dos investidores e pecuaristas do Centro-Sul, como se sugere pelo próprio título –“Paulistas acham o mapa da mina” –, remete à idéia de que os fazendeiros e empresários sulistas eram “proveitadores”, “usurpadores”, como verdadeiros “bandidos de faroeste”. Essa imagem conferida aos “paulistas” é reforçada através do uso da ilustração a

seguir, em que é enfatizada a movimentação destes nas agências bancárias a fim de conseguirem os incentivos que o governo oferecia para a implantação da pecuária no Acre:



Figura 13: Ilustração do editorial “Paulistas acham o mapa da mina”. (*Varadouro*. Rio Branco-AC, abr. 1981, ano IV, n. 20, p. 10). Fonte: CDIH da UFAC.

As denúncias de “desvio” de financiamentos para as “matrizes” das empresas agropecuárias em São Paulo representam um dos procedimentos mais criticados por *Varadouro* ao se referir às ações dos “paulistas” no Acre.

Com as facilidades de adquirir os incentivos oferecidos pelo Governo através de programas como o PROBOR I e II, tanto “paulistas” quanto seringalistas se favoreceram de grande parte desses recursos, desviando-os para outras finalidades. De acordo com Calaça (1993, p. 111), a corrida para o Acre assimilou um processo seletivo e excludente, pois muitos compradores sulistas fizeram fortuna comprando e vendendo terras no Acre, chegando, durante a primeira metade da década de 1970 a serem donos de um terço das terras acreanas, somando 284 proprietários.

A inserção de novos atores na sociedade acreana, como grandes empresários, pequenos e médios proprietários e trabalhadores sem-terra foi responsável pela veiculação nos jornais acreanos de representações, ora positivas, ora negativas acerca dos “paulistas”.

Convém lembrar, entretanto, que os sentidos não circulam livremente na imprensa. Eles estão intrinsecamente ligados a certos modos de representar as relações de poder, mesmo que a construção discursiva que fazem circular afirme veementemente que correspondem ao fiel registro da realidade.

Os sentidos produzidos e veiculados nas matérias, editoriais, notas e fotografias de *Varadouro* se articulam de modo a disseminar o discurso do contra-poder, colocando em circulação, ou seja, “na ordem do discurso” as falas das populações das florestas que tiveram que enfrentar a luta violenta pela posse da terra.

Ao pensarmos o discurso, devemos considerar tanto as vozes que se instituem como hegemônicas quanto as que são pautadas em procedimentos de resistência. Diante da possibilidade de investigar os múltiplos sentidos dos textos jornalísticos, quer dialoguem eles com a ideologia ou com os discursos de resistência, devemos considerar que “todos os sentidos são possíveis e, em certas condições de produção, há a dominação de um deles” (ORLANDI, 2002, p.144).

Na resistência de aceitar o sentido dominante como efeito de evidência, o discurso presente em *Varadouro* articulou-se com vistas a produzir um efeito contrário aos “paulistas”:

...os trabalhadores rurais no Acre decidiram que vão agir em mutirão para defender o que lhes pertence, a terra, que, para eles, seringueiros e posseiros, é tudo, é questão de vida ou morte. O chapéu, as botas, o revólver na cintura, os jagunços, o bafo não metem medo como antigamente. Os trabalhadores estão conscientes de que seus sindicatos são mais fortes. (Operação “pega fazendeiro” II. *Varadouro*. Rio Branco-AC, dez. 1979, ano II, n. 17, p. 09).

Conforme explicita Valle (1977), um novo par de identidades étnicas emergiu com o avanço da frente agropecuária. As identidades acreana/paulista compuseram essa nova oposição binária, excluía-se reciprocamente, definindo-se uma em relação à outra.

Do ponto de vista dos “paulistas”, eles representavam a imagem do “progresso”, agentes dos “avanços tecnológicos”, seriam os “novos colonizadores do Acre”. A representação dos acreanos para estes era a de um povo “atrasado”, “preguiçoso”, “invasores”, que não possuíam bem nenhum, além da força de trabalho.

Na perspectiva do “acreano”, porém, foram os “paulistas” que invadiram suas terras e que implantaram de maneira catastrófica um modelo agropecuário imposto à força em um lugar em que não havia tradição de criação de gado. Como resultado dessa ação, o Estado do Acre teve grande parte de sua cobertura florestal devastada.

Uma das formas utilizadas por *Varadouro* para contra-atacar o discurso de dominação e superioridade dos “paulistas” foi a ênfase dada ao discurso ambientalista, que colocava os “forasteiros” como destruidores da natureza e usurpadores das riquezas amazônicas. Os meios de comunicação, desde essa época, investiram na veiculação de um discurso pautado na defesa da natureza amazônica frente à destruição das riquezas da fauna e da flora, bem como da necessidade de sua preservação:

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), órgão subordinado ao Ministério da Agricultura, responsável pela preservação da flora e da fauna brasileira, objetivam, segundo publicações da imprensa nacional, a exploração do potencial madeireiro da Amazônia com utilização da terra durante o período em que vigorar o contrato.

(...) Levando a devastação da cobertura vegetal da Amazônia, tais contratos colocam em perigo o equilíbrio ecológico, o qual inicia o seu processo de rompimento quando um de seus elementos é submetido a alteração.

(...) Assim, constatamos que com tal exploração os amazônidas seriam os menos favorecidos, ao passo que os grandes ganhadores dos “riscos”, como sempre seriam o grande capital e sobretudo as multinacionais que não reinvestiriam seus lucros na região. É de perguntar se os idealizadores de tal empreendimento responderão no futuro pelas conseqüências. (Depois da borracha, do boi... Agora, a madeira (em risco). *Varadouro*. Rio Branco-AC, mar. 1979, ano II, n. 14, p. 05).

A ênfase presente neste trecho, ao tratar da Amazônia, recai sobre o perigo de destruição das florestas e a necessidade de sua preservação. Ao tratar da “exploração do potencial madeireiro da Amazônia”, o jornal critica a falta de investimento das multinacionais na região e a exploração que esses empresários impuseram aos amazônidas.



Figura 14: Exploração madeireira no Acre. (Depois da borracha, do boi... Agora, a madeira (em risco). *Varadouro*. Rio Branco-AC, mar. 1979, ano II, n. 14, p. 05). Fonte: Museu da Borracha

A discussão da questão ambiental no jornal *Varadouro*, conforme assinala Costa Sobrinho (2001, p. 188), sempre esteve relacionada à luta pela terra, pois ao assumir sua linha editorial pela defesa do índio e do seringueiro, o jornal privilegiava também a defesa da floresta amazônica. O desmatamento da floresta para inserção das pastagens foi um dos grandes problemas que colocaram os “paulistas” como “invasores”, os “adversários”, o “outro”, o “mal”.

Ao se referir aos “paulistas”, portanto, os textos presentes no jornal *Varadouro* partem da defesa da identidade do “nós”, “acreanos”, em contraposição aos “outros”, “paulistas”, que constituem a alteridade em uma forma extrema. A imagem construída pelo discurso desse jornal acerca dos “paulistas”, portanto, lança suas bases sobre a concepção destes como “novos colonizadores do Acre”.

Em *O Rio Branco*, a representação dos “paulistas” varia de acordo com os interesses dos grupos que determinam o que podia ou não ser veiculado no jornal. No período em que os conflitos de terras eram visíveis no discurso da mídia e eclodiam com maior intensidade, esse jornal adotava a representação dos “paulistas” como “arautos do progresso acreano”. Passada a fase de maior intensidade de conflitos pela terra, no início da década de 1980, os fazendeiros perdem força no discurso da mídia em detrimento do governo. Assim, passam a ser vistos como proprietários de “grandes latifúndios improdutivos”.

Os textos pesquisados, portanto, trazem uma importante contribuição: esboçam traços das relações de identidade(s) e alteridade ao tratar a questão eu-outro sob a ótica das diferentes forças que disputavam o controle do discurso midiático.

3.4 O discurso da resistência e a resistência do discurso na representação dos habitantes da “periferia”

Os meios de comunicação de massa, através das representações sociais que veiculam, atuam como mediadores do processo cultural e produtores de sentidos. Os seus conteúdos influem na construção de modelos de representação e identidades, promovendo no imaginário social a recorrência a mitos e favorecendo a criação de estereótipos para a população excluída sócio-economicamente. Nesse contexto, a produção de sentidos veiculados pela mídia dialoga com a identidade e com a diferença, ao construir as imagens

dos moradores dos bairros da “periferia” riobranquense na passagem da década de 1970 para a de 1980.

A falência dos seringais acreanos e a implantação de grandes fazendas pecuaristas foram responsáveis por uma mudança muito grande na estrutura populacional do Estado do Acre. De acordo com os dados do IBGE nos censos de 1960 e 1970, a população riobranquense quase dobrou.

O modelo de ocupação, introduzido com a implantação da pecuária no Acre, retirava os trabalhadores da floresta e lhes negava as mínimas condições de sobrevivência nas cidades. Os seringueiros, expulsos de suas terras, foram obrigados a se dirigir a zona urbana, principalmente à cidade de Rio Branco, ocasionando o surgimento de várias “ocupações” na capital, que, posteriormente, constituiriam os bairros “periféricos”.

Os embates culturais e sociais que enfrentaram os migrantes que passaram a ocupar os bairros que então se formavam no final da década de 1970, ligavam-se intrinsecamente às relações de poder produzidas através do discurso. Expulsos das florestas acreanas em decorrência da concentração da terra e da implantação das pastagens para a pecuária, os novos moradores da cidade foram chegando aos poucos, começaram a derrubar árvores, “coivarar”²¹, limpar terrenos baldios e erguer seus precários barracos.

A presença desses sujeitos na cidade tornou-se um fato corriqueiro. Em um processo violento e vertiginoso, esses “cidadãos” passaram a figurar apenas como números de uma estatística que a cada dia crescia mais. À medida, porém, que os grupos políticos, econômicos e sociais, que detinham o poder, passaram a perceber que esses moradores dos bairros “periféricos” começavam a habitar áreas privilegiadas, iniciaram a empreender o processo de expulsão dessas populações pobres para áreas impróprias para moradia, geralmente localizadas em áreas afastadas, como às margens dos rios ou nas proximidades dos aeroportos.

A luta empreendida pelos novos habitantes da cidade foi mostrada nos editoriais dos jornais *O Rio Branco* e *Varadouro* de maneira bastante distinta. Enquanto no primeiro jornal são apresentados poucos editoriais sobre o tema, no segundo, a luta pela sobrevivência nas “periferias” da cidade é amplamente discutida, chegando a ganhar páginas inteiras de uma edição. A partir da perspectiva de que o silêncio também é um discurso, que está determinado por suas condições de produção, notamos que a ausência de textos que discutissem a

²¹ “Coivarar” é o nome que damos para a queimada de gravetos, troncos e galhos que ainda não foram totalmente queimados. No contexto da ocupação dos bairros “periféricos” era prática bastante comum. Primeiro, os moradores limpavam o terreno, depois ateavam fogo na vegetação a fim de eliminar obstáculos na área.

ocupação dos bairros de Rio Branco é fato de relevante importância a ser considerado na análise da configuração do discurso jornalístico local.

Dado esse excesso de textos sobre o tema verificado em *Varadouro* em contraste ao silenciamento existente em *O Rio Branco*, resolvemos estabelecer um critério que permitisse fazer uma análise comparativa entre os discursos presentes nos dois periódicos. Assim, escolhemos trabalhar, com textos que abordassem a construção das identidades dos moradores e que permitissem observar como os discursos dos dois jornais reconstroem aspectos cotidianos da vida nos bairros que então se formavam.

Os sujeitos que migraram para a cidade e foram habitar as áreas “periféricas” são mostrados, no discurso do jornal *O Rio Branco*, em sua condição de extrema pobreza e isolamento. O lugar que os grupos sociais marginalizados ocupavam no imaginário da coletividade determinava o controle a que eram submetidos. Nesse imaginário coletivo, os moradores dos bairros “periféricos” são representados nos editoriais desse jornal como os “loucos”²², ocupando o que Foucault (1995) denomina de um lugar marcado pela ausência e desrazão: o “não-humano”, não-compreensível, estando, portanto, sujeitos com maior intensidade a ações de controle social.

O aumento repentino da população urbana de Rio Branco acentuou o medo e o temor das camadas médias e altas da população em relação às possíveis consequências da migração intensa das populações da floresta em direção às cidades. A reação a esse fenômeno de “inchamento” populacional remonta o medo que, segundo Foucault (1995), marcou o processo de exclusão dos criminosos e loucos na Idade Média. Um medo salutar, que se instituiu no sentido de afastar o agente perigoso. “A loucura será punida no asilo, mesmo que seja inocentada fora dele. Por muito tempo, e pelo menos até nossos dias, permanecerá aprisionada num mundo moral.” (Foucault, 1995, p. 46).

A determinação de quem são os novos moradores da cidade é realizada, através do discurso presente nos editoriais do jornal *O Rio Branco*, baseando-se na apresentação destes como um problema para o governo e para a população já residente na cidade:

²² O conceito de “louco” é trabalhado por Michel Foucault, principalmente, nas obras *História da loucura na Idade Clássica* (1995) e *A ordem do discurso* (1996). Na primeira obra, o filósofo trabalha com a descoberta da grande ruptura que se estabelecia entre estas duas épocas, não apenas quanto ao aspecto discursivo e o saber sistematizado sobre a loucura, mas também quanto às práticas médicas. Na segunda, Foucault trabalha com a noção de que o discurso do louco é regido por um princípio de exclusão. Segundo Foucault (1996), “desde os arcanos da Idade Média que o louco é aquele cujo discurso não pode transmitir-se como o dos outros: ou a sua palavra nada vale e não existe”. Assim, ao longo da história o discurso expresso pelo “louco” esteve marcado pela falta de importância que lhes atribuíam, pois o “louco”, como se cria, não era responsável por si.

Os bairros periféricos em Rio Branco – Baía, Palheiral, Santa Quitéria, Baixa da Colina, Cidade Nova e Aeroporto Velho, aí estão formando aquilo a que a imprensa já denominou de “cinturão de miséria”, e que abrigam famílias de seringueiros, em sua maioria, que vieram no êxodo rural iniciado em 1972, com a chegada dos empresários sulistas, que de uma forma ou de outra foram fator determinante na desativação dos seringais acreanos. Eles vieram em levadas rumo ao Eldorado sonhado: a cidade. Sendo mão-de-obra sem qualificação, mesmo porque nasceram e cresceram se dedicando a atividades extrativistas, hoje vivem de biscates, ainda sonhando com a terra que deixaram, onde viveram seus antepassados e que a conquistaram na base do suor e sangue. Em boa hora o governador Joaquim Macedo fez no que podemos classificar uma opção por essa gente. Ultimamente, em forma de mutirão com a Prefeitura, o Governo tem se lançado para melhorar o aspecto urbano desses bairros, recuperando ruas – às vezes verdadeiras picadas, abrindo outras, enfim, procurando dar a essa gente sofrida pelo menos condições satisfatórias de saneamento e habitação. Esses espaços críticos começam a ser ocupados pelo Governo, cuja meta já era prevista desde a elaboração do seu Plano de Ação. (Opinião. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 15 jul. 1980, ano X, n. 946, p. 01).

Ao observarmos o presente trecho, convém atentarmos para o uso de algumas estratégias discursivas que apontam para a configuração dos dizeres subordinada à ordem do discurso. De início, observamos que a primeira designação atribuída aos moradores dos bairros “periféricos”, **“aquilo a que a imprensa já denominou de ‘cinturão de miséria’”**, aponta para o poder que o próprio discurso jornalístico atribui à imprensa para “classificar”, ordenar e incorporar seletivamente os discursos de outras instâncias de poderes, tornando-se legitimadora e organizadora destes discursos.

Nessa dimensão, a utilização da palavra **“denominar”** atribuída à **“imprensa”**, representa uma tomada de posição do discurso jornalístico como agente que detém o poder de “dar o nome expresso àquilo que ainda não foi nomeado”. A expressão **“cinturão de miséria”**, nesse contexto, é empregada para designar os moradores dos bairros pobres de Rio Branco, reforçando o sentido de extrema penúria e indigência a que estavam expostas essas pessoas.

No recorte **“Eles vieram em levadas rumo ao Eldorado sonhado: a cidade”** destaca-se a construção de uma atmosfera sonhadora e lendária na qual estariam envolvidos os personagens que migraram para a cidade. A caracterização da cidade como lugar repleto de tesouros incalculáveis pela imaginação humana é materializada através da expressão **“Eldorado sonhado”**. Por meio dessa expressão, o enunciador busca remontar aquela antiga imagem arquitetada em torno dos nordestinos que se tornaram seringueiros ao migrarem para o Acre durante a “corrida da borracha”.

A recorrência à figura do Eldorado se faz por ser esta uma construção já enraizada no imaginário riobranquense. Assim, mesmo não fazendo referência direta às populações que migraram para as florestas acreanas para formar os seringais, o discurso presente nesse

editorial recupera sentidos através dos quais essas populações são vistas como “sonhadoras” sempre em busca de um “mundo quimérico”.

Na caracterização desses novos moradores da cidade como **“mão-de-obra sem qualificação”**, merece destaque o uso da preposição **“sem”** que atua como marca da ausência e privação a que estavam submetidas essas pessoas. Entretanto, cabe questionar se esses sujeitos realmente não possuíam “qualificação”. O que está presente é a reprodução do preconceito e exclusão no nível do discurso jornalístico. Após passarem a vida toda trabalhando, essas pessoas, certamente, possuíam qualificação para o trabalho. Não o trabalho requerido pela vida na cidade, mas para as atividades extrativas que desenvolviam na floresta.

A justificativa dada pelo enunciador para a “ausência de qualificação” por parte dos ex-seringueiros é expressa no recorte seguinte: **“mesmo porque nasceram e cresceram se dedicando a atividades extrativistas”**. A locução adverbial **“mesmo porque”** é usada para justificar a “não-qualificação” dos moradores dos bairros. Ao analisarmos esse enunciado, constatamos a total falta de respeito aos trabalhadores rurais que constituem essas populações tradicionais, que, durante décadas, possibilitaram a existência de uma vida confortável para muitos que habitavam as cidades.

A fala privilegiada, no editorial em análise, não pertence aos sujeitos que habitavam os bairros “periféricos”, mas ao representante do poder político acreano naquele momento.

No editorial “Opinião”, de 15 de julho de 1980, anteriormente analisado, o fragmento: **“Em boa hora o governador Joaquim Macedo fez no que podemos classificar, uma opção por essa gente”**, constatamos que o lugar institucional de onde fala o sujeito enunciador é um espaço de legitimação do poder vigente. A referência, nesse mesmo editorial, de que o governador estava **“procurando dar a essa gente sofrida pelo menos condições satisfatórias de saneamento e habitação”** aponta para um outro dado relevante no tocante à utilização da linguagem. O emprego da locução conjuntiva “pelo menos” serve para acentuar o estado de carência que essa população marginalizada vivia. Nesse horizonte, dispor de condições de saneamento e habitação era “o mínimo” que essa gente poderia esperar do Governo.

Viver hoje em dia, dentro dos padrões estabelecidos pela organização das Nações Unidas, é uma tarefa difícil, pelo menos em termos de Acre.

(...) Em termos de habitação, já foi dado passo no Acre, com a construção de núcleos habitacionais, onde uma minoria consegue viver dentro dos padrões mínimos estabelecidos. Entretanto, a maior parte da população, aquela de baixo poder aquisitivo vive amontoadas naquilo que já foi apelidado de “bolsão de miséria”, nas barrancas do rio Acre ou em áreas invadidas, que geram sérios problemas com o Governo do Estado.

(...) “A gente não mora, se esconde”. Essa é a afirmação do sorridente e veterano batalhador da vida, Ferdinando Augusto Medeiros, 48 anos, pai de 3 filhos pequenos, um dos moradores do alagadiço da Baía Nova. (A difícil arte de viver dos moradores da Baía Nova. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 17 fev. 1981, ano XI, n. 1152, p. 05).

No editorial “Opinião” é trabalhada a noção de que a expressão “**cinturão de miséria**” foi cunhada pelo próprio discurso jornalístico. No editorial acima, intitulado “A difícil arte de viver dos moradores da Baía Nova”, a expressão é retomada através do sinônimo “**bolsões de miséria**”, com novas dimensões significativas. No primeiro caso, vemos o assentamento organizado em forma de um “círculo” que aperta as pessoas que não paravam de chegar, no segundo, vemos como uma “massa indiferenciada”, em que as identidades são desconsideradas e onde o diferente não tem lugar. No caso desse segundo editorial, a ênfase conferida à “popularização” dessa expressão reforça o lugar institucional do jornal como organizador dos discursos que circulam na sociedade. A referência a essa “popularização” do termo é materializada a partir da afirmação “naquilo que já foi apelidado”, o que aponta para um saber que foi produzido pelo discurso da imprensa e que se embrenhou no corpo social até tornar-se “lugar comum”. Dessa forma, o jornal é apresentado como instância produtora e disseminadora de saberes, que depois de veiculados, tornam-se enraizados como regulador da opinião pública.

A caracterização dos moradores dos bairros “periféricos”, no discurso do jornal *O Rio Branco*, revela que as vozes desses sujeitos são marcadas pelo interdito. As identidades desses sujeitos encontram-se diluídas na categoria genérica “bolsões de miséria”. Por essa estratégia de apagamento e silenciamento, a interdição dos discursos desses sujeitos indica uma função peculiar do discurso da mídia impressa entrelaçada ao poder oficial: atuar como poder disciplinar, controlando e separando os discursos que devem ou não circular na sociedade, definindo aqueles que devem e os que não devem ser mostrados e aqueles cujo discurso deve ser manifestado ou silenciado.

O poder disciplinar é, com efeito, um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem a função maior de “adestrar”; ou, sem dúvida, adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo.

[...] “Adestra” as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais - pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina “fábrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício (FOUCAULT: 2002, p. 143).

O processo de interdição pode ser visto na caracterização dos lugares em que os moradores vivem: **“nas barrancas do rio Acre ou em áreas invadidas, que geram sérios problemas com o Governo do Estado”**. É importante atentar para a recorrência do uso do termo “invasão”, no discurso do jornal *O Rio Branco*, para designar o processo de assentamento das populações que migraram dos antigos seringais para a cidade de Rio Branco. A conotação da palavra “invasão”, bastante propagada pela imprensa oficial, pressupõe posse ou pertencimento, indicando que alguém teve o que era seu invadido por outro.

O invasor age em âmbitos que não lhe pertencem, e reivindica para si a posse de uma área alheia, sendo considerado um usurpador. Mas, se por um lado o discurso oficial coloca os moradores que se instalaram nas áreas situadas “à margem” da cidade como “usurpadores”, por outro, se pensarmos nos termos capitalistas, observaremos que as próprias ações de desapropriação empreendidas pelo governo revelam-se “invasivas”, pois usurpa o que é de propriedade coletiva e vende o que não é seu a quem possa pagar mais caro.

Em *Varadouro*, entretanto, as estratégias discursivas vão se apresentar de maneira diversa da adotada pelo jornal *O Rio Branco*:

...não são marginais, especuladores ou “subversivos”. São ex-seringueiros, pais e mães de família, por sinal, muito ordeiros e esforçados por condicionamento do meio rural e que normalmente se mostram até dispostos a pagar pelo terreno que ocuparam. Quanto à profissão, podem ser incluídos na categoria de “diaristas”. O principal motivo que os levaram a ocupar a área é perfeitamente compreensível: o que ganham não mais permite pagar o aluguel, e a lógica é essa mesmo – a precariedade dos salários reflete-se na precariedade ou falta de moradia. (Posseiros Urbanos. *Varadouro*. Rio Branco-AC, mar. 1979, ano II, n. 14, p. 09).

A estratégia presente nesse editorial é assinalar a identidade desses sujeitos através dos processos de negação e afirmação. A singularidade nessa descrição, entretanto, está na ordem em que essas duas estratégias são apresentadas: primeiro expõe-se o que eles “não são” para, então, afirmar o que eles “são”. Ao principiar pela negação, o enunciador dissipa de antemão as caracterizações negativas comumente atribuídas aos moradores de áreas “periféricas”: **“não são marginais, especuladores ou ‘subversivos’”**. Conforme assinala Reis (s.d.), “alguém só é marginal em relação a um ponto de referência que é o centro”. A identificação do “marginal”, portanto, provém do centro dominante, irradiador de uma visão de mundo que exclui da ordem do discurso todos aqueles que não ocupam posições sociais privilegiadas.

Após tentar dissolver as visões preconceituosas sobre os moradores dos bairros “periféricos”, o enunciador busca, a partir do processo de “afirmação”, caracterizar esses sujeitos de maneira positiva, discorrendo, agora, sobre o que eles “são”. **“São ex-seringueiros, pais e mães de família, por sinal, muito ordeiros e esforçados por condicionamento do meio rural e que normalmente se mostram até dispostos a pagar pelo terreno que ocuparam”**.

Essa caracterização apresentada em *Varadouro* se estrutura no caminho oposto daquelas enunciadas nos editoriais do jornal *O Rio Branco*, analisadas anteriormente. Naquelas, os moradores dos bairros que então surgiam em Rio Branco não são definidos enquanto sujeitos, mas como “massa de desvalidos”. O modo como os dois jornais descrevem o trabalho é um outro aspecto importante a ser analisado. No jornal *O Rio Branco* a ênfase é dada à inaptidão para o trabalho, justificada pela desqualificação imposta através da condição de “ex-seringueiros”. Em *Varadouro*, entretanto, o fato de terem sido seringueiros é visto como positivo, contribuindo para a caracterização desses sujeitos como homens e mulheres trabalhadores, empenhados em melhorar suas condições de vida, **“dispostos a pagar pelo terreno que ocuparam”**.

Em *Varadouro*, a opção pelo termo “ocupação” em vez de “invasão” indica uma tomada de posição que se propõe a dar visibilidade aos sujeitos que migraram para a cidade. Nesse sentido, no editorial desse jornal alternativo, faz-se referência a um **“motivo que os levaram a ocupar a área”** (grifo nosso). Na descrição do processo de assentamento dessa população migrante, portanto, dialoga-se com o sentido de “preencher um espaço não ocupado”.

Nesse editorial, o enunciador apresenta a necessidade de “ter um lugar para morar” como superior ao senso de legalidade humano. Por mais que esses sujeitos fossem conhecedores de que não dispunham dos títulos da terra, suas ações eram apresentadas como **“perfeitamente compreensíveis: o que ganham não mais permite pagar o aluguel, e a lógica é essa mesmo – a precariedade dos salários reflete-se na precariedade ou falta de moradia”**. O tom predominante no discurso do jornal *Varadouro*, portanto, é de defesa desses sujeitos enquanto trabalhadores que “queriam”, mas não “podiam” adquirir um pedaço de terra para abrigar a família.

No editorial “Posseiros Urbanos”, *Varadouro* denuncia a utilização por parte do discurso oficial de termos como “posseiros” ou “invasores” para designar as populações que se assentavam nas “periferias” da cidade. A carga de preconceito que emerge desses termos

demonstra que a exclusão dos moradores não se exercia apenas pela força, mas, sobretudo, pela violência simbólica.

Viver nesses bairros em que faltava praticamente tudo era um desafio que essas famílias tiveram que enfrentar. A descrição de como era o cotidiano dessas pessoas, suas lutas e experiências podem ser observadas no seguinte trecho de *Varadouro*, que de forma simples matiza o cenário do amanhecer em um bairro “à margem da cidade”:

Sem casa para morar e sem condições de pagar aluguel, eles resolveram ocupar terrenos baldios. O Governo pretende resolver o problema com promessas e usando a força policial para escorraçá-los dessas áreas.

(...) Os ônibus não entram no Bahia. Antes eram as desculpas de que a estrada que dá acesso ao bairro não oferecia condições; consertada a estrada, os ônibus continuam passando ao largo do bairro, cerca de dois quilômetros, na Rua Rio Grande do Sul. (Bahia à margem da cidade. *Varadouro*. Rio Branco-AC, ago. 1978, ano II, n. 11, p. 05).

O processo discursivo desse texto engendra e mobiliza sentidos que caminham na direção do procedimento de exclusão a que estavam submetidos os habitantes do bairro Bahia. A afirmação constante no título do editorial de que os moradores do bairro ocupavam um lugar “à margem” da sociedade, indica que o ambiente urbano se caracteriza como um espaço de disputa, sempre permeado por contradições e conflitos. O “urbano” é o lugar dos meios de vida com complexidade, é nele que as pessoas esperam “vencer na vida” e onde as pessoas se tornarão responsáveis ou desocupadas (MOUILLAUD; PORTO, 2002, p. 431).

Ao migrar, as pessoas buscam novos lugares, transformam o *habitat* e se transformam no deslocamento. Ao chegar à cidade, reelaboram novas relações, novo cotidiano, novas expectativas. Essa é a realidade daqueles que movimentam a vida, que transformam a cidade, colocando-a em movimento a partir de múltiplas trajetórias. A experiência da migração atua provocando mudanças de valores e comportamentos, alterando a forma de relacionamento dos habitantes entre si e com seu *habitat*.

Enquanto no discurso presente em *O Rio Branco* os moradores dos novos bairros são caracterizados como “invasores” e até mesmo “subversivos”, em *Varadouro* essas pessoas são vistas como “ocupantes”, “homens de bem” que, pela falta de uma política habitacional adequada, precisaram ocupar as terras inabitadas da cidade para sobreviverem.

3.5 Na Teia dos Sentidos: o discurso em torno dos movimentos sociais urbanos

A transição da década de 1970 para a década de 1980 foi marcada pela eclosão de inúmeras movimentações dos setores populares, tanto no campo quanto na cidade, para sua organização em torno da luta por seus direitos. Na busca de melhores condições de vida, os trabalhadores acreanos contaram com o apoio organizacional das Comunidades Eclesiais de Base e de associações e sindicatos que atuaram de forma decisiva na articulação e defesa dos direitos dos excluídos socialmente.

Os movimentos sociais, conforme considera Grzybowski (1987), são forjadores de cidadania e espaço de construção da democracia, entendida como um processo de conquista e consolidação de organizações e práticas democráticas na chamada sociedade política, e processo de ampliação da participação e de autonomia da sociedade civil, criando condições de maior igualdade econômica e política, enfim, processo de criação de uma nova legalidade.

A presença dos movimentos sociais na imprensa escrita riobranquense no final da década de 1970 e início da década de 1980 apresenta-se marcada tanto por estratégias de manipulação quanto de resistência. De um lado, a imprensa de linha oficial apresentava os movimentos sociais como “subversivos”, construindo a imagem dos trabalhadores de forma negativa e preconceituosa, de outro, os jornais alternativos investem na construção positiva desses movimentos, servindo como instrumentos de veiculação de suas reivindicações.

Debaixo de uma poderosa estrutura de poder coercitivo, existem as rupturas, por isso, o discurso expresso nos jornais mostra não apenas o saber/poder que se institui com vistas à dominação, mas também permite perceber os conflitos sociais e a exclusão dos sujeitos ditos “subversivos”.

As resistências são essenciais para que pensemos as identidades em determinada sociedade. Conforme frisa Michel Foucault (2004, p. 03), por trás da história desordenada dos governos, das guerras e da fome, desenham-se histórias, quase imóveis ao olhar. São justamente essas “histórias” que expressam as maneiras particulares dos grupos excluídos das altas esferas do poder de realizar trajetórias que caminham na contramão do discurso oficial. Essas trajetórias, entretanto, quando transpostas para o discurso midiático, são re-significadas de acordo com os interesses de quem escreve.

Nesse sentido, a articulação dos trabalhadores em movimentos sociais compõe um quadro de socialização política, permitindo aos trabalhadores tanto o aprendizado da

vivência prática de se unir, organizar, participar, negociar e lutar; quanto a elaboração da identidade cultural, a consciência de defesa de seus interesses e a apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações sociais.

Durante a Ditadura Militar vários foram os grupos de trabalhadores que se organizaram em torno da luta por uma existência mais digna. Entretanto, diante da diversidade de editoriais localizados tanto no jornal *O Rio Branco* quanto em *Varadouro* acerca desses movimentos, optamos por trabalhar com as seguintes categorias: **movimentos de estudantes e professores, movimento de mulheres, movimento das empregadas domésticas e lavadeiras e movimentos dos estivadores.**

3.5.1 Estudantes e professores

O Brasil, a partir da segunda metade da década de 1970, enfrentava uma forte crise que se estendia por várias esferas da sociedade, colocando em questão o regime militar. Esse momento de crise do governo militar, marcado por avanços e recuos no processo de abertura política, teve a participação decisiva dos movimentos desencadeados por professores e estudantes.

No Acre, estudantes e professores se reuniram e saíram às ruas para lutar por seus direitos e contra a repressão imposta pelo regime. No caso dos primeiros, uma das principais lutas girava em torno do direito à meia passagem de ônibus e, dos segundos, a reivindicação era por melhores salários, que no contexto de prevalência da inflação eram considerados insignificantes.

A participação dos alunos foi fundamental, sobretudo na reorganização dos grêmios estudantis e do DCE, que, durante os “anos de chumbo” da Ditadura, haviam sido praticamente silenciados pelo sistema de repressão instaurado dentro das escolas e da Universidade Federal do Acre. Na passagem da década de 1970 para a de 1980, o movimento estudantil ganhava força não apenas nas manifestações realizadas nas ruas, mas também no espaço dos jornais. No jornal *O Rio Branco*, a luta por mais liberdade pode ser exemplificada no editorial a seguir:

Para poder se manifestar livremente sobre seus ideais e reivindicações sem repressão, os alunos do Ceseme fundaram a “Frente Estudantil Pró-Entidade Livre”, que vai ser a força para a criação de grêmios livres. A realidade deste movimento começou por ocasião da campanha pela meia passagem, quando o movimento formado por

entidades locais contou com a participação de uma facção estudantil: o movimento “Liberdade e Luta”, que se encarregou de organizar os estudantes.

Acham os estudantes, que os órgãos representativos estaduais de nada servem quando a classe luta por um ideal. “São incapazes de se empenharem em luta autênticas, devido a ligação com a direção da escola e o MEC, diz um boletim do “Liberdade e Luta” do Ceseme.

(...) Acusando a política educacional que reduziu as verbas para o ensino, “cuja responsabilidade passa agora para a iniciativa privada”, criando empresas educacionais, os estudantes prometem desencadear lutas pedindo “vagas para todos no segundo grau” e nas universidades; pelo ensino público gratuito; por melhores condições de funcionamento do grêmio-livre dos estudantes do Ceseme.

Os estudantes manifestam estes interesses, através de um jornal mural, que na segunda-feira, foi “arbitrariamente”, diz o boletim, “destruído e rasgado pela direção da escola”. (Estudantes querem mais liberdade. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 18 dez. 1979, ano X, n. 753, p.01).

Esse jornal deu cobertura às reivindicações dos estudantes pela meia passagem nos transportes coletivos. Os alunos do Ceseme – Complexo Escolar do Ensino Médio, atual Colégio Barão do Rio Branco – tiveram uma participação decisiva na organização do movimento em prol dessa luta. Após várias manifestações, os estudantes conseguiram, no final do mês de outubro de 1979, que a Câmara Municipal se comprometesse, finalmente, a criar a lei que concedia o abatimento de 50% na passagem em transporte coletivo. Uma lei anterior já havia sido sancionada, entretanto, estipulava que seria concedido o desconto apenas nas empresas subsidiadas pelo poder público. Logo, essa lei não era aplicada em Rio Branco, uma vez que a empresa que monopolizava o transporte coletivo na cidade, a “Irmãos Lameira”, era de natureza privada.

Vencida essa etapa, os estudantes passaram a travar uma luta maior, buscar a possibilidade de organização de “grêmios livres”. Mas isso não foi fácil devido aos cerceamentos à liberdade de expressão que ainda eram muito frequentes nas escolas de Rio Branco. Como é mostrado no editorial anterior de *O Rio Branco*, mesmo noticiando a luta empreendida pelo movimento de estudantes, o discurso presente em *O Rio Branco* não oferece apoio de forma manifesta, antes, é estruturado com base na forma indireta, apontando o que os estudantes haviam falado e não o posicionamento do jornal.

O uso da forma indireta era a forma encontrada pelo jornal para não se “comprometer” e não se complicar futuramente com a possível acusação de que apoiavam movimentos “subversivos”. Por isso, o enunciador se posiciona de “fora” do discurso, como notamos nos recortes: “diz um boletim”, “Acusando a política educacional...” “os estudantes prometem”.

Essa estratégia discursiva remete ao procedimento descrito por Mariani (1998, p. 61-62) como um efeito de objetividade. Por esse princípio, o enunciador do discurso

jornalístico mascara um apagamento da interpretação em nome de fatos que falam por si. Esse efeito de objetividade aparece de forma latente no fragmento: **“Os estudantes manifestam estes interesses, através de um jornal mural, que na segunda-feira, foi ‘arbitrariamente’, diz o boletim, ‘destruído e rasgado pela direção da escola’”**.

Nesse enunciado, devemos atentar para as palavras que se encontram entre aspas, usadas para marcar a palavra dos estudantes. O sentido que essas palavras carregam nesse contexto remete a uma caracterização das ações dos diretores como “pessoas que agem de forma arbitrária”, e “ditadores, que não permitem a manifestação de pensamento contrário”. Por apresentarem uma forte crítica aos diretores dos estabelecimentos de ensino, a autoria dessas expressões é revelada e estrategicamente atribuída aos estudantes.

Se o efeito de objetividade marca o discurso do jornal *O Rio Branco* sobre o movimento estudantil, quando se refere aos professores, a estratégia discursiva revela-se marcada pela opinião:

Dois posicionamentos, classistas de reivindicações movimentam nossa capital: um, de caráter radical, provocativo e agressivo, o da ASPAC, notem bem, não da grande maioria dos professores; o outro, dos trabalhadores rurais que, em grande número, ocorreram ao Palácio “Rio Branco”, para agradecer ao Governador do Estado e ao INCRA a concessão de seus títulos definitivos, o que regulariza a posse de suas glebas e lhes dá acesso às fontes de crédito, assistência e apoio técnico.

A ASPAC fecha questão, impede o trânsito, se faz e se proclama dona da verdade. Suas lideranças assumem posições que não admitem qualquer contribuição crítica. (...)

Não é privilégio desses “professores” as dificuldades por que todos passamos. A crise de forte conteúdo social e econômico se distribui entre todas as classes de baixa e média renda.

(...) Não é, portanto, somente sobre a ASPAC que desabou o peso de todas as dificuldades.

(...) Hoje, a opinião pública tem como conferir com quem está a razão, de que lado está o bom senso, basta, criteriosa e friamente, analisar o comportamento das duas classes: a dos professores da ASPAC e a dos homens do campo, do trabalhador rural que, nesse episódio, oferece uma autêntica lição aos “professores” de convivência democrática. (Opinião. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 12 set. 1980, ano X, n. 1025, p. 01).

Nesse editorial acima, a forma adotada é o discurso opinativo estruturado em torno da diretividade argumentativa. Conforme assevera Guimarães (1995, p. 79), a diretividade da enunciação, própria da orientação argumentativa, se sustenta no já-dito do interdiscurso que movimenta a língua. Nesse movimento de interpretação, a análise do interdiscurso é fundamental, pois é ele que permite a inscrição dos sujeitos nos lugares de onde falam e possibilitam a percepção de seus deslocamentos.

Ao observarmos a declaração inicial presente no editorial em questão, constatamos que o enunciador cria uma ilusão de unicidade, interlocução e identificação com o público leitor, apresentando a contraposição entre as duas categorias, professores e trabalhadores rurais. Por esse contraste, o enunciador tece sua argumentação baseando-se na desqualificação dos professores, através da caracterização do movimento grevista como “radical, provocativo e agressivo”.

Em seguida, a argumentação direciona-se para uma outra instância de desmoralização do movimento, articulada pela contraposição das idéias de que enquanto os professores contavam com pouca adesão, os trabalhadores rurais reuniam-se em “grande número”. Os propósitos do ajuntamento dos dois grupos são também contrapostos: os professores se reuniam para “provocar” o governo e os trabalhadores rurais, para “agradecer ao Governador do Estado e ao INCRA a concessão de seus títulos definitivos”.

Como se nota, a estratégia discursiva que prevalece no editorial analisado gira em torno da comparação entre os dois grupos de trabalhadores. Por meio dessa comparação, o enunciador busca persuadir o público de que o modelo a ser seguido pelos demais grupos de trabalhadores acreanos é o da submissão e “gratidão”. No trecho: “Não é privilégio desses “professores” as dificuldades por que todos passamos”, opera-se a ilusão de unicidade evidente sobretudo no uso da primeira pessoa do plural, “passamos”. O uso desse plural inclusivo cria uma cumplicidade entre o jornal e os leitores, que “partilham”, de um mesmo imaginário. Para tanto, o enunciador apela para o aspecto que naquele momento era capaz de unificar os demais trabalhadores e colocá-los contra os professores: a crise econômica que atingia a “todos”.

Não apenas neste, mas na maioria dos editoriais do período investigado que abordam o movimento dos professores, publicados no jornal *O Rio Branco*, prevalece o discurso que visava à disciplina e ao controle desses atores sociais. Entretanto, cabe também analisar as formas de resistência, detectar suas estratégias, as lutas que colocam em questão a construção discursiva dos sujeitos.

O discurso veiculado nos editoriais de *Varadouro*, sobre o movimento de professores e estudantes, demonstra que mesmo num período de plena vigência de cerceamentos de liberdades, nos quais predomina o discurso marcado por procedimentos de exclusão, é possível a construção de estratégias específicas de luta que permitem questionar como o poder se exerce e quais são as relações da produção de subjetividade com o poder.

A edição de número 21 de *Varadouro*, publicada em maio de 1981, contou com o editorial “Greve na Universidade abala autoritarismo”, no qual o movimento estudantil teve

seus principais momentos enfocados. O marco inicial apresentado na retrospectiva do movimento estudantil é a vitória da chapa Seringueira à Presidência do Diretório Central dos Estudantes. A chapa “Seringueira” representou grande inovação na constituição do DCE e no movimento estudantil acreano, pois a utilização deste nome era uma forma de levar para dentro da Universidade as questões da vida política acreana e inserir no debate os estudantes, que sempre foram colocados à margem nos debates ocorridos no contexto da Universidade.

O principal item de reivindicação do movimento grevista era a exigência de readmissão do professor Rômulo Garcia, por não concordarem com atos da administração superior da UFAC. O professor, que também era presidente da Associação dos Docentes da UFAC, recebeu o apoio dos estudantes, como se observa na foto a seguir:



Figura 15: Estudantes em manifestação contra o autoritarismo na UFAC e pela readmissão do professor Rômulo Garcia. (*Varadouro*. Rio Branco-AC, mai. 1981, ano IV, n. 21, p. 16). Fonte: CDIH da UFAC.

A força do movimento estudantil que se aliava ao movimento dos professores ganhou atenção especial em *Varadouro*:

O movimento estudantil no Acre entra assim numa nova fase, onde o confronto tornou-se inevitável diante dos constantes ataques da burocracia universitária. Os estudantes não mais engolem sapos, não mais baixam a cabeça, não mais compõem pequenos grupos. Agora falam, erguem a cabeça, e enfrentam a repressão. E são muitos.

(...) Os estudantes entraram definitivamente na cena política do Acre. Entrara, “por baixo”, isto é, colados ao movimento popular. A UFAC é o sustentáculo e alimento da política, do empreguismo e do oportunismo da classe dominante. O movimento dos estudantes traz à luz do dia as forças comprometidas com o esquema (SUDHEVEA, elementos da imprensa, políticos, etc.) e balança as estruturas desse poder. É um dado inevitável, todos têm que contar com ele hoje, no Acre pode-se temer o movimento estudantil. Pode-se respeitá-lo. Pode-se combatê-lo. Pode-se ajudá-lo. Mas não se pode

mais ignorá-lo. (Greve na Universidade abala o autoritarismo. *Varadouro*. Rio Branco-AC, mai. 1981, ano IV, n. 21 p.16-17).

Segundo o texto citado, os estudantes entravam definitivamente na cena política do Acre. Apesar de ser um momento de transição política, em que ainda imperava a repressão às manifestações grevistas e aos atos públicos, a organização de professores e estudantes, ainda com limitações, contou com relativa liberdade para opinar sobre o que pensavam sobre a respeito dos problemas que enfrentavam. O texto de *Varadouro* finaliza afirmando que o movimento dos estudantes “balançava” as estruturas do poder, não podendo mais ser ignorado, mas considerado merecedor de respeito por parte da sociedade.

A participação dos professores nos movimentos políticos foi determinada pela necessidade de maiores espaços para a prática política perante os limites impostos pela Ditadura Militar na década de 1970, no qual os professores acreanos, principalmente de Rio Branco, estavam engajados nas lutas pela anistia, uma das principais bandeiras levantadas pela ASPAC.

O interesse em manter silenciadas as vozes dos professores e estudantes remete às estratégias discutidas por Foucault (2002) acerca da luta travada sobre a disciplina, a qual deve também dominar todas as forças que se formam a partir da própria constituição de uma multiplicidade organizada.

O discurso da imprensa desempenha um papel importante no preenchimento do vazio da palavra, permitindo rastrear os sentidos encobertos nas entrelinhas dos editoriais e buscando deixar falar o silêncio que permeia esses textos. Em um complexo movimento, o discurso jornalístico mostra e esconde o que convém a seus enunciadores por meio de estratégias discursivas. Nesse sentido, a construção das imagens de professores e estudantes no imaginário dos jornais *O Rio Branco* e *Varadouro* obedecem às intenções enunciativas dos grupos que ideologicamente controlam sua produção discursiva.

Ao observarmos as vozes que permeiam o discurso tanto da imprensa oficial quanto da imprensa alternativa acerca dos movimentos de professores e estudantes durante a Ditadura Militar é preciso, portanto, levar em consideração as condições de produção imediatas dos textos analisados. Focalizar o sujeito enunciator, as circunstâncias em que enuncia, traz para a análise as “cenar enunciativas” que apontam para um discurso que, ora busca legitimar-se pelo princípio da legalidade e da defesa das instituições nacionais, ora remete à idéia de que o contra-poder age segundo procedimentos de resistência em defesa dos movimentos sociais.

3.5.2 Os estivadores

A categoria dos estivadores figurou no espaço dos jornais *O Rio Branco e Varadouro* como uma vertente dos movimentos sociais urbanos que na efervescência da passagem da década de 1970 para a de 1980 buscava se articular em busca de melhores condições de trabalho. O discurso da imprensa riobranquense, nessa época, passava a abrir mais espaço às lutas dos movimentos sociais, debatendo suas lutas e reivindicações.

Diante da efervescência cultural e social dessa época, não havia mais espaço para uma cobertura jornalística uníssona, que negava os conflitos sociais. Assim, os estivadores, organizados em associação desde 1959, a exemplo de outras categorias de trabalhadores, ganharam espaço no jornalismo riobranquense. O jornal *Varadouro* dedicou atenção especial a eles, veiculando suas bandeiras no seguinte editorial:

Talvez muitos desconheçam que os estivadores têm sua Associação, ali mesmo no Mercado Municipal.

Uma construção que não chega a ser bonita, mas que também não é admirada. Uma sede perdida entre barracas de banana, laranja, batatas e ovos, estas sim muito visíveis. Entretanto, os que precisam chegam lá. Perguntando, aqui e acolá, chega-se a ela.

E lá estão os estivadores. Sábado de manhã, o dia todo, todos os dias. Desnecessário se faz uma apresentação maior sobre quem são eles, o que fazem e a sua importância no setor do abastecimento.

Uma conversa com eles é bem aceita. José Castro, Erasmo e “seu” Fausto falam muito naturalmente, contando histórias-verdades, que nada mais são do que relatos da vivência de cada um. E falam com aquela ironia que foi sendo aguçada pela vida difícil que lhes é comum.

“De verão aqui não é bom não. De verão a gente passa uma, duas semanas sem ganhar tostão. A gente pode arranjar um outro emprego, mas serviço por fora, pra nós não tem. A gente não tem o saber. Não sabe ler, escrever. Só aparece mesmo o braçal, que na época de verão tem muito. E vamos para o mato. Mas a derrubada dá muito serviço, dinheiro mesmo não dá quase nenhum. Mal dá para o sal”. (Estivadores: um suor que não rende. *Varadouro*. Rio Branco-AC, jul. 1977, ano I, n. 12, p. 13).

Nesse editorial é apresentada uma crítica à invisibilidade que a sociedade dispensava aos estivadores. Ao descrever a sede da associação, “perdida entre barracas de banana, laranja, batatas e ovos, estas sim muito visíveis”, o enunciador chama a atenção para o fato de que essa localização refletia o descaso com que eram tratados esses trabalhadores. Essa crítica é percebida já no início do texto, quando o enunciador declara que “talvez muitos desconheçam que os estivadores têm sua Associação”.

A invisibilidade dos sujeitos estivadores é marcada, ainda, no fragmento: “A gente não tem o saber. Não sabe ler, escrever”. A declaração do estivador reflete bem o modo como os discursos circulam na sociedade. Como assinala Michel Foucault (1996), cada sociedade

tem sua “política geral da verdade”, que determina que a circulação dos discursos deve ocorrer conforme a legitimidade do lugar institucional de onde fala o sujeito. Assim, o discurso que prevalece é do indivíduo que detém o “poder”, que se institui, neste caso, pelo “saber”.

“Não ter o saber” representa, nesse contexto, que os estivadores se viam obrigados a se sujeitarem a realizar trabalhos braçais não apenas pela falta de estudo, mas principalmente, por não falarem de um lugar reconhecido institucionalmente. Segundo Foucault, saber e poder se implicam em relações mútuas. Nenhum saber se forma sem um sistema de comunicação, de registro, de acumulação, de deslocamento, que é, em si mesmo, uma forma de poder e que é ligado, na sua existência e no seu funcionamento, às outras formas de poder. Nenhum poder, ao contrário, se exerce, sem a extração, a apropriação, a distribuição ou a retenção de um saber (FOUCAULT: 1996).

A incerteza era também uma marca que se apresentava no discurso dos estivadores sobre o trabalho: “Só aparece mesmo o braçal, que na época de verão tem muito. E vamos para o mato”. De acordo com o enunciado, os estivadores levavam uma vida sazonal: no inverno, trabalhavam no desembarque de mercadorias; no verão, com o período de estiagem, trabalhavam nas derrubadas de árvores. De comum entre as duas ocupações, só mesmo a baixa remuneração e os perigos inerentes ao trabalho.

Entre os problemas apontados pelos estivadores estava a condição precária do porto em que desembarcavam as mercadorias:



Figura 16: Estivadores trabalhando no porto de Rio Branco. (*Varadouro*. Rio Branco-AC, jul. 1977, ano I, n. 02). Fonte: CDIH da UFAC.

Na fotografia que ilustra o editorial de *Varadouro*, observamos que as condições do porto de Rio Branco eram precárias, não ofereciam a menor segurança para os estivadores, visto que os mesmos tinham que desembarcar toneladas de mercadorias e levá-las pelos escorregadios barrancos do rio Acre.

O editorial de *Varadouro* não discorre apenas sobre a luta dos estivadores por melhores condições de trabalho, mas também relata os problemas internos da Associação, abordando as denúncias de má administração das contribuições dos estivadores associados por parte da diretoria. Conforme *Varadouro*, as dificuldades dos estivadores envolviam a falta de assistência do poder público quando ficavam doentes, o desgaste físico que acarretava uma série de doenças, somados a má-remuneração e a falta de assistência da própria associação que os representava.

No jornal *O Rio Branco*, um outro aspecto da luta dos estivadores é abordado, o risco causado pela insalubridade do serviço:

Alegando falta de equipamento adequado e de assistência necessária, a Associação Profissional dos Estivadores de Rio Branco, recusou ontem desembarcar as vinte e seis mil botijas de gás que a Fogás trouxe em duas balsas – uma com doze e outra com 13 – de Manaus, para estocar com vistas ao verão. Uma das principais exigências dos estivadores é que a Fogás ofereça leite, água fria e, essencialmente, assuma responsabilidade pelo risco de vida dos estivadores. (Estivadores recusam desembarcar gás. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 18 mar. 1980, ano X, n. 855, p. 01).

As declarações de que os estivadores reivindicavam da empresa distribuidora de gás “leite, água fria” e que assumisse a “responsabilidade pelo risco de vida dos estivadores” ressaltam os perigos enfrentados ao desembarcar materiais inflamáveis.

A luta dos estivadores foi também veiculada no Boletim Diocesano *Nós Irmãos*, de agosto de 1979²³. No texto sobre o assunto é feita a cobertura da assembléia realizada para comemorar os 20 anos da Associação. Mesmo tendo decorrido tanto tempo desde a fundação desse órgão representativo, as bandeiras defendidas pelos estivadores permaneciam quase as mesmas, o que demonstra os precários avanços conquistados pela classe. Dentre essas reivindicações, estavam a construção de um novo porto, para que eles pudessem trabalhar com segurança e o direito de trabalhar no embarque e desembarque tanto no porto quanto em terra. Essas duas reclamações já tinham sido mencionadas no editorial “Estivadores: um suor que não rende”, publicado em *Varadouro*, na edição de julho de 1977.

²³ Associação dos Estivadores: 20 anos de vida. *Boletim Diocesano Nós Irmãos*. Rio Branco-AC, ago. 1979, ano VIII, p. 04.

3.5.3 Mulheres acreanas: a luta para sair do anonimato

Ao logo do tempo, vários estudiosos têm se interessado pela emergência de conflitos sociais em torno do discurso da imprensa, do campo simbólico e do uso de estratégias que visam ao controle dos bens culturais. Dentre os vários movimentos sociais existentes no Acre durante a Ditadura Militar, as mulheres se destacaram, ganhando significativo espaço na imprensa, principalmente nos jornais alternativos, para a veiculação de suas lutas.

O feminismo, conforme assinala Rosália Dias (1991, p. 27), compõe o grupo dos novos movimentos sociais que emergiram durante a década de 1960, juntamente com as revoltas estudantis, os movimentos juvenis contraculturais e antibelicistas, as lutas pelos direitos humanos, movimentos pacifistas, cujo ideário está diretamente ligado com as transformações ocorridas no mundo iniciadas em 1968.

No jornal *Varadouro*, as mulheres ganharam espaço não apenas no corpo de redatores, com a presença de Rosa Maria Carcelen e Célia Pedrina – que trabalharam desde o início de circulação do periódico, mas também no espaço aberto para discutir as lutas das acreanas por melhores condições de vida. No editorial a seguir, a questão da mulher é trazida à discussão de uma maneira bem instigante:

Quem é a mulher acreana? A julgar pelos modelos que normalmente desfilam pelas páginas cor-de-rosa dos jornais seriam a “senhora” fulano de tal que ofereceu coquetel em sua “residência” na chegada da outra “senhora” de nome importante. Ou seja, seria a “senhorita”, filha do “doutor” X que acaba de completar “15 aninhos”...

Estes são os padrões apresentados nas invariáveis e picarescas “colunas sociais”. De longe, porém, representa a maioria das mulheres acreanas e de qualquer parte.

(...) O fato é que a mulher acreana não aparece nos jornais e nem é fotografada à beira das piscinas. Ela não tem “cabelos esvoaçantes e nádegas esculturais”, como aparece nos modelos, típicos da classe média e copiados dos centros que ditam a moda e os padrões femininos da beleza atual. Não fala de feminismo e nem sabe do que se trata. (Mulheres sem charme. *Varadouro*. Rio Branco-AC, dez. 1977, ano I, n. 06, p. 20).

Nesse editorial, o enunciador faz uma crítica ao modo como a imprensa voltada para as elites e para as camadas médias da sociedade sempre tratou a mulher acreana. A “mulher acreana” apresentada em *Varadouro* difere do paradigma de beleza importado dos “centros que ditam a moda e os padrões femininos da beleza atual”. Essa mulher trabalhadora não condiz com os estereótipos ditados pela imprensa “elitista”. Conforme é explicitado, posteriormente, nesse editorial, sua origem, costume, linguagem, aspirações, seu físico, revelam outra realidade bem menos atraente: a exploração, tanto “pelas condições materiais de assalariamento, desemprego, posição de ‘objeto’ sexual e outros preconceitos”.

Varadouro traz à cena o processo de apagamento do discurso das mulheres trabalhadoras. A estratégia utilizada nesse editorial é fazer o contraste entre uma “mulher artificial”, “copiada”, escrava dos ditames da moda e aquela denominada de “mulher real”, a “mulher acreana”, aquela que não é dona de uma “beleza padrão”, antes se destaca por sua força e coragem para enfrentar os desafios cotidianos.

Além do alto teor argumentativo, o editorial em questão apresenta o uso do recurso fotográfico para reafirmar que a mulher de que trata é a “trabalhadora”:



Figura 17: Fotografia ilustrativa do editorial “Mulheres sem charme” (*Varadouro*. Rio Branco-AC, dez./1977, ano I, n. 06, p. 20).

O discurso verbal se apóia no discurso não verbal, pois a fotografia é usada por *Varadouro* como estratégia discursiva. Pela fotografia ilustrativa do editorial analisado, a imagem da mulher veiculada nesse jornal realmente difere daquela articulada nas colunas sociais dos jornais voltados para a “classe média”, tendo em vista que ela não aparece em luxuosos jantares ou à beira de piscinas, mas trabalhando e lutando por melhores condições de vida.

A mulher que aparecia nos jornais acreanos era comumente reconhecida como esposas e filhas dos “donos do poder”, tidas como “enfeites”, figurando apenas nas colunas sociais. Ao trazer para o espaço da mídia impressa as discussões acerca da mulher acreana, a

perspectiva abordada na linha editorial de *Varadouro* privilegia a mulher que enfrenta a exploração de sua força de trabalho, que atua junto aos maridos e filhos nos “empates”, que é expulsa da floresta e migra para as “periferias das cidades”. Enfim, a mulher é vista como importante protagonista das lutas sociais no Estado do Acre.

(...) As condições atuais de exploração a que estão sujeitas a maioria das mulheres estão intimamente ligadas à história do acre, dos tempos dos seringais. Interessante! Houve época em que mulher já foi uma espécie de “mercadoria proibida” de entrar nos seringais e outra em que era bem vinda. Dependia das oscilações do preço da borracha nas praças de Belém, Manaus e Londres. Foi literalmente “usada” como estímulo ou desestímulo da produção.

(...) O Acre povoou-se com as primeiras unidades familiares. As condições da mata, principalmente das relações de produção do seringal começaram a forjar a mulher acreana: figuras pálidas, caladas, de cócoras nas barrancas ao anoitecer ou chamando galinha para comer xerém, cortando lenha para fazer bóia, polindo as panelas com areias especiais. (Mulheres sem charme. *Varadouro*. Rio Branco-AC, dez. 1977, ano I, n. 06, p. 20).

Para Margarete Lopes (2006, p. 22), na formação do território do Acre, as mulheres das várias etnias que compuseram a população local foram massacradas, como as mulheres índias, que, além de massacradas foram estupradas nas correrias, e as mestiças, brancas e negras, que foram tratadas como objetos sexuais, compradas e encomendadas da mesma forma que gêneros alimentícios.

A presença da mulher no processo de constituição dos seringais e da própria sociedade acreana foi ignorada durante décadas pela historiografia oficial. Nas raras menções feitas à mulher, elas são descritas como uma mercadoria ou como objeto de barganha. Cristina Wolff (1998) trabalha as “mulheres da floresta” como protagonistas da trama histórica da sociedade acreana, enfocando o doloroso processo de exploração a que estavam sujeitas no contexto da “Batalha da Borracha”:

Mercadorias, privilégios, meras acompanhantes, objetos de disputa, eram alguns dos papéis desempenhados pelas mulheres nessa trama. Mas não se pode ignorar as outras facetas de suas vidas. Foram também participantes do esquema produtivo, através do trabalho na borracha, sozinhas ou repartindo com o marido e os filhos as múltiplas tarefas que ele envolvia; ou através de serviços, chamados ‘trabalhos domésticos’, que garantiam a subsistência, o conforto e a vida nos seringais, nas vilas e na cidade de Cruzeiro do Sul. (Wolff, 1998, p. 92).

Na sociedade extrativista, a mulher ocupava um lugar de invisibilidade. Ser homem era ser “seringueiro”, ser forte e até violento, quando fosse ofendido em sua honra; ser mulher era praticamente ser uma mercadoria, “pertencer” a um homem, pai, irmãos, marido ou companheiro (CRUZ: 1999, p. 20). Mesmo não fazendo parte dos “anais” da história do Acre, a mulher acreana sempre contribuiu de forma direta para o sustento da família, muitas

vezes, cultivando a lavoura de subsistência para que os maridos pudessem se dedicar à extração do látex, tomando o lugar destes maridos enquanto estavam acometidos por alguma doença ou mesmo como forma de aumentar a produção de borracha para que o esposo pudesse dispor de algum saldo junto ao patrão. Apesar, portanto, de não serem reconhecidas no âmbito do sistema extrativista da borracha, nem todas as mulheres aceitavam essa condição, preferindo ficar sozinhas ou escolhendo com quem ficar; outras “optavam” pela vida de prostituta (idem, p. 20).

Se durante a vigência do sistema extrativista da borracha, a mulher esteve à margem do discurso veiculado nos jornais, a década de 1980 foi marcada pela organização das mulheres em movimentos feministas, como o Grupo 24 de Janeiro, fundado por Florentina Esteves e o MMA, Movimento das Mulheres do Acre, fundado em 1983, a partir da Associação de Lavadeiras de Rio Branco (LOPES, 2006, p. 56). Os movimentos de mulheres no Acre foram ganhando cada vez mais espaço e conquistando mais simpatizantes das causas feministas.

Um dos principais fatores que mobilizaram as mulheres na década de 1980 foi a necessidade de se organizarem para juntas reivindicarem seus direitos e defenderem suas lutas. Segundo Alain Touraine (1997, p. 107), “é a partir do sofrimento do indivíduo dilacerado e da relação entre sujeitos que o desejo de ser sujeito pode se transformar em capacidade de ser um ator social”.

Na edição de dezembro de 1981, *Varadouro* noticiou a existência de um embrião de movimentos feministas em Rio Branco. As mulheres começaram a se organizar, tendo como objetivo lutar contra as difíceis condições de vida a que estavam expostas. Sobre esses nascentes movimentos de mulheres, o jornal noticiou a organização de várias mulheres no bairro Aeroporto Velho, que criaram um Movimento Feminino, que com o tempo alcançava cada vez mais adeptas, contando com 29 componentes, e de acordo com sua líder, a senhora Maria Costa dos Santos, era “tipo aquele lá de São Paulo contra toda exploração”²⁴.

Em editorial acerca do nascente movimento de mulheres no Acre, esse jornal lançou o questionamento sobre a ressonância da organização de um movimento especificamente feminino na realidade da mulher acreana:

Sofrendo toda sorte de discriminações, [a mulher] continua vivendo à margem da história. Por isso, seu inimigo principal mudou: não é mais o homem, como se pensava na época do surgimento dos movimentos feministas nos EUA e Europa. Hoje, seu principal inimigo é, segundo tais movimentos, todo um sistema social que oprime tanto

²⁴ *Varadouro*. Rio Branco-AC, dez. 1981, ano IV, n. 24, p. 11.

mulheres quanto homens. (E a mulher Acreana? *Varadouro*. Rio Branco-AC, abr. 1981, ano IV, n. 20, p. 10).

Ao afirmar que a mulher durante muito tempo esteve situada “à margem da história”, o editorial apresenta a exploração pela qual passavam as mulheres acreanas, as quais eram vistas, muitas vezes, apenas como mão-de-obra barata. O processo de exclusão das mulheres, conforme relatado nesse editorial, possui dois “inimigos históricos”. O primeiro, o homem, passava a não mais representar tanto perigo, devido ao grande poder opressor imposto pelo segundo grande inimigo: o **“sistema social que oprime tanto mulheres quanto homens”**. A expressão comparativa **“tanto ... quanto”** opera no nível do discurso a nivelação de homens e mulheres enquanto sujeitos igualmente oprimidos pela exclusão social.

A mudança de atribuição dos “inimigos da mulher” pode ser melhor compreendida se considerarmos que na década de 1970 havia uma preocupação em conferir estatuto de saber às vivências e estudos sobre a mulher (Maria Eunice Guedes, 1995). Essa visibilidade tornava-se necessária tendo em vista que até aquele momento a mulher representava um segmento que ainda se encontrava diluída no geral, era vista apenas como força de trabalho e componente da classe trabalhadora.

No jornal *O Rio Branco*, a abordagem sobre as mulheres, até o início da década de 1980, se restringia a relatar nas colunas sociais as idas e vindas, coquetéis oferecidos e obras de caridade realizadas pelas “esposas de homens ilustres” ou comentários sobre aniversários de suas filhas. Em suma, limitava-se a expor o perfil da mulher da alta sociedade acreana como coadjuvante dos homens. Nessa abordagem, se a “senhoras ilustres” não são vistas como sujeitos, maior exclusão ainda sofriam as mulheres pobres. As índias, ribeirinhas, agricultoras, seringueiras, prostitutas, moradoras dos bairros periféricos, entre tantas outras, são mulheres que até então não figuravam no espaço dos jornais acreanos.

A partir do início da década de 1980, porém, o jornal *O Rio Branco* passou a trazer à cena discursiva, ainda que de maneira experimental, as questões relativas à mulher acreana enquanto sujeito da história. Essas discussões, entretanto, se debruçavam sobre assuntos pertinentes ao mundo da alta sociedade e das camadas médias da população, público alvo do jornal. Por ocasião da semana da mulher no ano de 1981, *O Rio Branco* traz um editorial sobre o papel da mulher na sociedade:

Parece haver três estágios no progresso das mulheres, e a seqüência parece ser a mesma, qualquer que seja o país:

O LAR É O CENTRO – a mulher é o ornamento – ou a escrava – do lar, conforme o caso. Seus interesses se concentram nas crianças, na cozinha, na costura.

A MULHER É O CENTRO – No segundo estágio, as mulheres não só têm mais instrução e se tornam conscientes de seus próprios direitos, condição e oportunidades, como também se concentram neles.

HOMENS E MULHERES SÃO IGUAIS – neste último estágio, é aquele em que homens e mulheres trabalham lado a lado em tarefas grandes e pequenas, sem olhar o sexo e levando-se em conta somente o mérito e a aptidão de cada um.

O homem tem sido um dos obstáculos que impedem de assumir suas legítimas responsabilidades. Muitas das mulheres não assumem o próprio papel porque preferem ser meras “bonecas” para os homens, estas jamais se erguerão para trabalhar e lutar como cidadão.

As mulheres devem ser duas ou três vezes mais capazes do que os homens para competir com eles. Isto é verdade, em parte, porque a mulher na função pública tem duas ou três tarefas a realizar: a de esposa, a de mãe e a de sua carreira, ao passo que o homem pode concentrar seus esforços num só trabalho. Isso sucede em parte porque os homens exigem das mulheres qualificações mais altas do que exigem dos outros homens. Querem-nas muito mais amadurecidas porque confiam muito menos em sua capacidade. (Semana da Mulher: acreanas opinam. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 13 mar. 1981, ano XI, n. 1170, p. 05).

Se fizermos a contraposição entre o editorial de *Varadouro*, intitulado “E a mulher Acreana?”, analisado anteriormente, e o editorial “Semana da Mulher: acreanas opinam”, do jornal *O Rio Branco*, perceberemos alguns aspectos que demonstram divergências de posicionamento. No primeiro editorial, os homens são apontados como não sendo mais o “inimigo” das mulheres; esse papel seria desempenhado pelo sistema de exploração capitalista que oprime a ambos. No segundo texto, porém, os homens são descritos como **“obstáculos”** que impedem as mulheres de **“assumir suas legítimas responsabilidades”**.

O contexto que circunda o editorial de *O Rio Branco* é marcado pela inserção das mulheres, sobretudo as de grupos mais abastados, em posições de mando dentro do sistema governamental acreano. Por isso, o enunciador dialoga com a criação de uma atmosfera de luta, em que os homens são vistos como “inimigos” que tolhem a chegada das mulheres ao seu lugar “de direito”. Esse lugar almejado por ser alcançado pelas mulheres é descrito com a expressão “legítimas responsabilidades”, a partir do qual podemos fazer algumas indagações e inferências. Partindo do pressuposto de que a posição da mulher até então tinha sido a de esposa e mãe, e que o homem é apresentado como um empecilho para que ela alcance suas “legítimas responsabilidades”, as “antigas responsabilidades” são, por conseguinte, “ilegítimas”.

Seguindo esse raciocínio, o discurso presente nesse editorial é construído no sentido de levar a mulher acreana a assumir um lugar que é seu “por direito”. Assumir esse lugar, portanto, implicaria abandonar o “antigo lugar”, de esposa e mãe. A crítica feita pelo enunciador é direcionada às mulheres que **“não assumem o próprio papel porque preferem ser meras ‘bonecas’ para os homens”**. O emprego do verbo **“preferir”**, entretanto, merece

ser analisado nesse contexto, pois revela a configuração de uma arena de lutas travada a partir do discurso.

Durante décadas, a mulher acreana esteve restrita às atividades do lar. Apenas no limiar do século XX passou a ocupar o espaço público. Portanto, não se tratava de uma questão de “preferência” ou “escolha voluntária”. As mulheres acreanas estavam começando a trilhar o caminho da interseção entre as esferas privada e pública, seguindo o curso das mulheres no mundo todo com os avanços de suas conquistas.

Ao procurar se inserir na esfera privada, entretanto, a mulher trabalhadora defronta-se com a repetição da situação de desigualdade. Os preconceitos que favorecem a reprodução de sua condição de inferioridade – materializadas nas designações mãe, dócil, frágil, dedicada – são apropriados pelos colegas masculinos, que, ao invés de acolhê-la como companheira, parceira, indivíduo, aceitam-na na condição particular de mulher (CAROLE PATEMAN, 1993).

No editorial em questão, o trabalho é visto como elemento que dignifica a mulher e a faz sair do estado de invisibilidade. Essa declaração é referendada através da contraposição entre a imagem da “mulher trabalhadora”, que ocupa seu lugar na sociedade e a “mulher acomodada”, que serve apenas como artefato de luxo para os homens. A respeito da última, o enunciador declara que **“jamais se erguerão para trabalhar e lutar como cidadão”**. Neste recorte, é importante notar o emprego da palavra “cidadão”, apresentada no gênero masculino, para designar uma qualificação de um sujeito feminino. Não se trata de uma inadequação de concordância nominal, mas da marcação do enunciador que institui seu discurso a partir da perspectiva masculina. A idéia defendida nesse texto indica a necessidade de “ser como os homens”, nivelar-se a eles para serem aceitas.

Ao analisarmos a continuidade do texto, entretanto, percebemos quem é essa “mulher acreana” de que trata o enunciador. Não é aquela que habita os rincões da floresta ou os “bolsões de miséria” da cidade, mas é aquela “mulher de posição social privilegiada”. O trecho a seguir dá-nos a dimensão de quem é essa mulher abordada no editorial:

A mulher acreana não se deixou amontoar em organizaçõezinhas próprias, bem intencionadas, mas ineficazes, ingressou diretamente em organizações já existentes, de dominação masculina, – particularmente naquelas que influem no governo, – e assumiu sua justa parcela de responsabilidade na configuração da ordem da sociedade.

(...) Tudo isso levou O RIO BRANCO a entrevistar cinco mulheres de nossa sociedade: Eva Evangelista de Araújo Souza – Juíza de Direito da Primeira vara Cível de Rio Branco; Suzana Domingos da Silva – professora da Universidade Federal do Acre; Maria de Fátima Henrique de Almeida – Universitária e Presidente do DCE; Oneide Valente da Silva – Vereadora pelo PDS; e a polivalente Maria Eneleide de Menezes, atualmente é feirante, mas já transou com açougue, pensão, vendas de frango,

carro, bar, etc. (Semana da Mulher: acreanas opinam. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 13 mar. 1981, ano XI, n. 1170, p. 05).

A “mulher acreana” de que trata o enunciador é a “bem sucedida”, aquela que conseguiu seu lugar junto aos postos de chefia na sociedade. Notamos, a partir do editorial acima, a referência preconceituosa em relação à articulação da mulher em movimentos feministas, expressa no termo “organizaçõezinhas”, empregado no diminutivo com tom pejorativo. O uso do verbo no infinitivo, “amontoar”, concentra uma significação que caracteriza o feminismo como um movimento desarticulado e um ajuntamento desordenado. Outras expressões são usadas para diminuir a importância do movimento feminista, como “bem intencionadas” e “ineficazes”, que apontam para a desqualificação e deslegitimação da tentativa de afirmação da mulher enquanto “diferente”. Para ser reconhecida, a mulher teria que se colocar em condição de igualdade em relação ao homem. Nesse sentido, o editorial acima prima pela “masculinização” da mulher, como forma de exercer um poder contrário.

Após o editorial acima, segue-se uma longa seção de entrevista com as mulheres consideradas representantes dessa tentativa de igualdade com os homens. Por ser bastante extensa e enquadrar-se em um gênero diverso do abordado no presente estudo, preferimos abordar apenas a distribuição das falas dessas mulheres no jornal e o que essa disposição revela quanto à ordem do discurso.

Pela disposição do espaço na entrevista, percebemos que mesmo se manifestando acerca da luta empreendida pelas mulheres acreanas, o discurso do jornal *O Rio Branco* destina à mulher trabalhadora das camadas mais pobres da população apenas uma representante. Enquanto escolhe quatro representantes de “destaque” na sociedade para servir de modelo de luta por uma “igualdade” em relação aos homens.

Para balizarmos as ocorrências de manifestação dos discursos das cinco entrevistadas, somamos o espaço destinado em linhas a cada uma delas. Em seguida, calculamos a média aritmética dividida entre duas categorias: a “mulher bem sucedida” e a “mulher polivalente”.

Reunimos, em um primeiro grupo, as falas da juíza, da presidente do DCE, da vereadora e da professora universitária a fim de realizarmos uma comparação em que as partes pudessem ser analisadas de forma equânime. A partir dessa comparação, produzimos o seguinte gráfico:

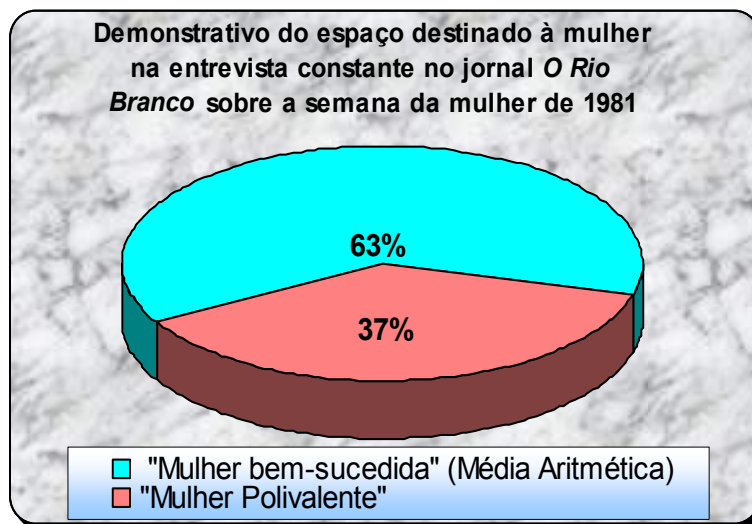


Figura 18: Gráfico demonstrando a proporção de espaço concedido às “mulheres bem sucedidas” e a “Mulher polivalente”, em entrevista constante no jornal *O Rio Branco* de 13 de março de 1981.

Para a produção desse gráfico, se somarmos a participação em termos percentuais das mulheres “bem sucedidas”, observaremos que o espaço destinado a elas corresponde a 83%, o que significa que à “mulher polivalente” foi destinado um espaço ínfimo. Além de as mulheres terem que lutar contra a exclusão do espaço jornalístico, precisavam superar a divisão secular que distinguia aquelas que ocupavam um lugar institucional legitimado e aquelas que, por sua condição social desprivilegiada, estavam à margem da sociedade. Mesmo quando ocupam o espaço da mídia, sua palavra ainda não ocupa lugar privilegiado, pois se vê marcada pela divisão materializada por uma exclusão que não se dá apenas no nível das relações de gênero, mas no âmbito da exclusão social.

Se numa análise superficial, privilegiando-se apenas o número de linhas destinado às falas das entrevistadas dos grupos das “bem sucedidas” e das “que ainda estavam batalhando” é possível observar a desigualdade e a exclusão, quanto mais se analisássemos o teor das declarações de cada uma delas. Entretanto, como já mencionado, não é esse o nosso foco de interesse no momento, tendo em vista os motivos já citados.

Ao analisarmos a proporção do espaço concedido às mulheres que apresentam um lugar legitimado na sociedade, notamos uma relação de gradação ao apresentar as cinco entrevistadas, indo das posições consideradas de maior valor na sociedade para a de menor “status”. Nessa relação, aparecem primeiro “a juíza”, a “professora universitária”, “a presidente do DCE”, “a vereadora”, para, então apresentar a única representante das camadas populares: a “polivalente”. Esta última, não possui função definida, como as demais; é descrita por uma categoria abrangente, que indica que ainda não conseguiu êxito em sua vida

econômica e profissional. Por essa designação de “polivalente”, compreendemos que a “atual feirante” não possui lugar legitimado socialmente para falar.

O sentido atribuído no editorial de *O Rio Branco* às “mulheres acreanas”, referindo-se àquelas que são “bem-sucedidas”, remete à caracterização destas como alguém que desempenha um trabalho de maneira satisfatória e com êxito. Já o termo “polivalente” é usado para designar alguém que se dedica a várias atividades, não necessariamente se especializando em alguma área. Dessa subdivisão resultam duas “subclasses” entre as mulheres. A “bem-sucedida” tem seu espaço reconhecido no âmbito do poder instituído, enquanto a “polivalente” já fez várias tentativas, as quais foram todas frustradas; ainda não se estabeleceu, não ocupou seu espaço de destaque na sociedade.

As relações de poder nos editoriais dos jornais *O Rio Branco* e *Varadouro* sobre a mulher revelam que não há discursos excluídos e dominantes, mas sim uma multiplicidade de discursos, que se inserem em estratégias diversas. Seja abordando em espaço privilegiado as mulheres “bem sucedidas” e vendo os homens como “inimigos”, seja adotando o ponto de vista da “mulher trabalhadora” das camadas pobres, o discurso sobre a mulher vai sempre veicular e produzir poder. Nesse entrelaçar de relações de poder, a linguagem não figura como um sistema neutro que transmite de forma imparcial determinado conteúdo. É, antes, um sistema que organiza os significados que podem ou não circular. Nesse sentido, cada momento histórico é regido por um estatuto dos discursos, que determina o que pode e o que não pode ser dito.

3.5.4 As mulheres trabalhadoras se unem: o movimento das empregadas domésticas e das lavadeiras

Na segunda metade da década de 1970 eclodiu uma grande articulação dos movimentos populares urbanos que trouxe à cena discursiva dos jornais riobranquenses novos protagonistas que emergiam nos espaços da cidade, reivindicando direitos e impondo suas presenças nos debates em torno dos embates sociais por melhores condições de vida e trabalho. Nesse momento de grandes movimentações, as empregadas domésticas e lavadeiras também se inscrevem na luta contra a exploração e desrespeito aos seus direitos, passando, finalmente, a ser notícia nos jornais riobranquenses.

O motivo da ausência dessa categoria de trabalhadoras no espaço jornalístico até então era bem simples: eram levadas pelas patroas a acreditar que faziam “parte da família”.

Assim, eram “mantidas” subservientes, pois as “diferenças” eram dirimidas pela ilusão de igualdade. Ao findar a década de 1970, entretanto, essa situação, começaria a mudar, através das várias reuniões realizadas nas Comunidades Eclesiais de Base – CEB’s – para debater o assunto e da atuação dos jornais alternativos, principalmente *Varadouro* e o *Boletim Diocesano Nós Irmãos*, na divulgação das bandeiras dessas trabalhadoras.

Ainda em 1978, o jornal *Varadouro* já discutia a situação de exploração vivenciada pelas domésticas em Rio Branco, lançando as bases para a criação da associação, que aconteceria quase três anos depois:

As relações entre patroas e empregadas seriam diferentes a partir do momento e que as empregadas se reunissem numa associação. Dessa maneira elas poderiam discutir seus problemas de salário, horas de serviço, contrato de trabalho e uma infinidade de coisas que só o dia a dia revela, com a quantidade de trabalho e as responsabilidades da patroa com a empregada.

(...) Com a carteira assinada na mão, você, irá depois a uma agência bancária da cidade, para fazer a sua inscrição no INPS. O banco então, entrega na hora o comprovante de filiação e o talão de recolhimento das contribuições mensais.

Mas por que esta trabalhadora toda de carteira assinada e de ir para as filas de banco se inscrever no INPS? Ora, na pior das hipóteses com a carteira assinada você tem alguns direitos, melhor dizendo vantagens, a começar pelas férias remuneradas de 20 dias após um ano de trabalho. Auxílio em caso de doença e auxílio natalidade, no caso de ter filho. Abono de permanência em serviço, pecúlio e serviço social, médico, dentista e remédios.

Não desista, se lembrar das madrugadas em fila para pegar o número e ser atendida alguns dias depois. Não desista porque isso é apenas um início, pois a “briga” é longa e não vale desanimar no meio do caminho. Respire fundo e exija, sim **exija** o que você tem direito. (Empregadas domésticas. *Varadouro*. Rio Branco-AC, set. 1978, ano II, n. 12).

Ao observarmos esse fragmento, constatamos que o sujeito que enuncia estrutura seu discurso em torno de um tom didático, planejando e pregando a mudança do *status quo* pelo caminho da legalidade. Para tanto, o enunciador instrui minuciosamente as empregadas domésticas acerca de todo o processo que têm que cumprir para assegurar seus direitos previstos na legislação brasileira. Essa estratégia didática é perceptível a partir das instruções presentes no fragmento: “Com a carteira assinada na mão, você, irá depois a uma agência bancária da cidade, para fazer a sua inscrição no INPS”.

A constituição do sujeito enunciador nesse editorial é atravessada pela contradição, pois desafia o interdito num tom didático de efeito autoritário. O argumento que usa para unir em torno de um mesmo ideal as empregadas domésticas é o de que elas precisam cumprir uma série de procedimentos junto ao poder institucional para poderem fazer valer seus direitos. Nesse trecho: “As relações entre patroas e empregadas seriam diferentes a partir do momento e que as empregadas se reunissem numa associação”, era preciso, primeiro,

conscientizar as trabalhadoras da necessidade de se unirem, para, então, partir para a fundação da entidade de classe que reivindicaria seus direitos.

Para acentuar o tom didático desse discurso, o enunciador estabelece uma relação imaginária de interlocução com o leitor, percebida por certos procedimentos gramaticais que produzem efeitos persuasivos. Dentre esses procedimentos, destaca-se o uso de verbos no modo imperativo: “Não **desista**”, “**respire** fundo e **exija**”. O sentido atribuído a esses verbos aponta para um movimento de resistência. Na primeira ocorrência, “não desista”, o enunciador impele as trabalhadoras a continuar lutando, instigando-as a vencer todas as barreiras que se interporiam entre elas e seus objetivos. Na segunda, “respire fundo”, há a proposta para que se realize uma pausa para a reflexão e então tomar coragem para vencer as adversidades. Por fim, a forma verbal “exija” concentra a força de todo o enunciado: era preciso convencer as trabalhadoras, de forma categórica, de que elas deveriam reclamar o que lhes pertencia por direito.

O jornal *O Rio Branco*, no momento da efetivação da Associação das empregadas domésticas deu cobertura ao ato, declarando que o ato faria “as donas de casa da capital acreana” sentirem “os primeiros abalos no velho sistema provinciano, baseado no paternalismo para com as empregadas”:

(...) As verdadeiras empregadas domésticas já estão se tornando raras em Rio Branco, as mulheres consideradas pau-prá-toda-obra estão cansadas de serem escravas, estão se conscientizando de sua importância no processo de produção do Estado.

Essas ingênuas mulheres que vinham dos seringais e passavam a vida toda empregadas numa mesma casa eram sempre persuadidas pelas patroas de que terminariam por pertencer à família, seria uma sócia interessada da empresa familiar: direito somente ao trabalho; lavar, passar, cozinhar, arrumadeira, babá, etc., eram verdadeiros esteios nesta instituição, geralmente passavam duas, três gerações nestas casas, dali saindo, às vezes, para continuar sua roda viva doméstica na residência de uma daquelas crianças que acalentou nos seus primeiros dias de vida. (Empregadas domésticas vão fundar associação. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 20 dez. 1981, ano XII, n. 1483, p. 03).

Conforme o fragmento acima, a manutenção do silenciamento das empregadas domésticas durante tantos anos apoiava-se na ilusão de interlocução criada pelo discurso das patroas. Por esse discurso, ao reconhecer as empregadas como pessoas que “**terminariam por pertencer à família**”, as patroas buscavam instaurar um “diálogo entre iguais”, logo, não havia necessidade de movimentos reivindicatórios por parte das empregadas.

O processo de exploração das empregadas é evidenciado através da declaração de que elas “passavam duas, três gerações nestas casas, dali saindo, às vezes, para continuar sua roda viva doméstica na residência de uma daquelas crianças que acalentou nos seus primeiros

dias de vida”. A enunciação, a partir desse fragmento, é estruturada no sentido de conceder ao leitor a dimensão da opressão sofrida pelas empregadas domésticas, que são mostradas como uma mercadoria “útil”, passada de geração a geração.

Em contraste a esse quadro, o enunciador do editorial de *O Rio Branco* traça o perfil das transformações que então ocorriam nas relações entre patroas e empregadas:

Agora aumentará a dependência das donas-de-casa. Terão que escutar as profissionais domésticas ou serão obrigadas a encostar a barriga no fogão.

Essa classe se une agora para pleitear os seus direitos, passará a ser encarada dentro da sociedade como uma profissional e, importante, e não mais como uma simples e rotulada “empregada”, as patroas para exercerem suas funções profissionais com tranqüilidade terão que ouvi-las ou segurá-las a preço justo. (Empregadas domésticas vão fundar associação. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 20 dez. 1981, ano XII, n. 1483, p. 3).

No trecho acima, o uso dos verbos “escutar” e “ouvir” aglutinam o sentido da luta empreendida pelas domésticas. Elas reivindicavam não apenas por melhorias em suas condições de trabalho, mas, sobretudo, pelo poder envolto no discurso. Para que determinado sujeito possa obter direito e a possibilidade da fala é preciso satisfazer antes algumas regras de efetuação que se impõem ao discurso. Dentre essas condições impostas pela própria ordem do discurso, é preciso falar de um lugar reconhecido institucionalmente. Por isso, se tornou necessária a criação de uma associação de classe para que empregadas domésticas e lavadeiras pudessem ser “ouvidas”, além de leis instituindo essas profissões.

Entre os resultados da união das mulheres acreanas, destacou-se a criação da Associação das Lavadeiras de Rio Branco, fundada em 1981. O movimento contou com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base para se articular. A líder do movimento, Guilhermina Barroso, durante várias reuniões das CEB’s tentou obter a adesão de várias lavadeiras para o movimento (COSTA-SOBRINHO, 2001, p. 195). Dentre as reclamações das lavadeiras, é citada a exaustiva jornada de trabalho, em muitos casos chegando a atingir 20 horas por dia, cumpridas para poder dar conta das 14 lavagens de que estavam encarregadas, quando o comum seria realizarem de cinco a seis lavagens.

Em editorial intitulado “Movimento das Lavadeiras”, *Varadouro* veiculou as conquistas das mulheres em torno da luta por melhores condições de trabalho. As relações de exclusão social pelas quais passavam essas mulheres que moravam nos bairros pobres foram contestadas, ganharam as páginas dos jornais e passaram a figurar como uma “demonstração

convincente de como as classes populares podem se organizar e reivindicar seus direitos e fazer valer sua força”²⁵.

Foi um espetáculo bonito: mais de 500 lavadeiras se reuniram na Catedral de Rio Branco para aprovar uma tabela de preços, preparada por elas mesmas, pois aprenderam que quem deve resolver seus problemas são elas mesmas e mais ninguém. Foi sobretudo uma demonstração convincente de como as classes populares podem se organizar e reivindicar seus direitos e fazer valer sua força. Conseguiram até que sua tabela fosse publicada nos jornais e lida nas rádios.

Mas elas também sabiam que iriam enfrentar uma “briga feia”, naturalmente que as patroas não gostaram de pagar mais caro e passaram a fazer todo tipo de pressão e boicote. (O “Movimento das Lavadeiras”. *Varadouro*. Rio Branco-AC, mar. 1979, ano II, n. 14, p. 11).

A luta empreendida pelas domésticas e lavadeiras, de fato, era pelo poder de se pronunciar quanto ao estado de exploração em que viviam. Nesse contexto, a declaração de que haviam conseguido “até que sua tabela fosse publicada nos jornais e lida nas rádios” revela o papel da imprensa como aliada em suas lutas. O emprego do advérbio “até”, aponta para uma conquista inusitada: atingir tanto jornais quanto as rádios, órgãos de grande veiculação no campo discursivo que poderiam auxiliar na divulgação das reivindicações do grupo. Temos, portanto, nessa declaração, a dimensão da dificuldade enfrentada pelas trabalhadoras para poderem ocupar o espaço da mídia.

O plano de ação aprovado no encontro realizado na Catedral redundou na definição de cinco metas: fortalecer as diretorias, conscientizar quem está fora do trabalho, visitar os bairros fazendo reuniões com as lavadeiras, lutar para que todo mundo aceitasse as tabelas de preços elaboradas por elas e lutar pela “libertação da lavadeira” (Boletim Diocesano *Nós Irmãos*, Ano 10, p. 11, out. 1981).

Como observamos, a partir dos editoriais sobre as empregadas domésticas e as lavadeiras, veiculado tanto no jornal *O Rio Branco* quanto em *Varadouro*, o discurso jornalístico é o espaço em que as relações de poder se apresentam demasiadamente acentuadas. Nesses editoriais, predominam a disputa pela possibilidade da fala e o uso do discurso pedagógico. Esse tom didático dos discursos, porém, apresenta faces diversas, ora reforça e reproduz o discurso pedagógico do Estado e da lei ora traz à cena o discurso das minorias, o qual, na visão de Hommi Bhabha (2005, p. 219) busca ser suplementar no sentido de produzir outra história e outros discursos, a fim de desestabilizar a sedimentação instaurada pelo poder.

²⁵ O “Movimento das Lavadeiras”. *Varadouro*. Rio Branco-AC, mar. 1979, ano II, n. 14, p. 11.

Além dos movimentos populares urbanos aqui estudados, outros ocuparam espaço dos jornais *O Rio Branco* e *Varadouro*. Neste segundo jornal, entretanto, os movimentos populares são enfocados em diversos editoriais, uma vez que o jornal foi ferrenho veiculador das causas desses movimentos que então se organizavam. A imagem dos sujeitos sociais ligados a esses movimentos era a de porta-vozes do discurso de resistência aos “desmandos” dos líderes do regime militar.

Ao observarmos as vozes que permeiam o discurso tanto da imprensa de linha oficial quanto da imprensa alternativa acerca dos movimentos sociais durante a Ditadura Militar é preciso levar em consideração as condições de produção imediatas dos textos analisados. Focalizar o sujeito enunciator, as circunstâncias em que enuncia, traz para a análise as “cenários enunciativos” que apontam para um discurso que, ora busca legitimar-se pelo princípio da legalidade e da defesa das instituições nacionais, ora remete à idéia de que o contra-poder age segundo procedimentos de resistência em defesa dos movimentos sociais.

Debaixo de uma poderosa estrutura de poder coercitivo, existem as rupturas, por isso, o discurso expresso nos jornais mostra não apenas o saber/poder que se institui com vistas à dominação, mas também permite perceber os conflitos sociais e a exclusão dos sujeitos considerados “subversivos”.

O discurso da imprensa desempenha um papel importante no preenchimento do vazio da palavra, permitindo rastrear os sentidos encobertos nas entrelinhas dos editoriais e buscando deixar falar o silêncio que permeia esses textos. Em um complexo movimento, o discurso jornalístico mostra e esconde o que convém a seus enunciatadores por meio de estratégias discursivas. Nesse sentido, a construção discursiva a respeito dos trabalhadores em suas lutas por melhores condições de vida, aparece no imaginário dos jornais *O Rio Branco* e *Varadouro*, como forma de trazer para o espaço da imprensa esses atores sociais que raramente apareciam no discurso da imprensa oficial, dando-lhes visibilidade e veiculando suas bandeiras de luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, buscamos discutir, com base nas concepções de Michel Foucault, a influência das redes de poder que atuaram na construção do discurso veiculado na imprensa escrita riobranquense no período de distensão do regime militar. Como esta é uma relação que se dá, essencialmente, pela construção do discurso e pelas sinuosidades das redes de poder, nosso objetivo foi analisar o discurso dos editoriais, buscando desvelar como as vozes sociais se apresentam nos dois jornais pesquisados e qual ressonância desses textos na construção de traços da memória que atuam na constituição do imaginário social riobranquense.

Com relação ao primeiro questionamento, foi possível observar, através da análise dos editoriais, que a formação discursiva predominante no discurso jornalístico dos jornais *O Rio Branco* e *Varadouro*, se apresenta marcada, respectivamente, pelo discurso manifesto e pelo discurso silenciado. Assim, durante o regime militar, os meios de comunicação foram instrumentos usados tanto como mecanismo de silenciamento e censura quanto como instrumento de resistência e veiculação das vozes dos sujeitos excluídos da “ordem do discurso”.

Pela adoção de um discurso que focalizava como protagonistas os vários sujeitos sociais geralmente excluídos da “ordem do discurso”, *Varadouro* foi alvo de constantes ataques por parte dos líderes políticos da época, por não admitirem contestações ao regime militar. O discurso do jornal *O Rio Branco*, embora também seja marcado em algumas ocasiões por estratégias de resistência, manifestou a predominância da violência, imposta de forma simbólica, para silenciar os que discordavam da palavra única dos líderes militares. A grande disparidade de posicionamentos dos dois jornais pesquisados indica que no discurso da imprensa atrelada ao poder oficial as palavras, em linhas gerais, são chamadas à neutralidade, enquanto que no discurso da imprensa alternativa, prevalece o envolvimento e a opinião declarada.

A análise contrastiva entre os dois jornais estudados permitiu visualizar as **estratégias discursivas** mais freqüentes esboçadas por ambos. Em *Varadouro* destaca-se a proposta de dessacralização da linguagem jornalística, através da adoção de um discurso manifesto que se pauta na ligação com a oralidade. As principais estratégias discursivas levantadas em *Varadouro* são o uso da **linguagem simples, direta e opinativa**, das “**marcas da oralidade**”, da **imagem** e da **pontuação** como formas de discurso, da **repetição**, da **ironia**

e do **discurso direto**, evidenciado pelo uso da entrevista-depoimento. No jornal *O Rio Branco*, as estratégias predominantes são **a linguagem impessoal e informativa, com pretensão de neutralidade e informativa, uso da técnica do lead, concisão e economia de palavras e discurso indireto**, evidenciado pela fala do editor mediando a interpretação dos fatos narrados.

Com relação ao questionamento acerca da influência desses textos na construção de traços da memória que compõem o imaginário social riobranquense, consideramos que a principal herança desse período é a **reatualização de mitos e heróis do passado**. A mitificação e “produção de heróis” é estratégia que perpassa toda a história da imprensa riobranquense, demonstrando-se de forma latente no período da Ditadura Militar e influenciando, ainda hoje, o imaginário social riobranquense.

No jornal *O Rio Branco*, o retorno dessa temática apresenta-se como estratégia para construir uma imagem dos líderes militares como continuadores das “grandes revoluções”. Assim, datas, heróis e monumentos se conjugam na montagem da memória acreana, evocando a coesão social. Enquanto o discurso de *O Rio Branco* lança suas bases no passado, *Varadouro* configura-se como um jornal do tempo presente, atento aos embates políticos e sociais vivenciados pelos acreanos no final da década de 1970. A mitificação presente no discurso de *Varadouro* é construída sob as imagens dos líderes dos movimentos sociais e representantes das camadas pobres da população como heróis da resistência.

A abordagem das vozes sociais foi delineada pela observação dos grupos temáticos mais recorrentes nos textos estudados. A divisão desses grupos foi feita em cinco aspectos. No primeiro, trabalhamos os silenciamentos e resistência em torno da luta pela terra. Em seguida, focalizamos os sujeitos envolvidos nessa disputa, seringueiros, posseiros, colonos e índios. Em terceiro, buscamos analisar a ambigüidade da presente na construção da imagem dos “paulistas” ora como “novos colonizadores do Acre” ora como “arautos do progresso” acreano. Posteriormente, trabalhamos como a imprensa escrita construiu as representações da luta pela sobrevivência nas “periferias” de Rio Branco. Finalmente, trouxemos à discussão a posição dos jornais *Varadouro* e *O Rio Branco* frente aos movimentos sociais urbanos, dos quais os mais enfocados foram o movimento de estudantes e professores, dos estivadores, das mulheres acreanas e do movimento das empregadas domésticas e das lavadeiras.

No decorrer do trabalho, estabelecemos como hipótese, de um lado, a noção de que o discurso predominante no jornal *O Rio Branco*, por ser um jornal ligado ao poder oficial, apresentava-se marcado por vozes hegemônicas e, de outro, a idéia de que o discurso

presente no jornal *Varadouro*, por ser um jornal alternativo, apresentava-se permeado das “vozes marginais”, normalmente “silenciadas” no espaço da imprensa oficial.

Embora os dois jornais em questão se apresentassem, pela própria origem e linha editorial, de lados opostos, foi de grande importância buscar nos interstícios dos discursos, os pontos de contato e afastamento entre ambos. Essa cautela se fez necessária, tendo em vista que o jornal adquire existência enquanto fenômeno de linguagem, campo de confronto entre diversos discursos.

A idéia inicial de que o discurso dos jornais *O Rio Branco* e *Varadouro* representavam, respectivamente, o posicionamento de apoio e de oposição ao poder oficial, no percurso das discussões levantadas no trabalho convidam a perceber as rupturas. O que está posto deve ser questionado. Não há um jogo entre “bons” e “maus”, pelo contrário, os interesses que influenciaram a produção discursiva dos dois jornais se entrecruzam, mostrando que a idéia inicial de que estávamos diante de um “jornal que apóia o poder” e outro que o “critica mordazmente” era apenas uma face do fragmentário espelho do discurso.

Ao chegarmos ao limiar das análises levantadas no presente trabalho, o que resta são mais aberturas que fechamentos, que certamente são capazes de subsidiar outros trabalhos sobre o tema. A divergência entre os discursos contidos em *Varadouro* e *O Rio Branco* indica interesses antagônicos entre os grupos que mantinham a produção jornalística local em circulação. Dentro das interrogações que se sobrepõem às conclusões, caberia aqui, questionar que interesses estariam por trás desses discursos tão divergentes? Estaria *O Rio Branco* apenas repetindo o discurso dos grupos de poder ligados aos latifundiários, ao poder político ou aos grandes especuladores de terras? De outro turno, estaria *Varadouro* se colocando despretensiosamente ao lado dos pobres e oprimidos? Onde entram nesse contexto os interesses dos antigos proprietários dos seringais que haviam falido, agora sem perspectiva de prosseguir com a exploração da borracha?

Nessa teia repleta de emaranhados de redes de poder, que se cruzam e entrecruzam chamada discurso jornalístico, as intenções não são ingênuas. As vozes que emergem das páginas amareladas pelo tempo, mesmo muitas vezes apresentadas como ruídos silenciados, gritam, trazendo um turbilhão de perguntas, indagações, questionamentos. Resta, portanto, lembrar previamente que esse trabalho não esgota os gestos de leitura nem as possibilidades de interpretação. Esperamos que as questões aqui levantadas contribuam para despertar o interesse a fim de que sejam realizados novos estudos sobre os traços que compõem as redes de poder que vigoram na sociedade acreana e brasileira.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- AMARAL, Luís. *Técnica de Jornal e Periódico*. 3 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Brasília/INL, 1978.
- ASSMAR, Olinda B.; BONIFÁCIO, Maria Iracilda G. C.; LIMA, Gleyson M. *O Imaginário Social – Estudo dos Editoriais nos Jornais de Rio Branco Séc. XX*. João Pessoa: Editora Idéia, 2007.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência. O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.
- BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Trad. Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília: Editora UNB, 1982.
- BAKOS, Margaret M. Egyptianizing motifs in Architecture and Art in Brazil. In _____. HUMBERT, Jean-Marcel; PRICE, Clifford. *Imhotep Today* London: UCL Press, 2003.
- BAKTHIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BASÍLIO, Sandra Teresa Cadiolli. *A Luta pela Terra e a Igreja Católica no Vale do Acre e Purus (1970-1980)*. Recife: UFPE, 2001. Tese de Doutorado em História do Brasil – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE, Recife.
- BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo Opinativo*. Porto Alegre: Sulina, ARI, 1980.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávilla. – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BONIFÁCIO, Maria Iracilda G. C. *Ideologia e Poder: uma análise do discurso dos jornais “O Rio Branco” e “Varadouro” durante a Ditadura Militar (1977 – 1981)*. Rio Branco: Cida, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BRAIT, B. Análise do discurso e argumentação: o exemplo da ironia. In: _____. MARI, H. et al. (Org.). *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999.
- CALAÇA, Manoel. *Violência e Resistência: o movimento dos seringueiros de Xapuri e a proposta de reserva extrativista*. Rio Claro, São Paulo, 1993. 273p. Tese de Doutorado. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

- CALIXTO, Valdir de Oliveira (org.). *Acre: Uma história em construção*. Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto, Rio Branco, 1985.
- CASTRO, Edna Maria Ramos de. *Estado e Políticas Públicas na Amazônia em Face da Globalização e da Integração de Mercados*. Belém, 1999.
- CARDIA, Laís Maretti. *Meu lugar agora é aqui: trajetórias e memórias de colonos e seringueiros para Rio Branco, Acre – uma abordagem antropológica*. Florianópolis–SC. 2004. Tese de Doutorado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. 2004.
- CAPARELLI, Sérgio. *Comunicação de massa sem massa*. Porto Alegre: Summus, 1986.
- CHACON, Lourenço. *Ritmo da escrita: uma organização do heterogêneo da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- CHERUBIM, Sebastião. *Dicionário de figuras de linguagem*. São Paulo: Enio Matheus Guazzelli, 1989.
- CRUZ, Tereza Almeida. *Da resistência que brota do cotidiano à construção da organização das mulheres trabalhadoras rurais*. Rio Branco-AC. 1999. Monografia. Departamento de História da Universidade Federal do Acre, 1999.
- CUNHA, Euclides da. *Um Paraíso Perdido*. Brasília: Editora do Senado Federal, 1999.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- DIAS, Ana Rosa F. *O discurso da violência: as marcas de oralidade no jornalismo popular*. São Paulo: EDUC/Cortez, 1996.
- DIAS, Maria Rosália Correia. Por uma compreensão do conceito de gênero. In: _____. FAGUNDES, Teresa Cristina P. C. *Ensaio sobre gênero e identidade*. Salvador: Helvécia, 2003.
- DINIZ, Aníbal; COSTA, Francisca E.; Silva, Kátia M. V.; GADELHA NETO, Manoel C.. *“Varadouro”: análise do ideário de um jornal alternativo acreano*. Rio Branco: UFAC, 1991. Monografia em História /UFAC, Rio Branco, 1991.
- DOMINGUES, Flávia. *Os 30 anos da História Oral do Jornal “O Rio Branco”*. Rio Branco:UFAC, 2002. 72p. Monografia em Ciências Sociais, Rio Branco, 2002.
- DUTRA, M. J. S. *A redescoberta midiática da Amazônia: sedutoras reiterações dos discursos sobre a natureza*. Tese de Doutorado. Belém: NAEA/UFPA, 2003. Mimeo.
- FIORIN, José Luiz. *O Regime de 1964: Discurso e Ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

- _____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. *Microfísica do Poder*. Org. e trad. Roberto Machado. 18 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- _____. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1998.
- _____. *Les mailles du pouvoir*. In _____. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1994, v. 4.
- _____. O sujeito e o poder. In: _____. Rabinow, P. e Dreyfus, H. *Michel Foucault – Uma trajetória filosófica*. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: ClaraLuz, 2004.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. (org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. Sentido, sujeito e memória: com o que sonha a nossa vã autoria? In: _____. e BARONAS, R. (Org.) *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos: Claraluz, 2001, p. 60 –78.
- _____. *O enunciado e o arquivo: (en)trevista com Foucault*. Mimeo, 2002.
- GRZRYBOWSKI, Candido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GUEDES, Maria Eunice. *Gênero o que é isso? Psicologia, ciência e profissão*. Conselho Federal de Psicologia/Brasília: 1,2,3. 1995. p. 4-11.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Os Limites do Sentido: Um Estudo Histórico e Enunciativo da Linguagem*. Campinas: Pontes, 1995.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- HOBSBAWN, E. J. A outra história – algumas reflexões. In _____. KRANTZ, Frederick (org.). *A outra história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- HOBSBAWN, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- IMBERT, Gérard. Les Genes: L’editorial et la Formation de L’opinion publique. In _____. *Le discours du jornal a propos de El Pais*. Paris: Editons Acentre, 1988.
- JODELET, Denise. *Loucuras e representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- JÚNIOR, Nabor. *Temas Acreanos*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1977.

- KOLTAI, C. *Política e psicanálise*. São Paulo: Escuta, 2000.
- KOOGAN, André; HOUAISS, Antonio (Ed.). *Enciclopédia e Dicionário Digital Koogan-Houaiss 99*. São Paulo: Delta, 1999. 5 CD-ROM.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários – nos tempos da Imprensa Alternativa*. São Paulo: Página Aberta, 1998.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- LAGE, Nilson. *A linguagem jornalística*. 4 ed. São Paulo. Ática, 1993.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1989.
- LIMA, Regineison Bonifácio et al. *Centro de Memória do Morhan*. Rio Branco: Departamento de História/UFAC, 2007, Mimeo.
- LOPES, Margarete Edul de Souza. *Motivos de Mulher na Amazônia: produção de escritoras acreanas no século XX*. Rio Branco: EDUFAC, 2006.
- LUSTOSA, Elias. *O texto da Notícia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- MARIANI, Bethania. *O PCB e a Imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan/Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1998.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MIGUEL, Luís Felipe. O jornalismo como sistema perito. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, v. 11, n. 1, 1999, p. 197-208.
- MIRANDA, Wander Melo de. *Imagens de memória, imagens de nação*. Belo Horizonte: Scripta, UFMG, v.1, n.2, 1.º sem. 1998.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. História Oral: caminhos e descaminhos. *Revista memória, história e historiografia*. v. 13, n. 25/26. São Paulo: Editora Marco Zero, 2003.
- MORAES, Denis de. *O imaginário vigiado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Dayrell. *O Jornal – da forma ao sentido*. 2 ed. Brasília: Editora UNB, 2002.
- OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de. *O Sertanejo, o Brabo e o Posseiro: A periferia de Rio Branco e os cem anos de andança da população acreana*. Belo Horizonte: UFMG, 1982.

- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias do Brasil*. São Pulo: Cortez, 2002.
- _____. O. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 5 ed. Campinas: Editora Unicamp, 2002.
- PATEMAN, Carole. *O contrato Sexual*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- PAULA, Elder Andrade de. *Enigmas do desenvolvimento sustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza*. Rio de Janeiro: Mimeo, 2003.
- PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione (orgs.). *Trajetória das lutas camponesas na Amazônia acreana*. Rio Branco: EDUFAC, 2006.
- PIMENTA, José. A História oculta da Floresta: Imaginário, conquista e povos indígenas no Acre. In _____. Revista *Linguagens Amazônicas*, n. 2, 2003, p. 27-44.
- POLLACK, M. Memória e identidade social. In _____. *Estudos Históricos*. 5(10). Rio de Janeiro: 1992.
- _____. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. In _____. *Estudos Históricos*, 2(3). Rio de Janeiro, 1989.
- REIS, Liana Maria. *Poder, vadiagem e marginalização social em Minas Gerais - 1850- 1888*. (mimeo). s.d.
- REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Trad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: ClaraLuz, 2005.
- RIBEIRO, J. A. S.; VIEIRA, L. B. V.; KAGY, S. H. Braña. *O Governo Geraldo Mesquita e os conflitos pela posse da terra no Acre (1975-1979)*. Rio Branco: UFAC, 1993. Monografia – Departamento de História, UFAC, Rio Branco.
- SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. *Florestania: a saga acreana e os povos da floresta*. Rio Branco: EDUFAC, 2004.
- SILVA, Tomaz Tadeu. (org). *Identidade e Diferença*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. 7 ed. Trad. Mário Salviano Silva (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- _____. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco (1930-1964)*. 5 ed. Trad. Ismênia Tunes Dantas (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SOBRINHO, Pedro Vicente Costa. *Comunicação Alternativa e Movimentos Sociais na Amazônia Ocidental*. João Pessoa: Editora Universitária, 2001.

- SODRÉ, Muniz. *Reinventando a cultura: a comunicação e seus produtos*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade – uma teoria social da mídia*. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- TOURAINÉ, Alain. *Pourron-nous vivre ensemble?*. Paris: Fayard, 1997.
- TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*. V. II. 4 ed. Brasília: Senado Federal, 2001.
- VALLE DE AQUINO, Terri. 1977. *Caxinawá: de seringueiros “caboclos” a “peão” acreano*. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Universidade de Brasília.
- VALLE DE AQUINO, Terri. & IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. Regularização das terras e organização política dos índios do Acre (1975/94). In _____. *Povos Indígenas no Brasil 1991-1995*. Carlos Alberto Ricardo (Ed.), São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA), 1996.
- WOLFF, Cristina Sheibe. *Marias, Franciscas e Raimundas: uma história das mulheres da floresta – Alto Juruá Acre – 1870-1945*. São Paulo: USP, 1998, p. 13 (Tese de doutoramento).
- WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: EdUnB, 1997.
- ZHUMTOR, Paul. *A letra e a voz: a literatura medieval*. Trad. Jerusa Pires Ferreira e Amalio Pinheiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____. Permanência da voz. In _____. *O correio da UNESCO - a palavra e a escrita* (ed. Brasileira), n. 10, São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1985.

Sites:

- CAMPOS, Pedro Celso. *Gênero opinativo: modos de opinar*. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/da010520026.htm>>. Acesso em: 25 de outubro de 2004.
- Teixeira, Tattiana. *A crônica e os gêneros opinativos: um estudo comparativo*. Disponível em: <http://www.unb.br/fac/posgraduacao/revista2004/13_tattiana.pdf> Acesso em: 05 de novembro de 2004.
- GRANDIM, Anabela. Editorial. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt>> Acesso em: 16 de janeiro de 2005.

GOETTERT, Jones Dari; ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues. *Discurso do movimento e movimento do discurso: dos empates pela terra ao “não conflito” agrário na fala de lideranças sindicais no Acre (Amazônia – Brasil)*. Disponível em: <www.alasru.org/cd alasru2006/10%20GT%20Jones%20Dari%20Goetttert.pdf> Acesso em: 03 de janeiro de 2006.

SILVA, Francisco Bento da. *O golpe militar de 64 no Estado do Acre, Brasil: denunciismo, fragilidade e hipertrofia do executivo*. Disponível em <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/chicobento.pdf>> Acesso em 22 de janeiro de 2006.

_____. *As raízes do autoritarismo no executivo acreano (1921-1962)*. Recife: Mimeo, 2002.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. *A Preservação do Legislativo pelo Regime Militar Brasileiro - Ficção legalista ou necessidade de legitimação? (1964-1968)* Disponível em: <http://www.liphis.com/teses/pt/2004_mest_ufrj_claudio_beserra_de_vasconcelos.pdf> Acesso em: 15 de novembro de 2004.

ANEXOS

Anexo A - Editoriais do jornal *O Rio Branco*

Anexo B Editoriais do jornal *Varadouro*

Anexo C Fotografias sobre a fundação do Jornal *O Rio Branco*

Anexo D Fotografias do Jornal *Varadouro*

ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS EDITORIAIS

O RIO BRANCO

- 01-** *O Rio Branco*. Rio Branco-AC. Opinião. Rio Branco-AC, 20 de abr. de 1969, Ano I, n. 1, p. 1
- 02.** O 6 de Agosto. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC. 06 de ago. 1977, Ano IX, n. 091, p. 1
- 03.** Obelisco será construído na Praça Cívica. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC. 25 de ago. 1977, Ano IX, n. 107, p. 1
- 04.** Geisel homenageia mortos da II Guerra. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC. 21 de fev. 1978, Ano IX, n. 227, p. 1
- 05.** Vítimas da Intentona Comunista lembradas no 4.º BEsF. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC. 28 de nov. 1979, Ano IX, n. 736, p. 1
- 06.** Seringueiros revoltam-se contra fazendeiro. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC. 18 de dez. 1979, Ano X, n. 753, p.308
- 07.** Posseiros matam nas terras do Nova Empresa. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 09 de jul. de 1977, Ano IX, n. 67, p. 01
- 08.** Mesquita: “Depois de Rondônia a migração agora é para o Acre. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC. 08 de jan. 1978, Ano IX, n. 196, p. 3
- 09.** Uma solução prática. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC. 26 de jun. 1980, Ano X, n. 933, p. 0318
- 10.** Opinião. (Só mesmo...). *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 07 de jan. 1981, Ano XI, n. 1116, p. 1
- 11.** O índio no debate atual. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC. 20 abr. 1977, Ano VIII, p. 3
- 12.** Seringal Nictheroy, Modelo do Novo Acre. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC .19 de set. de 1974. Ano VI, n. 1222, p. 2
- 13.** Proprietários rurais pressionam posseiros. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC. 02 de jul. 1977, Ano IX, n. 061, p. 1
- 14.** Opinião. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 30 de ago. 1980, Ano X, n. 1015, p. 1
- 15.** Opinião. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 15 de jul. 1980, Ano X, n. 946, p. 1
- 16.** A difícil arte de viver dos moradores da Baía Nova. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 17 de fev. 1981, Ano XI, n. 1152, p. 5
- 17.** Estudantes querem mais liberdade. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 18 de dez. 1979, Ano X, n. 753, p.1
- 18.** Opinião. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 12 de set. 1980, Ano X, n. 1025, p. 1

19. Estivadores recusam desembarcar gás. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 18 de mar. 1980, Ano X, n. 855, p. 1
20. Semana da Mulher: acreanas opinam. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 13 de mar. 1981, Ano XI, n. 1170, p. 5
21. Empregadas domésticas vão fundar associação. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 20 de dez. 1981, Ano XII, n. 1483, p. 3

VARADOURO

- 01.** Aos Leitores. *Varadouro*. Rio Branco-AC, maio.1977, Ano I, n. 1, p.1
- 02.** O Siribolo do Papôco. *Varadouro*. Rio Branco-AC. Ano I, n. 2, jul. 1977, p.5
- 03.** Grileiros continuam soltos. *Varadouro*. Rio Branco-AC, mai.1981, Ano II, n. 21, p.25
- 04.** Migração: uma história de cem anos. *Varadouro*. Rio Branco-AC, set. 1977, Ano I, n. 04, p. 7
- 05.** À margem da vida. *Varadouro*. Rio Branco-AC, dez./1977, Ano I, n. 06, p. 5 e 6
- 06.** Operação Pega Fazendeiro II. *Varadouro*. Rio Branco-AC, Ano II, n. 17, dez. 1979
- 07.** Vamos lutar pela terra, meu povo. *Varadouro*. Rio Branco-AC, dez. 1978. Ano II, n. 13, p. 13
- 08.** Seringueiro não vira colono paranaense. *Varadouro*. Rio Branco-AC, dez. 1978. Ano I, n. 13, p. 13 e 14
- 09.** Sem terras, sem estradas ... (e os chamam de malandros). *Varadouro*. Rio Branco-AC, mai./1978. Ano I, n. 09, p. 15
- 10.** Caxinauás – índios seringueiros do Acre. *Varadouro*. Rio Branco-AC, ago./set. 1981, Ano IV, n. 23, p. 2
- 11.** Caxinauás ou “farofas-frias”. *Varadouro*. Ano I, nº 4, set. 1977, p. 15
- 12.** Índios vivem acoxados. *Varadouro*. Rio Branco-AC, set. 1978, Ano II, n. 12, p. 17
- 13.** Bairros lutam para sair da miséria. *Varadouro*. Rio Branco-AC. Ano IV, n. 20, abr./1981, p. 8
- 14.** Paulistas acham o mapa da mina. *Varadouro*. Rio Branco-AC, abr. 1981. Ano IV, n. 20, p. 10
- 15.** Depois da borracha, do boi... Agora, a madeira (em risco). *Varadouro*. Rio Branco-AC, mar./1979, Ano II, n. 14, p. 5
- 16.** Posseiros Urbanos. *Varadouro*. Rio Branco-AC, Ano II, nº. 14, mar. 1979, p. 9
- 17.** Bahia à margem da cidade. *Varadouro*. Rio Branco-AC, Ano II, nº 11, ago. 1978, p. 5
- 18.** Greve na Universidade abala o autoritarismo. *Varadouro*. Rio Branco-AC, mai.1981, Ano IV, n. 21 p.16-17
- 19.** Estivadores: um suor que não rende. *Varadouro*. Rio Branco-AC, jul. 1977, Ano I, nº 2, p. 13
- 20.** Mulheres sem charme. *Varadouro*. Rio Branco-AC, dez. 1977, Ano I, nº 6, p. 20
- 21.** O “Movimento das Lavadeiras”. *Varadouro*. Rio Branco-AC, mar.1979, Ano II, n. 14, p. 11
- 22.** Empregadas domésticas. *Varadouro*. Rio Branco-AC, set. 978, Ano II, n. 12

ANEXO A

O RIO BRANCO

01- *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 20 abr. 1969, ano I, n. 1, p. 1.

O Rio Branco

O EPISÓDIO que estamos registrando hoje na capital acreana, tem duplo sentido histórico, por isto que se de o primeiro neste Estado – de outro significa a concretização de uma etapa importante no esplendoroso projeto concebido pela prodigiosa inteligência de um homem que foi, sob todos os aspectos, uma das maiores personalidades em toda a nossa história republicana – o jornalista Assis Chateaubriand, fundador dos Diários Associados.

O LANÇAMENTO deste jornal exprime o coroamento de um esforço de quarenta anos. Com ele completamos o mapa do Brasil. De agora por diante, em todos os Estados, iremos encontrar um órgão desta cadeira de civismo, que somente um espírito das dimensões de Assis Chateaubriand com irresistível força criadora, poderia conceber, e, mais difícil ainda, tornar uma realidade.

COLHIDO pela morte há pouco mais de um ano, não pôde o indomável chefe dos Diários Associados ver o seu sonho concluído, mas para isto tomara todas as providências indispensáveis, que foram continuadas pelo seu sucessor, o jornalista e parlamentar, o dr. João Calmon.

AQUI estamos, pois, para trazer ao Acre a nossa colaboração, o nosso respeito construtivo, em prol do desenvolvimento e do progresso do Estado, ao lado da imprensa local, tradicional, modesta materialmente, mas ativa e atuante dentro das dificuldades e limitações que também iremos enfrentar.

A NOSSA mensagem é a mesma para todo o Brasil: encaminharemos o nosso empenho em prol do desenvolvimento da cultura do povo, da defesa das instituições e da unidade nacional. Essas idéias básicas, fundamentais que inspiram, que recebemos como herança do fundador desta imensa cadeia de veículos de publicidade, tendo como final o engrandecimento do Brasil.

Traduzimos com este acontecimento histórico no periodismo regional, a manifestação do nosso otimismo, nossa confiança no futuro deste Estado, na capacidade realizadora do seu povo, amalgamado em épicas pelejas de liberdade, pela sobrevivência e sobretudo pelo seu patriotismo, que teve em Plácido de Castro a mais alta concretização de seus ideais e de seus anseios de brasilidade.

Nós confiamos no futuro do Acre.

02. O 6 de Agosto. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 06 ago. 1977, ano IX, n. 091, p. 1.

O 6 de Agosto

FAZ HOJE setenta e cinco anos que eclodiu, em Xapuri, a Revolução Acreana, sob a chefia e sustentação do intrépido e bravo caudilho José Plácido de Castro, comandante de denodados nordestinos de repente e de armas na mão a defender para o Brasil ricas e férteis terras, e a conquistaram com sangue e muita luta o direito de ser brasileiro.

ESTA DATA histórica, indelével e marcante de nossa História e de nossas vidas, se não tem mais a retumbância e a repercussão de outrora, nem por isso deve permanecer no olvido e no silêncio. Foi graças a Plácido de Castro que tudo foi possível para nós, a partir do início da Revolução Acreana de 6 de agosto de 1902, culminada com a assinatura do Tratado de Petrópolis em 17 de novembro de 1903, pelo Barão do Rio Branco.

REVERENCIEMOS por um instante o passado e pensemos nos heróis e nos guerreiros que permitiram aos acreanos o direito de viver o sentimento uno e indivisível de comungar do mesmo orgulho de brasilidade, ensejando ao Brasil uma das mais gloriosas e dramáticas epopéias, provando, inconteste e eternos, que o sangue derramado não foi em vão. Pois somos brasileiros por opção e por direito de conquista.

03. Obelisco será construído na Praça Cívica. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 25 ago. 1977, ano IX, n. 107, p. 1.

Obelisco será construído na Praça Cívica

O povo decidiu que o lugar do obelisco em homenagem à Revolução Acreana deve ficar onde era: na Praça Eurico Dutra, segundo os votos apurados pela Assessoria de Comunicação Social e com o apoio de O RIO BRANCO. Extra-oficialmente, o Governo do Estado pretende reerguer o obelisco, demolido na gestão do prefeito Durval Dantas, no local onde foi colocado o monumento ao desenvolvimento, produzido em 74 pelo escultor paulista Caciporé. A foto de Américo de Mello, mostra, à esquerda, numa vista da chamada Praça Cívica, o monumento atual que sairá para entrar o maior símbolo da bravura acreana-nordestina.

04. Geisel homenageia mortos da II Guerra. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 21 fev. 1978, ano IX, n. 227, p. 1.

Geisel homenageia mortos da II Guerra

A memória dos pracinhas da Força Expedicionária Brasileira falecidos na II Guerra Mundial, será reverenciada hoje em todo o Território Nacional, dentro das comemorações da tomada de Monte Castelo, La Serra, Castel Nuevo e Montese.

O ponto alto das comemorações ocorrerá no Rio de Janeiro, quando o Presidente Geisel acompanhado de altas autoridades prestará sua homenagem no monumento Nacional dos Mortos, depositando uma palma de flores no túmulo do soldado desconhecido.

O General Jorge Sá Freire de Pinho, Comandante da II Brigada de Infantaria sediada em Niterói, proferirá oração alusiva ao evento.

Na Vila Militar também haverá solenidade festiva, sendo a chamada nominal dos ex-combatentes mortos, que integraram a unidade durante a campanha da FEB, o principal ponto da cerimônia. Foram convidados todos os pracinhas vivos.

05. Vítimas da Intentona Comunista lembradas no 4.º BEsF. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 28 nov. 1979, ano IX, n. 736, p. 1.

Vítimas da Intentona Comunista lembradas no 4.º BEsF

Os mortos da Intentona Comunista do Brasil foram reverenciados ontem no comando do 4.º Batalhão Especial de Fronteiras de Rio Branco, com as solenidades cívico-militares tendo início às 08 horas. A programação constou de apresentação da tropa federal às autoridades presentes; hasteamento do pavilhão nacional pelo governador Joaquim Macedo; leitura da ordem do dia; emanada do Ministro do Exército, general Walter Pires; canto do hino nacional e palavras do comandante do 4.º BEsF e desfile da tropa. A seguir alguns trechos da “Ordem do Dia”:

“Evocamos, nesta data, os sombrios acontecimentos que, em novembro de 1935, cobriram de luto a nossa pátria. (...). Em 1935, com o pretexto aparente de resistência democrática e de oposição ao facismo, então ameaçador, os agentes do comunismo, através de peculiar técnica revolucionária, formando uma aliança política de amplitude excepcional, para onde arrastaram ingênuos e oportunistas. Era a cobertura que necessitavam para infiltrar-se em nossas instituições, criando, deste modo, condições favoráveis à implantação de um estado soviético no Brasil.

Julgando próximos os resultados almejados e obedientes à palavras de Lenin vinda do exterior, fizeram eclodir a sinistra intentona. De Natal, a rebelião propagou-se e, na madrugada de 27 de novembro atingiu o Rio de Janeiro, deixando para trás de si um repugnante rastro de sangue, terror e morte. Companheiros de farda, tomados de surpresa durante a noite escura, foram traiçoeiramente rendidos pelos supostos amigos do entardecer. Era uma nova forma de luta que descobriram; assentada na ação torpe, que na busca dos seus objetivos não desprezava o crime e a desonestidade, valendo-se da calúnia, da mentira, do covarde assassínio. Derrotados, na firme determinação de nossas Forças Armadas e pela repulsa nacional às suas idéias, impuseram-se, os líderes do imperialismo marxista-leninista uma breve retirada que propiciasse a reformulação dos seus métodos.

Assim ocorreu nos primeiros anos da década de 60, quando aproveitando a complacência de um Governo omissivo, se infiltrara na administração Pública e, após semearem o caos e a corrupção, julgaram chegada a hora da tomada de poder. Nesta nova investida, encontraram inexpugnáveis as muralhas dos nossos quartéis, então já edificadas sobre o sacrifício dos mártires de 1935. Dessa tentativa, resultou o memorável Movimento de 31 de

março de 1964, quando, irmanados em causa comum, povo e Forças Armadas saíram às ruas para restabelecerem a ordem e a moralidade, repudiando de uma vez por todas, qualquer ideologia contrária à nossa índole e às nossas aspirações.

Não se tinha ilusão de que o gesto largo da anistia, verdadeira mensagem de conciliação e paz, sensibilizaria os espíritos impregnados de fanatismo ideológico dos contumazes promotores da subversão. Sabia-se, sim, que o ato magnânimo tocaria fundo o nobre sentimento cristão da grande maioria do povo brasileiro, valendo a pena arrastar o risco da tolerância com essa minoria extremada, para levar avante o projeto de normalização da vida democrática do País.

Compreendam, no entanto, eles e os seus insanos sequazes – antes que se sintam tentados a uma nova aventura – que aqui encontrarão o exército com as mesmas convicções de 1935 e 1964. vigilante, coeso e identificado com seus irmãos da Marinha e da Força Aérea e com a imensa maioria do povo brasileiro, que repele os pequenos grupos de radicais e extremados, incapazes de sobreviver fora da baderna ou do arbítrio”.

Meus camaradas!

Nesta hora de reverência, com o pensamento voltado para os bravos companheiros tombados em 1935 e inspirados nos seus exemplos, renovamos o nosso juramento de soldados de oferecer a nossa vida, se necessário for, para que gerações futuras recebam de nossas mãos a Pátria livre, onde todos possam desfrutar de uma vida digna, em clima de paz, harmonia e justiça social.

06. Seringueiros revoltam-se contra fazendeiro. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 18 dez. 1979, ano X, n. 753, p.3.

Seringueiros revoltam-se contra fazendeiro

Vinte e cinco seringueiros, armados de espingardas de caça, terçados, foices e outros objetos de uso na labuta diária, invadiram na manhã de sábado a sede da fazenda “Carão” (desmembrada do seringal Nova Empresa), a 60 quilômetros de Rio Branco. A finalidade da “missão” era matar o seu proprietário, Líbero Luchese e um jagunço por nome Eliseu. No local, somente encontraram o sr. Cícero Alves da Silva, encarregado do barracão, sendo que o fazendeiro e a sua gente havia fugido momentos antes embrenhando-se na mata.

Os seringueiros cercaram toda a área, disparando suas armas para o ar e gritando que o fazendeiro saísse. Como nada encontraram, a não ser o atemorizado gerente, invadiram o barracão onde vive o fazendeiro e outro usado para depósito. O sr. Cícero Alves, “por ser pessoa boa e alheia às injustiças do seu patrão foi poupado, mas os dois barracões ficaram completamente destruídos, quebraram os móveis, rasgaram todos os documentos que encontraram no local.

Ontem, nas dependências do quartel da Polícia Militar, onde os 25 seringueiros encontram-se recolhidos à disposição do Delegado Farias, o sr. Vicente Ferreira da Silva, uma espécie de líder deles, disse que a invasão não partiu da idéia de ninguém e nem houve preparativos. “Eram mais ou menos 9 horas da manhã, quando as estradas de seringal foram enchendo de gente, todos revoltados com as brutalidades e injustiças praticadas pelo sr. Luchese e seus jagunços. As ameaças de despejo se repetiam todos os dias e os seringueiros, com medo de perderem seus locais de trabalho, alguns deles com vários anos ali resolveram agir contra o fazendeiro”.

PARA MATAR

Prossegue o sr. Vicente Ferreira: “confesso que a nossa intenção era matar o sr. Luchese, e o capataz Eliseu. Os seringueiros estavam revoltados e não adiantava pedir para voltar. Juntei-me a eles para o que desse e viesse, embora sabendo que éramos minoria e as nossas armas de nada adiantariam na luta contra os jagunços da fazenda”.

Segundo o sr. Vicente Ferreira, o sr. Luchese tem a seu serviço aproximadamente 80 homens, todos em armas. “A maioria deles é estrangeira, eu acho que são paraguaios.

Recentemente o sr. Luchese disse a um seringueiro que foi procurar trabalho na fazenda, que não empregava brasileiro, porque “são um bando de preguiçosos”. Esses jagunços estão acostumados a invadir propriedades dos seringueiros, destruir seus roçados e até matar a criação”.

Vicente Ferreira é gaúcho, de São Leopoldo, ex-soldado da Borracha e está no Acre desde 1943. Ele confessa que está desanimado quanto à situação dos posseiros e seringueiros, que “não encontram lei que os ampare, vivendo sobressaltados, com medo dos fazendeiros que têm a seu lado jagunços treinados para matar e morrer”. Afirmou a O RIO BRANCO que a fazenda “Carão” é hoje “um barril de pólvora”, de tão confusa e perigosa a situação entre fazendeiros e seringueiros.

José de Souza Matos, um dos seringueiros que participou da invasão da fazenda chorou copiosamente ao tentar conversar com os jornalistas. Disse que ao ser preso levou dois tapas na cara por um jagunço conhecido por amargo. Ainda choranado afirmou que participou da revolta por achar que, se ficasse calado, iria ser despejado ou “então morto”. Contou que há coisa de dois anos o fazendeiro mandou amarrar e trazer para Rio Branco um posseiro que não queria entrar em “acordo” para sair da fazenda.

ORDEM DA CONTAG: RESISTIR

O mesmo seringueiro afirma que diversas vezes veio a Rio Branco denunciar invasão de sua colocação, que estava sendo devastada pelo pessoal do fazendeiro, mas não encontrou apoio. Na Contag, recomendaram-lhe que não deixasse “ninguém entrar”.

___ Mas não deixar, como? Só se for do jeito que fizemos: reunir todo mundo e sair matando gente.

Segundo o seringueiro José de Souza Matos, existem aproximadamente 200 pessoas no local, a maioria com pequenas roças formadas e trabalhando ordeiramente. Nos últimos dias a situação ficou tensa, com novas ameaças de despejo e destruição das plantações pelos homens da fazenda.

CLIMA DE GUERRA

O comunicado da invasão chegou à Secretaria de Segurança Pública através do advogado da fazenda, dr. João Batista Tezza, que solicitou providências para retirar o sr.

Líbero Luchese de sua fazenda, cercada pelos seringueiros. Até o momento da queixa, o advogado achava que o fazendeiro e sua família estivessem mortos.

Imediatamente o Secretário de Segurança Pública e Comandante da Polícia Militar, coronel Carlos Alberto Martins seguiu com o choque da P, composto de 18 homens. Segundo o Secretário de Segurança Pública, era visível a intenção do advogado para indispor a polícia contra Os seringueiros, chegando a afirmar que seriam recebidos a bala.

Na estrada, encontraram a esposa do sr. Eliseu, que havia fugido do local com uma criança no braço. A mesma conversa: estão todos armados e vão receber a polícia a tiros. A força policial estava preparada viajava abaixada dentro dos veículos, a espera do pior.

TIROS NA MATA

“Ao aproximarmos do local – conta o coronel Carlos Alberto Martins – a mata estava silenciosa, cheirando a emboscada. De longe avistamos o barracão onde os homens estavam “entrincheirados”. Alguns tiros foram disparados para o ar pelos soldados e dadas as ordens para que saíssem. De um a um os que estavam dentro da casa foram saindo, mesmo os que correram para o mato. Todos eles – inclusive os que tinham fugido e voltaram alguns minutos depois – foram colocados dentro das viaturas sem a menor reação”. Quando estava, sendo colocados no interior dos carros da polícia – segundo palavras da própria vítima – uma das pessoas da fazenda saiu de dentro do mato e deu dois tapas na cara do seringueiro José de Souza Matos, sob as vistas da polícia.

Todos os seringueiros detidos afirmaram que foram bem-tratados pela polícia, dizendo que “somente um soldado seria suficiente para trazê-los. A nossa briga não é contra as autoridades, mas sim contra aqueles que querem nos despejar, tirando a possibilidade de sustento de nossas famílias”.

REMORSOS

“A missão da polícia é essa, mas, sinceramente, me sinto com remorsos de ter participado da diligência, disse em seu gabinete o Secretário de Segurança Pública, coronel Carlos Alberto Martins. “Esses homens não passam de uns inocentes. Acredito que teria havido sangue, mas não como ação premeditada, mas sim pela violência do momento. Explicou que os 25 seringueiros não estão presos, e sim à disposição do delegado que está

instaurando o inquérito. “Estão alojados no quartel da PM, porque não têm onde ficar”, finalizou o Secretário.

ATO CRIMINOSO

Para o advogado João Batista Tezza, procurador do fazendeiro Líbero Luchese, “a ação dos seringueiros não foi uma simples invasão de propriedade, “mas um ato de banditismo, um crime e deveriam todos ser autuados em flagrante por tentativa de homicídio”. João Batista Tezza disse que o “assalto” à fazenda deixou um saldo de prejuízo muito grande: dois barracões completamente destruídos, móveis quebrados, documentos rasgados e buracos de balas por todo canto”.

A Fazenda “Carão” de propriedade do advogado Líbero Luchese tem dois mil hectares e foi desmembrada do seringal Nova Empresa.

Há dois anos atrás, o capataz de uma das fazendas da localidade conhecido por “Gaúcho” foi assassinado a tiros de espingarda por posseiros.

O advogado João Batista Tezza negou que o sr. Luchese seja o mesmo que está brigando com posseiros no Alto Purus por uma gleba de 80 mil hectares, mas admitiu que ele tem outros interesses na área.

07. Posseiros matam nas terras do Nova Empresa. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 09 jul. 1977, ano IX, n. 67, p. 01.

Posseiros matam nas terras do Nova Empresa

O paulista Carlos Sérgio Zapparoli Siena, de 26 anos, procurador e capataz do Grupo Sulista que comprou as terras do seringal Nova Empresa, foi morto anteontem numa emboscada preparada provavelmente por posseiros da área. Ele dirigia-se a cavalo por um varadouro, penetrando o seringal na parte da tarde, e num dado momento levou vários tiros de espingarda no peito, caindo sem vida. Outros dois que o acompanhavam – o topógrafo Franco G. Mira e o auxiliar Osvaldo Gondim – também foram atingidos. O primeiro levou ferimentos leves no olho, e ao cair do cavalo saiu correndo pela mata, segundo revelaria depois, “debaixo de um intenso tiroteio”, sem saber o que acontecia com os companheiros. Passou a noite em claro, vivendo momentos de pavor, mas ontem conseguiu retornar a Rio Branco, sem perigo. O outro ainda está desaparecido e supõe-se que tenha tido o mesmo fim de Carlos Sérgio. Uma diligência policial que vasculhou o local da emboscada, ontem pela manhã, encontrou apenas seu relógio, quebrado. Os órgãos de Segurança do Estado se movimentam para desvendar o caso, mas o diretor de Polícia Judiciária, João Bernardino de Sousa, que está à frente das investigações, ainda não forneceu a versão oficial dos acontecimentos. Há, contudo, antecedentes que indicam a existência de conflitos entre proprietários e posseiros do seringal, desde 1975, o que deverá ser examinado. O corpo de Carlos Sérgio chegou ontem ao meio-dia a Rio Branco e deverá ser transferido para Marília, após embalsamado.

O Seringal Nova Empresa compreende uma área de 90 mil hectares que foi dividida em duas partes: uma com 50 mil hectares, que pertence a dois sócios, e outra de 40 mil adquirida por 14 empresários do sul, entre eles, Mário Junqueira, presidente da Associação dos Criadores de Nelore do Brasil, Archimedes Barbieri (industrial paulista), Esmerino e Sebastião Ribeiro do Valle, o deputado mineiro João Marques e Dr. Renir Rabelo. No ano passado, seis desses empresários estiveram em Rio Branco, para solucionar um problema entre Carlos Sérgio e alguns posseiros e invasores. Carlos Sérgio teria juntamente com dois policiais de Rio Branco, ateado fogo em vários barracos supostamente pertencentes a invasores e, em represália, os trabalhadores queimaram o acampamento do topógrafo que fazia demarcações nas terras do grupo. Na ocasião houve encontro no quilômetro 25 da estrada que penetra o seringal, quando os proprietários propuseram a doação de lotes de terra

para aqueles que fossem comprovadamente posseiros. O diretor de Polícia Judiciária, João Bernardino de Sousa, agiria como mediador.

Os desentendimentos, não obstante essa proposta, continuaram existindo, por por duas razões:

Os elementos considerados invasores, sem direito a permanecer na terra ou ser indenizado, relutaram em sair. E os admitidos como posseiros, recusam-se a deixar suas áreas já cultivadas e mudar-se para o loteamento oferecido pelo grupo porque, segundo alegam, o novo terreno não tem água e está situado em tabocal. Além disso, não havia um consenso quanto ao número de trabalhadores residindo na área. Enquanto os proprietários e a polícia falavam em 40 famílias, os posseiros diziam ser no mínimo 200. E a permanência de Carlos Sérgio na área, depois das primeiras desavenças, não ajudava para um acordo.

Versões circulantes

O Secretário de Segurança do Estado, Ten. Cel. José Maria de Castro Araújo, entende que o seringal Nova Empresa não “é uma área problemática”, opinião que é endossada pelos seu diretor de Polícia Judiciária, João Bernardino de Sousa. Contudo, no gabinete do governador do Estado as crescentes queixas que chegavam com frequência, de posseiros, indicavam uma situação de conflitos. O Chefe do Gabinete, Nemésio Coelho admitiu ontem que chegava “a receber de 5 a 6 queixas por dia e que o governador Geraldo Mesquita, por várias vezes mandou chamar Carlos Sérgio para que se explicasse”.

Por coincidência, Nemésio Coelho ouviu ontem pela manhã, na presença de jornalistas, a mulher de um dos posseiros que ainda não sabia da morte de Carlos Sérgio e foi a Plácido de Castro exatamente pedir providências do governo contra as arbitrariedades que o capataz estaria praticando no seringal. Mãe de 16 filhos, casada com Raimundo Ferro Filho, dona Isabel, mulher decidida e que confia na justiça dos homens, declarou:

“Quando Carlos Sérgio e Osvaldo entravam no seringal, aproximando-se das colocações, todo mundo ficava assombrado, principalmente mulheres e crianças. Ninguém queria ficar em casa sozinho, e as mulheres choravam para que seus maridos não se distanciassem. Os dois andavam sempre acompanhados da Polícia”.

Segundo Dona Isabel, Carlos Sérgio costumava dizer com arrogância: “Vocês vão ter que ficar nos lotes, mas nada de seringa. Seringa vai acabar”.

Topógrafo Assustado

O topógrafo Franco G. Mira não teria nada a ver com a situação conflituosa que poderia explicar a emboscada. Ele estaria cumprindo apenas a missão de corrigir uma linha demarcatória no seringal. Quando surgiu o tiroteio, ele correu pela mata em desespero. Apenas seu cavalo teria sido atingido gravemente. Ao encontrar-se com a diligência policial que foi buscar o corpo de Carlos Sérgio e fazer investigações, estava exausto e falava que tinha ouvido cerca de 40 tiros. Sua esposa deu-lhe calmante para dormir e não permitiu o acesso da imprensa em sua residência para outras informações.

O corpo de Carlos Sérgio ficou ontem no necrotério, mas poderá seguir para Marília. Muito preocupado o diretor de Polícia Judiciária, João Bernardino de Sousa evitava a imprensa para dar a versão oficial do acontecimento. Sabe-se, porém, que um seringueiro já teria sido detido fornecendo algumas pistas. Surgiu também a hipótese de que a emboscada teria sido realizada por peões contratados pelo grupo do Nova Empresa para desmatar uma área destinada à demarcação de pequenos lotes para assentamentos de posseiros. É uma hipótese, contudo, que não será aceita pela Polícia, que teria indícios mais claros da situação existente entre posseiros e proprietários.

Vereador tem provas

O secretário da bancada do MDB na Câmara Municipal de Rio Branco, que recentemente levantou uma acusação contra Carlos Sérgio, que o impediu de visitar um posseiro do Nova Empresa, interditando-o juntamente com o vereador João José (do MDB) e um casal de conhecidos, disse ontem que juntou depoimentos de posseiros e outros testemunhos para provar que houve arbitrariedade do paulista encarregado de fiscalizar as terras. A Polícia ouviu suas testemunhas e concluiu que não houve a interdição denunciada pelo secretário da bancada emedebista. O próprio Secretário de Segurança, dias antes, informou que o governador Geraldo Mesquita conversou com Carlos Sérgio, depois da denúncia, e teria concordado que houve distorções dos fatos.

Desaparecido

Oswaldo Gondim, o outro companheiro de Carlos Sérgio, até ontem à noite continuava desaparecido, e provavelmente ferido. A diligência policial encontrou apenas seu

relógio. Sua esposa esteve no gabinete do diretor de Polícia Judiciária, apreensiva. Não há, porém, pistas confiáveis do que lhe tenha acontecido realmente. Ele poderia simplesmente ter se refugiado na mata, esperando o momento propício para reaparecer. As investigações

Policiais continuam hoje, intensas. Se a situação no seringal não é conflituosa – como acreditam o Secretário de Segurança e o diretor de Polícia Judiciária – não haveria motivos para posseiros perseguirem Osvaldo. Essa era uma conclusão a que algumas pessoas chegavam ontem, ao comentarem a emboscada.

08. Mesquita: “Depois de Rondônia a migração agora é para o Acre”. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 08 jan. 1978, ano IX, n. 196, p. 3.

Mesquita: “Depois de Rondônia a migração agora é para o Acre”

Dizendo que “Rondônia já encheu” e que “a tendência agora é iniciar a corrida para o Acre”, o governador Geraldo Mesquita admitiu no começo desta semana que os migrantes do sul do País – sobretudo colonos do Paraná e São Paulo – depois de ocuparem o Território de Rondônia, vão procurar fixar-se no Acre, nos projetos de assentamento dirigido que estariam em vias de serem instalados na região. O governador afirmou que prevê esse acontecimento há muito tempo e que “o Acre está mais ou menos preparado para deslanchar nesse setor”.

Embora entenda que o problema da distribuição de terras no Estado seja particularmente difícil, pela carência de técnicos em topografia, e pelo fato de numerosos precedentes a terra, não possuírem a documentação exigida pelo Incra, Mesquita revelou-se esperançoso de que essas dificuldades sejam superadas em 78. Seu objetivo, segundo afirmou, é chegar “a uma classe média rural fortalecida e assistida, com sua posse assegurada”.

Para formar essa classe rural “fortalecida”, o Acre já contaria com cerca de 400 mil hectares de terras (mantendo-se a reserva florestal) dos 800 mil declarados de interesse social para fins de desapropriação, em dezembro de 76, além de outras áreas que poderão ser recuperadas pela União, através das discriminatórias judiciais que o Incra está processando no Estado (mais de dois milhões e meio de hectares até agora pelo rito sumário). O governador acha que 400 mil hectares não bastariam para assentar cerca de mil famílias que estão sem terra no Acre, entre pequenos agricultores e ex-seringueiros, e mais aquelas que naturalmente começarão a chegar do sul, com maior frequência. Não obstante, revelou que “estou esperando o anúncio de medidas muito boas nesse particular, neste começo de ano”.

Na verdade, não apenas o governador prevê a migração de colonos do Paraná e São Paulo (ou de outros Estados) para o Acre. Em Rio Branco, há muito se comenta sobre o interesse de aproximadamente 5 mil famílias paranaenses se transferirem para o Estado. Essas famílias foram desapropriadas e indenizadas na área da Usina de Itaipu, e aguardariam apenas a promessa de um lote de terra, em projetos do Incra, para realizarem a mudança.

Não obstante, e ainda que essa migração pareça de acordo com os planos do atual governo acreano, ela não deixa de ser também considerada inquietante, pelos problemas sociais que possa acarretar no começo, se acontecer de maneira incontrollável, como em

Rondônia. De qualquer forma, Geraldo Mesquita, que talvez tenha sido o único governante amazônico a se posicionar claramente diante da questão fundiária, em favor dos pequenos e médios proprietários, condenando o latifúndio improdutivo e a ocupação desordenada da região, terá que se interessar por essa migração e encontrar soluções em benefício do Estado.

09. Uma solução prática. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 26 jun. 1980, ano X, n. 933, p. 3.

Uma solução prática

Não adianta querer se botar pano quente nesta questão de incidentes por terras que ocorrem no Acre, especialmente abrangendo os municípios de Rio Branco, Xapuri e Basiléia, com acordos, radicalismos de ambas as partes engalfinhadas: empresários e homens do campo (seringueiros, colonos, etc.).

Vez por outra se noticia o agravamento das relações sociais dessas áreas, com a bola de neve se avolumando cada vez mais, e casos de morte se sucedendo. Se maiores conflitos não tem havido, credite-se boa parte às medidas preventivas tomadas pelo Governo do Estado no campo fundiário. Entretanto, medida das mais fundamentais tomou agora o Governador Joaquim Macedo, em tocar o Projeto Redenção, que se propõe em assentar 500 parceiros em lotes rurais, ocupando por conseguinte a mão-de-obra oriunda dos seringais desativados, e que proporcionaram principalmente a “inchação” dos núcleos urbanos.

Nesse projeto de assentamento dirigido, que se localiza na BR-364, no trecho da Rodovia Rio Branco – Porto Velho, se oferecerá toda a infra-estrutura às famílias assentadas, o que favorecerá sem dúvida alguma a que se alcance êxito nos projetos que lá o Governo, através da COLONACRE, pretende desenvolver, com o cultivo de culturas permanentes como a seringueira, o café e o guaraná, ao lado de agricultura de subsistência.

Mas, aspectos dos mais importantes a serem ressaltados nessa empreitada corajosa em que se lança o governador Joaquim Macedo e sua equipe, diz respeito a fixação do homem rural ao campo, evitando dessa maneira que se formem novos “cinturões de miséria”, bairros abortados e sem o mínimo planejamento, surgidos do nada pela incessante busca da legião dos homens sem terra, na cata de um pedacinho de chão para morar e cultivar, como também o de evitar que se continue depredando nossas riquezas florestais, já que nesse projeto serão preservados os recursos naturais, evitando o chamado crime ecológico.

As inscrições para o colono ter acesso ao projeto Redenção, noticiaram, devem ser abertas neste próximo dia 30, o que deve ensejar uma ampla campanha publicitária dirigida principalmente para os meios rurais, através de palestras, distribuição de folhetos, para que a população marginalizada e sem terra tome conhecimento e possa ser beneficiada pelo empreendimento do Governo do Estado, que desde já pose ser tido como de amplo alcance social, já que servirá para desaquecer os bolsões sociais que vem se formando no Estado.

Os órgãos ligados ao problema da terra, não só o Governo do Estado, devem também batalhar para que o projeto Redenção atinja suas reais finalidades, orientando, mostrando a importância da cartada jogada pelo Governo, que é a de minorar os problemas advindos da questão fundiária acreana, que tanto mal vem causando aos que de uma forma ou de outra foram obrigados a se deslocar com suas famílias dos seringais para as cidades.

Esta é uma ponte de salvação, um meio de se corrigir as distorções, as querelas que vem se formando, os extremismos que só mal causam, daí porque conclamamos a que as representações classistas se unam ao Governo para que coesos, entreguem ao João, ao Mané, ao Antonio, um pedaço de terra para trabalhar.

Bom dia leitores

10. Opinião. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 07 jan. 1981, ano XI, n. 1116, p. 1.

Opinião

Só mesmo uma patrulha mecanizada e com muito boa vontade vai conseguir tirar a safra acreana do atoleiro. Milhares e milhares de agricultores, com lama pelas canelas e isolados pelos buracos das estradas vicinais, são impotentes para fazer chegar aos centros consumidores sua produção de milho e arroz.

Nesse aparato mecanizado que está sendo formado pelo governo do Estado, deveria entrar somente máquinas e pessoal do Deracre e Colonacre, como castigo pelo ano que passaram flauteando sem nada realizar em benefício das estradas rurais. E serviria também como experiência para os anos futuros.

Esse ano a safra agrícola do Acre só não dobrou em relação a do ano passado, porque faltou coragem do agricultor para plantar sem ver como escoar a produção. MAS cresceu, e isso é muito bom.

Em todo o país, a Comissão de Financiamento e Produção está alerta para não deixar que “nem um grão se perca no campo por falta de escoamento”. Aqui no Acre, se se quiser seguir esse lema, vai ser preciso utilizar tratores, burros, bois e o lombo dos produtores. Porque veículos convencionais não conseguem entrar na zona rural...

11. O índio no debate atual. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 20 abr. 1977, ano VIII, p. 3.

O índio no debate atual

Tiveram ampla divulgação em toda a imprensa brasileira as declarações do Ministro Rangel Reis, quando tomou conhecimento das relações de choques entre índios e posseiros em Mato Grosso, que já vitimaram um missionário, além de muitos indígenas. Dizer que há hostilidade entre indígenas e brancos é uma bobagem. Não existe. Não se pode dar um tratamento ao colono diferente do dado ao índio, porque o índio não vai com isso deixar de preservar a sua cultura. Se desenvolvermos um trabalho intenso, daqui a dez anos os 220 mil índios estarão reduzidos a 20 mil, e daqui a 30 anos todo mundo integrado direitinho. O índio quase entendido como garoto peralta que precisa ser corrigido com severidade.

O boletim do Centro Ecumênico de informações, publicado no Rio de Janeiro destaca o debate entre o Ministro Rangel Reis, religiosos, antropólogos, sertanistas e demais estudiosos do assunto. Diz o Ministro: “A posição da Igreja Católica é sonhadora, feudal e atrasada com relação aos índios”. Além disso, não acredito na boa fé de uma minoria religiosa que se diz defensora dos humildes, encarando o governo como perseguidor da população menos favorecida”. “Se as missões quiserem continuar colaborando para o processo de desenvolvimento do índio brasileiro, acrescentou o ministro, terão que adotar a política do Governo, que é a da emancipação progressiva das comunidades”.

E vieram as reações: “Em nome de quem e sobre que direito pode a autoridade impedir a pregação do evangelho? A importância do trabalho executado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), é a plenitude da verdade religiosa que agora querem sufocar” (Bispo de S. Mateus).

“É muito fácil acusar uma parte da Igreja de atrasada e ligada a subversivos, porque assim se evita considerar o verdadeiro problema, que é o de como são respeitados os direitos dos índios e posseiros”. Sobre a afirmação do Ministro de que as missões religiosas querem catequizar as tribos enquanto que o índio continua miserável para toda a vida”, afirmou que seria suficiente ouvir alguns depoimentos de índios para desmentir esse tipo de afirmação (Padre Cláudio Peroni, diretor do Centro de Estudos e Assuntos Sociais (CEAS). Por sua vez, o pastor Hilmar Kanhemberg, pela Igreja Luterana, disse esperar que o plano do Ministro do Interior de afastar as missões religiosas do seu trabalho junto aos indígenas “não seja executado, porque se for, os prejudicados serão os índios. E a nossa Igreja vai debater e discutir e brigar se for preciso, por causa dos índios”.

Prossegue noticiando o Boletim da CEI: D. Thomas Balduino, presidente da CIMI, propõe a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para estudar o problema relacionado com os índios e referindo-se à proposta de rápida integração feita pelo Ministro, afirmou “que se concretizada, essa medida será uma violação ao direito do indígena de assumir seu próprio destino”.

Antropólogos, sertanistas e indigenistas passaram a apresentar seus depoimentos pela imprensa brasileira. Para alguns a situação dos índios é ainda mais complexa, devido às grandes diferenças que as compõem. Outros afirmam não ser o problema do índio um assunto isolado. É problema de intolerância com referência a outras minorias étnicas, “tanto nós quanto os índios temos direito a algo melhor do que uma política de aculturação forçada e de extinção cultural planejada”.

Apoena Meyreles afirma que não cabe aos brancos determinar prazos para integração dos índios. Destaca, isso sim, que devemos assegurar o direito de suas terras, fornecer assistência médica e material e não tentar orientar as comunidades para qualquer processo de emancipação. Conclui dizendo que “só os indígenas podem dar a resposta sobre a sua emancipação, e se vão querer ou não se integrar na sociedade envolvente”.

A última posição do Ministro tranquiliza e, ao mesmo tempo, deixa outras inquietações, quando afirma que “não vamos afastar as missões religiosas do trabalho junto às comunidades indígenas porque não temos razão para isso. Vamos trabalhar de maneira mais estreita com as missões, orientando-as. Vamos aperfeiçoar o que não está bom e vamos fortemente seguir a política indigenista brasileira, que é alcançar a integração progressivamente. Espero que a maioria da Nação brasileira entenda essa posição que é a posição de uma minoria que precisa ser mais ajudada do que está sendo hoje”.

Diz ele também que “O ensino bilíngüe para os indígenas é uma perda de tempo e dinheiro. A partir de 1977, o sistema será modificado, o índio aprenderá apenas a língua portuguesa. É maldade exigir que meninos de seis e sete anos sejam batizados em duas línguas. Qual o objetivo disso? (...) O ensino bilíngüe precisa ser analisado por especialistas, e vou pedir ao Ministro da Educação que nos ajude nessa análise. Eu tenho muitas dúvidas... Acho apenas que se não houver uma razão muito forte para continuar esse ensino, a alfabetização dupla, na língua nativa e portuguesa, então talvez a gente deva rever esse critério, porque não é fácil”. As inquietações decorrem da situação em seu aspecto fundamental, inalterável desde os primeiros dias de nossa colonização: em relação aos índios, tudo pode ser e não ser ao mesmo tempo.

O fato de estar se instalando aqui no Acre uma unidade administrativa da FUNAI é em si auspicioso. Desejamos que a experiência adquirida em unidades anteriores venha a contribuir para o perfeito entrosamento entre organizações e envolvidas em qualquer plano da assistência do indígena acreano. Já há inclusive uma séria de providências importantes tomadas pela mesma, prenunciando um excelente trabalho. Espero, finalmente, que haja esforço e união de todos no sentido de respeitar o direito de escolha de sua própria forma de vida da parte do indígena, pois enquanto discutimos, sem entrar em acordo, eles continuam aparecendo.

12. Seringal Nictheroy, Modelo do Novo Acre. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 19 set. 1974, ano VI, n. 1222, p. 2.

Seringal Nictheroy, Modelo do Novo Acre

Muito se tem falado em terras e desenvolvimento da agropecuária do Acre, a partir dos novos investimentos aqui surgidos. Visando esclarecer aspectos dessa realidade, O RIO BRANCO visitou o Seringal Nictheroy, de propriedade dos agropecuaristas Flávio Maia Cardoso e João Avelar Ribeiro, do Paraná, e de João Batista Tezza Filho, advogado militante nesta capital.

A propriedade, outrora pertencente a Plácido de Castro, situa-se na confluência das rodovias que dão acesso a Xapuri e Vila Plácido de Castro e ocupa grande extensão de terra em ambas as margens das citadas rodovias.

Vivendo anteriormente da simples extração da borracha e castanha, a presença de tratores pesados, de esteiras e de rodas, põe um ponto final na era do extrativismo, mecanizando enormes áreas para o cultivo de lavouras brancas e plantio sistemático de seringueiras. Mais de 80 homens trabalham diariamente na implantação dos projetos que incluem agricultura, a primeira mecanizada do Estado, e pecuária, com a formação de 250 alqueires de pastagens ainda este ano. Na sua pista de pouso recentemente concluída encontra-se parqueado um avião agrícola que iniciará esta semana o plantio nas áreas já separadas.

Até o momento foram aplicados recursos na ordem de Cr\$ 2 milhões de cruzeiros, sendo apenas Cr\$ 500 mil provenientes do Basa, credor hipotecário de parte do seringal.

Problemas humanos

A área era inicialmente explorada apenas através da atividade extrativa, ocasionando acúmulo de débitos de seringueiros e arrendatário. Tendo sido indenizado em 300 hectares, o ex-arrendatário desenvolve excelente pecuária de leite e corte; com o aproveitamento de mão-de-obra local empreitou a formação de novas pastagens. Raimundo Nonato da Silva, o ex-arrendatário, é hoje um homem de empresa. Proprietário, empreiteiro, saldou suas dívidas e vive em paz numa casa onde existem os confortos da vida moderna. Os seringueiros da área foram

todos indenizados, uns em terras, outros em dinheiro, mas a maioria permanece no local que será demarcado e posteriormente loteado em chácaras, de 10 a 50 hectares. O ambiente entre os seringueiros parece de paz e harmonia.

Problemas

Segundo declarou o administrador geral e um dos proprietários advogado João Batista Tezza Filho, “o relacionamento entre seringueiros e proprietários é dos melhores, além da vontade de trabalhar e progredir, experimentar com uma visão intensa dos problemas sociais e humanos”. Salientou, no entanto, que o único e real problema é a falta de compreensão e visão unilateral do INCRA, que estamos desenvolvendo, compreensão virá novamente”.

13. Proprietários rurais pressionam posseiros. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 02 jul. 1977. ano IX, n. 061, p. 1.

Proprietários rurais pressionam posseiros

Dez famílias de posseiros que residem na área declarada de interesse social, para fins de desapropriação, procuraram o delegado sindical de sua entidade de classe, José Garcia Lacerda, para reclamar de dois proprietários rurais que estariam adotando práticas ilegais para ameaçá-los e dificultar suas atividades agrícolas e extrativistas. Um dos proprietários é Duarte do Couto, fazendeiro paulista, que possui terras à altura do KM 70 da BR-364, trecho entre Rio Branco e Porto Velho. O outro é conhecido apenas como Dr. João, e seria um dos representantes ou donos da Bonal, que adquiriu uma propriedade nas vizinhanças, no polígono que está em processo de desapropriação pelo Incra.

OBSTRUÇÃO

Duarte do Couto, segundo os posseiros, abriu uma estrada por onde existia antes um varadouro, utilizado pelas famílias residentes na área, e recentemente determinou que ninguém pode passar por ali, por exemplo, em lombo de animal. Só permite que os posseiros passem a pé.

Sua intenção seria impedir que os colonos e seringueiros saíssem com seus produtos para a estrada que dá acesso a Rio Branco, ou seja, a BR-364.

Já o Dr. João da Bonal, mandou abrir trechos de outro varadouro derrubando árvores frondosas atravessadas no caminho, e mantém um pistoleiro na área para garantir essa obstrução. Para chegar a Rio Branco, com sua filha doente, a mulher de um dos posseiros teve que vencer com enorme dificuldade esses troncos propositadamente colocados no varadouro, agravando a doença da menina.

Entre os posseiros que podem ser consultados sobre a situação estão Sebastião Rufino dos Santos, Vicente Guilherme da Silva, Saturnino Alves, Edmundo Martins Santana, Raimundo Maia Pereira, José Ribamar Cafudio, Antonio Batista de Jesus, Getúlio Freitas Lopes, Haitalibe Leandro da Silva e outros. Todos testemunharam fatos que comprovam procedimentos ilegais dos fazendeiros.

14. Opinião. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 30 ago. 1980, ano X, n. 1015, p. 1.

Opinião

A desapropriação de terras no Acre volta a azedar os meios dos grandes fazendeiros. A reação foi imediata e não se esperava outra coisa.

Ontem nos corredores do Palácio das Secretarias, um fazendeiro dizia cobras e lagartos do governador e do coordenador do INCRA. Sustentava que iria deixar morrer no local, em sinal de protesto, milhares de cabeças de gado.

Quem ouvia o homem, acreditava que a classe dos potentados rurais estava sendo extinguida no Acre. Outros, mais céticos, perguntavam para seus botões: “E onde está esse gado, se ainda hoje importamos carne da Bolívia?” Ou não seria apenas o choro da carpideira valorizando o seu morto para obter melhores vantagens na hora das negociações? Os grandes latifúndios improdutivos só existem mesmo na região amazônica. Nos Estados desenvolvidos ou em desenvolvimento, foram considerados aberração econômica. O que não deu certo lá fora, não pode dar aqui no Acre, onde existem milhares de colonos sem terra e milhares de hectares nas mãos de poucas pessoas, muitas delas, que nem sequer conhecem o Estado.

A desapropriação vai ser feita, acreditamos, com boa intenção. Ou como disse o Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Acre, Francisco Diógenes de Araújo: “Para se fazer omelete é necessário quebrar ovos”. Numa alusão clara de que não via violência nas desapropriações.

Apenas uma tentativa para resolver problemas sociais no Estado.

15. Opinião. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 15 de jul. 1980, ano X, n. 946, p. 1.

Opinião

Os bairros periféricos em Rio Branco – Baía, Palheiral, Santa Quitéria, Baixa da Colina, Cidade Nova e Aeroporto Velho, aí estão formando aquilo a que a imprensa já denominou de “cinturão de miséria”, e que obrigam famílias de seringueiros, em sua maioria, que vieram no êxodo rural iniciado em 1972, com a chegada de uma forma ou de outra foram fator determinante na desativação dos seringais acreanos. Eles vieram em levadas rumo ao Eldorado sonhado: a cidade. Sendo mão-de-obra sem qualificação, mesmo porque nasceram e cresceram se dedicando a atividades extrativistas, hoje vivem de biscates, ainda sonhando com a terra que deixaram, onde viveram seus antepassados e que a conquistaram na base do suor e sangue. Em boa hora o governador Joaquim Macedo fez no que podemos classificar, uma opção por essa gente. Ultimamente, em forma de mutirão com a Prefeitura, o Governo tem se lançado para melhorar o aspecto urbano desses bairros, recuperando ruas – às vezes verdadeiras picadas, abrindo outras, enfim, procurando dar a essa gente sofrida pelo menos condições satisfatórias de saneamento e habitação. Esses espaços críticos começam a ser ocupados pelo Governo, cuja meta já era prevista desde a elaboração do seu Plano de Ação.

Por outro lado, o governador se aprofunda em seus propósitos para oferecer não tão somente isso: mas fórmulas para que essa população marginalizada por essa fase de transição social do extrativismo para a pecuária possa ter acesso novamente à terra.

Aí estão os projetos Redenção – Rio Branco; Boa Esperança – Sena Madureira; e o Pedro Peixoto – este inclusive com sua cooperativa implantada desde domingo último pelo INCRA. São as opções de um Governo que não se preocupa apenas com obras de fachada, mas principalmente com o HOMEM. E, nessa diáspora é que os projetos visando beneficiar colonos, seringueiros, agricultores sem terras, vem sendo direcionados pelo governador Joaquim Macedo um homem voltado para solução de seus problemas. Se fizermos uma análise geral, chegaremos à conclusão que o Governo já fez sua opção: escolheu trabalhar pelos humildes.

16. A difícil arte de viver dos moradores da Baía Nova. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 17 de fev. 1981, ano XI, n. 1152, p. 5.

A difícil arte de viver dos moradores do Baía Nova

Viver hoje em dia, dentro dos padrões estabelecidos pela organização das Nações Unidas, é uma tarefa difícil, pelo menos em termos de Acre.

Segundo a ‘Carta das Nações Unidas’, todos os cidadãos devem ter o mínimo indispensável para suas necessidades básicas, tais como: moradia, alimentação, ensino, e assistência médico-odontológica.

HABITAÇÃO

Em termos de habitação, já foi dado passo no Acre, com a construção de núcleos habitacionais, onde uma minoria consegue viver dentro dos padrões mínimos estabelecidos. Entretanto, a maior parte da população, aquela de baixo poder aquisitivo vive amontoadas naquilo que já foi apelidado de ‘bolsão de miséria’, nas barrancas do rio Acre ou em áreas invadidas, que geram sérios problemas com o Governo do Estado.

Pesquisando a habitação, alimentação, ensino e assistência médica recebida pela população dos bairros periféricos, a reportagem do ORB, retrata esse drama que envolve uma população marginalizada.

‘A gente não mora, se esconde’. Essa é a afirmação do sorridente e veterano batalhador da vida, Ferdinando Augusto Medeiros, 48 anos, pai de 3 filhos pequenos, um dos moradores do alagadiço da Baía Nova. O termo ‘esconder’ aparentemente colocado em um tom de blague, torna-se profundamente real quando entramos na sua pequena tapera, de dois cômodos, onde nada menos que seis pessoas se espreguiçam como ‘sardinhas em lata’.

O cômodo menor, com tábuas somente até a metade da parede, serve de uma precaríssima cozinha, onde dois fogareiros a carvão equilibram-se sob tijolos, num aparente desafio à lei da gravidade. Cadeiras não existem, apenas dois bancos compridos, não há mesa, e a improvisação reina em todo seu esplendor. Água encanada e luz não existem. A família usa água de um camburão enferrujado, que serve tanto para beber, cozinhar ou tomar banho. Para encher esse camburão, Ferdinando, ex-seringueiro, se utiliza de um açude formado pela

água da chuva, sem nenhum tratamento, e completamente barrenta, de gosto intragável (Pelo menos na opinião do repórter que bebeu dessa água).

Em situação idêntica estão centenas de outras famílias da área invadida, agora enfrentando um outro problema, uma possível ordem de despejo. No quarto da tapera de Ferdinando, existem apenas três redes, uma para ele, outra para a mulher e a terceira para sua mãe. Os demais dormem esparramados pelo chão, sobre sacos de açúcar vazios. A falta de planejamento em construir a tapera, que é chamada orgulhosamente de ‘minha casa’, faz com que a temperatura seja bastante alta, já que o trabalho de zinco é baixo, e as janelas, além de pequenas, abertas em locais inadequados.

17. Estudantes querem mais liberdade. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 18 dez. 1979, ano X, n. 753, p.1.

Estudantes querem mais liberdade

Para poder se manifestar livremente sobre seus ideais e reivindicações sem repressão, os alunos do Ceseme fundaram a “Frente Estudantil Pró-Entidade Livre”, que vai ser a força para a criação de grêmios livres. A realidade deste movimento começou por ocasião da campanha pela meia passagem, quando o movimento formado por entidades locais contou com a participação de uma facção estudantil: o movimento “Liberdade e Luta”, que se encarregou de organizar os estudantes.

Acham os estudantes, que os órgãos representativos estaduais de nada servem quando a classe luta por um ideal. “São incapazes de se empenharem em luta autênticas, devido à ligação com a direção da escola e o MEC, diz um boletim do “Liberdade e Luta” do Ceseme.

O mesmo boletim diz que o Ceseme encontra-se numa situação vergonhosa, com professores desestimulados pelos baixos salários que ganham; a falta de higiene, que apesar de ter melhorado, ainda não corresponde às reais necessidades do estabelecimento; os currículos desorganizados, sem planejamento.

A nota diz também que os estudantes não têm nada de gratuito, pois são muito altos os preços dos materiais, da farda e as taxas escolares, a não aceitação de matrícula de alunos reprovados, além da instituição de um quase vestibular: a eliminatória para o segundo grau.

Acusando a política educacional que reduziu as verbas para o ensino, “cuja responsabilidade passa agora para a iniciativa privada”, criando empresas educacionais, os estudantes prometem desencadear lutas pedindo “vagas para todos no segundo grau” e nas universidades; pelo ensino público gratuito; por “melhores condições de funcionamento do grêmio-livre dos estudantes do Ceseme”.

Os estudantes manifestam estes interesses, através de um jornal mural, que na segunda-feira, foi “arbitrariamente”, diz o boletim, “destruído e rasgado pela direção da escola”.

18. Opinião. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 12 set. 1980, ano X, n. 1025, p. 1.

Opinião

Dois posicionamentos, classistas de reivindicações movimentam nossa capital: um, de caráter radical, provocativo e agressivo, o da ASPAC, notem bem, não da grande maioria dos professores; o outro, dos trabalhadores rurais que, em grande número, ocorreram ao Palácio “Rio Branco”, para agradecer ao Governador do Estado e ao INCRA a concessão de seus títulos definitivos, o que regulariza a posse de suas glebas e lhes dá acesso às fontes de crédito, assistência e apoio técnico.

Duas atitudes, duas posições, diferentes e opostas, mas que caracterizam e evidenciam o conteúdo e o propósito de seus protagonistas. (...)

A ASPAC fecha questão, impede o trânsito, se faz e se proclama dona da verdade. Suas lideranças assumem posições que não admitem qualquer contribuição crítica.

É a ditadura dos que tanto a criticam e a condenam, é a negação do diálogo, que, para ser autêntico, terá que admitir o pluralismo de posições e de idéias, mesmo adversas.

A convergência se chega após a divergência e o debate de temas palpitantes.

Com outra conduta, os trabalhadores rurais, homens simples, sofridos, muitos até perseguidos, conseguem seus objetivos através de meios saudáveis.

Seus líderes têm os pés no chão, trazem sugestões ao debate e não soluções feitas ao sabor de conveniências pessoais.

Cedem para compor, e sempre deixam as portas abertas para prosseguirem no entendimento, visando novas conquistas.

É um exemplo que deveria ser seguido por alguns que se julgam “doutores”, o que são, sem dúvida, na arte e no engenho de tumultuar o processo, que teria seu curso normal e seu êxito, num clima de compreensão e respeito entre as partes.

Hoje, a opinião pública tem como conferir com quem está a razão, de que lado está o bom senso, basta, criteriosa e friamente, analisar o comportamento das duas classes: a dos professores da ASPAC e a dos homens do campo, do trabalhador rural que, nesse episódio, oferece uma autêntica lição aos “professores” de convivência democrática.

Não é privilégio desses “professores” as dificuldades por que todos passamos. A crise de forte conteúdo social e econômico se distribui entre todas as classes de baixa e média renda.

O funcionário público os comerciários, os pequenos comerciantes, industriários, sofrem o ônus da inflação que avilta e corrói o poder aquisitivo do salário e dos ganhos.

Não é, portanto, somente sobre a ASPAC que desabou o peso de todas as dificuldades.

Salários iguais aos dos professores é comum a grande maioria e nem por isto, vivem as demais categorias a apelar para as freqüentes greves, como se o Estado e seus dirigentes, agora, só tivessem “olhos e cuidados” para os professores.

O tratamento deve, para ser justo, ser igual, equânime, sem qualquer espécie de diferença ou opção por essa ou aquela classe que tem maiores recursos para financiar.

O “professor” deixa suas salas de aula, abandona suas escolas, como se não bastasse o longo período de férias regulamentares, com prejuízos de ordem moral incalculáveis sobretudo para os alunos para a qualidade já, sob julgamento, do ensino ministrado.

O trabalhador rural, porém, saiu de sua terra, de seu trabalho para receber mais um instrumento de atuação com que produzirá mais e assim garantirá o seu futuro e de seus familiares. Dois gestos, dois procedimentos, mas um só louvável.

19. Estivadores recusam desembarcar gás. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 18 mar. 1980, ano X, n. 855, p. 1.

Estivadores recusam desembarcar gás

Alegando falta de equipamento adequado e de assistência necessária, a Associação Profissional dos Estivadores de Rio Branco, recusou ontem desembarcar as vinte e seis mil botijas de gás que a Fogás trouxe em duas balsas – uma com doze e outra com 13 – de Manaus, para estocar com vistas ao verão. O presidente da APE, Luís Pinto Magalhães, pediu informações ao DTM (Delegacia do Trabalho Marítimo) de Manaus e se até amanhã não vier resposta por toda a semana era a capital amazonense buscar orientações.

Por outro lado, o gerente da Fogás, Francisco de Assis da Silva, insiste junto a Luís Pinto para que convença os estivadores a descarregar as balsas, pois teme uma rápida vazante do rio Acre e as mesmas fiquem impossibilitadas de voltar acarretando múltiplos prejuízos. Uma das principais exigências dos estivadores é que a Fogás ofereça leite, água fria e, essencialmente, assuma responsabilidade pelo risco de vida dos estivadores.

Os estivadores tomaram uma posição semana passada, numa reunião de assembléia geral. O motivo maior das exigências, segundo o presidente Luís Pinto, prende-se ao acidente ocorrido com o estivador Manoel Batista de Andrade, asfixiado no porão de uma balsa quando retirava gás. Devido os apelos do gerente da Fogás, alguns estivadores se dispuseram a descarregar as 26 mil botijas, mas em número tão insignificante que levariam pelo menos duas semanas de trabalho.

REVOLTA DO PRESIDENTE

Num encontro com a imprensa, Luís Pinto denunciou alguns comerciantes que, costumeiramente, e “por razões desconhecidas, recusam a pagar o frete no dia marcado, quando não ficam a embromar”. Como exemplo, citou frete de comerciante da cidade que á quase dois anos deve cerca de Cr\$ 3 mil e quando é cobrado diz apenas: “venha amanhã, hoje não tenho dinheiro”.

20. Semana da Mulher: acreanas opinam. *O Rio Branco*, Rio Branco-AC, 13 mar. 1981, ano XI, n. 1170, p. 5.

Semana da Mulher: acreanas opinam

Parece haver três estágios no progresso das mulheres, e a seqüência parece ser a mesma, qualquer que seja o país:

O LAR É O CENTRO – a mulher é o ornamento – ou a escrava – do lar, conforme o caso. Seus interesses se concentram nas crianças, na cozinha, na costura.

A MULHER É O CENTRO – No segundo estágio, as mulheres não só têm mais instrução e se tornam conscientes de seus próprios direitos, condição e oportunidades, como também se concentram neles.

HOMENS E MULHERES SÃO IGUAIS – neste último estágio, é aquele em que homens e mulheres trabalham lado a lado em tarefas grandes e pequenas, sem olhar o sexo e levando-se em conta somente o mérito e a aptidão de cada um.

O homem tem sido um dos obstáculos que impedem de assumir suas legítimas responsabilidades. Muitas das mulheres não assumem o próprio papel porque preferem ser meras “bonecas” para os homens, estas jamais se erguerão para trabalhar e lutar como cidadão.

As mulheres devem ser duas ou três vezes mais capazes do que os homens para competir com eles. Isto é verdade, em parte, porque a mulher na função pública tem duas ou três tarefas a realizar: a de esposa, a de mãe e a de sua carreira, ao passo que o homem pode concentrar seus esforços num só trabalho. Isso sucede em parte porque os homens exigem das mulheres qualificações mais altas do que exigem dos outros homens. Querem-nas muito mais amadurecidas porque confiam muito menos em sua capacidade.

A mulher acreana não se deixou amontoar em organizaçõezinhas próprias, nem intencionadas, mas ineficazes, ingressou diretamente em organizações já existentes, de dominação masculina, – particularmente naquelas que influem no governo, – e assumiu sua justa parcela de responsabilidade na configuração da ordem da sociedade.

(...) Tudo isso levou O RIO BRANCO a entrevistar cinco mulheres de nossa sociedade: Eva Evangelista de Araújo Souza – Juíza de Direito da Primeira vara Cível de Rio Branco; Suzana Domingos da Silva – professora da Universidade Federal do Acre; Maria de Fátima Henrique de Almeida – Universitária e Presidente do DCE; Oneide Valente da Silva –

Vereadora pelo PDS; e a polivalente Maria Eneleide de Menezes, atualmente é feirante, mas já transou com açougue, pensão, vendas de frango, carro, bar, etc.

21. Empregadas domésticas vão fundar associação. *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 20 dez. 1981, ano XII, n. 1483, p. 3.

Empregadas domésticas vão fundar associação

Amanhã, com a realização a Assembléia Geral das empregadas domésticas, no Colégio Meta, às 15 horas, as donas de casa da capital acreana sentirão os primeiros abalos no velho sistema provinciano, baseado no paternalismo para com as empregadas. Essa classe faz uma tomada de decisão, será proposta nessa reunião a fundação da Associação das Empregadas Domésticas do Acre, ocasião em que sua diretoria será escolhida.

Outros assuntos de interesse da classe também serão abordados, além dos bastidores para a regulamentação da classe. Reivindicarão, inicialmente, fundamentado nas leis trabalhistas vigentes, folgas aos domingos, 20 dias de férias, limitação das horas de trabalho e a principal, estabelecer o piso salarial para as associadas de um salário mínimo.

As verdadeiras empregadas domésticas já estão se tornando raras em Rio Branco, as mulheres consideradas pau-prá-toda-obra estão cansadas de serem escravas, estão se conscientizando de sua importância no processo de produção do Estado.

Essas ingênuas mulheres que vinham dos seringais e passavam a vida toda empregadas numa mesma casa eram sempre persuadidas pelas patroas de que terminariam por pertencer à família, seria uma sócia interessada da empresa familiar: direito somente ao trabalho; lavar, passar, cozinhar, arrumadeira, babá, etc., eram verdadeiros esteios nesta instituição, geralmente passavam duas, três gerações nestas casas, dali saindo, às vezes, para continuar sua roda viva doméstica na residência de uma daquelas crianças que acalentou nos seus primeiros dias de vida. Não faltam concorrentes a uma vaga, mas faltam profissionais capazes de cumprir suas funções. Os salários pagos a essas domésticas são miseráveis, em 80 por cento das empregadas, o salário não ultrapassa a 50 por cento do salário mínimo regional e com o êxodo dos seringais aumentou a rotatividade nesse emprego, e a consequência são os baixos salários e os péssimos serviços.

Agora aumentará a dependência das donas-de-casa. Terão que escutar as profissionais domésticas ou serão obrigadas a encostar a barriga no fogão.

Essa classe se une agora para pleitear os seus direitos, passará a ser encarada dentro da sociedade como uma profissional e, importante, e não mais como uma simples e rotulada “empregada”, as patroas para exercerem suas funções profissionais com tranquilidade terão que ouvi-las ou segura-las a preço justo.

A intenção da Comissão Pró-Associação é realizar sistematicamente vários cursos profissionalizantes para dotá-las de uma melhor qualificação no mercado de Rio Branco.

ANEXO B

VARADOURO

01. Aos Leitores. *Varadouro*. Rio Branco-AC, mai.1977, ano I, n. 1, p.1

Aos Leitores

Nada de extraordinário a dizer. Embora em nosso foro íntimo – ninguém é de ferro – temos como “façanhas” determinadas coisas, como “importar” 300 quilos de chumbo, via-aérea, do Rio de Janeiro, e conciliar isto ao nosso numerário. Um verdadeiro assalto a nossas economias, creiam!

Mas, no geral, pelo que supomos e sabemos de outros companheiros, VARADOURO, guardando as devidas peculiaridades e proporções, nasceu como a maioria das publicações do gênero: um grupo de pessoas decididas a fazer um jornal decente e dificuldades em dobro e de todos os tipos e matizes – técnicas, econômicas e outras próprias dos dias que correm – a atrapalhar qualquer passo que precisávamos dar.

No final de oito meses, porém – que bondosamente relevem nosso arroubo-, venceram a crença, a vontade e o ânimo. Embora não careçemos, supomos, do sendo das medidas e de um a certa dose necessária de ceticismo para discernir até onde é possível fazer jornalismo apenas com bons propósitos. Somos, portanto, otimistas, mas ao mesmo tempo céticos. Com este estranho paradoxo, acreditamos sobreviver com algumas razões.

Este modo de encarar a realidade permite inclusive que cultivemos alguns propósitos e ambições. VARADOURO, como o nome sugere, propõe-se a contar o momento histórico atual do Acre e de sua gente. No auge das “folias do látex”, que aconteceram nesta parte da Amazônia Ocidental, existiram dezenas de jornais. O Acre, atualmente, restringindo uma expressão do nosso amigo e entrevistado Márcio Souza, recebe uma segunda “patada” histórica e reclama da consciência do jornalista o registro dos fatos, mas principalmente das consequências desse processo.

VARADOURO é, pois, um dever de consciência de quem acredita no papel do jornalista. É propositadamente feito aqui, na “terra”. Sai, portanto, de uma forma rude, cabocla, sem técnica, cheio de limitações e gerado pela necessidade de colocar em discussão os problemas de nossa região, do nosso tempo e principalmente de nossa gente.

É um desafio, até certo ponto, incômodo. Sabemos que seremos amados e mal-amados. Mas ainda achamos que vale a pena assumi-lo, porque acreditamos que o homem

acreano e o da Amazônia em geral merecem muito mais do que simplesmente o “berro do boi”.

Como se vê, estaremos em nosso trabalho mais preocupados em entender e mostrar as razões, os bastidores dos fatos do que propriamente os fatos em si. Faremos isto com fidelidade e respeito aos relatos simples, e profundos que brotam da alma do povo.

No mais, repetimos, nada de extraordinário a dizer. Como diz o mestre Mino Carta, nós também acreditamos no homem, “único animal que sabe rir e morrer por uma idéia”. Esta crença, esperamos, nos animará a colocar VARADOURO, de quinzena em quinzena, nas bancas.

OS DIRETORES

02. O Siribolo do Papoco. *Varadouro*. Rio Branco-AC, jul. 1977, ano I, n. 2, p.5.

O siribolo do Papoco

O Papoco vive trepado ao longo de um barranco nas proximidades do rio Acre e no ponto mais alto da cidade. Quando o inverno chega, os habitantes ficam temendo os “repiquêtes”, grandes volumes de água que descem das cabeceiras do rio sucedendo as vazantes, e que vão provocar a quebra do barranco e destruir as casas. Não raramente isso acontece e despençam barranco abaixo, ameaçando algumas vidas. Algumas famílias, percebendo a iminência do desabamento, desmontam as casas para construí-las num plano mais alto que, por sua vez, pode não resistir ao próximo inverno. Prevendo isso, há os que fazem exatamente o inverso, por paradoxal que pareça: desmontam os casebres e os remontam num plano mais baixo, pois com a quebra do barranco o solo vai ali “se acomodar”. Seu Antônio, o da vendinha de banana e carvão, disse que para fazer um aterro teve que pagar três mil cruzeiros à Prefeitura, pelo envio de uma máquina. Despesa esta que foi dividida com um vizinho. E explicou: “o barranco era mais adiante, ele foi quebrando e eu desmanchando a casa e construindo mais adiante. Na época do inverno a terra vai derretendo e a gente vai aprumando... vai derretendo a gente vai aprumando...”

As casas

“Umas tortas, umas pensas, outras às avessas, ou, umas dipinduradas, outras arriadas, outras balançando...”, assim um morador descreve o bairro de barracos enfileirados. A maioria não possui luz elétrica. Água? Somente a do rio Acre. Mas pagam impostos, e se não pagam são chamados à Prefeitura. Quase todos pagam aluguel, embora pequeno. Entre os que são donos de barracos, pode ocorrer uma troca, pela “segurança” que representa ir morar mais longe. Muitas das casas que eram utilizadas para encontros amorosos clandestinos – Anália, triste memória... – estão hoje transformadas em carpintarias, butecos, mercearias, pequenas lojas e vendinhas. E sem dúvida seus frequentadores têm outra filosofia da vida: “a gente é pobre porque a condição não ajuda. Em todo canto tem o velho e o novo; o ladrão e o honesto; o bom e o ruim; o trabalhador e o preguiçoso. É, mas vai vivendo, vai se vivendo... que fazer?”. Dizem e acionam um sorriso definitivo e perturbador. Quem quiser que o decifre?

03. Grileiros continuam soltos. *Varadouro*. Rio Branco-AC, mai.1981, ano II, n. 21, p.25.

Grileiros continuam soltos

Em 1978, antes de ser ungido Presidente da República, o General Figueiredo esteve aqui pelo Acre e fez um discurso no auditório do INAMPS. Entre outras promessas que fez ao Acre, disse que iria “prender” e “arrebentar” os “grileiros de terras”.

Há poucos dias, os jornais divulgaram um “pacotão” de nomes de “grileiros” que estão agindo no Acre e Sul do Estado do Amazonas. Cerca de 3 milhões e 600 mil hectares estão sendo questionados, que correspondem a Cr\$ 18 bilhões. E outros “pacotes” ainda estão para vir por aí, o que não chega a ser novidade, uma vez que na Amazônia e, de modo particular, no Acre, o que mais dá é grilo em cima de grilo.

Portanto, General Figueiredo, pode começar a “prender” e “arrebentar” os “grileiros”, se fores valente como dizem.

04. Migração: uma história de cem anos. *Varadouro*. Rio Branco-AC, set. 1977, ano I, n. 04, p. 7.

Migração: uma história de cem anos

1877-1977 – CEM ANOS DE MIGRAÇÃO NORDESTINA PARA O ACRE –
Esta história de milhares de nordestinos – 50, 60 mil ou mais – que foram tocados pela seca (ou pelo latifúndio?) de sua terra e vieram fazer o Acre com o ‘corte’ da seringa. 1877, a Primeira Migração; a seca assolava o Nordeste e a Amazônia era o deserto da esperança. 1943, a Segunda Migração, estava mais para Hitler do que para europeus e russos; os americanos entraram na guerra; mas precisavam de borracha, muita borracha; os nordestinos tinham fome. 1970, a Terceira Migração: as empresas agropecuárias precisam de muita terra; a Amazônia tem terra, muita terra; os nordestinos-acreanos têm que dar lugar ao boi.

1877

A PRIMEIRA MIGRAÇÃO ‘COMO CHUVA DE GAFANHOTOS’

___ “Eu vim mode a seca”.

___ “Eu vim mode a seringa”.

___ “Eu vim mode enricar”.

___ “Me desculpe, seu moço, mas vou voltar pra minha terra: sou cearense até o infinito”.

1877. Havia a constatação dos extremos. A seca assolava o interior do Nordeste, sobretudo do Ceará, e a Amazônia era o deserto da esperança. Em Fortaleza, os deslocados pela seca morriam de fome nos subúrbios. Em Manaus e Belém o surto da borracha garantia a extravagância e o luxo. Nada mais natural que a miséria migrasse...

“Imigração dolorosa e anárquica, é verdade. Povoamento às cegas, mas que mesmo assim humanizou a geografia do deserto”.

Samuel Benchimol

“O nordestino veio para a Amazônia como uma chuva de gafanhotos, e andou para adiante, mal-entrouxado, barbado, cabeludo, apressado, praguejante”.

Abguar Bastos

Em 1877, segundo as estatísticas existentes, chegavam 4.600. No ano seguinte, mais de 15 mil. Na verdade, a imigração começou antes, por volta de 1850. Os relatórios da

Presidência da Província do Pará descrevem o movimento de “milhares de pessoas” que partiam das comarcas do Gurupá e Santarém para os rios Madeira e Purus. Em 1858, no Alto-Madeira, já se registravam cinco mil nordestinos. No ano de 1869 entraram perto de dois mil em Manaus.

Informa Artur Reis que em outubro de 1869 chegou a primeira leva de cearenses: “Era de cinquenta homens. Dirigia-se João Gabriel de Carvalho e Melo, pioneiro ousado, heróico, que se fizera no Baixo-Purus, para onde levou os nordestinos, trazidos da Serra de Uruburetama”. Nesse tempo, não se falava em seca. Só se falava em borracha.

No Acre, os cearenses chegariam mesmo em 1877, na chata “Anajás”, subindo os barrancos em busca do ouro negro. Muitos procuravam as cabeceiras dos rios, queriam lugares mais enxutos, como o seu sertão. “Vou para o Juruá porque me disseram que é um lugar muito parecido com o meu sertão. Gosto do pé enxuto”.

Benchimol, que colheu esse depoimento, define:

“Há um contraste geográfico e humano a salientar-se entre a Amazônia e o Nordeste. De início, salta aos olhos a chocante disparidade entre as clássicas paisagens. O que uma tem de mais, a outra tem de menos. Não há termos de proporção entre esses extremos. Passamos brutalmente de um deserto para um dilúvio, da caatinga cinzenta e quase morta para a hiléia verde e sempre viva. Do sertão para o rio, da sede para o afogamento (...) O homem do rio é assim a antítese do homem da seca: - um homem em função do pé e da pata, o outro vivendo em função do rio e da canoa. Só o destino, com os seus paradoxos, poderia colocar um em frente do outro”.

O destino fez muito mais do que isso. Transformou o homem da seca em homem do rio. “Eu não abandono o meu sertão. Quando aqui começa a chover e a trovejar me dá uma vontade de ir voando para lá”. Ele esqueceria isso, bem como a idéia mais precisa de “chegar hoje, enriquecer amanhã, voltar depois”. Porque muitos voltaram ao Ceará e sentiram a falta de alguma coisa que usufruíam na miséria da Amazônia e particularmente do Acre: a liberdade, ainda que sob um regime de exploração nos seringais. Acabariam por fazer uma revolução para defender o que antes rejeitavam, em 1902, com Plácido de Castro. Daí para frente, como diz o Garibaldi Brasil, um acreano descendente desses cearenses praguejantes, “nestes cem anos, tudo foi feito por eles”. Embora passando por grandes sacrifícios. (...)

05. À margem da vida. *Varadouro*. Rio Branco-AC, dez. 1977, ano I, n. 06, p. 5-6.

À margem da vida

**Ele é colono sem terra/prá sua roça plantar
Ele é posseiro que foge/do dono de suas terras
Ele é hanseniano/que vive à margem da vida**

O autor desses versos esparsos, Francisco Augusto Vieira Nunes, o conhecido **Bacurau**, conseguiu o que poucas pessoas conseguem em situações mais vantajosas que a sua, manter o equilíbrio de uma inteligência viva, saudável e crítica sobre um corpo doentio. Mais que isso. Além, de lutar contra a doença em si, teve que enfrentar e vencer algo pior para sobreviver: o preconceito milenar, a “maldição” que pesa sobre a doença que traz desde os cinco anos de idade, a hanseníase ou lepra. Fez dessa luta a razão de sua própria vida. Onde a consciência lúcida sobre si mesmo, sua enfermidade, a dos seus companheiros de infortúnio e sobre a sociedade em todas as suas instâncias: política, sistema, economia, organização, etc.

Uma parte de sua história está contada em versos e ensaios literários. A outra, com maiores detalhes, Bacurau vai contando com voz macia, num final de tarde morna, em sua casa da Cohab Rondon.

Bacurau nasceu em Manicoré, no Estado do Amazonas, um lugar isolado e desassistido, propício, portanto para medrar a hanseníase, como em tantos outros da Amazônia, onde a doença ainda ataca em larga escala. Ele tem consciência desse fator: “rico não pega lepra, só pobre. Durante 18 anos que passei internado em Colônias (leprosários) nunca vi uma pessoa abastada. A pessoa de categoria mais “elevada” que apareceu foi um telegrafista. Lepra, portanto, não é “castigo” ou “maldição” como o povo, na sua ignorância, pensa que é, mas um problema de sub-desenvolvimento. Só isso”.

Momento Trágico

Aos 14 anos, Bacurau foi internado na Colônia de hansenianos de Porto Velho. Antes, porém, teve que passar pela experiência mais dura de sua vida, a descoberta da doença e suas conseqüências. Aconteceu no primeiro dia de aula. Chamado à lousa para fazer alguns exercícios, a professora percebeu que suas mãos estavam trêmulas e inchadas. A partir daquele

dia, virou um “leproso”. Este é o momento mais trágico – explica – porque, a partir dele, desencadeia-se todo um processo de rejeição por parte dos parentes, familiares, amigos, da sociedade e a interiorização de um grande complexo, “um complexo de morte”, por parte do doente. Bacurau descreve com muita consciência esse duplo movimento:

“Quando dei baixa na Colônia, em Porto Velho, e vim para o Acre, em condições ainda de trabalhar, não encontrei mais emprego em lugar nenhum. Lembro que tinha uma vaga na Guarda, mas quando descobriram que era egresso, fui barrado. Recentemente, um companheiro meu, foi dispensado do emprego de servente quando notaram que também tinha passado pela Colônia”.

Estes fatos acontecem sempre. “É semelhante ou pior ainda da situação de quem já esteve em uma penitenciária. A própria localidade das Colônias denunciam a repulsa da sociedade. Porém, objetivamente, a tuberculose, por exemplo, seria mais contagiosa do que a lepra e, no entanto, os sanatórios estão dentro das cidades.

O fato é que pra o hanseniano, segundo Bacurau, “a vida na sociedade dura enquanto ele consegue ocultar a doença”. Daí para frente acaba essa “normalidade”, embora com um tratamento adequado pudesse ser reintegrado. Isso, porém, só existe nos manuais de medicina.

O preconceito é terrível. Bacurau conta que já presenciou cenas da filha renegar a própria mãe na presença do namorado ou da criança que foi treinada pelos pais adotivos para não reconhecer os pais hansenianos e assim por diante. “Uma grande hipocrisia da própria sociedade que, com seus sistemas econômicos e políticos, gera a miséria e da miséria vem a doença”, diz Bacurau alterando um pouco a voz.

O Complexo

A consequência dessa rejeição por parte da sociedade é o complexo de inferioridade que vai sedimentando no interior do doente pior do que a enfermidade em si. O interessante, conta Bacurau, é que a maioria dos hansenianos quando ingressam numa Colônia levam a esperança de se curar e voltar para casa. Chegando lá, porém, o contato com os companheiros que já se deixaram minar pela repulsa da sociedade vai aos poucos destruindo esse sentimento de esperança e muitos caem numa depressão mortal.

Alguns, no início, reagem de forma estranha e não é raro presenciar cenas de violência dentro de um Leprosário. Aos poucos, porém, a maioria vai cedendo e, como mecanismo de defesa, forma-se entre eles uma espécie de “fraternidade” com laços bastante fortes de solidariedade. Já aconteceu – lembra – um grupo de hansenianos vingar uma ofensa que um companheiro recebera de uma pessoa sadia.

De dentro da Colônia, a vida das pessoas sãs é vista como um mundo inacessível, cheio de perspectivas, enquanto que o doente sente a própria, seu mundo completamente bloqueado. Para muitos, nada mais vale a pena ser realizado. Estudar, por exemplo, diz Bacurau, para a maioria não tem sentido. Poucos reagem. A própria experiência da morte torna-se banal: “É difícil ver um hanseniano com medo da morte. Nunca vi ninguém morrer com angústia, com desespero. Para muitos, a libertação vem com a morte e, então, ela é bem-vinda até”.

Nas Colônias onde são bem assistidos, a vida ganha uma certa normalidade. “As pessoas lá dentro se casam, se deixam, se amam, brigam, dançam, choram, riem”. Inclusive a vida sexual é normal, apenas não se faz procriar porque a lei não permite”.

Bacurau é um dos poucos que conseguiu superar a barreira da morte e fazer uma vida normal quanto lhe é possível. A experiência da doença aguçou-lhe o sentido crítico da consciência e o ensinou a ver a sociedade na sua real dimensão:

“Aos poucos fui observando que o mundo, a sociedade é cheia de contrastes: pessoas que tudo têm e pessoas que nada têm. Através do cristianismo autêntico percebi que esta realidade está errada e deve ser mudada”.

E demonstra que essa realidade não se refere a um mundo longínquo, mas bem próximo. Bacurau aprendeu a pensar e ver a sociedade desse jeito, observando os “contrastes” de sua terra e sua gente. Suas músicas e ele próprio falam do que está acontecendo atualmente no Acre:

“Aqui em nosso Estado esse contraste é visível demais. Pessoas com dinheiro compram imensas quantidades de terra sem se importar com a situação dos que estão por baixo, dos que estão ocupando essa terra há dezenas de anos. Cometem, assim, dois “crimes”, contra a natureza, com desmatamentos enormes e contra a população local. Os que fazem essa desumanidade ainda levam o nome de “progressistas”. Deveria haver desenvolvimento planejado. Os posseiros não deveriam ser tocados de suas terras. Essa terra é dos acreanos duas vezes: porque a conquistaram e porque são brasileiros. Conheço seringueiros que estão morando nos bairros da Bahia, Palheiral, Cidade Nova e outros porque foram expulsos de suas “colocações”.

Agora, aqui na cidade, além do problema do analfabetismo que trouxeram dos seringais têm que enfrentar outro mais grave: o problema da fome. Na mata, embora explorados pelos patrões seringalistas, o seringueiro sempre encontra na caça, na pesca, na roça o que comer. Aqui, não”.

Bacurau tem opinião formada também sobre política, regime, partidos e outros temas nacionais. “Vejo muita demagogia campeando solta por aí: as pessoas que dizem falar em nome próprio para se promover e defender seus interesses. Não representam o povo! Sou por uma abertura total e por maior número de partidos políticos. Como está, Arena ou MDB, não há escolha: ou o diabo ou a mãe dele”.

Os versos

No início de sua experiência de hanseníase, Bacurau também teve vontade de gritar, explodir de revolta. Aos poucos, porém, foi canalizando essa energia para o verso popular, a música simples que sai da alma do povo oprimido. A Comunidade Eclesial de Base, que passou a funcionar dentro da Colônia Souza Araújo, deu o espaço adequado para sua criatividade. Suas músicas, de cunho religioso, porém, não trazem a marca da alienação, ao contrário, refletem a realidade do povo, permeadas por elementos da cultura popular, cabocla, indígena, como esta canção que fez há poucos dias, com motivos de Nata:

“Eu sou filho das matas/Moro numa

Panhoça

Rodeada de milho/ de cará e de roça.

Jesus pequenino/ Tu és meu Tupã

Coaraci radioso/ de uma nova manhã.

Tenho sangue selvagem/ mas eu amo

Você

Meu Tupã/ pequenino/ meu querido bebê.

Neste teu Natal/ vem prá junto de mim

Vem brincar com meus filhos/ meu

querido Curumim.

Suas músicas, porém, não falam apenas de “Jesus pequenino”. Em várias delas aparece a “Justiça sorrindo amarelo”, “o colono sem terras”, “o posseiro que foge do dono”, “caviares em mesas vazias”, as “lições da vida que nos vêm da barranca do Rio Acre”...

06. Operação Pega Fazendeiro II. *Varadouro*. Rio Branco-AC, dez. 1979, ano II, n. 17, p. 10-11.

Operação Pega Fazendeiro II

O paulista Líbero Luchese, um advogado-fazendeiro ou fazendeiro-advogado, pertence à mais fina-flor dos compradores de terras no Acre. É reverenciado, inclusive como uma espécie de “guru” ou “mestre” pela facilidade com que manipula as leis para satisfazer os interesses do grupo. Chegado ao Acre com as primeiras “revoadas dos jacus”, tornou-se extremamente “popular”, pela sua ação implacável contra seringueiros e posseiros. Perfeitamente enquadrado na mentalidade, segundo a qual o homem da Amazônia é um “incapaz”, um “preguiçoso”, um “frouxo”, usando a lei e a força ou a força e a lei sempre fez e com

Seguiu o que quis. Advogado brilhante, fazendeiro temido, um “paulista-modelo”, Luchese falhou, porém, numa previsão: por certo: jamais admitiu que um posseiro poderia se juntar a outro posseiro, a três, a dez, a vinte, a cinquenta, duzentos, mil posseiros e chegar à conclusão de que, juntos, unidos, organizados em sindicatos, podem enfrentar qualquer fazendeiro e defender suas posses até às últimas conseqüências.

E foi exatamente isso que aconteceu: no último dia 15 de dezembro, um grupo de 25 fazendeiros, armados de espingarda de caça, calibres 12 e 16, facas, terçados de bainha e muita decisão, surgiram dentro da mata, cercaram o acampamento da Fazenda Carão, no seringal Nova Empresa, derrubaram os barracos e botaram os fazendeiros e seus capngas prá correr.

Adivinhem quem era o fazendeiro?

Ele mesmo – Líbero Luchesi, o temível Luchesi, que, conseguiu escapar por muito pouco de ser abatido pelos mesmos posseiros que ele humilhou durante muito tempo e jamais admitiu serem capazes de qualquer coisa.

É muito possível que Luchesi e todos os seus amigos “paulistas” não queiram admitir isso: que os tempos estão mudando, que os trabalhadores rurais no Acre, descobriram que são capazes quando decidem agir em “mutirão” para defender o que lhes pertence, a terra, que, para eles, seringueiros e posseiros, é tudo, é questão de vida ou morte,

O chapéu, as botas, o revólver na cintura, os jagunços, o bafo, já não metem medo como antigamente. Os trabalhadores estão conscientes de que seus sindicatos são mais fortes. É ainda o começo, marcado por avanços e recuos mesmo porque, lembrariam os letrados, o

capital ainda está na suas fase de implantação na Amazônia. Mas, de qualquer modo, é um início promissor – “somos 25, mas se é preciso, junta duzentos, mil”, adverte um dos líderes do “pega” do Nova Empresa.

“QUERENDO, AJUNTA DUZENTOS, MIL...”

Detidos no Quartel da Polícia Militar, os 25 seringueiros que atacaram o acampamento da Fazenda Carão, ainda conservam o sentido de organização que os levou a tomar aquela atitude. Um deles, o mais velho, fala por todos e os demais só intervêm para confirmar suas palavras ou complementar. Na segunda-feira de manhã, ainda estão bastante tensos, alguns mais novos chegam a esboçar um pouco de susto com tanta autoridade que entra e sai, mas à medida em que a entrevista vai caminhando, mostram sobretudo muita determinação e decisão. Vicente Ferreira da Silva, ex-soldado da borracha, já idoso, por ser protestante, não aceitou colocar o calção que foi dado aos trabalhadores porque suas roupas estavam enlameadas e está vestido com uma farda da PM. Ele é o porta-voz do grupo e antes que os repórteres façam qualquer pergunta, ele começa a falar:

VICENTE: O que vou dizer nasce do peito que é o coração. Dando fé que, segundo a lei criada pelo presidente Castelo, o homem do campo, com um ano e um dia na terra, tem direito a uma glebinha para morar e trabalhar, no entanto, esse direito tem sido escusado, não é verdade? Nós temos de dizer e colocar cada palavra no seu lugar. Está aqui toda essa multidão esperando a mesma coisa: que tenhamos o despacho dessa lei. Sinto no peito que muitas famílias de acreanos partiram para países estrangeiros (Bolívia). EU, não somente eu, mas todos os companheiros espalhados na região estamos esperando pelas providências das autoridades...

VARADOURO: MAS, “SEU” VICENTE, POR QUE VOCÊS RESOLVERAM ATACAR A FAZENDA?

VICENTE: Nós vem trabalhando na terra do Acre, na nossa terra, trabalhando com todas essas dificuldades, o povo sendo despejado. Eu também já fui um dos tais que já andei na Justiça, aqui, não de gosto, mas tendo que obedecer a lei, tive que vir. Então, isso vem arrolando de lá para cá e todo tempo a palavra que a gente escuta na mata é despejar, a palavra é sempre despejar. E os companheiros que estão presentes são testemunhas que o caso aí é duro para nós. Eu só não fui atacado por um pistoleiro porque não estava em casa. Os companheiros

Podem até dizer o nome do tal. E ele foi todo equipado, como se fosse autoridade e como se eu tivesse cometido um crime, para invadir a minha vida. Isso aconteceu há mais de dois anos e isso veio de lá pra cá todo o tempo, mas todo o tempo mesmo. As ameaças são só de despejo. Então, os meus amigos, agora podiam afirmar: vocês afirmam essas palavras, que o Zarico (o pistoleiro) foi a minha casa pra me matar: (Os trabalhadores em cântoro, dizem que sim, “afirmo porque tenho certeza”, diz um deles).

VARADOURO: É VERDADE QUE HÁ PISTOLEIROS PARAGUAIOS POR LÁ?

VICENTE: Esse Zarico não é brasileiro, a fala dele denuncia que ele não é brasileiro.

VARADOURO: ELE ESTÁ AINDA LÁ PELA ÁREA?

VICENTE: Pegou o pique (fugiu). Eu sou viúvo, mas tenho filhos estudando no Ginásio e preciso colher da terra alguma coisa que possa sustentar eles no estudo e por isso para mim não tem sido nem menos nem mais do que uma vida árdua e estou até arriscado a perder a vida a qualquer momento. Porque, mesmo depois que nós estamos aqui debaixo das asas das autoridades, veio um deles, um pistoleiro, interpor, tomar ocasião, não respeitando mesmo o Comandante daqui... como é o nome disso aqui?

VARADOURO: Quartel da PM.

VICENTE: Isso mesmo, o Comandante do Quartel da PM. Falou então... Quam escutou, pode falar, companheiros,

UM POSSEIRO: disse que nós não sabe matar; eles é que sabem matar.

VARADOURO: Quem falou isso?

POSSEIRO: Foi o Aliseu (Eliseu, um dos capangas de Líbero Luchesi).

VARADOURO: “SEU” VICENTE, O QUE O LUCHESE VINHA FAZENDO CONTRA VOCÊS?

VICENTE: Despejar, só fala em despejar.

JOSÉ DE SOUZA MARQUES (POSSEIRO): Vem derribando as seringas de tocos os seringueiros e não dão indenização pra ninguém. Diz que lá ninguém é posseiro, posseiro não tem direito. Nós véve (vive) lá ameaçado de jagunço e pelos donos da fazenda, mas nem é fazenda, porque não tem uma cabeça de gado, só palhadão. Na Nacional (Rádio Nacional de Brasília) fala de apoio ao homem do campo e nada sai pra nós. A seringa é proibido de derribar, mas ninguém acha onde

Está esse direito. Vim aqui na cidade em julho e passei em todas as repartições que funciona sobre a terra. A Contag disse – “não deixa ninguém entrar na terra de vocês”. Esta palavra “não deixar entrar” todo mundo sabe o que é: pra nós “não deixar entrar” é o fim. No IBDF, o rapaz me falou que toda essa seringa nativa vai ser toda derribada – a seringa que está na lista do desenvolvimento (Probor) é a de plantio... Lá na mata a gente está jogado, se for despejado deixa arroz, deixa milho, deixa feijão. Fulano chega de fora, come tudo e deixa a gente no mundo sem recurso. (José começa a chorar, a essas alturas). Quando a pessoa véve roubando aqui na “rua” (cidade) é feio, quando véve trabalhando é despejado...

VARADOURO: TUA POSSE FICA PERTO DA SEDE?

JOSÉ: Eles não têm sede, eles têm só uns barracos cobertos de lona.

Agora não têm mais (os posseiros derrubaram).

VARADOURO: E OS JAGUNÇOS?

JOSÉ: Também não tem mais, botamos tudo pra correr. Só trabalha com ele (Luchesi) os paraguaio. Ele diz que brasileiros são um bando de vagabundo...

VARADOURO: VOCÊS ESTAVAM ARMADOS?

VICENTE: Sim, com espingarda de caça e terçado de bainha.

VARADOURO: Eles enfrentaram vocês?

JOSÉ: Correram tudo. Diziam que eram valente e não sei o que mais, mas na hora correram tudo pras tabocas.

VARADOURO: Quantos vocês eram?

VICENTE: Uns 25, mas querendo nós ajunta duzentos, mil!

VARADOURO: É verdade que vocês iriam reagir contra a polícia?

VICENTE: Absolutamente, não. Foi mentira que veio na frente da gente pra enrascar nós com as autoridades, porque o costume deles é mentir mesmo.

VARADOURO: E como vai ficar a situação. Vocês querem voltar para a área?

TODOS: Queremos!

JOSÉ: Eu tenho 40 quilos de milho plantado e quero comer e vender esse milho. Não quero indenização, porque eles não dão indenização que presta! Eles deram indenização de 15 mil prum pobre coitado de lá; despejou outro, sem nada. A mesma coisa fez outro fazendeiro lá de perto, o dr. Ismerindo.

VARADOURO: Quem é esse doutor?

JOSÉ: É também um... Como é que se diz?

VICENTE: Vamos dizer a verdade: é um grileiro! (Ismerindo do Vale, segundo o próprio Luchesi é uma espécie de “corretor” de terras).

VARADOURO: Mas depois de tudo o que aconteceu, vocês não têm medo de voltar?

JOSÉ: Não temos não sinhô. E o que nós vai ficar fazendo aqui na cidade, sem nada?

07. Vamos lutar pela terra, meu povo! *Varadouro*. Rio Branco-AC, dez. 1978, ano II, n. 13, p. 13.

Vamos lutar pela terra, meu povo!

Tentar resolver problema dos posseiros recorrendo a ameaças policiais, uma prática muito comum no Acre que, em tempos passados surtia bons resultados porque diante da força policial, costuma-se dizer, que o seringueiro perde a voz. Desta feita, porém, não funcionou, e neste ponto deixamos que os próprios seringueiros contem sua história de resistência contra a Coapai que pretendia desaloja-los de suas posses e contra a força policial que se colocou a serviço da primeira.

Seringueiro Antônio Jacinto: “Então eu reuni seis amigos e fumus lá parar o serviço, humildes, na calma, sinceramente em união. Dissemos prá ele (o topógrafo): “queremos que o senhor pare o serviço; vai dizer ao chefe prá ele vim dar uma decisão prá nós, que nós somo pobre, sacrificados, aqui tem mil e tantas crianças sofrendo à míngua; têm muitas mães de família, muitos pais de família e como é que o senhor vai “cortar” esse seringal, sem tomar nenhuma autorização de nós? Como é que os senhores compraram a terra sem nenhuma autorização com os posseiros? Então, nós queremos uma atitude prá nós vivê mais tranqüilo, mais sossegado”. Aí ele (o topógrafo) foi e denunciou de mim na delegacia de polícia de Assis Brasil. Seu Jeová mandou me chamar. Claro que a intimação não veio declarando peia, nem borracha, mas portador que me entregou a intimação disse prá mim: “sabe o que estás fazendo? A situação prá você está ruim, lá um diz que vai ter peia, borracha prá ti. E diz que vai arrastar os companheiro que for contigo. E vai meter você dentro da cadeia, porque você é o culpado de tudo que está acontecendo aqui dentro”.

Sem se assustar com essas ameaças, Jacinto Gomes prossegue:

“Eu que há tempo tinha pensado que não havia jeito no mundo de o pobre representar a situação que ele passa através de um só, estudei que o pobre só podia representar a situação dele se fosse unindo os companheiros, os amigos de trabalho, os seus irmãos que vivem unidos, e levasse a situação prá justiça. Só assim é que nós poderia ser reconhecidos e poderia contar a nossa situação, porque se fosse sozinho, eu tava certo que pegava disciplina, pegava peia e amedrontava todos os meus amigos aqui dentro do seringal. E assim eu fiz: peguei meus amigos, sinceramente desarmados, e fomos lá. Mas fui lá apenas para representar o povo pobre, que nunca teve recursos aqui dentro, nem estrada, nem auxílio nenhum. Então, quando chegamos lá, tivemos um soldado do Exército que deu cobertura, apoiou a gente no

nosso sofrimento e foi o único homem até hoje, na Vila Assis Brasil, que apoiou o povo pobre. Se não fosse ele, talvez, nós pegava uma disciplina”.

Outro seringueiro, Expedito Joaquim, da colocação Recife, no seringal São Francisco, mostra como foi que eles resolveram se unir para defender seus direitos: “O ‘seu’ Perigoso (José Leandro Barbosa, gerente da Coapai) mandou avivar o travessão e de cem em cem metros botar mastro que era prá dividir os lotes. Então saiu esse meu amigo, Seu Jacinto, foi ele, com o sogro dele, e o cunhado, e, aliás, foram seis”.

Chegaram lá e falaram para os rapazes que não continuassem os trabalhos enquanto não conversassem com o Seu Perigoso. Então, o rapaz que justamente era o engenheiro que estava fazendo o trabalho, o topógrafo, foi falar com o delegado na Vila Assis Brasil. E o delegado mandou intimar seu Jacinto mais outros seis. Eu não vi, que eu não estava na Vila Assis Brasil, mas disseram por aí que o delegado tinha prometido peia a eles e que quando chegassem lá iam meter eles na cadeia e dá um banho de sal neles. E ia acabar dando uma pisa. Então, nós se ajuntamos aqui 63 homens e fomos ver o que ele intencionava fazer; porque ele prometeu se fosse os seis, ele ia prender, mas nós achava que se fosse 63 homens, a cadeia não cabia, não é? Tinha que ficar do lado de fora. Aí nós se reunimos os 63 homens, aqui na minha casa. Eu mandei matar porco, fiz arroz, feijão e macaxeira e nós comemos aqui dois dias, enquanto ia ajuntando o povo. Isso foi uma coisa de um dia prá outro, porque se fosse uma coisa que tivesse demorado uns oito dias, nós tinha ido era mil homens que tem aqui dentro.

“Quando chegamos lá o delegado não teve voz ativa de dizer que ia prender algum. Saímos, então, muito bem, graças a Deus, e até hoje, estamos lutando...”

08. Seringueiro não vira colono paranaense. *Varadouro*. Rio Branco-AC, dez. 1978, ano I, n. 13, p. 13 e 14.

Seringueiro não vira colono paranaense

Nada como alguém de dentro do INCRA para afirmar e mostrar como o órgão não está aí para resolver questão agrária nenhuma, muito menos a do Acre, que todos dizem ser muito complexa. Outro dia “Varadouro” pegou o advogado Antônio Carbone para uma entrevista. Até meados deste ano, ele era o coordenador dos Projetos fundiários do Acre, mas se transferiu para o Território de Rondônia para trabalhar numa empresa privada, porque não teve mais condições de permanecer no INCRA. Ele e outro técnico que também afastou-se da coordenadoria regional, o Raimundo João, diretor técnico dos projetos da autarquia no Estado, estavam querendo acertar demais, por isso o general Fernando Moreno Maia, coordenador regional, começou a aparar-lhes as asas.

Bom, a entrevista, com o Carbone foi extensa e não vai caber toda aqui, nesta página, um resumo dela, contudo, é suficiente para que entendamos a presença do INCRA no Acre na sua devida importância e dimensão. Aliás, nos quase dez anos de sua criação no Estado, o que o órgão fez muito bem foi podar as suas cabeças pensantes, que não viam tanta “complexidade” na questão agrícola acreana. Em 1976, num seminário da Universidade Federal do Acre, (bons tempos) que discutia problemas fundiários do Estado, Assis Canuto, que respondia pela coordenadoria regional e também queria acertar, disse que tudo dependia de uma “opção política” do governo federal. Cinco anos depois de Canuto ter declarado isso, Carbone repete a afirmação acrescentado, em outras palavras, que nessa política fundiária o governo estadual não apita nem um pouco. E que a farsa vai ter seu prosseguimento. Eis as opiniões de Carbone:

INVASÕES

Não existe esse negócio de invasão de terras por trabalhadores. O que existe é ocupação de terras públicas pelo homem sem terra. E, sobretudo, invasão de terras públicas por grileiros, que se apossam, realmente, de grandes áreas, que não tem morada habitual, e desmatam apenas para justificar uma posse. Uma ocupação das terras pelo homem simples, uma ocupação espontânea, a gente não pode falar que é invasão. Na mente do povo, assim que se declara uma área de interesse para a desapropriação, a terra já está desapropriada e pronta

para ser ocupada. Os trabalhadores não vão saber que tem uma ação processual, não vão entender isso.

COLONIZAÇÃO

“A colonização oficial coordenada pelo INCRA é falida. Colonização oficial não se faz dessa maneira, no tapa: abrir picada, demarcar lotes, jogar o pessoal lá. Isto não é colonização. É loteamento. Pior, loteamento clandestino no meio urbano. Devia haver um modelo regional de colonização, pensado aqui, com a participação do Estado. Inclusive, porque se deve levar em conta a estrutura do INCRA, que não permite o processo de colonização. Não quero dizer que a colonização do INCRA seria totalmente inviável, o que equivaleria afirmar que a reforma agrária no Brasil não teria condições de prosperar.

Como que a colonização oficial poderia ser melhor conduzida? Primeiro, pessoal capacitado. Isto não quer dizer pessoal com nível superior, não é o pessoal com pós-graduação em colonização, que isto não existe. Mas seria pessoal da região aplicando o seu conhecimento na própria região. E pondo um modelo para o Acre.

Quando a colonização deveria ter uma peculiaridade toda especial, com a cultura do seringueiro, uma pessoa atípica em termos de colonização no mundo. De um seringueiro não se faz um colono paranaense ou gaúcho. Então, já peca por esse princípio. Não vai dar certo nunca. Há necessidade de moldar essa colonização oficial e regionalizar o processo todo”.

A COMISSÃO AGRÁRIA

“É o que o Estatuto da Terra prevê com a criação de um órgão denominado Comissão Agrária com a missão de eleger e aconselhar uma política agrária regional. Cada Estado deveria ter sua Comissão Agrária, para atuar nas áreas decretadas de interesse da colonização oficial. A C.A. indicaria as regiões onde poderia ser feita a reforma agrária e acompanharia o desenvolvimento do INCRA nessa colonização. Sua composição é flexível: um representante do INCRA, três da Contag e três do sindicato patronal: A existência desta comissão é necessária porque, às vezes, uma ação desapropriatória de segue os efeitos da perseguição política. Tentou-se aqui no Acre, por iniciativa do Governador Joaquim Macedo, a Comissão de Alto Nível, que foi um fracasso total. Pareceu apenas um “mise-em-scene”

para colocar em ação numa época de tensão no meio rural. Ela não vai além porque os Estados são muito submissos à União nesse aspecto da política agrária.

“Esses passos tímidos que o INCRA dá em termos de Amazônia, os Estados já faziam há muito tempo e muito melhor, apesar da corrupção e uma série de processamentos nas vendas de terras. O INCRA é uma autarquia tão precária frente a sua atribuição que ele se perde ainda mais por questão política. O órgão fala em eletrificação rural, comercialização, tributação de terras, mas aquilo que deveria ser o seu objetivo principal, a reforma agrária, não fala. Aqui na Amazônia, a autarquia deveria voltar-se com maior ênfase para o grande espaço físico da região indevidamente integrado ao domínio privado. O que o INCRA deveria fazer era questionar essa incorporação indevida de terras públicas ao domínio privado. Mas o que se vê é uma lentidão do INCRA e Justiça. O descompasso é total, entre todas as esferas, e quem se aproveita é a entidade privada, diante das fraquezas do Estado. É claro que existe o direito de propriedade, mas segundo o equacionamento dado pelo próprio Estatuto da Terra. O Estatuto diz que o latifúndio e o minifúndio devem ser extintos. E o que se vê no Brasil é a preservação do latifúndio e o minifúndio, seja o que Deus quiser. Tudo por falta de uma definição política.

SERINGUEIROS E MIGRANTES

“Esta questão merece mais atenção. Em primeiro lugar, o INCRA nunca projetou essa colonização oficial do Acre com o pessoal do Sul. Acontecem contingências nacionais, então se coloca a questão: __ Vamos jogar esse pessoal onde? No Acre, em Rondônia não cabe mais ninguém. O negócio é na base do improvisado. E a pessoa, nessa condição, vira gado. Não tem opção de escolha, um acompanhamento do poder público. O projeto que seria para absorver o pessoal da região acaba dando ênfase específica como se fosse uma nova fronteira agrícola da ocupação do Centro-Sul”.

09. Sem terras, sem estradas ... (e os chamam de malandros). *Varadouro*. Rio Branco-AC, mai.1978, ano I, n. 09, p. 15.

Sem terras, sem estradas ... (e os chamam de malandros)

É cedo ainda e eles já estão chegando. Silenciosos, vão surgindo de todas as entradas da cidade em direção ao mercado. Ante, porém, de alcançar a cidade já andaram horas a pé ou a cavalo, de suas casas até o ponto combinado para pegar a condução. Ao chegar no mercado, têm pressa para colocar seus produtos e comprar o sal, o açúcar, a munição, algum remédio... para não perderem a condução que fica esperando em alguns pontos da cidade e os reconduzirá de volta. Geralmente são figuras cinzentas, maltratadas por dentro e por fora.

Daqui a pouco, a cidade vai acordar para ir ao mercado fazer a feira e haverá muitas reclamações contra os preços dos alimentos, contra a carestia, contra a qualidade dos produtores. “Eu sei que tem uns aí que dizem que nós, colonos, somos uns malandros”, afirma Antônio Joaquim Rezende, 63 anos, casado, seis filhos, colono de 50 hectares de terra da Colônia Panorama. Colonos, pobres colonos! Iguais em toda parte, no Sul e no Norte: sem terra suficiente para muitos filhos, sem preços justos no mercado, sem assistência técnica e financeira, sem a saúde necessária para enfrentar o trabalho pesado da enxada, sem estradas para escoar seus produtos, sem perspectivas com apenas cinco, dez, cinquenta hectares de terra...

Os colonos do Acre. Varadouro percorreu a maioria das colônias em volta de Rio Branco – Calafate, Panorama, Apolônio Sales, Aquiles Peret, Amapá e outras – para ver e mostrar, nesta reportagem, como eles vivem, ouvir suas histórias, suas reivindicações, suas denúncias e entender um pouco mais porque uma dúzia de ovos custa Cr\$ 25,00: um quilo de feijão, Cr\$ 18,00; um de farinha de macaxeira, Cr\$ 8,00; um quilo de arroz Cr\$ 10,00... e também para verificar melhor porque muitos desses produtos, em determinadas épocas do ano, têm que ser importados de São Paulo.

10. Caxinauás – índios seringueiros do Acre. *Varadouro*. Rio Branco-AC, ago./set. 1981, ano IV, n. 23, p. 2.

Os Kaxinauás estão produzindo mais de 3 mil quilos de borracha por mês dentro das reservas indígenas dos rios Jordão e Humaitá, graças ao apoio do Centro de Trabalho Indigenista de São Paulo.

A Ajudância da FUNAI no Acre tem se omitido e, pior ainda, atrapalhado o movimento da cooperativa Kaxinauá de produção de borracha. Recentemente a FUNAI foi obrigada a devolver para a SUDHEVEA, mercadorias avaliadas em 2 milhões de cruzeiros, que deveriam ser entregues aos índios, há cerca de 8 meses, pelo ex-chefe do Posto Indígena, Israel Freitas. Entre estas mercadorias encontram-se espingardas,

Sal, querosene, sabão, leite, chumbo, pólvora, espoletas, sapatos, sandálias, tecidos, remédios, etc. Tudo isso está agora depositado no armazém da COBAL em Tarauacá, à disposição da SUDHEVEA. A devolução das mercadorias dos índios Kaxinauá só ocorreu porque os técnicos da SUDHEVEA constataram a corrupção, irresponsabilidade e até mesmo a incompetência por parte do chefe da Ajudância da FUNAI, Benamour Fontes, acobertado pelo Delegado Apoena Meireles.

As lideranças Kaxinauá do Rio Jordão, encontram-se em Rio Branco para uma audiência com o Dr. José Cezário de Barros, Superintendente da SUDHEVEA, porque estas mercadorias são de fundamental importância para que eles possam continuar produzindo e vendendo borracha em Tarauacá, por conta própria, independentes dos patrões seringalistas dos altos rios.

A omissão da Ajudância da FUNAI em relação aos Kaxinauá, tornou-se mais vergonhosa e alarmante no recente episódio em que os seringalistas Raimundo Ramos de Araújo e Teófilo Lessa arrendaram os seringais existentes nas reservas indígenas do Jordão e Humaitá.

O Sr. Manoel Augusto Alves, figura bastante conceituada em Tarauacá, por ter sido o interventor do BASA nas propriedades do ex-senador Altevir Leal, exercendo atualmente os cargos de Presidente do Sindicato patronal do Município e Presidente do Diretório do PDS, retirou mais de 7 milhões de cruzeiros na agência do Banco do Brasil de Cruzeiro do Sul, com um contrato de arrendamento firmado no Cartório de Tarauacá.

Aliás, aquela agência está sendo considerada a “nova Serra Pelada” do Vale do Juruá, pois financia a torto e a direito aos patrões seringalistas existentes dentro de reservas indígenas já reconhecidas pela FUNAI.

Quando precisa pressionar índios, antropólogos e jornalistas, o Sr. Benamour logo convoca os agentes da Polícia Federal. Quando os “barões” de Tarauacá arrendam e retiram financiamentos para movimentar os seringais localizados dentro das áreas indígenas, ele se omite e finge desconhecer os fatos. Do jeito que o representante da FUNAI está procedendo, poderá até comprometer a atuação da Polícia Federal perante a opinião pública, dado seu total desconhecimento da questão indígena no Acre.

11. Caxinauás ou “farofas-frias”. *Varadouro*. Rio Branco-AC, set. 1977, ano I, n. 4, p. 15.

Caxinauás ou “farofas-frias”

Eles mudaram o nome segundo o grau e a qualidade da exploração. Até o final do século passado, eram simplesmente **Caxinauás**, uma das mais numerosas e valentes tribos da família dos Panos que habitava o Vale do Juruá. Depois, com a “corrida” da borracha e do caucho, passaram a ser chamados de “**caboclos**” ou “índios sujos, preguiçosos e cachaceiros”. Nos últimos anos, com a entrada da agropecuária, a dominação no seu estágio, sofisticaram-se de vez: já começaram a ser denominados de “**bóias-fria**” ou num termo mais regional “**farofas-fria**”.

Segundo dados de um relatório entregue recentemente à Funai pelo Antropólogo Terri Valle Aquino, existem ‘ainda’ cerca de 860 índios Caxinauás distribuídos e dispersos nos rios Tarauacá, Muru, Humaitá, Breu e Tejo, todos localizados no Vale do Juruá. Desses 860, 90 caxinauás vivem na periferia da cidade de Tarauacá. Em seus roçados crescem a macaxeira, o milho, a bananeira, o amendoim, a graviola o açaí. Vivem de uma minguada agricultura de subsistência voltada primordialmente para o consumo familiar e muito raramente vendem algum excedente na cidade. Na venda – contam – eles têm que enfrentar, além de tudo, a concorrência dos colonos brancos e “barranqueiros”, numericamente superiores.

Queixam-se também de que as terras em que vivem já não lhes pertencem e sua permanência nelas assume sempre um caráter provisório e de insegurança. Dependem da vontade dos proprietários ou, para eles, usurpadores.

Para complementar sua economia doméstica, os caxinauás urbanos são forçados a trabalhar como “peões” para pequenos proprietários ou nos grandes desmatamentos dos “paulistas” (nome genérico dado aos investidores do Sul ou estrangeiros), que estão implantando a pecuária extensiva na região.

Na realidade, esses índios podem ser caracterizados mais como verdadeiros “bóias-fria” ou “farofas-fria” do que propriamente agricultores porque o “roçado” já não lhes garante o mínimo de sobrevivência e poder de troca. Por isso – diz o antropólogo Terri Aquino – são obrigados a vender sua força de trabalho para satisfazer suas necessidades, aprofundando sua identificação ao estilo de vida do branco chamado “cariu” (nome dado pelos indígenas). Para ilustrar melhor a situação em que vivem esses 90 caxinauás, vale a pena ouvir o depoimento de chefe de uma família:

“Por aqui eu tenho serviço de banana, arroz, serviço de legume. Mas isso não dá prá botar o sal, o querosene, o fósforo, o peixe, a carne dentro de nossa casa.

Vivo trabaiaando pros fazendeiro cariu da ‘rua’ e trabaio pros ‘paulista’ porque quéri é tirar saldo pra comprá panela, muda de roupa, prá mulher e pros filhos, perfume, uma eletrola, um rádio...

Prá bota coisas de valor dentro da casa é preciso trabaiaá em serviço de empeleitada.

Trabaio mas é pros ‘paulista’ da Cinco Estrela”. (Agropecuária Cinco Estrelas S.A. da Viação Aérea Cruzeiro do Sul).

Roupa, perfume, rádio, eletrola, “coisas de valor”, são valores ou necessidades geradas pelo contato com a civilização.

12. Índios vivem acoxados. *Varadouro*. Rio Branco-AC, set. 1978, ano II, n. 12, p. 17.

Índios vivem acoxados

“Hoje em dia, faz de conta que nós não temos nada. Eu queria que fosse lá ao menos um empregado da Funai. Está cercando tudo onde nós mora, fazendo campo, botando roçado, onde nós mora. Nós estamos ficando sem terra prá fazê nada”.

Até 1976, os restos de indígenas do Acre viviam dentro dos seringais, “cortando seringa”, “fazendo ubá” (transportando mercadorias para os patrões), trabalhando como diaristas, caçadores, pequenos colonos. Só eram molestados quando reclamavam das condições de trabalho impostas pelo patrão. Nesse ano, porém, um fato novo veio alterar, até certo ponto, esse precário equilíbrio entre os grupos indígenas e seus empregadores. Equipes da Funai percorreram o Acre e passaram a delimitar as várias áreas para, posteriormente, fazer a demarcação das reservas. Imediatamente, os seringalistas ou fazendeiros perceberam que os índios poderiam ameaçar parte de seus vários latifúndios e, aproveitando-se da morosidade da Funai e ultimamente da desorganização da Ajudância no Acre, estão usando vários métodos para expulsar os índios antes que se demarquem as reservas (se é que vão sair mesmo essas demarcações!).

A denúncia acima, feita por Francisco Barbosa, um índio Caxinauá já batizado, líder de 19 homens, 21 mulheres, 52 crianças, é um exemplo típico desse quadro. Até 1974, viviam aparentemente nas “boas” com o seringalista Raimundo Barroso Cavalcante, 12 praias abaixo de Feijó, no Vale do Envira. Bastou que o chefe da Ajudância da Funai no Acre passasse por lá que o seringalista, também conhecido por “Barrozinho”, começasse a invadir o roçado de subsistência dos Caxinauás.

Francisco está em Rio Branco fazendo tratamento de saúde, há poucos dias chegou um parente de lá da área e contou que o “Barrozinho” está botando roçado já próximo à sua casa. Desconfia que seja para plantar café.

Na verdade, o seringalista já havia começado a “acoxar” os índios há mais tempo. “Até prá lá é bom plantar girimum (abóbora), melancia. No mesmo instante tem o gado dele que vive solto e come a plantação”, se queixa o líder Caxinauá. Não param aí, entretanto, as safadezas do seringalista. Francisco conta que já deixou de trabalhar na diária com ele porque,

além de pagar somente Cr\$ 30,00, lograva-os descaradamente. Há pouco tempo, Francisco adiantou Cr\$ 4 mil para comprar um motor usado do seringalista, o negócio foi fechado em Cr\$ 8 mil, a outra metade pagaria em serviço na diária. Adivinhem o que aconteceu? Quando Francisco estava perto de saldar a dívida, o “Barrozinho” mandou-o chamar, disse que estava demorando muito, deu-lhe Cr\$ 500,00 pelos serviços prestados e tomou de volta o motor.

A Funai, o que diz dessa situação?

“Disse que é prá eu ficar no meu canto tranqüilo, disse que nós não pode deixar o que é nosso, que temos que aguentá, que nós já aguentamo esse tempo todo”. Edificante conselho, sem dúvida, mas que não correspondeu, de forma alguma, à expectativa de Francisco e seu grupo de Caxinauás que, na situação em que se encontram, não estão precisando de conselhos, mas de garantias que lhes assegurem terra boa e suficiente para viver. Como afirma Francisco, “te, é muito índio lá, muito Caxinauá espaiado por lá cortando seringa, com precisão de terra”. Aliás, se conselhos resolvessem alguma coisa, esses Caxinauás estariam num paraíso, pois há anos que estão entre eles alguns pastores norte-americanos das “Novas Tribos” que só fazem “dar escolinha”, nas expressão de Francisco. Fundamentalmente, reservas demarcadas e com garantias é o que interessa, no momento, a esse grupo de Caxinauás de Feijó e a todos os demais grupos indígenas no Acre.

13. Bairros lutam para sair da miséria. *Varadouro*. Rio Branco-AC, abr. 1981, ano IV, n. 20, p. 8.

Bairros lutam para sair da miséria

O problema habitacional de Rio Branco, a cada dia que passa tem se agravado mais. À medida em que os seringais vão sendo ocupados pelos “paulistas” e transformados em pastagens para gado, seus habitantes vão sendo expulsos e obrigados a mudar para a cidade à procura de outro meio de vida.

Como não dispõem de dinheiro para comprar terreno em terra firme, acabam fazendo suas casinhas em terrenos alagadiços ou nos barrancos dos rios. E quando vem o inverno é aquele problema. Ficam desalojados e têm grandes prejuízos.

Mesmo na cidade, o povo ainda não está livre ainda de expulsão. Quando não é a alagação, são ameaçados pelos proprietários dos terrenos, pelo Estado e pela Polícia. No ano passado e no início deste ano, houve muitos problemas de terrenos, levando a conseqüências e tragédias.

A fatalidade dos barrancos

Todo ano sempre acontece o desbarrancamento do rio, deixando centenas de famílias desabrigadas. Neste ano, a desgraça foi mais alarmante. O desbarrancamento chegou até a Rua Rio Grande do Sul. As providências do governo, como sempre, acontecem depois que a desgraça acontece. Já são quase 100 famílias desabrigadas e só algumas conseguiram terreno em lugar seguro ou mesmo as precárias casinhas do Conjunto Tangará. Ou quando não, as famílias são obrigadas a ficarem por várias semanas debaixo de tendas da Funbesa, sem as mínimas condições de moradias. Nestas barracas, ante aos olhos das assistentes sociais da Funbesa, as famílias penam, enfrentando diariamente sérias dificuldades para sobreviverem na área cedida pelo órgão.

Nasce um bairro e morre um líder

O terreno baldio situado entre o bairro Bahia, Aeroporto Velho e Palheiral sempre esteve abandonado. Era um matagal imenso, onde marginais aproveitavam para atacar os moradores, principalmente as mulheres. Houve um assassinato da operária Hosana no local. Os moradores decidiram então derrubar o mato da beira da estrada.

Após a derrubada veio a idéia de se povoar o terreno. Com isso, centenas de famílias começaram a tirar seus lotes e construir suas casas. Conscientes dos problemas advindos de uma ocupação desordenada, como aconteceu no Triângulo Novo, os moradores resolveram formar uma Comissão para demarcar os lotes. Fizeram um mapeamento da área, com a demarcação de quadras e de ruas. Um trabalho digno de urbanistas e topógrafos. Os donos da área reclamaram. Mas era tarde. A área já estava ocupada por mais de mil famílias. A Comissão entrou em entendimentos com o governo para que a área fosse desapropriada e vendida aos ocupantes, em condições favoráveis aos moradores. Para evitar com esta “casa de cabas”, o governo resolveu negociar com os proprietários.

Os problemas, porém, não se acabaram. Mesmo com o trabalho intenso da Comissão, procurando demarcar os terrenos no alinhamento e fazer uma distribuição justa de lotes aos realmente necessitados, a Comissão, às vezes se defrontava com elementos inescrupulosos entre os “pequenos” que, a exemplo dos “grandes”, também queriam explorar o povo através da venda de terrenos. Apesar dos inúmeros apelos da Comissão, as autoridades de segurança quase sempre se mostravam ineficientes. Até que ocorreu o acontecimento trágico do assassinato de João Eduardo, em 18 de fevereiro, por um morador que viviam em desentendimento com a Comissão, tirando proveito com a venda de lotes na área e ameaçando outros moradores. A morte de João Eduardo causou grande revolta no bairro, sendo motivo de uma passeata de protesto no dia 18 de março passado, quando os moradores do agora chamado Bairro João Eduardo saíram da Assembléia até a sede do bairro, e lá mostrando seus protestos pela ineficiência do governo em resolver os milhares de problemas dos “pequenos”.

Triângulo resiste às ameaças

Há mais de três anos uma área de terra sem nenhuma benfeitoria à direita da Rodovia AC-01, em frente ao Aeroporto Presidente Médici, começou a ser ocupada desordenadamente por famílias desabrigadas, quase todas expulsas dos seringais pela força do latifúndio sulista.

Após algumas ameaças aos ocupantes, bem mais tarde os proprietários da área entraram com um processo na justiça. A justiça, como não costumava ouvir os pobres, expediu no ano passado, a pedido de uma proprietária, um mandado de despejo a 300 famílias da área. Prontamente a polícia atendeu a ordem de despejo e se deslocou fortemente armada para a área a fim de expulsar os moradores. Para isso, a polícia age rápido. Havia até tratores do Deracre para facilitar a expulsão.

Ameaçados de ficar ao relento, os moradores se uniram e resolveram não arredar o pé da área. Concentraram-se na estrada do bairro e não permitiram que a polícia entrasse.

Enquanto isso, formaram uma comissão para tratar com o governo para pedir a retirada do aparato policial. Foi um dia tenso e trágico. Enquanto os moradores se mobilizavam diante da presença ameaçadora da polícia, uma criança cai no poço e perde a vida. Duas mulheres gestantes são hospitalizadas e sofrem aborto.

Ao mesmo tempo que isso ocorria, o advogado do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Arquilau de Castro Melo, impetrava um mandado de segurança para anular o mandado de despejo expedido pelo juiz de Direito. O despejo foi suspenso, aliviando um pouco a tensão. Somente em 15 de fevereiro é que o mandado de segurança foi julgado e o Tribunal de Justiça deu ganho de causa aos moradores. Mas mesmo assim, o governo, através da Funbesa, continua seu trabalho de convencimento do povo para abandonar a área.

Despejo no Distrito Industrial

Em fins de 1978, um grande terreno no Distrito industrial, em frente ao Campus da Universidade, foi loteado e vendido pelo governo, através da Funbesa e da Cohab aos desabrigados das enchentes. Foi um ano de eleições. Muitos compraram seus lotes com a condição de construir dentro de um mês senão perderiam o terreno. Cada lote foi avaliado em CR\$ 4 mil para ser pago em 40 parcelas de CR\$ 100,00. Porém, tanto a Funbesa como a Cohab se recusaram a receber as prestações.

A Funbesa recebeu apenas a taxa de inscrição de CR\$ 100,00. Tempos depois veio a expulsão. A Cohab, alegando que havia um projeto para a construção do Conjunto Tucumã, naquela área, começou a intimar os habitantes a desocuparem o terreno. Em maio do ano passado, começaram a concretizar as ameaças. As assistentes sociais da Cohab foram ao local e começaram a convencer o povo de que eles deveriam abandonar a área e mudarem para o Conjunto Tangará, que estava sendo concluído. Todos haviam gastado muito dinheiro para construir suas casas, mesmo sem poder, e com isso teriam um prejuízo muito grande. Além disso, as casas do Conjunto Tangará não tinham paredes, era só uma pequena cozinha, banheiro, os esteios e o teto. Muitos dos moradores não tinham condições de gastar mais dinheiro ainda, para fecharem as casas. A Cohab não indenizou nenhuma benfeitoria que os moradores haviam feito nos terrenos do Distrito Industrial. Mesmo assim, após uma reunião com o diretor da Cohab, os moradores foram convencidos a se mudarem para o Conjunto Tangará, arcando com os prejuízos.

O dinheiro do trabalhador é usado para construir mansões

Evidentemente que o governo toma algumas providências. Pelo menos para não dizer que não está fazendo nada. E também para deixar o povo na ilusão de que está procurando soluções.

Quanto aos problemas da terra, de vez em quando faz a distribuição de alguns títulos de terra, com discursos, banquetes e muitas festas. Gasta muito mais com as festas e viagens caríssimas, com grandes comitivas, do que com o valor da terra distribuída. Mas não ataca de cheio o problema agrário. Não mexe com a estrutura agrária. Só impede uma verdadeira reforma agrária ou a revolução agrária que está precisando.

No tocante à moradia, tem o BNH, a Cohab, e as cadernetas e associações de poupança que deveriam financiar as habitações. Acontece que o BNH recebe dinheiro do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviços) – 8% dos salários de todo empregado – todos os meses e gasta grande parte com as mordomias e remuneração de altos funcionários. Esse dinheiro, na verdade, na verdade, sai do bolso do trabalhador. É depositado no banco pelo patrão, mas é tirado do suor do empregado. Mesmo recebendo tanto dinheiro, até hoje o BNH não conseguiu solucionar o problema da moradia para a população pobre. Dias atrás saiu no jornal a notícia de que a Cohab estava endividada. E cadê o dinheiro do povo?

As associações de poupança e a Caixa Econômica também não têm financiado casas para a população marginalizada, que é a que mais precisa de casa própria, porque não pode pagar aluguel. Porém, os barões ou os altos funcionários conseguem facilmente financiamento para construir ou comprar suas mansões. Os pobres não conseguem nem apresentar os comprovantes de renda porque são desempregados. Portanto, o sistema habitacional do governo não está cumprindo sua finalidade que é financiar moradia para pessoas de baixa renda.

Caso sério

Estes problemas se agravam mais na época do inverno. Mas não é por causa das alagações que eles existem. Apenas aparecem mais porque muitas famílias ficam desabrigadas de uma vez só e o governo é obrigado a tomar providências no momento para aliviar um pouco a situação. Aí surgem as notícias nos jornais, no rádio e na televisão, de que o governo está cuidando do problema. O caso é mais sério do que parece.

Existem os desabrigados porque vivemos em um regime que só favorece aos grupos econômicos, aos “tubarões”, às custas dos pobres. Pouco ou quase nada este regime faz pela pobreza. Como já vimos, no caso de Rio Branco, os problemas já vêm desde os seringais, quando a população é expulsa. A expulsão acontece porque a política agrária de nosso país promove a concentração da terra nas mãos de poucos e grande proprietários, deixando os trabalhadores sem terra. Esses grandes proprietários visam apenas o lucro, que é o principal interesse no regime capitalista. Não importa se esse lucro é conseguido com sangue e lágrimas de muitos.

É preciso união

A solução deve vir do próprio povo. Não adianta esperar do governo, que aí a solução vem ao contrário, isto é, só se resolve para quem não precisa. Isto porque todos sabemos que não temos um governo do povo e sim dos grandes.

Portanto, o povo deve se unir, discutir seus problemas nas comunidades, nos sindicatos, nos partidos, para conscientizar a todos de que a solução só virá quando for o povo que estiver no poder. Mas isso só poderá acontecer quando o povo estiver organizado. Terá que lutar muito e não se iludir, porque os atuais detentores do poder não vão querer perder facilmente a mamata que estão vivendo.

14. Paulistas acham o mapa da mina. *Varadouro*. Rio Branco-AC, abr. 1981, ano IV, n. 20, p. 10.

Paulistas acham o mapa da mina

O Condomínio Tarauacá, do grupo Agapito Lemos, que possui mais de 300 mil hectares de terras no município de Tarauacá, descobriu o “mapa da mina” quando a Sudam passou a reconhecer o fracasso de sua política de implantação de fazendas agropecuárias na região do Juruá.

Animado com os vultosos financiamentos do primeiro e do segundo Probor, o grupo passou também a explorar o extrativismo da borracha em 65 seringais, entre os que Agapito Lemos adquiriu ou simplesmente arrendou. A partir daí, o grupo passou a ser duplamente favorecido pelos financiamentos da Sudhévea, tanto para custeio anual da safra de borracha, como para reabertura de novas colocações e estradas de seringais.

Na safra do ano passado, de acordo com os financiamentos retirados na agência do Banco da Amazônia (BASA) de Tarauacá, a produção de borracha do Condomínio Tarauacá deveria ter sido de 300 toneladas, mas não conseguiram reunir nem 150 mil quilos de borracha. A principal razão desse fracasso, comenta-se em Tarauacá, foi a alta de mercadorias na grande maioria dos seringais sob o controle do grupo.

No Alagoas, por exemplo, um dos seringais do Vale do Juruá, arrendado ao Condomínio Tarauacá pelo ex-senador Altevir Leal, faltou inclusive a estiva para atender às necessidades imediatas aos seringueiros que vivem no interior das matas, como o sal, a pólvora, o chumbo, o querosene e o sabão. Isso sem falar nos remédios, tecidos e farinha. E o seringal Alagoas, até 1977, quando era arrendado ao seringalista Ribamar Moura, chegou a produzir 86 toneladas. Agora, na safra passada (1980/81) não vai produzir nem 30 toneladas de borracha. Dos 300 seringueiros e seus familiares que o Alagoas tem capacidade de colocar não restam hoje nem 50 seringueiros. Sem mercadorias, não há patrão que consiga mante-los no interior dos seringais. E os que ficarem (os que não migraram para outros seringais da região ou para a periferia de Rio Branco) só não morreram de fome, porque os regatões estavam sempre no porto do Alagoas, para “quebrar o galho”.

Em Tarauacá, o povo pergunta: “E o que o Condomínio Tarauacá faz com o dinheiro dos financiamentos do Probor?”

Logo descobriu-se que da mesma forma que “os paulistas” fizeram com a maioria dos financiamentos agropecuários da Sudam, o dinheiro da Sudhévea foi vergonhosamente

desviado das atividades mais lucrativas na matriz de São Paulo. Provavelmente foram aplicados no Open Market.

Desanimado com a política corrupta de Agapito Lemos em relação aos seringais nativos de Tarauacá, o seu antigo administrador, o ex-sargento do 7.º BEC Ludovito Bareta, desligou-se recentemente do Condomínio Tarauacá.

O novo administrador e os “puxa sacos” locais, para disfarçarem o desvio das verbas da Sudhévea, andam acusando o sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tarauacá de ser o responsável pela quebra da produção de borracha do município. É a velha história de jogar a culpa na organização da classe dos trabalhadores para esconder a corrupção das verbas que o governo generosamente concede à classe dominante do extrativismo.

15. Depois da borracha, do boi... Agora, a madeira (em risco). *Varadouro*. Rio Branco-AC, mar.1979, ano II, n. 14, p. 5.

Depois da borracha, do boi... Agora, a madeira (em risco)

Se não bastasse os “paulistas” terem tomado cerca de 1/3 (5 milhões de hectares) das terras do Acre, agora com os tais “contratos de riscos” querem entregar às multinacionais mais 6 milhões 292 mil hectares – façam as contas e vejam o que sobraria para os acreanos!

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), órgão subordinado ao Ministério da Agricultura, responsável pela preservação da flora e da fauna brasileira, objetivam, segundo publicações da imprensa nacional, a exploração do potencial madeireiro da Amazônia com utilização da terra durante o período em que vigorar o contrato. À semelhança dos contratos de risco para a área petrolífera, o interessado assina com o órgão um contrato para explorar a madeira de determinada área da floresta Amazônica supostamente correndo o risco de, na área escolhida, não existir madeiras nobres como a companhia que assinava o contrato para a exploração do petróleo correria o risco de não encontrar a matéria-prima.

A região Amazônica foi dividida em grandes áreas sendo que no Estado do Acre ficaram reservados para tais contratos cerca de 6 milhões e 292 mil hectares. Os contratos de risco prevêem exploração em áreas prioritárias, tais como Amapá, Centro do Maranhão, várzeas dos rios Madeira, Xingu e Juruá e algumas regiões de fronteira. Nota-se que cabeceiras de afluentes, tanto na margem esquerda como da direita do rio Amazonas e trechos importantes dos rios serão desmatados.

Levando à devastação da cobertura vegetal da Amazônia, tais contratos colocaram em perigo o equilíbrio ecológico, o qual inicia seu processo de rompimento quando um de seus elementos é submetido a uma alteração. No caso dos rios, haverá inicialmente um aumento do volume d'água nestes rios com um decréscimo no decorrer dos anos. O processo erosivo tenderá a aumentar alargando o curso dos rios e o transporte dos sedimentos provenientes da erosão será maior. Esses sedimentos com o tempo vão sendo depositados prejudicando a navegação.

Um exemplo das conseqüências acima previstas é o que sucede no Rio São Francisco que com suas margens desmatadas, teve seu volume d'água diminuído, impossibilitando a navegação, exterminando gradativamente a fauna aquática. Será que o deslizamento de camadas ocorrido recentemente em Rio Branco, no rio Acre, já não é uma conseqüência da devastação que vem sendo feita de maneira irracional não só ao longo do rio como em todo o Estado?

Economia dos riscos

Alega-se que a proposta de tais contratos estaria voltada para a amortização da dívida externa do Brasil. No entanto, com a atual política financeira de desvalorização da moeda – só no ano passado o cruzeiro foi desvalorizado 13 vezes, e em janeiro deste, mais duas – visando a exportação, o montante da nossa dívida externa estará sempre aumentando. Além disso, conforme relatório de Mr. F. Schmithusem, o mercado mundial terá capacidade de absorver apenas 18 bilhões de dólares em madeira sendo que deste montante a metade seria das empresas exploradoras.

Ora, está claro que os 9 bilhões de dólares correspondentes ao Brasil não viriam, de imediato, mas sim parceladamente à medida que as exportações fossem sendo feitas. Desat maneira, as divisas conseguidas mal dariam para o pagamento dos serviços de nosso débito, isto é, mal ajudariam a pagar os juros e correções da dívida. Esta continuaria, enquanto que nossos recursos e nossa soberania pulverizariam.

Como se já não bastassem as grande multinacionais que aqui se encontram trabalhando na área de desmatamentos surge a idéia de contratos de risco. Além dos grandes projetos agropecuários – Swift, Bordon, – cita-se a presença, na área de desmatamento e exploração predatória dos nossos recursos da Erdai Col. Ltda. (Japão), da Bruinzeel (Holanda), do Projeto Jari (USA), Toyo Nenka (Japão), Georgia Pacific (USA), Nixdorf (Alemanha).

O que se pode notar é que crescerá a dependência brasileira para com o capital externo e a produção não estará voltada para o consumo interno e este sempre foi um dos maiores problemas da Amazônia onde sempre se desenvolveu uma economia dependente, voltada para a exportação e importando até mesmo gêneros alimentícios.

Assim, constatamos que com tal exploração os amazônidas seriam os menos favorecidos, ao passo que os grandes ganhadores dos “riscos”, como sempre seriam o grande capital e sobretudo as multinacionais que não reinvestiriam seus lucros na região. É de

perguntar se os idealizadores de tal empreendimento responderão no futuro pelas conseqüências.

Danos Sociais

Os problemas que a Amazônia vem enfrentando poderão agravar-se ainda mais com esse tipo de exploração. Grande parte das áreas selecionadas pertencentes à União são ocupadas por índios e posseiros que vivem da terra sem devastá-la em grandes proporções. Com a concessão dessas áreas a multinacionais logicamente essas populações serão desalojadas já que as empresas madeireiras terão pouca capacidade de absorção de mão-de-obra, pois certamente serão mecanizadas, como por exemplo, a Nixdorf que se instalou em Redenção, no Pará. A madeira não será industrializada na região, sendo totalmente exportada como matéria-prima.

Na impossibilidade de conseguir outra terra onde possam trabalhar, esses desalojados terão que migrar para outros centros populacionais à procura de subsistência. Com isso, o fenômeno de “inchação” das cidades irá acentuar-se ainda mais do que já constatamos em cidades acreanas como Rio Branco, Sena Madureira e Tarauacá, em conseqüência da penetração das companhias agropecuárias nos últimos anos.

Estas cidades que, como várias outras da Amazônia não possuem infra-estrutura para atender nem a metade de sua população, verão crescer suas periferias com os problemas de desajustes sociais como a criminalidade que vem aumentando assustadoramente, a prostituição, o desemprego, o sub-emprego, o analfabetismo, as doenças, a fome e todo tipo de miséria.

Quem abastecerá

Com o desalojamento dos trabalhadores de suas terras haverá também um desequilíbrio no abastecimento de gêneros alimentícios, pois esta população (índios, seringueiros, castanheiros) mesmo não produzindo grandes excedentes para abastecimento dos mercados regionais, produzem pelo menos para subsistência. Deslocando-se para as cidades ou sendo utilizados como mão-de-obra na exploração da madeira, contribuirão para aumentar a demanda de gêneros cujo abastecimento já é deficiente, levando conseqüentemente, a uma elevação ainda maior dos preços.

Porque não utilizar as áreas inexploradas para resolver os problemas de milhares de trabalhadores sem terra que existem na Amazônia e em todo o País, ao invés de colocá-los à disposição de multinacionais? Já vimos que entregar essas áreas ao grande capital não irá resolver o problema econômico do Brasil. Entregá-las aos que a trabalham poderá, pelo menos amenizar um pouco um dos maiores problemas do País, que é o problema da terra que só será mesmo resolvido através da reforma agrária.

Portanto, ao é possível conceber que, mais uma vez os reais interessados e os realmente capacitados fiquem à margem das grandes decisões. “Enquanto o desejo de se explorar a Amazônia tiver raízes culturais estrangeiras, a possibilidade de um programa racional de desenvolvimento será nula”. É o que diz Betty Jingers.

16. Posseiros Urbanos. *Varadouro*. Rio Branco-AC, mar. 1979, ano II, n. 14, p. 9.

Posseiros Urbanos

Sem casa para morar e sem condições de pagar aluguel, eles resolveram ocupar terrenos baldios. O Governo pretende resolver o problema com promessas e usando a força policial para escorraçá-los dessas áreas.

Segundo relato de Varadouro, no dia seguinte a uma visita do governador ao local, chegaram cerca de 30 soldados da Polícia Militar, armados de cassetetes, revólveres e metralhadoras e sem qualquer resistência, em poucos minutos, destruíram tudo, botaram fogo em algumas casas, desmantelaram outras e deram um prazo para os moradores abandonarem de vez a área. As explicações dadas pelos policiais eram várias. Todos diziam que “estavam cumprindo ordens do Governador”, outros, como o tenente Rubens, apresentava uma razão mais “política” – “nós só fazemos isso porque vocês votam no MDB, faz quatro anos que o MDB ganha por causa de vocês” e alguns poucos, ao verem a aflição das crianças, mulheres grávidas, velhos, murmuravam baixinho “que se soubessem que era pra fazer aquilo, não teriam vindo”. Mas, enfim, eles fizeram um eficiente serviço!

Rio Branco ainda não é uma cidade média, mas já apresenta os sintomas das principais doenças de uma grande metrópole. O problema da moradia, por exemplo, começa a adquirir contornos bastante graves a ponto de ser tratado pela força policial. Algumas expressões como “periferia”, “favela”, próprias das grandes cidades, começam a ser usadas também por aqui com relativa familiaridade e com o mesmo sentido para designar os bairros mais afastados do centro, sinônimos de marginalização onde se concentram tanto a de seus moradores. Nos últimos meses, miséria e a pobreza da cidade como a (...)

Surgiu até uma expressão nova – “posseiros urbanos” ou “invasores” – para caracterizar aquelas famílias que, pressionadas por uma série de fatores, não tiveram outra alternativa, senão a de ocupar compulsoriamente alguns terrenos baldios, de particulares ou do Estado.

Expulsá-los?

...depois das eleições!

À margem esquerda do rio Acre, nas proximidades do bairro Triângulo, num terreno alagadiço, os chamados “posseiros urbanos” construíram (a seu modo, é claro) em

poucos meses, um novo bairro. Homens, mulheres, crianças derrubaram árvores, coivaram, limpam e ergueram seus precários barracos.

O processo de ocupação, pode-se dizer, é original e até fascinante. A notícia de que está sendo aberta uma nova área corre e esse espalha rapidamente protegida entre a população. Quem chega primeiro vai marcando seu pedaço de chão, observando um acordo tácito entre eles: ninguém deve reservar mais que o suficiente para a construção de um barraco, porque “os outros também estão precisando”. Um barraco é feito em poucas horas, geralmente pelo sistema do mutirão – algumas folhas simples de alumínio, cavacos ou mesmo palha para a cobertura, restos de tábuas, caia para as paredes e alguns esteios para equilibrar a construção.

Em poucos dias, o terreno foi totalmente tomado, deu para abrigar cerca de 150 famílias. A essas alturas, o proprietário da área já havia tomado todas as providências para desalojar os “invasores”, ameaçando passar o trator sobre as casas, recorrendo à Justiça... Os posseiros temeram um pouco no início, mas em seguida recobram a coragem e confiança e permaneceram no local, até hoje.

Outros grupos de famílias, entretanto, não foram bem sucedidos, principalmente os que ocuparam áreas pertencentes ao Estado. Transcorridas as eleições, o Governador recorreu à força policial para escorraçá-los, o mesmo Governador que nos seus rompantes demagógicos costuma dizer que não dorme sossegado quando vê famílias morando debaixo das pontes. Um desses grupos, ao ser desalojado pela polícia, chegou a ocupar a esplanada do Palácio do Governo, que foi imediatamente cercado por um contingente da Polícia Militar que se apressou a “proteger” o Governador, sempre mostrando seus cassetetes e metralhadoras.

A velha acusação: “são subversivos”

Em suas notas oficiais o Governo e os proprietários desses terrenos costumam mascarar a condição dessas famílias, insistindo sempre que entre eles estão infiltrados aproveitadores, especuladores e há quem insinue até a presença de “subversivos”. No entanto a realidade é bem outra e muito fácil de ser mostrada.

Até 1970, não havia propriamente o problema de moradia em Rio Branco, o déficit habitacional era insignificante. Segundo estatísticas do próprio Governo, de 1970 a 1974, os “paulistas” compraram 1/3 das terras do Acre (cerca de 5 milhões de hectares) para implantar fazendas de gado ou simplesmente especular com a terra. A partir daí a história é demais conhecida: os seringueiros, expulsos de suas colocações, não tiveram outra escolha, senão

afavelar-se em Rio Branco ou emigrar para a Bolívia. Os que vieram para a cidade, foram ocupando áreas periféricas, formando o já clássico “Cinturão de miséria”. Ao mesmo tempo, houve ligeiro impulso no setor de construção civil, com a conseqüente valorização e especulação imobiliária e o desenvolvimento da “indústria do aluguel”.

Como se vê, os “posseiros urbanos” não são marginais, especuladores ou “subversivos”. São ex-seringueiros, pais e mães de família, por sinal, muito ordeiros e esforçados por condicionamento do meio rural e que normalmente se mostram até dispostos a pagar pelo terreno que ocuparam. Quanto à profissão, podem ser incluídos na categoria de “diaristas”. O principal motivo que os levaram a ocupar a área é perfeitamente compreensível: o que ganham não mais permite pagar o aluguel, e alógica é essa mesmo – a precariedade dos salários reflete-se na precariedade ou falta de moradia.

17. Bahia à margem da cidade. *Varadouro*. Rio Branco-AC, ago. 1978, ano II, n. 11, p. 5.

Bahia à margem da cidade

Sem casa para morar e sem condições de pagar aluguel, eles resolveram ocupar terrenos baldios. O Governo pretende resolver o problema com promessas e usando a força policial para escorraçar-los dessas áreas. (...).

São 5h30min, o bairro da Bahia já não dorme mais. A noite para seus moradores termina às 4 horas da manhã. As mulheres ganham a rua com latas vazias na cabeça à procura de poços que porventura tenham amanhecido com água. Os homens esperam o café, não um café gordo, isso não!, mas um café puro com um pedaço de pão e nada mais. O rádio está ligado desde cedo, competindo com o do vizinho.

“Seu” Granjeiro, um carpinteiro como tantos outros do bairro se espreguiça, sentado ainda na rede. Pensa no dia que está ainda começando. Terá que enfrentar de início uma caminhada de dois quilômetros para tomar o ônibus que levará cerca de 200 outros diaristas para o centro da cidade. Os ônibus não entram no Bahia. Antes eram as desculpas de que a estrada que dá acesso ao bairro não oferecia condições; consertada a estrada, os ônibus continuam passando ao largo do bairro, cerca de dois quilômetros, na Rua Rio Grande do Sul.

Por isso, o carpinteiro Granjeiro já amanhece prometendo: “os Irmãos Lameira vivem prometendo ônibus, mas até agora nada” (os Irmãos Lameira possuem monopólio do transporte coletivo em Rio Branco). Por certo não é só este morador que reclama, outros chegam a sonhar com os ônibus, como aconteceu com o “seu” Antônio Gomes que conta ter visto alguns veículos entrarem no bairro, lá pela meia-noite, como “aparição”; deram uma volta e foram embora.

Mas não é só falta de transporte o problema do Bahia. O bairro em si é um grande problema! O Bahia e mais cinco, seis bairros de Rio Branco formam o que se convencionou chamar de “periferia” da cidade e dentro desse contexto, aqui como nas demais cidades do País, apresenta uma sucessão infindável de problemas, de carências que tornam a vida de seus moradores insuportável, mostrando, por outro lado, a verdadeira face do sistema sócio-econômico e político. No caso dos bairros periféricos de Rio Branco, sabe-se que eles foram formados quase que exclusivamente por seringueiros que foram expulsos de suas “colocações” (expulsos por força ou por atração da cidade) e se parecem demais com grandes “acampamentos”, onde a pobreza e a marginalização atingem índices incompressíveis,

enquanto as terras do Estado vão se concentrando cada vez mais nas mãos de poucos empresários e as áreas mais “nobres” da cidade são possuídas pela pequena burguesia local.

Problemas, portanto, é que não faltam no Bahia. Apesar do reservatório da Sanacre estar localizado a poucos metros do bairro, “água encanada só existe para barão... Eles não vê a gente pobre dos bairros”, afirma a lavadeira Maria das Graças Alves da Silva, 39 anos, quato lavagens de roupa e que tem de caminhar quilômetros para lavar as trouxas no açude.

Se o racionamento de energia elétrica atinge inclusive a população do centro da cidade, exceto naturalmente as ruas dos “barões”, no Bahia a luz aparece duas vezes por semana. Tanto que o carpinteiro Granjeiro como homem prudente que é, nem fez a ligação para sua casa, porque, justifica ele, “se é prá viver no escuro ou na base da vela e no fim do mês pagar um montão de dinheiro, é melhor ficar sem luz”. Para a lavadeira Maria das Graças a falta de energia, segundo ela, é pior que a falta d’água, pois é obrigada a passar e engomar a roupa com carvão. É conveniente ressaltar que lavar, passar e engomar roupa para Maria das Graças significa a garantia de seu sustento e de sua família. Não é luxo!

Na verdade, as histórias do carpinteiro Granjeiro e da lavadeira Maria das Graças, são as histórias de quase todos os moradores do bairro Bahia. Granjeiro, por exemplo, morava no seringal, foi expulso com a chegada da empresa agropecuária, veio para uma colônia próxima à cidade, uma espécie de estágio para o novo estilo de vida, e da colônia para a acidade foi um pulo. Manoel Soares de Brito, 70 anos, “cortou seringa”, durante 25 anos, atualmente, para sobreviver, faz porongas, facas e outras “besteiras”, como ele denomina. Ah! O detalhe é um consagrado “rezador” do bairro. Em sua casa, se é que se pode chamar de casa, um barraco de palha e chão batido, como muitos do bairro, sempre aparecem clientes. Reza contra todas as doenças muito comuns entre a população dos bairros pobres, diarreia, “ventre-caído”, sarampo, hepatite e também contra mau-olhado e outros feitiços. Como todo rezador que se preza não cobra pelos “serviços” e, como diz, “como o que Deus dá, às vezes um feijão, um arroz”.

Mas “seu” Manoel já teve um emprego fixo e perdeu de uma forma muito comum utilizada no Acre e outros Estados: “por questões políticas”. Trabalhava como ajudante de enfermeiro na Santa Casa, mas como era do PSD...

Situações idênticas as do carpinteiro Granjeiro, da lavadeira Maria das Graças e do rezador Manoel vivem José Abel, 35 anos, também carpinteiro, Francisco da Silva Ferreira, 42 anos, diarista, Luisa Almeida, 68 anos, viúva, que diz que há um ano não compra um quilo de carne e ainda 200 famílias que moram no Bahia. Nessas condições, infra-humanas de moradia, alimentação, trabalho, educação, etc. vivem também os moradores de outros bairros

da periferia de Rio Branco e de outras cidades brasileiras. É só uma questão de quantificar essas carências através de estatísticas. Verificar, por exemplo, os índices de mortalidade infantil, de desemprego e subemprego, de analfabetismo, de doenças, etc., que no fundo revela, sempre a mesma lógica: à medida em que aumenta a acumulação, a pujança, a riqueza, enfim, de uns poucos, aprofunda-se a marginalização de muitos.

A menina dos olhos

Esta realidade, entretanto, costuma ser falseada. O carpinteiro Granjeiro lembra-se ainda que em vários comícios feitos no bairro Bahia, nas eleições passadas, ouviu dizer que o Bahia era “a menina dos olhos” do Governador e que fariam tudo pelo bairro: prometeram pavimentação, transporte, água, luz, paraíso! Novas eleições estão chegando e nada foi feito e, segundo Granjeiro, “a menina mais parece uma velha”. Lembra também que num desses comícios o vereador Edgar Fontes (Arena) garantiu que tinha sido testemunha da assinatura de uma verba destinada para a pavimentação do bairro. Cadê a verba? “Eles talvez, tenham esquecido, mas nós não esquecemos. Agora que está se aproximando outras eleições...”

Vingar-se no voto parece que será a tendência que se observa outra vez entre os moradores dos bairros periféricos da Capital. Além disso, já se constata o aparecimento de alguns líderes entre eles. No Bahia, particularmente, a Comunidade de Base tem ajudado na conscientização e sobretudo constitui um espaço importante para o encaminhamento de outras formas de organização. Pedreiros, diaristas, lavadeiras e outras categorias profissionais começam a acreditar menos em promessas de políticos e mais nas suas próprias forças e possibilidades.

18. Greve na Universidade abala o autoritarismo. *Varadouro*. Rio Branco-AC, mai.1981, ano IV, n. 21, p.16-17.

Greve na Universidade abala o autoritarismo

Passada a mobilização promovida pela UNE, a universidade parece ter voltado à “normalidade”. A repressão, no entanto, articula seus golpes. Na intenção de quebrar definitivamente a resistência no departamento mais mobilizado da universidade, alegando medidas administrativas, o reitor demite, na noite de quarta-feira, 29 de abril, o professor Rômulo Garcia, presidente da ADUFAC e chefe do Departamento de Geografia. Na mesma semana aconteceria a demissão do professor Joari Pessoa, que só mais tarde iria explodir publicamente.

Na manhã seguinte à demissão de Rômulo, a diretoria do Centro Acadêmico de História percorre as salas convocando os alunos de História e Geografia para uma assembléia, divulgando um protesto contra a demissão do professor. Rapidamente reúnem-se em uma sala, cerca de 150 estudantes. A assembléia, ao mesmo tempo racional e emotiva, demonstrou por um lado o acúmulo de experiência e o grau de consciência adquirido e por outro a disposição de combate e a explosividade do movimento. Greve! Pela primeira vez na UFAC. Formaram-se comissões de trabalho. Era necessário levar as discussões aos estudantes dos outros cursos e pedir solidariedade. Uma turma ficou encarregada de promover as reuniões na universidade.

Bahia à margem da cidade

A maioria dos estudantes, no entanto, dirigiu-se ao gabinete do reitor, no centro da cidade. Mais ou menos 80 alunos postaram-se na porta e no corredor do gabinete e exigiram ser recebidos. Levaram um abaixo-assinado feito na assembléia em que exigiam a readmissão imediata do professor Rômulo e a contratação de mais e melhores professores. O reitor, inicialmente recusa-se a receber os estudantes. Estes sentam-se no chão e declaram que só se retirarão após terem sido atendidos. O reitor negocia: primeiro declara que atende na parte da tarde. Depois diz que pode atender três estudantes. Finalmente concorda com a exigência dos estudantes: atende cinco alunos e um jornalista. O diálogo que se segue é digno de uma representação teatral (ver matéria nesta edição). O reitor promete uma resposta para o sábado,

2 de maio. Os estudantes saem. Uma luta havia se iniciado com uma imediata confrontação de forças.

O movimento estudantil no Acre entra assim numa nova fase, onde o confronto tornou-se inevitável diante dos constantes ataques da burocracia universitária. Os estudantes não mais engolem sapos, não mais baixam a cabeça, não mais compõem pequenos grupos. Agora falam, erguem a cabeça, e enfrentam a repressão. E são muitos.

O grito de “greve!” ecoa. A palavra-de-ordem não poderia ser mais clara: “se o reitor não recuar, a greve não vai parar”. Os estudantes sentem agora as suas forças, experimentam a sensação do combate direto, sem intermediários. O que tem a resolver, resolvem em massa, todos juntos.

Procurar os trabalhos

Que movimento é esse e quem são os estudantes? Frequentemente se tem dito que os estudantes compõem-se principalmente da pequena burguesia, que vêem diminuídas dia-a-dia suas regalias pela crise do capitalismo. No entanto, seria por demais esquemático encarar o movimento estudantil como um movimento puramente burguês. As condições a que está submetida essa parcela da juventude a coloca em constante choque com o sistema. O principal saldo desta greve da UFAC para o movimento e a organização da população mostram isso. Uma das deliberações da assembléia que deflagrou a greve foi a de que os estudantes participaria, da manifestação do 1.º de maio, promovida pelas entidades representativas dos trabalhadores. O dia internacional de luta dos trabalhadores, no Acre, contou com a participação organizada dos estudantes, com faixas, palavras-de-ordem e pronunciamentos de suas entidades. O professor Rômulo e outros professores se pronunciaram no ato público, que se realizou no pátio da Assembléia Legislativa. Vários representantes dos sindicatos, associações e bairros expressaram seu apoio à luta dos professores e saudaram a greve dos estudantes. A ligação estava feita. E a demonstração disto foi a adesão ao abaixo-assinado que circulou entre os presentes, dirigido ao reitor e exigindo a imediata readmissão de Rômulo.

Assim como havia expressado um estudante, na assembléia de deflagração da greve, “os estudantes não vão procurar, na hora da luta, apoio na administração da universidade nem entre as autoridades. Vão procurar os trabalhadores. Vão unir a sua luta à luta de todos os explorados e oprimidos”. O fato, sem a necessidade das palavras, já mostraria a profundidade histórica do momento.

A universidade saltou o muro. Durante anos alimentou-se no Acre o mito de uma universidade de elite, afastada da comunidade, isolada em sua auto-suficiência, suas ligações com Brasília, sua burocracia interna. Os prédios envernizados que Figueiredo inaugurou sem a presença dos estudantes, no entanto, não conseguiriam disfarçar a profunda crise do ensino que neles se ministrava. A insatisfação cresceu. O reitor reprimiu.

Os estudantes deram a sua resposta. O conflito rapidamente se alastra. Ainda na primeira semana da greve dos cursos de Geografia e História, os estudantes de Heveicultura tomam conhecimento da demissão do professor Joari Pessoa. A ligação dos grevistas com os estudantes de Heveicultura se articula.

O professor Joari foi demitido da UFAC, segundo os alunos e pessoa que acompanharam o caso, a pedido da direção da SUDHEVEA. O motivo apurado foi o de que o professor estaria orientando alunos, de acordo com uma ação coordenada com o Projeto Rondon sobre a utilização de um método de aproveitamento da borracha diferente daquele preferido pela SUDHEVEA. O professor recebeu sua demissão em Xapuri, longe da universidade. A assembléia dos alunos de Heveicultura decidiu encaminhar abaixo-assinado ao reitor exigindo a reintegração do professor e ao mesmo tempo declarar a disposição de entrar em greve.

A evolução dos fatos passa a ser mais rápida, uma vez rompido o isolamento. Várias entidades sindicais, de bairro e partidos políticos realizaram uma reunião, onde, por sugestão dos estudantes, programa-se uma passeata para segunda-feira, 11 de maio. Uma comissão é escolhida para levar a adesão das entidades às assembléias no Campus no dia seguinte. Uma peça de teatro é encenada por um grupo da capital para angariar fundos para a sustentação da greve. Os representantes da Associação nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) chegam a Rio Branco e participam da assembléia dos professores. A passeata começa a ser convocada.

Uma nova força

Os estudantes entraram definitivamente na cena política do Acre. Entrara, “por baixo”, isto é, colados ao movimento popular. A UFAC é o sustentáculo e alimento da política, do empreguismo e do oportunismo da classe dominante. O movimento dos estudantes traz à luz do dia as forças comprometidas com o esquema (SUDHEVEA, elementos da imprensa, políticos, etc.) e balança as estruturas desse poder. É um dado inevitável, todos têm que contar

com ele hoje, no Acre pode-se temer o movimento estudantil. Pode-se respeitá-lo. Pode-se combatê-lo. Pode-se ajudá-lo. Mas não se pode mais ignorá-lo.

19. Estivadores: um suor que não rende. *Varadouro*. Rio Branco-AC, jul. 1977, ano I, n. 2, p. 13.

Estivadores: um suor que não rende

Talvez muitos desconheçam que os estivadores têm sua Associação, ali mesmo no Mercado Municipal.

Uma construção que não chega a ser bonita, mas que também não é admirada. Uma sede perdida entre barracas de banana, laranja, batatas e ovos, estas sim muito visíveis. Entretanto, os que precisam chegam lá. Perguntando, aqui e acolá, chega-se a ela.

E lá estão mos estivadores. Sábado de manhã, o dia todo, todos os dias. Desnecessário se faz uma apresentação maior sobre quem são eles, o que fazem e a sua importância no setor do abastecimento.

Uma conversa com eles é bem aceita. José Castro, Erasmo e “seu” Fausto falam muito naturalmente, contando histórias-verdades, que nada mais são do que relatos da vivência de cada um. E falam com aquela ironia que foi sendo aguçada pela vida difícil que lhes é comum.

“De verão aqui não é bom não. De verão a gente passa uma, duas semanas sem ganhar tostão. A gente pode arranjar um outro emprego, mas serviço por fora, pra nós não tem. A gente não tem o saber. Não sabe ler, escrever. Só aparece mesmo o braçal, que na época de verão tem muito. E vamos para o mato. Mas a derrubada dá muito serviço, dinheiro mesmo não dá quase nenhum. Mal dá para o sal”.

E José Castro vai falando, vai questionando aos amigos, vai chamando mais alguns, para que confirmem o que ele diz: “Conta como é difícil a nossa vida – a vida sacrificosa – chegando a ter épocas que a gente senta nesse banco e fica nele até furar o calção. Não sai dele de jeito nenhum”.

Até agora só ouvindo, “seu” Fausto resolve falar também: “A carestia é como se vê: a gente olha para as coisas e come com a vontade. Chega a ter inveja daqueles que estão sendo amamentados no peito da mãe. Eles estão bem mais arranjados. Mesmo chupando aquele leite que vem só da água que a mãe bebe”. E olhando, às vezes, para o infinito continua: “a gente vive de tanto espremer, que nem peixe no jequi. Quando entra não pode sair. Ta espremido, mas ta lá”.

Mas será que garantias, assistência médica, apoio, não existem?

A resposta vem de José Castro, quando afirma: “fui furado na perna, numa brincadeira. Não posso ficar muito tempo sentado, não. Da Associação não recebi nada. E ao INPS também não posso ir. Não temos carteira assinada”. Olha para os amigos, questionando-os: “tem carteira assinada? Tem INPS?” E todos respondem que não.

Vem chegando nesse instante o secretário da Associação. Vem ver o que há, logo é intimado: “explica melhor a nossa situação. O quanto a gente para não ter direito nenhum”. Meio indeciso, falando baixo, Genilo de Oliveira Lima, exercendo a função do secretário em férias, diz: “é, esse problema está errado mesmo, precisa consertar isso sim. As contribuições para o INPS têm que ser recolhidas, pois os comerciantes exigem recibo para pagar os estivadores, mas carteira assinada, nenhum de nós tem”.

Não pé difícil entender como isso se processa: chega um caminhão de gás e lá vão 2 ou 3 estivadores para descarregá-lo. Na hora do pagamento, a necessidade do recibo. No recibo, o recolhimento do INPS. Deste os comerciantes não podem fugir e os estivadores não podem usufruir. Pagam, mas não são registrados em carteira. Difícil, então, descobrir para onde vão essas contribuições recolhidas pela Associação. Ninguém sabe explicar muito claramente.

Mas nem todos que utilizam os serviços dos estivadores, exigem recibos. Nesse caso, divide-se o recibo, lá mesmo no local de pagamento, não se podendo fugir, entretanto, dos 12% pagos à Associação. Esta taxa é fixa, é cobrada sobre o total ganho pelo estivador. Também é cobrada uma mensalidade dos 133 associados, que a partir desse mês, será de Cr\$ 5,00.

Em que se resume então, a atuação dessa Associação? Que serviços ela presta? Existe para quê?

Novamente é José Castro que responde. E vai falando com uma convicção de sócio que ele mesmo tem medo de duvidar. E diz: “no caso de doença, eles dão licença para tirar remédios de graça, lá na farmácia. Quando adoece alguém e não pode vir trabalhar, eles pagam o dia de serviço. Pagam quando querem e quanto querem. Uns dias Cr\$ 30,00, outros Cr\$ 50,00. Depende deles. E a gente não sabe para onde vai esse dinheiro que eles recolhem. Aqui é bom para quem não trabalha. Anteriormente tinha reunião todos os meses, a gente sabia que tinha no Banco, quanto entrava, no que era gasto. Agora ninguém sabe de nada. Faz mais de 6 meses que não tem reunião. Pergunte para o Fausto, o Presidente atual é sobrinho dele”.

E “seu” Fausto fala. Sem receios, sem rodeios. O suficiente para se entender a situação e também para finalizar a conversa: “nós aqui, os debaixo, não sabemos quanto é que

entra e nem para onde vai esse dinheiro todo. É essa nossa situação, sem ninguém que venha nos ajudar. Então parece que não tem solução. A nossa segurança é a morte. Nossa herança: o cemitério. Nossa aposentadoria: sete palmos de terra. Tem dias que a gente chega em casa, toma água, deita e faz de conta que está com fastio. Só tem o apetite e fica mastigando a saliva. Volta para o serviço só com a comida do vizinho”.

Se necessário ainda se faz acrescentar mais alguma coisa para acreditar que realmente tudo se passa assim, deixa-se registrada a existência do Sr. Isaías de Oliveira, que hoje mora lá na casa dos Vicentinos. Ele foi um dos fundadores da Associação, um dos que colaboraram para a sua construção e hoje está inválido, consequência de um derrame. Está aposentado pelo INPS, aposentadoria que lhe rende Cr\$ 250,00 mensais e que foi conseguida graças à interferência do proprietário de uma panificadora local. Da Associação, da estiva, ficou apenas com os velhos amigos e com a consideração dos mais novos, que o respeitam muito.

20. Mulheres sem charme. *Varadouro*. Rio Branco-AC, dez. 1977, Ano I, n. 6, p. 20.

Mulheres sem charme

Quem é a mulher acreana? A julgar pelos modelos que normalmente desfilam pelas páginas cor-de-rosa dos jornais seriam a “senhora” fulano de tal que ofereceu coquetel em sua “residência” na chegada da outra “senhora” de nome importante. Ou seja, seria a “senhorita”, filha do “doutor” X que acaba de completar “15 aninhos”...

Estes são os padrões apresentados nas invariáveis e picarescas “colunas Sociais”. De longe, porém, representa a maioria das mulheres acreanas e de qualquer parte.

Este modo de apresentar as realidade, aliás, é mais uma das tantas empulhações que a sociedade classista costuma usar para encobrir suas contradições, embora, às vezes, ainda se tenta salvar nas aparências com pseudo-debates.

O fato é que a mulher acreana não aparece nos jornais e nem é fotografada à beira das piscinas. Ela não tem “cabelos esvoaçantes e nádegas esculturais”, como aparece nos modelos, típicos da classe média e copiados dos centros que ditam a moda e os padrões femininos da beleza atual. Não fala de feminismo e nem sabe do que se trata.

Com certeza, cerca de 70 por cento das mulheres do Acre não é nada disso. Sua origem, costume, linguagem, aspirações, seu físico, revelam outra realidade bem menos atraente: a de uma classe onde ser mulher significa ser explorada duas vezes: pelas condições materiais de assalariamento, desemprego, posição de “objeto” sexual e outros preconceitos.

Lavadeiras, operárias, serventes, domésticas, funcionárias e outras categorias são a maioria das mulheres acreanas.

21. O “Movimento das Lavadeiras”. *Varadouro*. Rio Branco-AC, mar.1979, ano II, n. 14, p. 11.

O “Movimento das Lavadeiras”

Foi um espetáculo bonito: mais de 500 lavadeiras se reuniram na Catedral de Rio Branco para aprovar uma tabela de preços, preparada por elas mesmas, pois aprenderam que quem deve resolver seus problemas são elas mesmas e mais ninguém. Foi sobretudo uma demonstração convincente de como as classes populares podem se organizar e reivindicar seus direitos e fazer valer sua força. Conseguiram até que sua tabela fosse publicada nos jornais e lida nas rádios.

Mas elas também sabiam que iriam enfrentar uma “briga feia”, naturalmente que as patroas não gostaram de pagar mais caro e passaram a fazer todo tipo de pressão e boicote. Algumas simplesmente dispensaram suas lavadeiras, outras tentaram dividir a classe, procurando quem lavasse pelos preços antigos e aviltantes e houve até patroa que procurou lavadeira no vizinho município de Quinari. Ah!, sim, algumas patroas até andaram chamando o “movimento das lavadeiras” de “comunista” porque conta com o apoio da Prelazia do Acre e Purus.

Apesar dessas trapaças, o “movimento” continua firme e estão sendo dados os passos para a fundação de uma “Associação das Lavadeiras”. Mais um aspecto estimulante: em outros municípios, como Quinari e Sena Madureira, as lavadeiras estão seguindo o mesmo exemplo de suas companheiras de Rio Branco.

22. Empregadas domésticas. *Varadouro*. Rio Branco-AC, set. 1978, ano II, n. 12.

Empregadas domésticas

O salário é a diferença flagrante entre as empregadas da Habitasa e as Cohab-Bosque. Raramente, com seu trabalho elas conseguem ganhar mais de mil cruzeiros por mês, isto na Habitasa, que é considerado o bairro da classe média alta de Rio Branco. Na Cohab, a situação muda um pouco, para pior, é lógico.

Os salários por lá, oscilam entre 600 e 400 cruzeiros por mês e podemos então considerá-la como sendo o último estágio da classe média quer pode ter empregada.

“A empregada é o braço direito da patroa e pelo trabalho que tem pode se sentir a dona da casa. A gente levanta, faz café, mamadeira pros meninos, lava louça, roupa, arruma a casa, faz compras e almoço e ainda encontra tempo pra brincar consolar os que choram e separar as brigas. A gente passa o dia nessa trabalhadeira. No fim do mês, o dinheiro não consegue comprar nada, é muito pouco. Mas o que me avexa é que ninguém pensa no meu valor, no meu trabalho duro que não aparece, porque a casa, pra estar em ordem precisa de alguém pra cuidar dela, eu cuido. Merecia mais respeito, mais atenção”.

Essa é Maria, uma moça de 31 anos, que desde os 20 trabalha como doméstica nas casas de família. O nome verdadeiro ela prefere que não se publique, por isto, todos os nomes serão falsos, para que não sejam identificadas as pessoas que deram o depoimento sobre o que é a vida de uma empregada doméstica em Rio Branco.

Esses onze anos de trabalho não deram a Maria um salário nem ao menos razoável, pois só agora ela ganha mil cruzeiros. É muito provável que Maria seja uma das poucas empregadas que tem uma visão real de sua situação. Ela não pode estudar, ficou apenas em o secundário incompleto. A falta de estudo faz com que ela tenha um certo medo do futuro. “Eu não pude estudar, será que vou terminar a vida na casa dos outros?”

A pergunta faz com que ela entre por um caminho de especulações não muito agradáveis... E se adoecer? E se não puder trabalhar mais? Como é que vou viver? E quando ficar velha? Ninguém gosta de dar serviço prum velho ... preciso sair dessa vida... Ela me olha meio angustiada, é morena acaboclada que provavelmente já foi bonita um dia. Maria está acabada para sua idade.

A saída imediata para todas as Marias que brigam pela vida na casa dos outros, cuidando, trabalhando, envelhecendo, ainda, é o velho amparo legal dos trabalhadores, mas

que só agora atingiu também as empregadas domésticas: a Carteira de Trabalho, assinada e o INPS pago todo final de mês.

Óbvio que a Carteira de Trabalho não resolverá as relações entre patrão e empregada; poderá fornecer apenas algumas garantias. No momento, é viável para a melhoria do nível de vida dessa classe.

A VIDA COMO ELA É

Muitas das empregada que vieram da Habitasa e mesmo do Bosque vieram dos municípios e deixaram por lá suas famílias na esperança de poder ajudá-las enviando algum dinheiro, ou mesmo estudando. As esperanças de muitas delas não se concretizaram e o salário, nunca é demais lembrar, não é compensador.

Rosa veio de Tarauacá e tem 26 anos, há seis meses trabalha numa casa da Habitasa. Já morou no rio de Janeiro, também como empregada doméstica, ficou com os antigos patrões por três anos. Depois, como o trabalho era e a cidade perigosa, resolveu voltar. Na casa onde atualmente trabalha, ganha mil cruzeiros por mês, não tem carteira assinada e não desconta INPS. “Aqui não tenho muito trabalho e posso sair quando quero, não tem ladrão, essas coisas. No Rio era diferente. Agora eu acho que fico um bom tempo com essa dona”.

Em todas as casas percorridas na Habitasa e no Bosque, não encontrei nenhuma empregada que tivesse carteira de trabalho assinada, ou que fosse filiada ao INPS. Boa parte delas sabe que podem ter carteira assinada, mas tudo depende da boa vontade da patroa e as empregadas nem sempre querem discutir o assunto com os patrões.

A experiência que Nilda tem na casa ao lado de Rosa não é muito boa, embora ela receba o mesmo salário de sua colega e também não tenha carteira assinada e nem INPS. “Minha patroa é horrível, a gente agüenta porque tem que ganhar a vida. Horrível é a maneira de tratar a gente, gritando como se fosse surdo. Eu tenho um sistema diferente de tratar as pessoas bem e não gritar nunca”. Para Nilda a idéia de um sindicato ou uma associação, como foi discutido num congresso de empregadas domésticas em Belo Horizonte (MG), é uma idéia necessária, pois “dá segurança e a gente não tem que ficar discutindo essa mixaria de dinheiro. O ruim é ter que sair do emprego a toda hora. Acostumar com as pessoas, precisar ir embora e tornar a acostumar com outras pessoas. Sem carteira assinada é inválido trabalhar, mas morrer de fome também é. E a carteira faz a gente querer ficar no serviço. Em São Paulo todas têm carteira assinada. Isso devia ser em todo lugar”. Nilda é paranaense.

A patroa ideal para a maioria das domésticas seria a pessoa que as tratasse como gente de casa, sem humilhar. Que dividisse o trabalho e principalmente não enganasse as empregadas na hora de combinar o serviço.

A empregada ideal para algumas patroas, não deveria reclamar das coisas, fazer economia no óleo, no sabão, no detergente, não mentir e não roubar. Tanto empregada como patroa são unânimes em afirmar que o trabalho começa sendo bom, mas a convivência é que vai mostrando as atitudes irreconciliáveis. “Patroa começa legal, ensina, depois vai botando as unhas de fora”, afirma Francisca, da Cohab do Bosque.

As relações entre patroas e empregadas seriam diferentes a partir do momento e que as empregadas se reunissem numa associação. Dessa maneira elas poderiam discutir seus problemas de salário, horas de serviço, contrato de trabalho e uma infinidade de coisas que só o dia a dia revela, com a quantidade de trabalho e as responsabilidades da patroa com a empregada.

UM EXEMPLO

Suzana nasceu no Ceará e foi morar em Manaus com um irmão. Lá arranjou trabalho com uma família que se mudava para o Acre, em 1954. A família não era grande e tinha apenas duas filhas de quem Suzana foi babá. Dois anos depois de estar no emprego ficou gestante e logicamente foi posta para fora de casa. O pai resolveu, então, alugar um quarto, comprar uma bacia e uma rede. Foi só. Mas a família dele, desconfiando, apareceu e retomou “seus” pertences. Suzana, para ter sua filha, teve que recorrer à diretora da maternidade, para que a internasse até que a criança nascesse. Suzana ficou por lá 3 meses. Durante o resguardo viveu da caridade das pessoas e sua filha sobreviveu à subnutrição e não se tornou mais uma empregada doméstica.

Conseguiu um emprego onde fazia de tudo e pôde dar à menina uma escola para freqüentar. Ela também estudou de noite, fez primário e acabou conseguindo um emprego público em fins de 1962. Depois, com o surgimento do BNH, comprou uma casa que até hoje paga. Não casou. Arranjou alguém que lhe ajudou uns anos e morreu. Hoje, Suzana tem 45 anos (...).

Carteira de Trabalho

É de poucos anos a legislação que ampara a empregada doméstica, mesmo assim ela não tem todos os benefícios concedidos aos trabalhadores. Uma empregada doméstica, por lei, só tem direito à carteira de trabalho assinada e ao registro do pagamento do INPS, além de férias remuneradas de 20 dias após um ano de trabalho.

Fundo de Garantia por tempo de Serviço, 13.º salário, aviso prévio e horário de trabalho determinado, são alguns direitos ainda por conquistar. A lei também se esqueceu de falar no direito às folgas semanais e, o mais importante, não existe salário estipulado e cada patrão paga o que bem entende. Nesse ponto reside a maior dificuldade das empregadas: ganhar o suficiente para se manter. Mas os patrões normalmente argumentam que não pagam bons salários porque “dão” cada e comida.

Já que a lei obriga o patrão a assinar a carteira de trabalho nada melhor do que você tira-la na Delegacia Regional do Trabalho à Rua Coronel Alexandrino Lopes, 59 levando duas fotos 3x4 datadas e um desses documentos: carteira de identidade, título de eleitor ou certidão de casamento. Depois é só entregá-la ao patrão para que assine o contrato de trabalho com o salário real que você vai receber. Caso o patrão não queira assinar a carteira, você pode ir à Delegacia Regional do Trabalho, mesmo que não tenha ainda um ano de serviço. Lá você deve encontrar pessoal pra orientá-la.

Com a carteira assinada na mão, você, depois, irá a uma agência bancária da cidade para fazer a sua inscrição no INPS. O banco então entrega na hora o comprovante de filiação e o talão de recolhimento das contribuições mensais.

Mas por que essa trabalhadeira toda de carteira assinada e de ir para as filas de banco se inscrever no INPS? Ora, na pior das hipóteses com a carteira assinada você tem alguns direitos, melhor dizendo vantagens, a começar pelas férias remuneradas de 20 dias após um ano de trabalho. Auxílio em caso de doença e auxílio natalidade, no caso de ter filho. Abono de permanência em serviço, pecúlio e serviço social, médico, dentista e remédios.

Não desista, se lembrar das madrugadas em fila para pegar número e ser atendida alguns dias depois. Não desista, porque isso é apenas um início, pois a “briga” é longa e não vale desanimar no meio do caminho. Respire fundo e exija o que você tem direito.

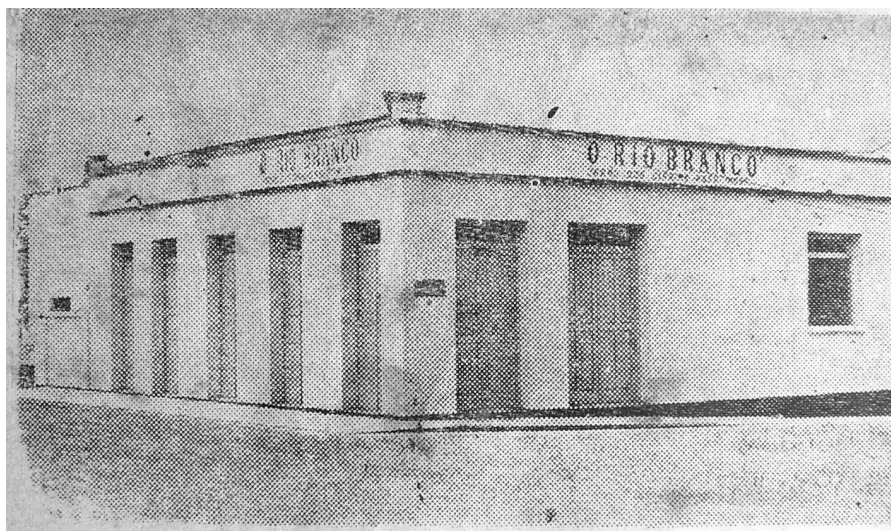
Anexo C

Fotografias acerca da fundação do Jornal *O Rio Branco*



Primeira edição de *O Rio Branco* (20 de abril de 1969).

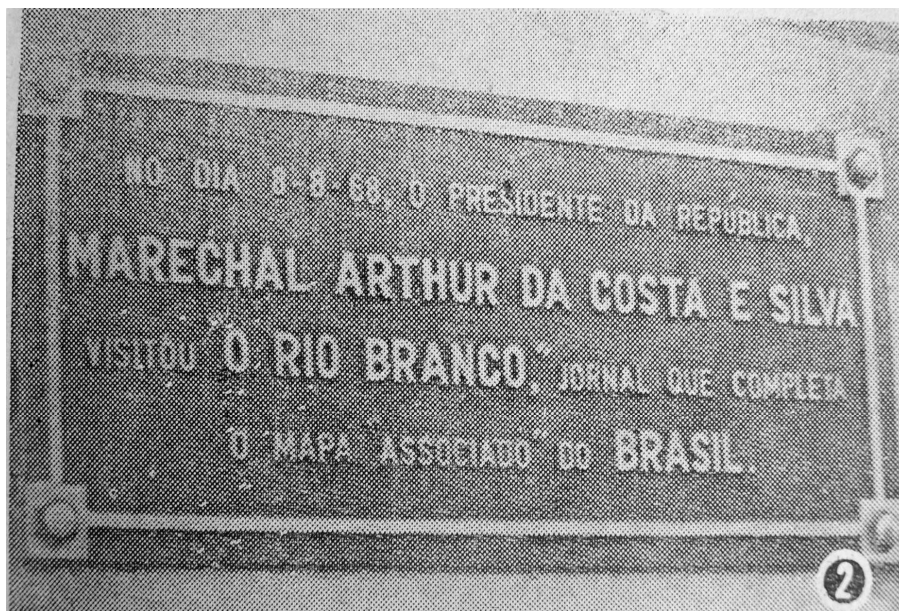
Fonte: Museu da Borracha.



Sede do jornal *O Rio Branco*, situada na esquina da avenida Ceará com a rua Cel. João Donato. Fonte: *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 20 abr. 1969, ano I, n. 01, p. 01.



Presidente Costa e Silva, cumprimentando Epaminondas Barahuna, logo após dar por descerrada a placa inaugural de *O Rio Branco*. Ao centro, o governador Jorge Kalume. Fonte: *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 23 abr. 1969, ano I, n. 02, p. 01.



Placa de bronze com legenda referente à visita do Presidente Costa e Silva às redações de *O Rio Branco*.

Fonte: *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 23 abr. 1969, ano I, n. 02, p. 01.



Visita presidencial às redações do jornal *O Rio Branco*. À esquerda, o governador Jorge Kalume, ao centro, o Presidente Costa e Silva.

Fonte: *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 23 abr. 1969, ano I, n. 02, p. 01.



Secretário de Justiça, Interior e Segurança, Francisco Aluízio Queiroz, descerrando o retrato do jornalista fundador dos Diários Associados, Assis Chateaubriand.

Fonte: *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 11 jun. 1969, ano I, n. 56, p. 01.



Governador Jorge Kalume abrindo a fita simbólica de acesso ao interior do prédio.

Fonte: *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 11 jun. 1969, ano I, n. 56, p. 01.



Secretário de Justiça, Interior e Segurança, Francisco Aluizio Queiroz, discursando de apresentação do novo jornal “associado”. Dom Giocondo Maria Grotti, bispo da Prelazia do Acre e Purus, quando benzia as instalações do jornal.

Fonte: *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 11 jun. 1969, ano I, n. 56, p. 01.



Epaminondas Barahuna, diretor-superintendente do jornal *O Rio Branco*, proferindo discurso de apresentação do novo órgão “associado”.

Fonte: *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 11 jun. 1969, ano I, n. 56, p. 01.



Jantar no Palácio Rio Branco, oferecido pelo governador Jorge Kalume aos “Diários Associados”, na pessoa do jornalista Epaminondas Barahuna, por ocasião do lançamento do jornal *O Rio Branco*. Prefeito Adauto Brito da Frota, sob as vistas do vice-governador Omar Sabino de Paula e do desembargador José Lourenço Furtado Portugal, quando oferecia, em nome do governador do Estado, a homenagem.

Fonte: *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 11 jun. 1969, ano I, n. 56, p. 01.



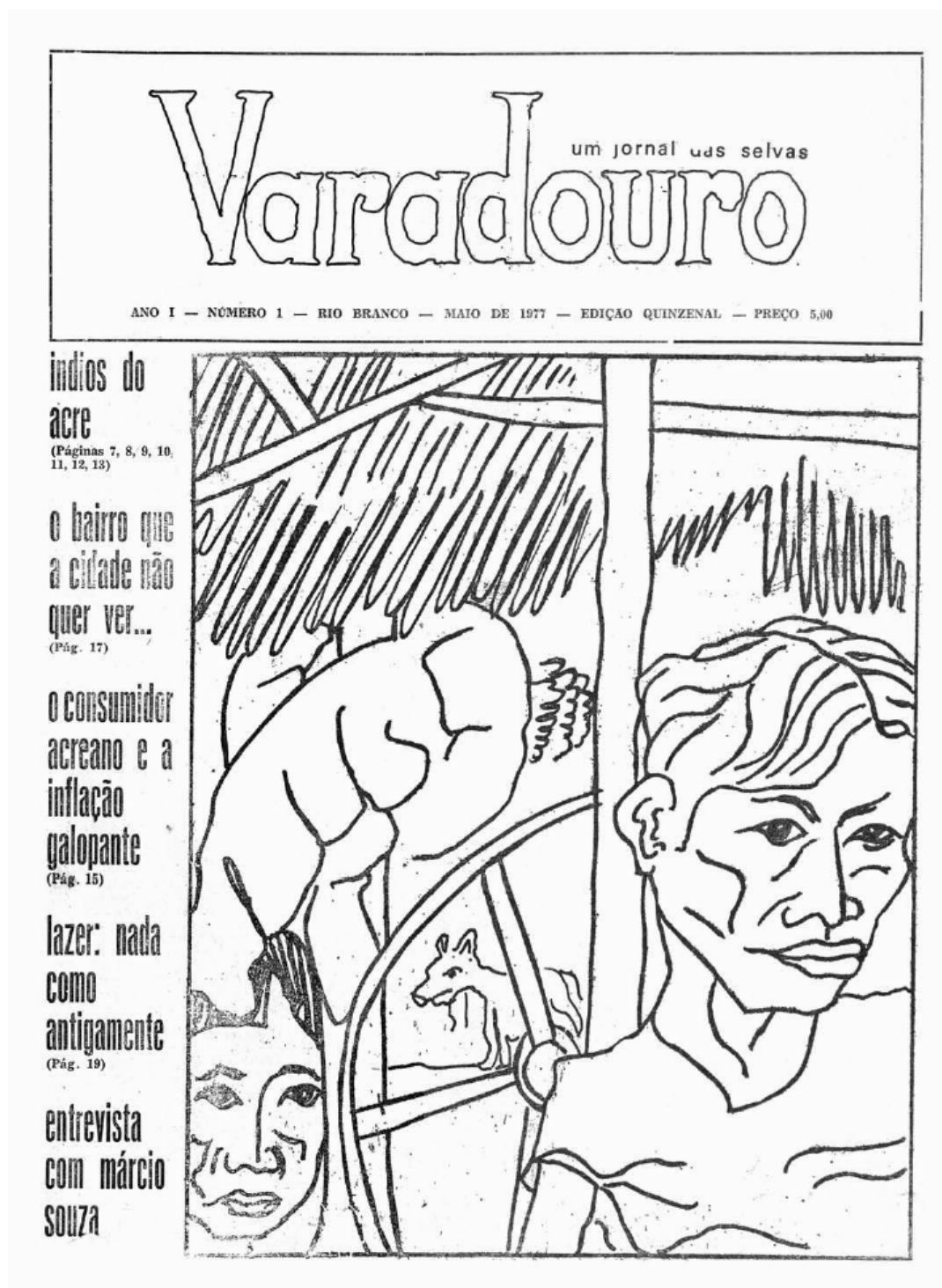
O diretor-superintendente de *O Rio Branco*, Epaminondas Barahuna, agradecendo a cortesia do Executivo acreano e um aspecto geral da mesa presidida pelo governador.

Fonte: *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 11 jun. 1969, ano I, n. 56, p. 01.



Diretores e equipe de redação do jornal *O Rio Branco*, na inauguração do periódico.
Fonte: *O Rio Branco*. Rio Branco-AC, 11 jun. 1969, ano I, n. 56, p. 01.

Anexo D
Fotografias do Jornal *Varadouro*



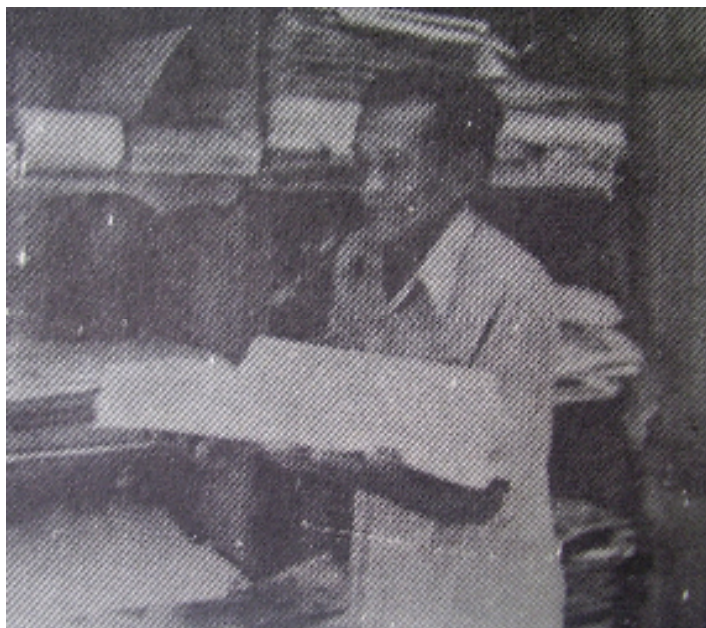
Primeira edição de *Varadouro* (maio de 1977).
Fonte: Museu da Borracha.



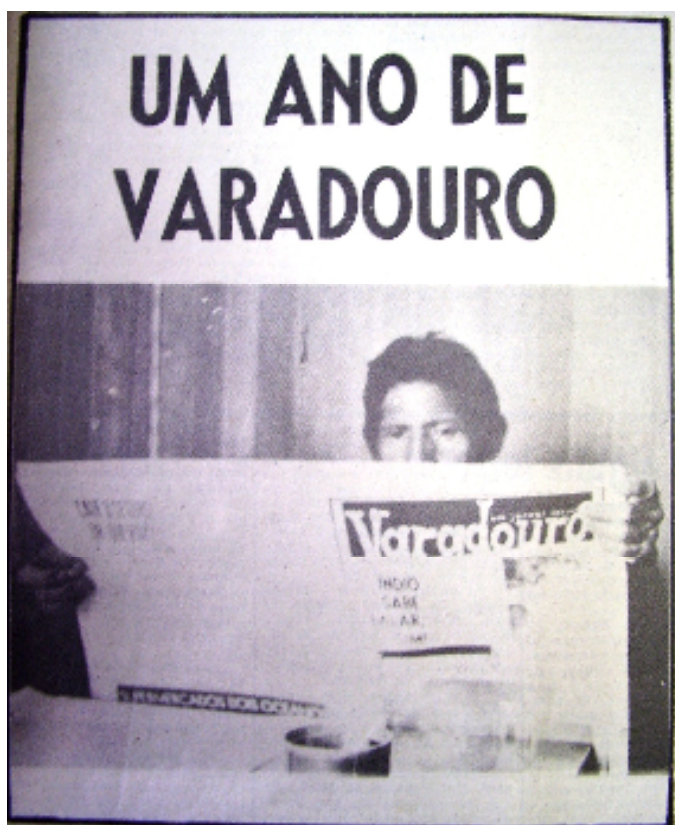
Equipe de *Varadouro*: Jornalistas Elson Martins, Sílvio Martinello e Alberto.
Fonte: *Varadouro*. Rio Branco-AC, mai. 1978, ano I, n. 09.



Suede Chaves e Arquilau de Castro Melo.
Fonte: *Varadouro*. Rio Branco-AC, mai. 1978, ano I, n. 09.



Apresentado à equipe de *Varadouro* pelo então repórter Arquilau de Castro Melo, “Seu” Raimundo acumulava as funções de gerente, gráfico, jornalista e carregador.
 Fonte: *Varadouro*. Rio Branco-AC, mai. 1978, ano I, n. 09.



Edição comemorativa de um ano de *Varadouro*.
 Fonte: *Varadouro*. Rio Branco-AC, mai. 1978, Ano I, n. 09.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)